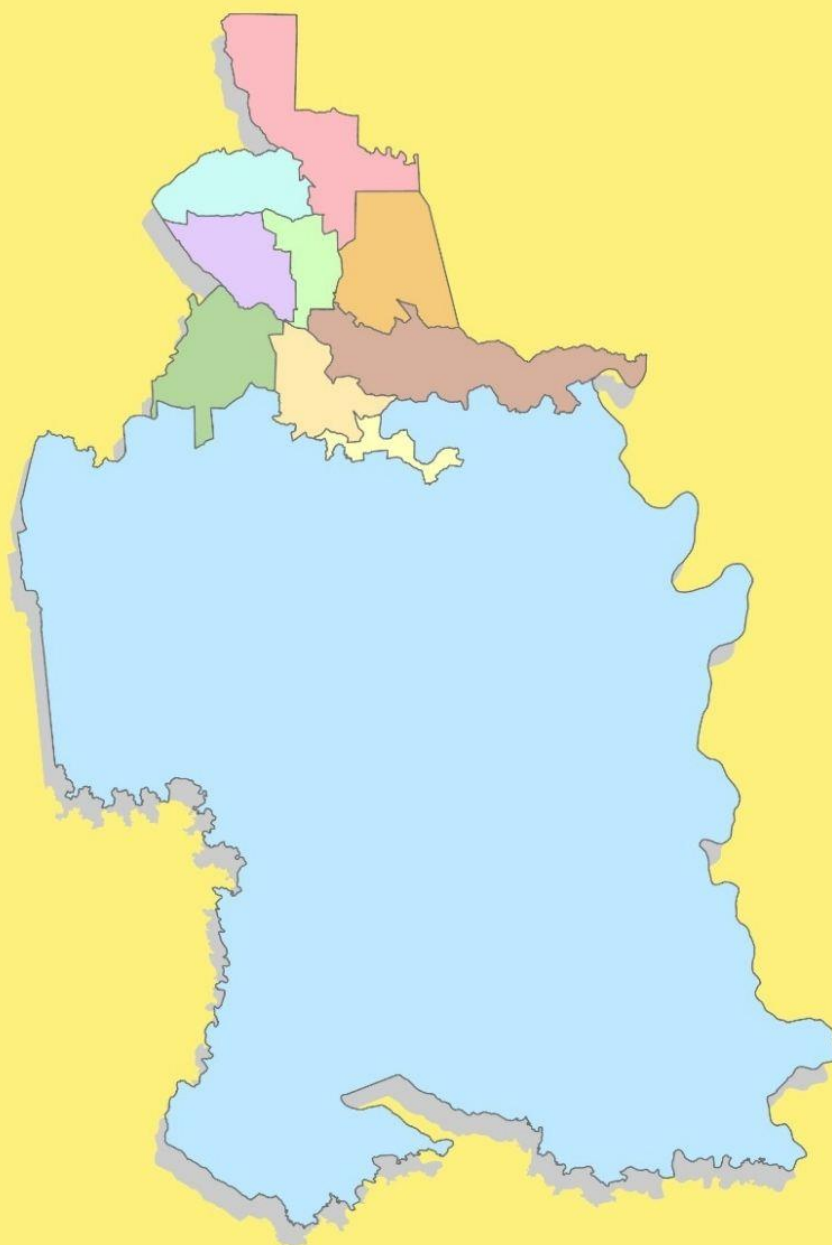




PREFEITURA DE
LONDRINA

Secretaria Municipal de
Assistência Social

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025



PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Marcelo Belinati Martins

Prefeito do Município de Londrina

Jacqueline Marçal Micali

Secretária Municipal de Assistência Social

Adriana Aparecida dos Santos

Diretora de Proteção Social Básica

Josiani Severino dos Santos Nogueira

Diretora de Proteção Social Especial

Priscila P.M Brasão

Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Gisele de Cássia Tavares

Diretora de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social

Samia Machado Mustafa

Gerente de Gestão da Informação

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Pela Secretaria Municipal de Assistência Social

Representantes governamentais:

Adriana Aparecida dos Santos – Assistente Social, Diretora de Proteção Social Básica;

Adriana da Cruz Barrozo – Psicóloga, Gerente de Garantia de Direitos Socioassistenciais à Criança, ao Adolescente e Juventude;

Anyelle Karine De Andrade – Psicóloga;

Daniely Cristina Sarzi Sanches – Assistente Social;

Daniela Cristine Paraizo – Assistente Social – Centro Pop;

Débora Campos Pereira – Gerente de Gestão Orçamentária e Financeira;

Gabrieli Estéfani de Araujo - Estagiária de Tecnologia da Informação, GGI/DGSMAS;

Gisele de Cássia Tavares – Assistente Social - Diretora de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social;

Edson Antônio de Andrade – Analista, Assessor Técnico-Administrativo;

Eliana Cristina dos Santos – Assistente Social, Serviço de Medidas Socioeducativas;

Josiani Severino dos Santos Nogueira – Assistente Social – Diretora de Proteção Social Especial;

Juliana Catarino, Psicóloga – Assessoria Gabinete;

July Anne da Silva Gonçalves – Agente de Gestão Pública, GGI/DGSMAS;

Kelvin Saymon Magalhães – Estagiário de Geografia;

Luis Alberto Maccagnan – Assistente Social, Gerente de Transferência de Renda;

Marcílio Ronaldo Garcia – Assistente Social, Gerente de Inclusão Produtiva;

Nívia Maria Polezer – Assistente Social;

Priscila P.M Brasão – Técnica de Gestão Pública - Diretora de Gestão Administrativa e Financeira;

Rosemeiri Felix De Barros – Assistente Social;

Samia Machado Mustafa – Assistente Social - Gerente de Gestão da Informação;

Taciana Coli Pires – Psicóloga;

Tatiana de Oliveira Stechi – Assistente Social.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Pelo Conselho Municipal de Assistência Social – Resolução CMAS nº 070/2018

Representantes não governamentais:

Adriana de Jesus de Azevedo – Ministério de Missões e Adoração;

Ana Carolina Ferreira – SOS;

Lídia da Conceição Lucas Loback – Nuselon;

Márcia Gonçalves Valim Paiva – Epesmel;

Michele Santana Medeiros de Assis – Psicóloga – Bom Samaritano;

Sérgio Kazuyoshi Fuji – Centro Educacional Marista Irmão Acácio;

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO

Gabrieli Estéfani de Araujo - Estagiária de Tecnologia da Informação, GGI/DGSMAS

Gisele de Cássia Tavares – Assistente Social - Diretora de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social;

July Anne da Silva Gonçalves – Agente de Gestão Pública, GGI/DGSMAS

Luis Alberto Maccagnan – Assistente Social, Gerente de Transferência de Renda;

Marcílio Ronaldo Garcia – Assistente Social, Gerente de Inclusão Produtiva

Samia Machado Mustafa – Assistente Social - Gerente de Gestão da Informação

Tatiana de Oliveira Stechi – Assistente Social

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

IDENTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL

Nome do Prefeito: Marcelo Belinati Martins

Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2017 - Término: 31/12/2024

Endereço da Prefeitura: Av. Duque de Caxias, 635

CEP: 86015-901 **Site:** <http://www1.londrina.pr.gov.br>

Telefone: (43) 3372-4000 **E-mail:** gabprefeito@londrina.pr.gov.br

ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do órgão gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Número da lei de criação do órgão: Lei Municipal nº 4.910, de 26 de dezembro de 1991, publicada em 26 de abril de 1992, na Folha de Londrina.

Data de implantação do órgão: 01 de janeiro de 1993.

Endereço órgão gestor: Av. Juscelino Kubitschek, 2896 - Vila Ipiranga CEP: 86010-540

Telefone: (43)3378-0370 **E-mail:** assistencia.social@londrina.pr.gov.br

Site: <https://portal.londrina.pr.gov.br/secretarias/assistencia-social>

Responsável: Jacqueline Marçal Micali

Ato de nomeação da gestora: Decreto nº 1.216, de 20/08/2018 (publicado no Jornal Oficial nº 3595 de 22/08/2018). Data nomeação: 20/08/2018

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Número da Lei de Criação: Lei Municipal nº 6.007, de 23 de dezembro de 1994. Alterada pelas Leis nº 9.185, de 02/10/2003, e nº 10.211, de 27/04/2007.

Número do Decreto que regulamenta o Fundo: Decreto Municipal nº 609, de 17 de outubro de 1996.

Nome da ordenadora de despesas do FMAS: Jacqueline Marçal Micali

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Número da Lei de Criação: Lei Municipal nº 6007, de 23 de dezembro de 1994

Endereço CMAS: Av. Juscelino Kubitschek, 2896 - Vila Ipiranga CEP: 86010-540

Telefone: (43)3378-0008 E-mail: cmas@londrina.pr.gov.br

Nome da Presidente:

Nome da secretaria executiva: Selma Renata Souto

Número total de membros: 56 (28 titulares, 27 suplentes e 1 vacância)

Os conselheiros e as conselheiras do CMAS foram nomeados (as) pelo Decreto nº 925 de 19 de agosto de 2021, publicado no Jornal Oficial 4425; Decreto nº 1444 de 20 de dezembro de 2021, publicado no Jornal Oficial 4514; Decreto nº 477 de 02 de maio de 2022, publicado no Jornal Oficial 4625.

CONSELHEIROS - GESTÃO 2021-2023

MESA DIRETORA	
PRESIDENTE	Ana Carolina Ferreira
VICE-PRESIDENTE	Adriana Aparecida dos Santos
1º. SECRETÁRIA	Luana Garcia Campos
2º. SECRETÁRIA	Gisele de Cássia Tavares

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Titular	Jacqueline Marçal Micali
Suplente	Solange Aparecida de Oliveira
Titular	Gisele de Cássia Tavares
Suplente	Edsonia Jadma Marcelino de Souza
Titular	Rosimeiri Félix de Barros
Suplente	Adriana da Cruz Barrozo
Titular	Juliana Gonçalves Catarino
Suplente	Lígia Fukahori
Titular	Adriana Aparecida dos Santos
Suplente	Nayana Kathrin Tanaka
Titular	Luis Alberto Maccagnan

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Suplente	Marcílio Ronaldo Garcia
Titular	Débora Campos Pereira
Suplente	Izabel Feijó Oliveira Flores

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular	Ivana Paula Furlan Rodolpho
Suplente	Denise Galhardi Motter

SECRETARIA MUNICIPAL DO IDOSO

Titular	Rosely Sonoda Gomes
Suplente	Gleycielle Tamires Kawana dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular	Martinha Clarete Dutra
Suplente	Cristiane Sola Rogério

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Titular	Fernanda Serenário
Suplente	Fernanda de Mello Nogueira

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Titular	Rogério de Paula dos Santos
Suplente	Carlyle Carlito de Alvarenga

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TECNOLOGIA

Titular	Thiago de Paula Espinosa Gouvea
Suplente	Alexander Korgut

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Titular	Rogério de Paula dos Santos
---------	-----------------------------

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Suplente	Carlyle Carlisto de Alvarenga
----------	-------------------------------

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TECNOLOGIA	
Titular	Thiago de Paula Espinosa Gouvea
Suplente	Alexander Korgut

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA/COHAB	
Titular	Carlos Antonio Delfino
Suplente	Valkíria Pereira de Almeida

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Titular	Juliana de Meira
Suplente	Paulo Roberto Líbano de Paula
Titular	Márcia Gonçalves Valim Paiva
Suplente	Carlos Alberto Souza e Silva
Titular	Diego Oliveira de Lima
Suplente	Glaziane Leonor Martins da Silva
Titular	Thais Ayres da Silva
Suplente	Aparecida de Fátima G. Lemos
REPRESENTANTES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Titular	Vitor Hugo Oliveira de Paiva
Suplente	Maria de Fátima dos Santos Reale Prado
Titular	Ana Carolina Ferreira
Suplente	Adriana de Jesus de Azevedo

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES E/OU MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA SEM FINS LUCRATIVOS E SEM PREDEFINIÇÃO ESPECÍFICA	
Titular	Aline Yassara Marques da Cunha
Suplente	Rubens Antonio Bonafini

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS AFETAS À ÁREA	
Titular	Evelyn Secco Faquin
Suplente	Claudia de Godoi Ferreira de Almeida

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Titular	Adriana Aparecida Perri Vital
Suplente	Vacância

REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Titular	Valmirete Alves da Silva
Suplente	Alex Alves Lopes Ferreira
Titular	André Luis Barbosa
Suplente	Marcia Alves dos Santos
Titular	Carlos da Silva
Suplente	Luana Gomes Maciel Oliveira
Titular	Edneia Pereira Araújo
Suplente	Camila Marcolino
Titular	Suelvya Andlieza Palasson de Oliveira
Suplente	Cleide Oberle

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	14
2. INTRODUÇÃO	15
3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: DEMANDAS E OFERTAS TERRITORIAIS	21
3.1 APRESENTAÇÃO	21
3.2 INTRODUÇÃO	22
3.3 POPULAÇÃO MUNICIPAL DE LONDRINA.....	25
3.4 ANÁLISE POPULACIONAL POR TERRITÓRIO.....	28
3.5 OCUPAÇÃO.....	32
3.6 RENDA.....	34
3.6.1 Renda no Cadastro Único e IRSAS	36
3.7 CICLO DE VIDA	38
3.8 RAÇA	40
3.9 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	41
3.10 PESSOAS IDOSAS	44
3.11 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS	46
3.12 DADOS GERAIS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.....	48
3.12.1 Quantitativo de Pessoas Vivendo nas Ruas de Londrina	49
3.12.2 Tempo em que se Encontra em Situação de Rua	49
3.12.3 Idade das Pessoas que se Encontram em Situação de Rua	49
3.12.4 Raça/Cor	50
3.12.5 Sexo/Gênero	50
3.12.6 Razões Pelas Quais Saiu de Sua Cidade de Origem	51
3.12.7 Educação	52
3.12.8 Trabalho, Renda e Profissão	52
3.12.9 Benefícios	53
3.12.10 Razões para Estar em Situação de Rua	54
3.12.11 Violência	55
3.13 MAPA DAS OCUPAÇÕES URBANAS EM LONDRINA	55
3.14 NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO – SINAN.....	57
3.14.1 Número de Notificações no SINAN 2012 a 2021	57
3.14.2 Notificações por Idade	58
3.14.3 Notificação por Gênero	59
3.14.4 Tipo de Violência por Idade	59
3.14.4.1 Violência física	59

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

3.14.4.2 Assédio sexual	61
3.14.4.3 Violência sexual	62
3.14.4.4 Exploração sexual	64
3.14.4.5 Estupro	65
3.14.4.6 Violência policial/agente da lei	67
3.14.4.7 Violência interpessoal/autoprovocada	68
3.14.4.8 Violência de negligência/abandono	70
3.14.4.9 Psicológica/moral	71
3.14.4.10 Tortura	72
3.14.4.11 Trabalho infantil	74
3.15 OFERTAS SOCIOASSISTENCIAIS, BENEFÍCIOS, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS.	75
3.15.1 <i>Benefícios socioassistenciais</i>	76
3.15.2 <i>Auxílio Natalidade</i>	76
3.15.3 <i>Auxílio Funeral</i>	77
3.15.4 <i>Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil</i>	78
3.15.5 <i>Auxílio Emergencial 2021</i>	79
3.15.6 <i>Cobertura de Benefícios</i>	83
3.16 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS – PAIF.....	85
3.17 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	89
3.18 PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	97
3.19 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS	
97	
3.20 PROJETO DE INCLUSÃO PRODUTIVA	98
3.20.1 <i>Fortalecimento de Iniciativas Coletivas de Geração de Trabalho e Renda</i>	98
3.20.2 <i>Formação e Capacitação Socioprofissional</i>	98
3.21 PROGRAMA DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO AOS MIGRANTES, REFUGIADOS, APATRIADAS E SUAS FAMÍLIAS	98
3.22 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS FAMÍLIAS – PAEFI.....	100
3.23 SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	105
3.24 SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL.....	106
3.25 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	108
3.26 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS	111
3.27 SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL	111
3.27.1 <i>Atendimento em Acolhimento para Crianças e Adolescentes</i>	117
3.28 RECURSOS HUMANOS.....	118
3.29 DADOS TERRITORIAIS.....	121

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

3.29.1 Território Centro A	121
3.29.1.1 Ocupações urbanas no território	130
3.29.2 Território Centro B	131
3.29.2.1 Ocupações urbanas	140
3.29.3 Território Oeste A	140
3.29.4 Território Oeste B	150
3.29.4.1 Ocupações Urbanas	159
3.29.5 Território Leste	160
3.29.5.1 Ocupações urbanas	168
3.29.6 Território Norte A	169
3.29.6.1 Ocupações urbanas	182
3.29.7 Território Norte B	182
3.29.7.1 Ocupações urbanas	191
3.29.8 Território Rural	191
3.29.9 Território Sul A	201
3.29.9.1 Ocupações urbanas	209
3.29.10 Território Sul B	209
3.29.10.1 Ocupações urbanas	218
3.30 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	218
4 COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS.....	222
5 DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O QUADRIÊNIO	231
6 OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	235
6.1 OBJETIVO GERAL	235
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	235
7 EIXOS, DIRETRIZES, AÇÕES, ESTRATÉGIAS E METAS.....	237
8 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS	246
9 FINANCIAMENTO	247
9.1 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO: RECURSO E FINANCEIROS (DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS)	247
9.2 CONFINANCIAMENTO FEDERAL PACTUADO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	259
11 REFERÊNCIAS	261
12 ANEXOS.....	262

1. APRESENTAÇÃO

O artigo 30 da LOAS estabelece que o Plano de Assistência Social, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo de Assistência Social, são condições primordiais para que a política de assistência social possa pleitear e participar do cofinanciamento municipal, estadual e federal.

O Plano Municipal de Assistência Social, portanto, é um instrumento de planejamento da área elaborado a cada quatro anos que tem como objetivo sistematizar, organizar e nortear as ações executadas na política de assistência social no município.

Ele representa uma estratégia de planejamento construído coletivamente pelos envolvidos na política, oportunizando reflexão sobre a capacidade de proteção social na assistência, e de reconhecimento das demandas e ofertas bem como das situações que requerem ampliação de proteção.

Neste sentido, esses elementos compõem o Diagnóstico Socioterritorial do município contribuindo com a leitura da realidade para o estabelecimento de metas a serem alcançadas na busca da ampliação, do alcance e da qualidade da política pública, em suas provisões, gestão e controle social.

O Plano Municipal de Assistência Social, logo se constitui num guia para a ação governamental subsidiando o acompanhamento a ser realizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, tendo como base o diagnóstico e as deliberações da conferência.

2. INTRODUÇÃO

Com advento da Constituição Federal de 1988 a Assistência Social passa a ser entendida como política pública não contributiva, inserida no tripé da Seguridade Social brasileira, com a Saúde e Previdência Social, concebida enquanto um direito do cidadão e dever do Estado. Conforme aponta Aldaíza Sposati (2009), a característica não contributiva significa que não é exigido pagamento pela oferta do serviço, sendo o acesso custeado pelo financiamento público. “A noção de seguridade social, ao se ocupar da proteção social, busca gerar garantias que a sociedade brasileira afiança a todos os seus cidadãos [...]”. Essa posição marcada pelo regramento constitucional operou mudanças fundamentais, visto que colocou na agenda dos entes públicos um conjunto de necessidades que até o momento era considerado de âmbito pessoal ou individual.

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 203 e 204, estabelece os destinatários desta política, seus objetivos e trata do seu financiamento.

“A inclusão da assistência social significou, portanto, ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de a assistência social, como política, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu raio de ação, tarefa, aliás, que ainda permanece em construção” (SPOSATI, 2009).

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 742 de 07 de dezembro de 1993, afirma a como política de seguridade social não contributiva, que deve prover os mínimos sociais, sendo realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade civil, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Ainda preconiza a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, o comando único das ações em cada esfera de governo e a participação da sociedade civil na condução da política como diretrizes da assistência social brasileira.

Desde 1993 as regulações infraconstitucionais têm passado por constantes atualizações e aprimoramentos, sendo a mais significativa ocorrida por meio da Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que incorporou conteúdos já presentes na operacionalização desta política desde 2004, quando o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou, por meio da Resolução CNAS nº145, de 15 de outubro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A implantação ocorreu em 2005 a partir da publicação da Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS 2005 (aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005).

Assim, o SUAS tem por função a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, sendo organizado por um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo. Nessa lógica, a NOB/SUAS, contida na Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, coloca que a política se ocupa de promover proteção à vida, reduzir danos e prevenir riscos, sendo financiada com orçamento da seguridade social.

Para Aldaíza Sposati (2009) a assistência social é uma política que atende determinadas necessidades de proteção social. Assim, o sentido de proteção social (*protectione*, do latim), supõe tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. Para a autora, essa ideia de proteção social “[...] contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais”. Deste modo, o SUAS tem por função garantir a proteção social por meio das seguintes seguranças:

Art. 4º São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter: a) condições de recepção; b) escuta profissional qualificada; c) informação; d) referência; e) concessão de benefícios; f) aquisições materiais e sociais; g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco; h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para: a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários; b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para: a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade; c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos (NOB/RH, 2012).

Para prover as seguranças acima, o SUAS se organiza em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade. Nesses níveis de proteção são realizadas as ofertas da política de assistência social, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios, que constituem a rede socioassistencial.

No que tange a vigilância socioassistencial, a NOB/SUAS 2012, coloca que deve ser

realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas. Nesse sentido, ela segue duas perspectivas: a das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias, bem como das violações de direitos em determinados territórios; e, do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. De acordo com a Lei 12.435/2011, visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos. Deste modo, ela proporciona uma perspectiva coletivizadora das desproteções sociais, bem como da ausência, insuficiência e inadequações das ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, tornando-se referência para o planejamento e aprimoramento das ofertas.

A defesa de direitos, visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Entendida como a defesa social e institucional, assinala para a sua articulação com outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. As ofertas devem ser organizadas de forma a garantir aos usuários a condição de sujeito no acesso e conhecimento dos direitos socioassistenciais, ou seja, não submete o usuário a tutela, mas proporciona “[...] condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social” (PNAS, 2004).

Entendido como um Sistema Descentralizado, Participativo e de responsabilidade do Estado, conforme as diretrizes constitucionais, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possui como objetivos na organização da gestão o estabelecido no artigo 6º da LOAS:

- I** - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
 - II** - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
 - III** - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
 - IV** - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
 - V** - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
 - VI** - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
 - VII** - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
- (BRASIL, 2022).

Desta forma, são definidos elementos essenciais e imprescindíveis à execução da

política de Assistência Social, que possibilitam a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

De acordo com Sposati (2009), “a concretização do modelo de proteção social sofre forte influência da territorialidade, pois ele só se instala, e opera, a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais”. Portanto, ele não é uma equação matemática, mas sim um conjunto de relações e de forças em movimento. Segundo a PNAS, a vertente territorial é necessária uma vez que a densidade populacional, heterogeneidade e desigualdade socioterritorial são presentes no território brasileiro.

Dirce Koga (2009) afirma que “os direcionamentos das políticas públicas estão intrinsecamente vinculados à própria qualidade de vida dos cidadãos. É no embate relacional da política pública entre governo e sociedade que se dará a ratificação ou o combate ao processo de exclusão social em curso”. Pensar o território exige revisar a história, o cotidiano, a cultura da população que nele vive, na busca de responder às necessidades decorrentes da situação de vida das famílias.

Nesse sentido, a matricialidade sociofamiliar também é fundamental para organização do SUAS, pois independente da configuração que a família assuma, ela é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. Mas também tem um caráter contraditório, pois é um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, que promove cuidados aos seus membros, mas que a dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e desigualdades.

Em âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) é o órgão gestor desta política, responsável pelo desenvolvimento do conjunto das atividades relacionadas à prestação qualificada dos serviços, benefícios, programas e projetos vinculados à política de assistência social. Cabe a SMAS viabilizar as condições para que esse processo de aprimoramento se efetive, de modo a cumprir sua missão institucional e, assim, atender à população usuária com a dignidade e respeito que compõem o escopo do que se concebe como direito. Compete à SMAS, regimentalmente:

Art. 1º À Secretaria Municipal de Assistência Social, diretamente subordinada ao Prefeito do Município, compete:

I - coordenar o Sistema Único de Assistência Social no Município de Londrina em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social vigente;

II - promover um conjunto integrado de ações socioassistenciais básicas e especializadas de iniciativa pública e da sociedade civil organizada para atendimento das necessidades sociais do público alvo da Assistência Social, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social;

- III - organizar os serviços de forma descentralizada, considerando as especificidades socioterritoriais;
- IV - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, assegurando a centralidade na família, a convivência familiar e comunitária;
- V - cofinanciar a Política de Assistência Social;
- VI - formular a Política Municipal de Assistência Social, elaborar o Plano Municipal de Assistência Social e elaborar o orçamento da Política Municipal de Assistência Social;
- VII - contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio-assistenciais básicos e especiais em áreas urbana e rural;
- VIII - organizar e gerir a rede municipal de inclusão e proteção social, composta pela totalidade de serviços, programas e projetos existentes em sua área de abrangência, respeitando uma das Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - comando único da Política de Assistência Social no Município;
- IX - executar os benefícios eventuais, serviços assistenciais, programas e projetos de forma direta e coordenar a execução realizada pelas entidades e organizações da sociedade civil;
- X - definir padrões de qualidade, formas de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações governamentais e não-governamentais de âmbito local;
- XI - articular-se com outras políticas setoriais de âmbito municipal com vistas à inclusão dos destinatários da assistência social;
- XII - executar, acompanhar e avaliar o Benefício de Prestação Continuada;
- XIII - atender o público usuário da Política de Assistência Social constituída por cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como famílias e indivíduos excluídos, com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, mediante serviços socioassistenciais básicos e especializados;
- XIV - executar, manter e aprimorar o sistema de gestão da política e dos serviços de assistência social, respeitando as Diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Assistência Social, como: comando único das ações, participação da população, primazia da responsabilidade do Estado e centralidade na família; e os princípios da supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade do cidadão, igualdade de direitos no acesso ao atendimento, divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, critérios para sua concessão e controle das ações, com o envolvimento e articulação do Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência, do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal do Trabalho, do Conselho Municipal do Idoso e outros;
- XV - executar outras atividades afins no âmbito de sua competência.

Diante do exposto, à gestão e à prestação dos serviços, se faz necessária para que a Política Municipal de Assistência Social em Londrina se desenvolva de forma plena, isto é, assegurando os preceitos constitucionais e legais que regem esta política pública nacionalmente e aprofundando cada vez mais o acesso aos direitos socioassistenciais no Município. Assim, buscando a consolidação e aprimoramento da ação pública, tanto governamental, quanto não governamental, numa rede integrada de efetiva Proteção Social, concebida como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Durante a execução do último Plano Municipal de Assistência Social – 2018-2021, em

11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde como uma pandemia. No cenário brasileiro, começamos a vivenciar os efeitos da crise sanitária ocasionada pela pandemia da COVID-19, com o agravamento da crise econômica e o desemprego, uma vez que as medidas restritivas de circulação eram o meio mais eficaz para conter a transmissão. As atividades econômicas sofreram impacto, isto é, a produção, comercialização e distribuição de bens e serviços, ocasionando reflexos diretos nas condições de vida da população.

Nesse contexto, o decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, regulamentou a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, bem como os decretos municipais nº 350, de 20 de março de 2020, e nº 361, de 23 de março de 2020, colocaram a Assistência Social no rol de serviços públicos e atividades essenciais, indispensáveis ao atendimento das necessidades da população. Diante da essencialidade declarada em relação à assistência social, as ofertas prestadas no âmbito dos CRAS, CREAS, Abordagem social, Acolhimentos institucionais, Centro POP, Inclusão produtiva, acesso ao CADASTRO ÚNICO foram mantidas disponíveis à população, adaptadas às normas e recomendações de OMS.

Assim, a SMAS criou um Comitê de Gestão de Crise, que elaborou o Plano De Contingência do SUAS na Atuação Frente à Pandemia Ocasionada Pelo Novo Coronavírus – COVID-19. Buscou sistematizar informações e organizar as ações voltadas à proteção social necessária ao enfrentamento, mitigação e reparação de impactos gerados pela pandemia, de modo a viabilizar as seguranças de acolhida, convívio e sobrevivência.

As unidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV) suspenderam as atividades presenciais, mas buscaram medidas alternativas para o acompanhamento das crianças, adolescentes e suas famílias. Além disso, na garantia de proteção social prevista no Plano de Contingência, realizaram a distribuição de alimentos, de kits pedagógicos, materiais de higiene básicos e integraram as unidades de CRAS, devido ao volume de usuários buscando serviços e benefícios. Outra importante medida foi a ampliação dos acolhimentos institucionais em parceria com a rede socioassistencial e Igreja Católica, possibilitando a contenção da disseminação do vírus. Também destaca-se o aumento significativo de atendimentos ofertados pelo PAIF, o que gerou uma sobrecarga aos trabalhadores e a necessidades de adequação das ofertas. Em janeiro de 2020 foram atendidas 4.305 famílias, passando para 22.459 em julho do mesmo ano. No primeiro semestre de 2020 o total de atendimentos realizados foi de 83.419, já em 2021 neste primeiro semestre foi de 207.009.

O momento histórico nos aponta desafios fundamentais de serem enfrentados para

consolidação e ampliação das ofertas da Política de Assistência Social. Enfrentar as ausências, inadequações e insuficiências é de suma importância para garantir a proteção social.

3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: DEMANDAS E OFERTAS TERRITORIAIS

3.1 APRESENTAÇÃO

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Neste âmbito, definiu três funções para a política: a Proteção Social, Defesa Social e Institucional e a Vigilância Socioassistencial.

De acordo com a NOB 2012, art. 87 a Vigilância Socioassistencial (VS) é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata:

I - Das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; II - Do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial (NOB 2012, pág. 40).

Para tal, deve-se buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação cotidiana com os sujeitos nos territórios.

Desta forma, o objetivo da Vigilância Socioassistencial é compreender as diferentes demandas dos territórios, o grau de cobertura e adequação dos serviços.

Esse exercício se volta a iniciar um processo de identificação da incidência territorial das desproteções; de medição da gradualidade das ocorrências dessas desproteções; de identificação das trajetórias e circulação dos usuários da assistência social na rede socioassistencial e dos entraves e barreiras de acesso às ofertas de serviços. E também, será possível avaliar demanda e oferta, quais as demandas derivadas de outras políticas, e aquelas que mesmo dentro do campo da Assistência Social não conseguimos incorporar. Essa leitura embasa a construção do Plano Municipal de Assistência Social possibilitando a partir da

identificação das demandas, proteções e desproteções a definição das diretrizes, ações, estratégias e metas da política de assistência social para os próximos quatro anos.

A gestão da política de assistência social bem como as unidades de proteção básica ou especial nas quais são ofertados os serviços e benefícios socioassistenciais são provedoras de informações para a Vigilância Socioassistencial sempre que registram e armazenam de forma adequada dados relativos ao território e ao perfil dos usuários, além de informações referentes ao tipo e volume de atendimentos que realizam, contribuindo assim para o mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade e de eventos de violações de direitos em determinado território. Assim, o ponto de partida para a Vigilância Socioassistencial é, em larga medida, o próprio conhecimento produzido e acumulado das equipes técnicas da Assistência Social.

O Caderno de Orientações da Vigilância Socioassistencial, afirma que uma das principais funções da Vigilância Socioassistencial é a produção diagnósticos socioterritoriais um dos instrumentos desta função da política. O diagnóstico socioterritorial possibilita aos responsáveis e operadores da política de assistência social a apreenderem as particularidades do território sob o qual estão inseridos e detectarem as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, socialização e ao convívio familiar. Em suma, é responsabilidade da Vigilância Socioassistencial elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial.

Este documento tem como foco principal o recorte temporal do ano de 2021, em algumas situações também foi realizado o recorte do ano de 2020, para trazer um cenário que permita melhor compreensão das particularidades que envolve o contexto de pandemia do COVID-19, se fez necessário, a título de comparação trazer alguns dados de anos anteriores.

Foram utilizados os dados do Programa do Cadastro Único¹ para programas sociais do Governo Federal, IRSAS², IBGE e Relatório Mensal de Atendimento (RMA). O recorte de dois anos (IRSAS) foi escolhido por entender que se a família/pessoa não passou por atendimento neste período certamente não corresponde mais ao público da política de assistência social do município de Londrina.

3.2 INTRODUÇÃO

¹ Cadastro Único para programas sociais é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.

² IRSAS (Informatização da Rede de Serviços de Assistência Social) é um Sistema de Informatização da Rede de Serviços socioassistenciais do município de Londrina.

O contexto de elaboração deste plano, embora sua finalização já entre pelo ano de 2022³, é extremamente marcado pelas vivências dos últimos anos, em especial o ano de 2021. Nesse ano, após o impacto inicial da emergência em saúde pública que levou à declaração de pandemia pela contaminação com o vírus SARS COV 2, causador da COVID 19, da necessidade de adoção das medidas sanitárias de isolamento social e outras questões que impactaram determinantemente nas condições de vida da população, a vacinação trouxe novo cenário de retomada do convívio e das atividades antes interrompidas, evidenciando novas facetas da desproteção social ou o agravamento de condições já vivenciadas e que sofreram de maneira mais cruel seus efeitos

Assim, analisar o ano de 2021 requer um olhar voltado a um elemento central: a continuidade da pandemia pelo COVID-19 e seus desdobramentos no contexto micro e macrosocial e econômico. No contexto micro, é possível verificar aspectos críticos que permaneceram incidindo diretamente no modo de sobrevivência das famílias. No plano macro, podemos citar como exemplo, a elevação da taxa da inflação, o aumento do desemprego, e aumento substancial da procura por benefícios socioassistenciais. As estratégias de sobrevivência nesse período apontam elementos pertinentes para o diagnóstico socioterritorial 2021.

Mensurar os impactos causados pela COVID-19 à população a longo prazo parece impossível, visto que a repercussão atravessa muitas variáveis tanto em aspectos sociais, políticos e econômicos do país e de sua relação com o mundo. Dentre essas variáveis, podemos citar: o elevado custo econômico e orçamentário diante de uma pandemia; a baixa na oferta de empregos e o aumento do desemprego; o impacto sobre trabalhos informais e prestação de serviço; repercussão no comércio (a oferta e o consumo); a lentidão no processo de imunização da população, o que ocasionou e contribuiu para diversas mortes e perdas irreparáveis que poderiam ter tido desfecho diferente.

Além da degradação da vida própria da pandemia da COVID-19, a população mais afetada por seus efeitos já vivia situações de desproteção instaladas, e vem sofrendo outros agravos que comprometem ainda mais as possibilidades de manutenção da vida: a inflação que se tornou mais acentuada, atingindo de maneira central elementos diretamente vinculados à subsistência (tais como: o custo da energia elétrica, dos itens de alimentação, da água, do gás de cozinha, entre outros). Se a economia a nível mundial sofreu efeitos, a nível nacional ela

³ Uma vez que houve a prorrogação do plano anterior (2018-2021) até junho de 2022.

teve ressonâncias bastante negativas, contribuindo para o aumento da desigualdade social. A inflação voltou a alcançar a margem de 10,38% (IPCA/2021), sendo o pior índice desde 2015. Isso representa uma diminuição do poder de compra da população, em especial aquelas com menor renda e que (sobre)viviam abaixo da linha da pobreza. O encarecimento de produtos e serviços básicos como alimentação, transporte, combustível, habitação, energia elétrica, saneamento básico, gás impactaram mormente na organização familiar, sobretudo as mais pobres.

Neste sentido, quando consideramos a elevação do custo de itens básicos da vida, a população que já vivia na condição de sobrevivência foi dura e diretamente impactada, encontrando maiores e mais dificuldades para o acesso a uma vida digna, somadas ao enfrentamento das intercorrências geradas pela pandemia. Foi possível verificar que neste contexto, muitas pessoas acabaram abandonando as casas de aluguel e buscaram uma nova forma de organização da vida cotidiana, retornando para sua família de origem, seja indo morar com parentes e amigos, seja nas ocupações irregulares. Houve também aumento da procura por benefícios socioassistenciais, além de cestas básicas e doações de todos os tipos.

De acordo com a OXFAM⁴, o relatório sobre o Vírus da Desigualdade aponta que houve o enriquecimento da elite econômica paralelo a esse processo de empobrecimento da maioria da população. Milhões de pessoas foram para a extrema pobreza no mundo em curto período de tempo. As estratégias de socorro para as grandes corporações no mundo também podem ser usadas como exemplo: “os pacotes de estímulo do governo inglês foram no valor de mais de US \$20,6 bilhões foram diretamente para empresas de propriedade de bilionários”. Neste relatório são revelados dados que representam uma sociedade capitalista neoliberal em sua essência, como o fato de que as 1.000 pessoas mais ricas do mundo levaram apenas 9 meses para recuperarem todas as perdas que tiveram por causa da pandemia da covid-19. Por outro lado, as pessoas mais pobres do planeta levarão no mínimo 14 anos para conseguir repor as perdas devido ao impacto econômico da pandemia.

No Brasil, em muitas manchetes de jornais foi possível verificar matérias relacionadas aos impactos na alimentação familiar, com a volta da fome no ano de 2021, através da busca por ossos e consumo de carcaças nos mercados; através também da busca por restos de comidas em caçambas e latas de lixo. Neste aspecto, ficou evidente a ausência de política de segurança alimentar elaborada e executada pelo governo federal e a insuficiência dos recursos destinados

⁴A Oxfam International é uma confederação de 19 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 90 países na busca de soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

à Política de Assistência Social. Segundo relatos da FAO⁵, é a primeira vez que um país saiu do mapa da fome e voltou.

Em 2021 também tivemos o aumento de pessoas em situação de rua, que agora, também se caracterizam como ‘famílias’ em situação de rua, o que denuncia a fragilidade (ou total ausência) dos equipamentos de proteção social diante das ressonâncias causadas pela pandemia.

Outro aspecto extremamente relevante foi a mudança na configuração do Programa Bolsa Família, por meio de medida provisória nº 1.061 de 09 de agosto de 2021, que ao se transformar em Auxílio Brasil, mudou a configuração das políticas de garantia de direitos para políticas e práticas meritocráticas e conservadoras (perspectiva familista) que norteiam o texto da legislação atual. O Auxílio Brasil retoma uma concepção de plataforma eleitoreira, como espécie de caridade do Estado e exclui os critérios de ações voltadas para superação das desigualdades sociais e autonomia das pessoas. A grosso modo, o Auxílio Brasil transparece uma perspectiva de aumento no valor e quantidade de famílias beneficiárias, quando na realidade, seu produto final aponta a redução do papel do Estado na lógica do direito.

O diagnóstico socioterritorial 2021 tem o desafio de transparecer as nuances de parte dos impactos provocados pela pandemia, a nível municipal, a fim de conhecer as especificidades territoriais, bem como suas demandas, direcionando as ações necessárias de adequação e criação de ofertas, instrumentalizando o Plano Municipal de Assistência Social 2022-2026.

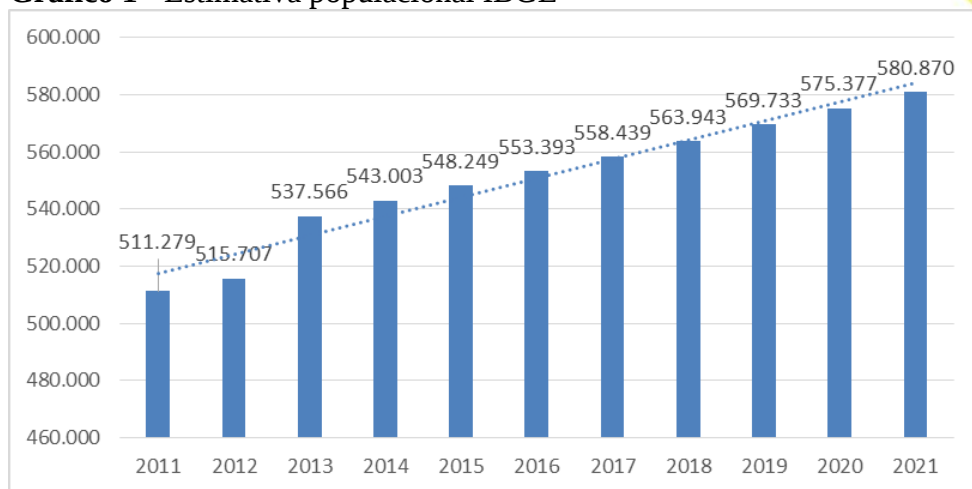
Importante sinalizar que a pobreza é multidimensional, dessa forma, a política de Assistência social isoladamente não tem o poder de garantir acesso a direitos que se relacionam com ofertas de outras políticas públicas como o acesso ao mercado de trabalho, renda, habitação, educação entre outras políticas públicas necessárias à manutenção da vida. A Assistência Social cabe o acesso a direitos socioassistenciais. A possibilidade está na construção crítica desta política pública, por meio da perspectiva de um Estado responsável que promova, de fato, ações de enfrentamento às desigualdades sociais, comprometido com a garantia de vida, e acesso a condições, igualdade de gênero, de raça, entre outras condições para o desenvolvimento social e econômico.

3.3 POPULAÇÃO MUNICIPAL DE LONDRINA

⁵ A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

A população municipal, de acordo com os dados estimados pelo IBGE, vem mantendo uma média de 1% de crescimento. No ano de 2013, motivados pelo desenvolvimento do pleno emprego, desenvolvimento da construção civil, a população da cidade cresceu 4,24%, sendo que nos outros anos manteve o padrão de 1%. Ao longo dos 10 anos pesquisados, o município acumulou crescimento populacional de 13,61%.

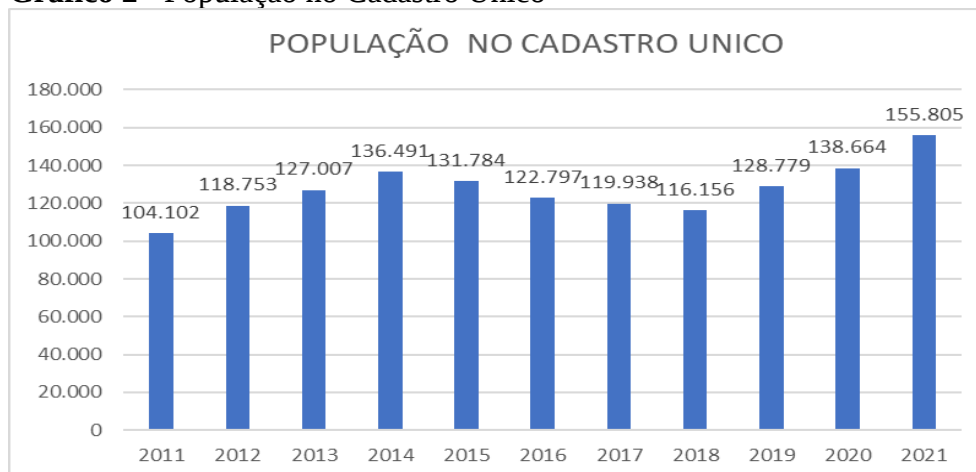
Gráfico 1 - Estimativa populacional IBGE



Fonte: SIDRA IBGE

Quando comparado os dados da população municipal com os dados do Cadastro Único para programas sociais do governo federal, houve no mesmo período um crescimento de 49,67%. Somente no período da pandemia o número de famílias no Cad. Único cresceu 20,04%, sendo que entre 2015 e 2018 houve a exclusão de 15,75% das famílias da base do cadastro. Em 2021, o total de pessoas no Cad. Único era de 155.805 pessoas.

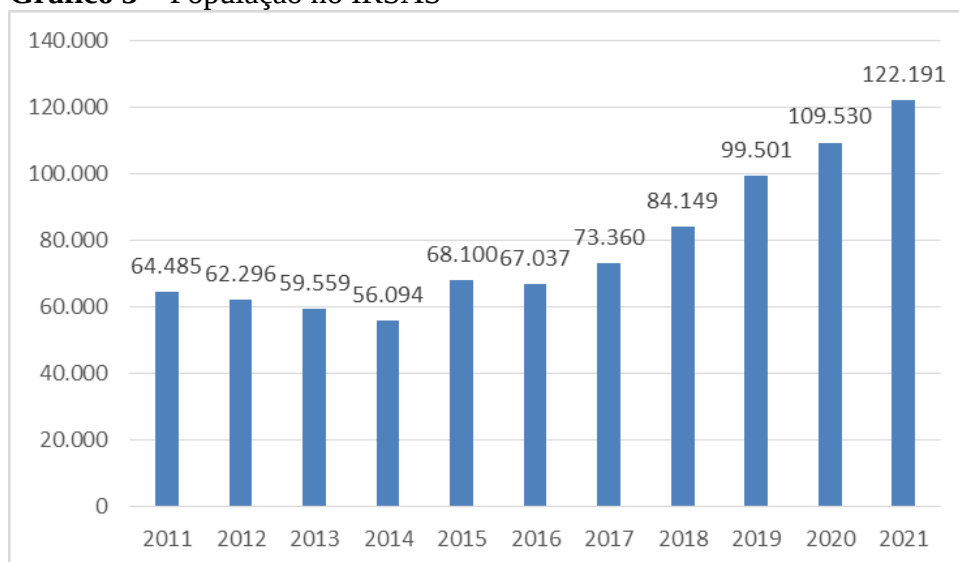
Gráfico 2 - População no Cadastro Único



Fonte - CADUNICO

A extração feita no IRSAS, mostra que a população cadastrada cresceu no mesmo período 89,49%, sendo que no período da pandemia cresceu 21,64%. O total de pessoas cadastradas no IRSAS em 2021 foi de 122.19.

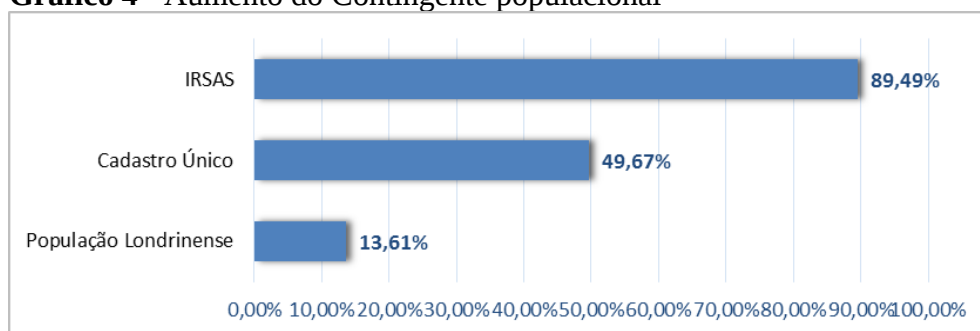
Gráfico 3 – População no IRSAS



Fonte: IRSAS

No gráfico abaixo é possível observar que apesar do crescimento populacional ser relativamente baixo, isto é, 13,61%, dentre os munícipes é possível observar o empobrecimento da população, uma vez que o crescimento da procura por acesso a benefícios e serviços nas unidades socioassistenciais aumentou. A elevação de 49,67% na base do Cadastro Único no período de dez anos confirma a tendência de empobrecimento da população, sendo que 26,82% dos londrinenses estão cadastrados no Cadastro Único. Destacamos também o aumento de pessoas no IRSAS, 21,04% da população total local, eles vêm em busca de acesso a serviços e benefícios.

Gráfico 4 - Aumento do Contingente populacional

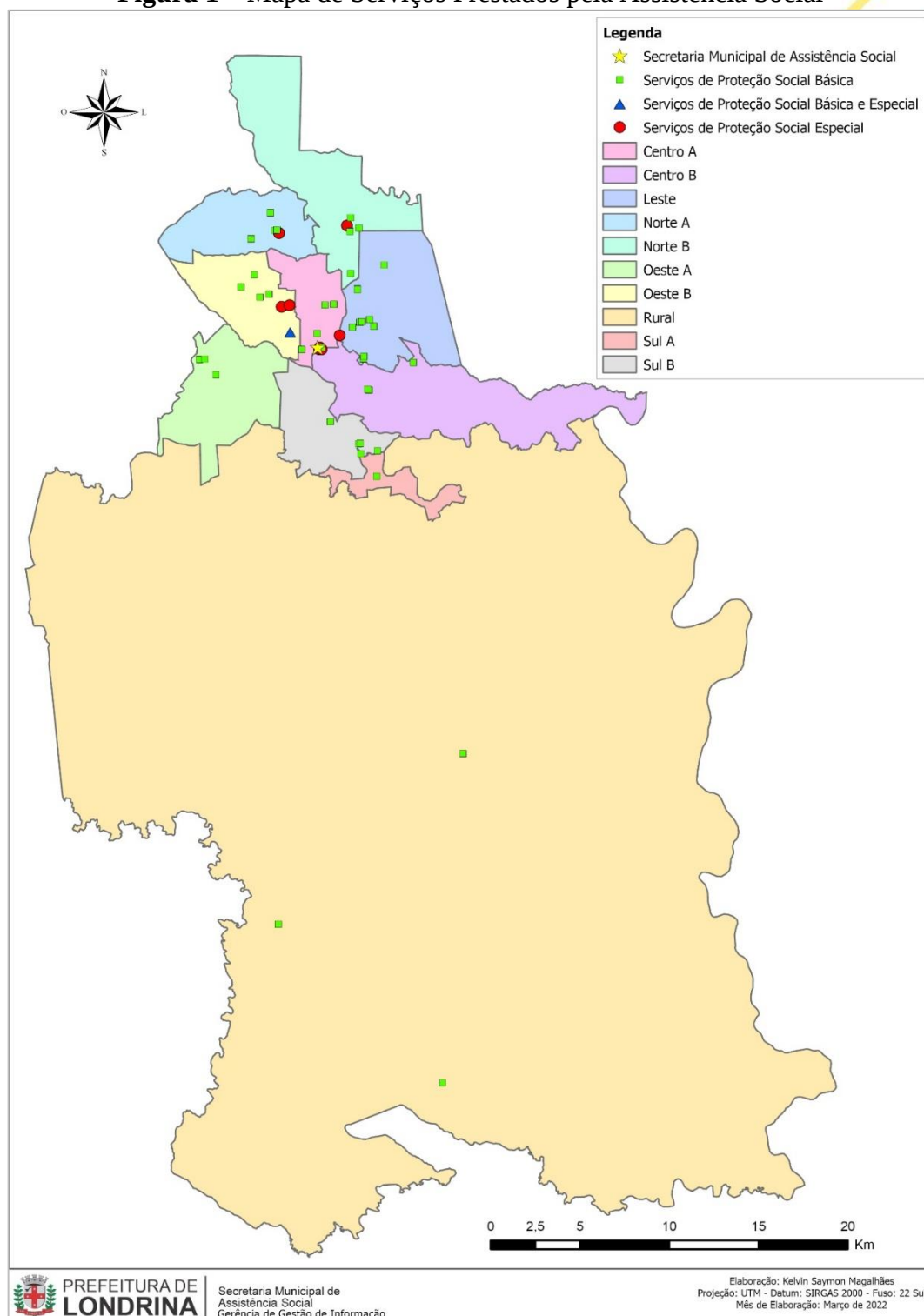


Fonte - IRSAS/IBGE/CECAD

3.4 ANÁLISE POPULACIONAL POR TERRITÓRIO

Antes de apresentar os dados populacionais territoriais, o mapa abaixo ilustra o território do município de Londrina, é possível visualizar sua extensão territorial urbana e rural. O mapa também traz as principais ofertas de proteção social da política de assistência social.

Figura 1 – Mapa de Serviços Prestados pela Assistência Social



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

No quadro abaixo observamos o contingente habitacional por território, tendo o CENSO 2010⁶ como métrica de referência dos territórios. Os territórios Norte A, Norte B e Leste são os que apresentam as maiores concentrações populacionais e por sua vez, maior concentração de demanda socioassistencial. No sistema IRSAS registramos as famílias do território que vem em busca de proteção social, acesso a serviços e benefícios.

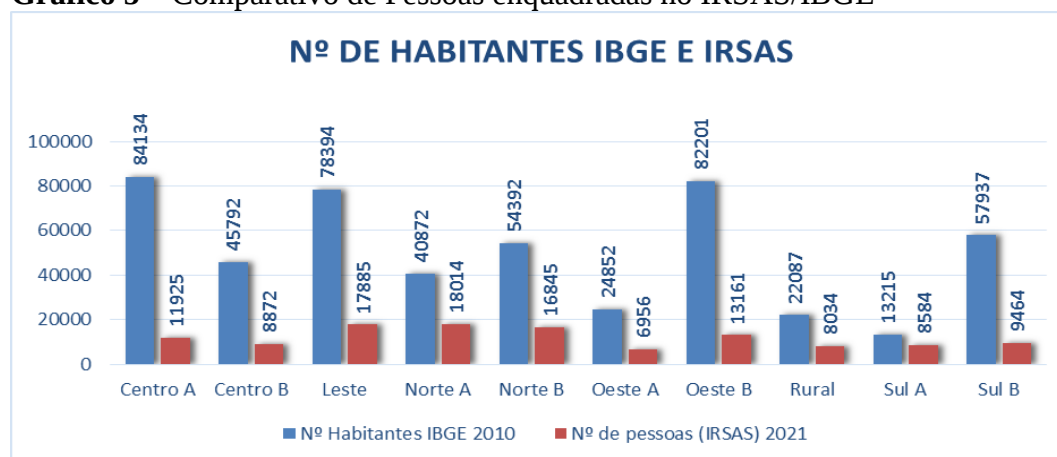
Tabela 1 - Comparativo Populacional

	Nº Habitantes IBGE 2010	Nº de pessoas (IRSAS) 2020	% aumento 2020	Nº de pessoas (IRSAS) 2021	% aumento 2021
Centro A	84134	11842	14,08%	11925	14,17%
Centro B	45792	7413	16,19%	8872	19,37%
Leste	78394	19277	24,59%	17885	22,81%
Norte A	40872	17991	44,02%	18014	44,07%
Norte B	54392	17376	31,95%	16845	30,97%
Oeste A	24852	7009	28,20%	6956	27,99%
Oeste B	82201	13225	16,09%	13161	16,01%
Rural	22087	8607	38,97%	8034	36,37%
Sul A	13215	8768	66,35%	8584	64,96%
Sul B	57937	9926	17,13%	9464	16,33%

Fonte: IRSAS/IBGE

Em relação ao total da população, observamos que as áreas com maior percentual de vínculo das famílias à política de Assistência social é o Sul A com 65% da população inserida em serviços e benefícios, seguido do rural com 36%. Importante destacar que após a realização da pesquisa do CENSO em 2010, houve uma grande expansão de habitação de interesse social nestes territórios, o que pode e deve ter alterado significativamente este cenário. Somente no próximo ano será possível mensurar os impactos dos empreendimentos nas áreas de maior concentração de demanda socioassistencial.

Gráfico 5 – Comparativo de Pessoas enquadradas no IRSAS/IBGE



Fonte: IRSAS/IBGE

⁶ Último Censo populacional válido.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Tabela 2 - Aumento em Porcentagem de Pessoas no IRSAS

Percentual de aumento	Pessoas cadastradas no IRSAS
2015-2016	*
2016-2017	9,43%
2017-2018	14,71%
2018-2019	18,24%
2019-2020	10,08%
2020-2021	11,56%

Fonte: IRSAS

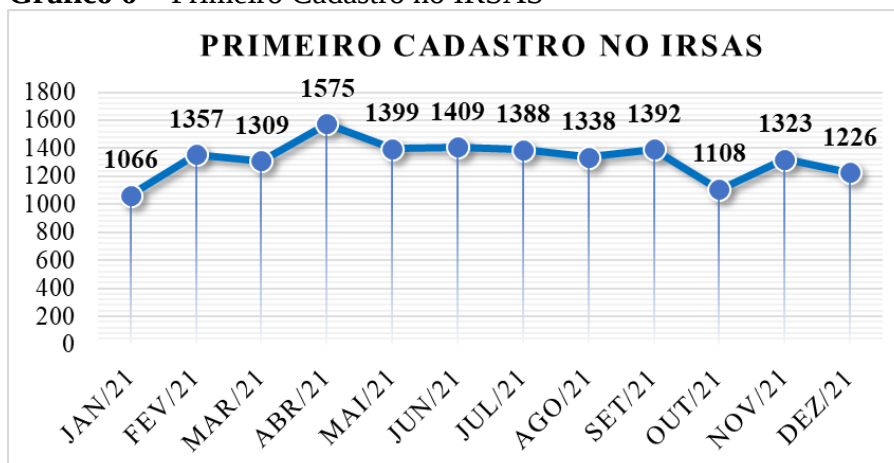
Novas famílias vêm buscando na política de assistência social aporte para acesso a garantia de sobrevivência. Peculiarmente o ano de 2021 agregou 15.890 novas famílias em torno da política.

Quadro 1 – Primeiro Cadastro no IRSAS em 2021

MÊS	PRIMEIRO CADASTRO NO IRSAS
JAN/21	1066
FEV/21	1357
MAR/21	1309
ABR/21	1575
MAI/21	1399
JUN/21	1409
JUL/21	1388
AGO/21	1338
SET/21	1392
OUT/21	1108
NOV/21	1323
DEZ/21	1226
TOTAL	15890

Fonte: IRSAS

Gráfico 6 - Primeiro Cadastro no IRSAS



Fonte: IRSAS, 2022

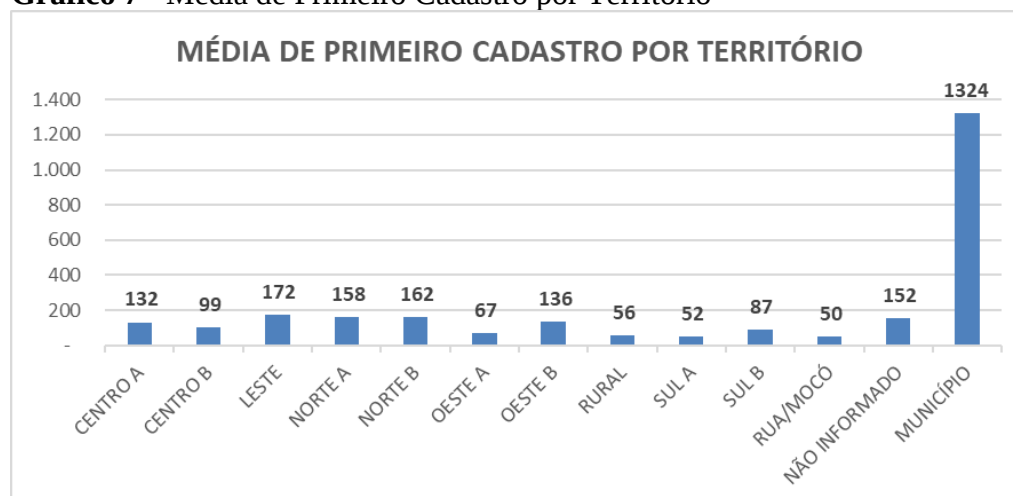
No exercício de 2021, os territórios que se destacam com aumento de novas famílias também são os mesmos com os maiores contingentes de famílias já atendidas pela política de assistência social. Em especial, destacamos que a região Leste. Estas são famílias que estavam no mercado de trabalho e agora têm na assistência social a sua principal estratégia de sobrevivência.

Tabela 3 - Primeiro Cadastro por Território

PRIMEIRO CADASTRO POR TERRITÓRIO	TOTAL	MÉDIA MENSAL
CENTRO A	1578	132
CENTRO B	1193	99
LESTE	2064	172
NORTE A	1901	158
NORTE B	1941	162
OESTE A	809	67
OESTE B	1636	136
RURAL	671	56
SUL A	624	52
SUL B	1047	87
RUA/MOCÓ	602	50
NÃO INFORMADO	1824	152
MUNICÍPIO	15890	1324

Fonte: IRSAS

Gráfico 7 - Média de Primeiro Cadastro por Território

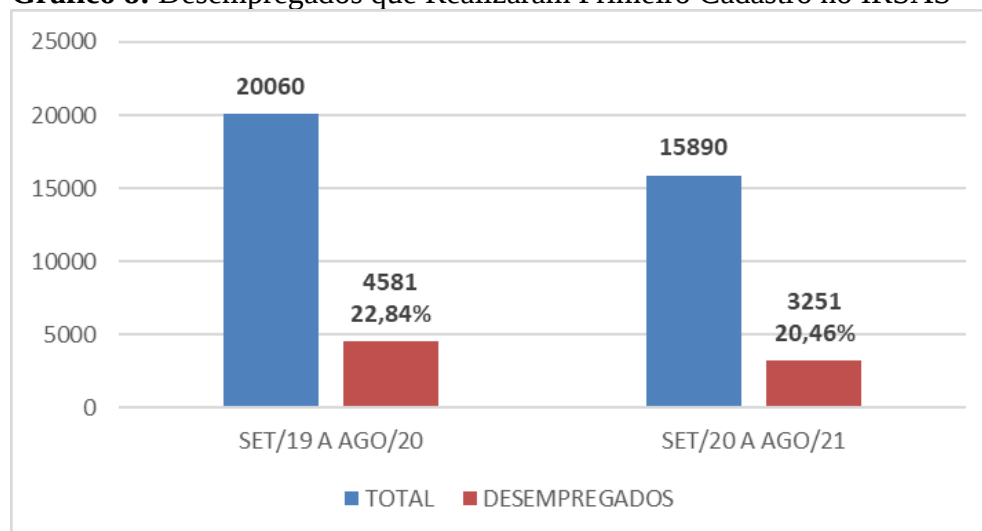


Fonte: IRSAS

Conforme indica o gráfico abaixo o ano de 2020 em percentual cadastrou a maior

quantidade de desempregados no IRSAS em comparação ao ano de 2021.

Gráfico 8: Desempregados que Realizaram Primeiro Cadastro no IRSAS

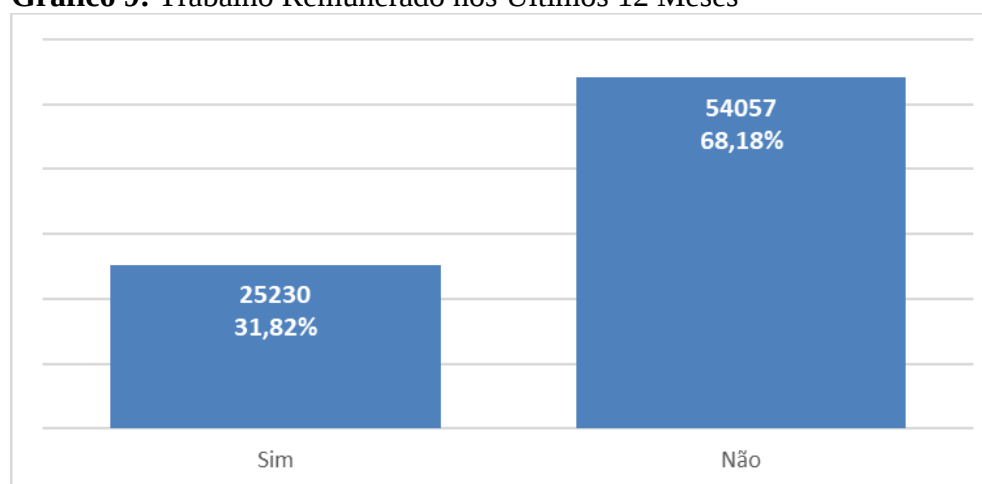


Fonte: IRSAS

3.5 OCUPAÇÃO

Em relação à categoria de análise ocupação no Cadastro Único e a relação com o mercado de trabalho, quando indagados no ato da entrevista do Cadastro Único se trabalharam nos últimos 12 meses 68,18% responderam que não, enquanto 31,82% responderam que sim. Dessa forma, é possível verificar que no ano de 2021 a maior parte das pessoas responsáveis familiares no Cadastro Único não tiveram trabalho remunerado. Podemos atribuir essa realidade aos impactos da pandemia no comércio e na geração de novos postos de trabalho.

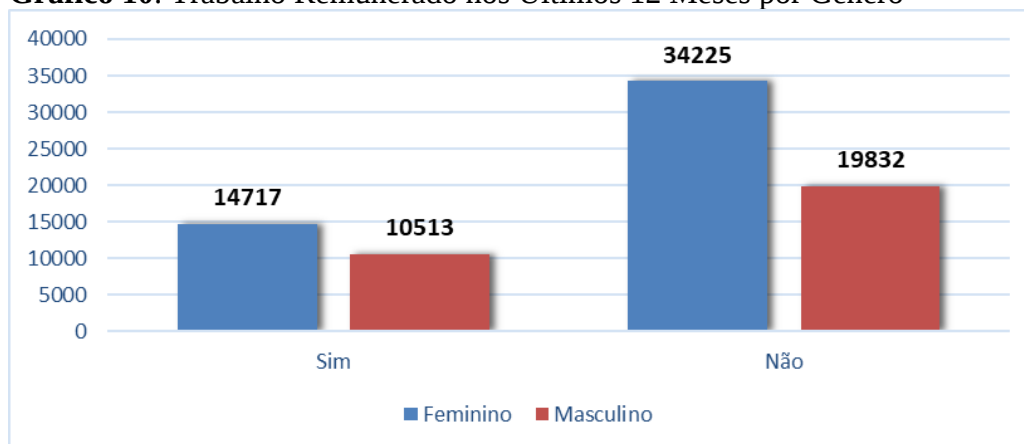
Gráfico 9: Trabalho Remunerado nos Últimos 12 Meses



Fonte: CADÚNICO

Foi realizado o recorte para verificar a incidência no que diz respeito ao gênero, e neste âmbito foi verificado que o gênero feminino teve destaque tanto para os que trabalharam como para os que não trabalharam.

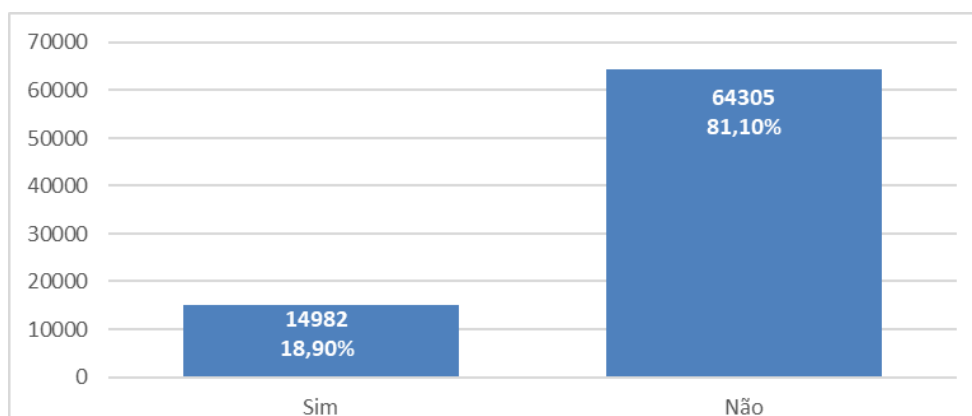
Gráfico 10: Trabalho Remunerado nos Últimos 12 Meses por Gênero



Fonte: CADÚNICO

Das famílias que buscaram o atendimento na política de assistência social por meio do gráfico abaixo é possível verificar que a maioria não trabalhou na semana anterior a entrevista (81,10%), o que identifica que as pessoas procuram o atendimento na política de assistência social quando não estão inseridas no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

Gráfico 11 - Trabalho na Última Semana



Fonte: CADÚNICO

A tabela abaixo traz um comparativo com o ano de 2018/2019 e 2020/2021 e a modalidade de ocupação que as pessoas entrevistadas estabeleciam com o mercado de trabalho. É possível verificar que as modalidades que tiveram um crescimento maior foram as de inserção no mercado informal, não trabalha, desempregado, ou seja, categorias relacionadas a

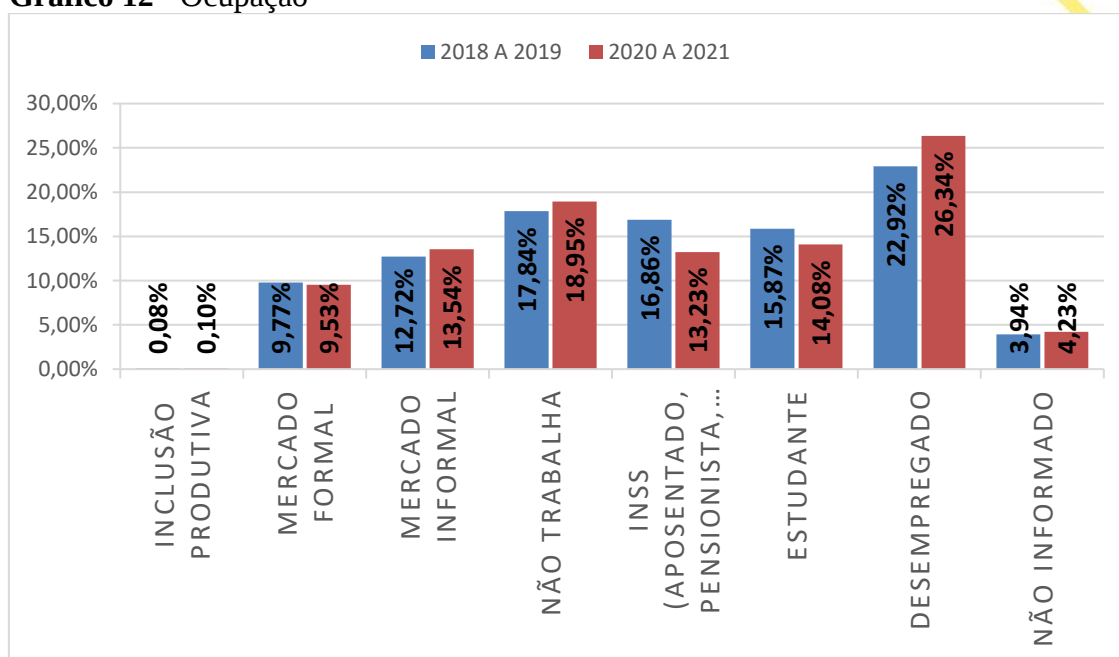
difículdade que as famílias vivenciaram em se manter trabalhando e assim gerando renda.

Tabela 4 - Ocupação

	2018 a 2019	2020 a 2021	2018 A 2019	2020 A 2021
INCLUSÃO PRODUTIVA	101	140	0,08%	0,10%
MERCADO FORMAL	12278	12897	9,77%	9,53%
MERCADO INFORMAL	15976	18320	12,72%	13,54%
NÃO TRABALHA	22406	25630	17,84%	18,95%
INSS (APOSENTADO, PENSIO- NISTA, BPC)	21177	17895	16,86%	13,23%
ESTUDANTE	19943	19048	15,87%	14,08%
DESEMPREGADO	28797	35633	22,92%	26,34%
NÃO INFORMADO	4949	5719	3,94%	4,23%
TOTAL	125627	135282	100,00%	100,00%

Fonte: IRSAS, janeiro de 2022

Gráfico 12 - Ocupação

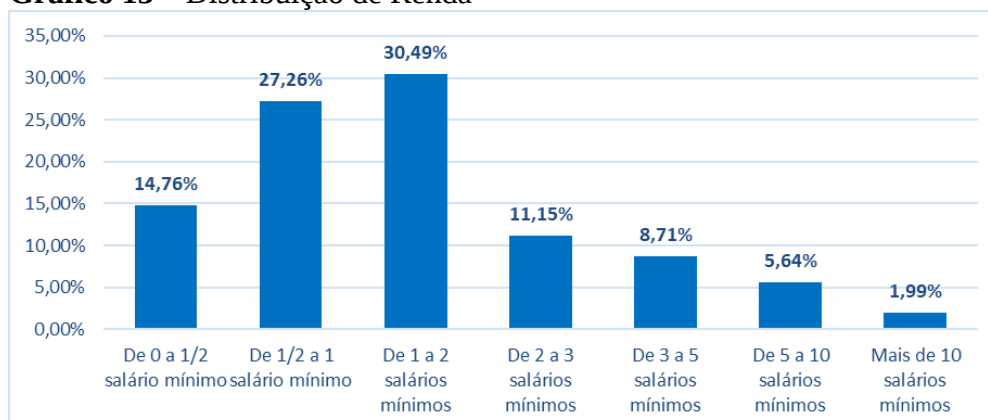


Fonte: IRSAS, janeiro de 2022

3.6 RENDA

Os dados relacionados à renda foram extraídos do Censo 2010, Cadastro Único e IRSAS. O gráfico abaixo fala da distribuição de renda considerando dados da SIDRA/IBGE 2010 e pode-se notar que a maior parte da população concentra renda na faixa de $\frac{1}{2}$ a 2 salários-mínimos. Renda acima de 10 salários-mínimos estão concentradas em 1% da população.

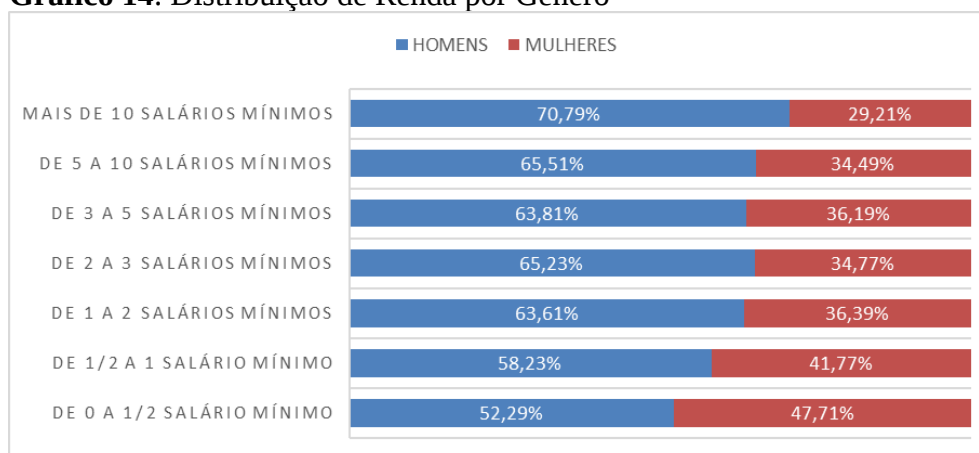
Gráfico 13 – Distribuição de Renda



Fonte: SIDRA/IBGE Censo 2010 – Tabela 1385

O gráfico abaixo traz aspectos relacionados à questão de gênero com a distribuição de renda, neste mote é possível observar que quanto maior a faixa de renda, menor a participação das mulheres.

Gráfico 14: Distribuição de Renda por Gênero

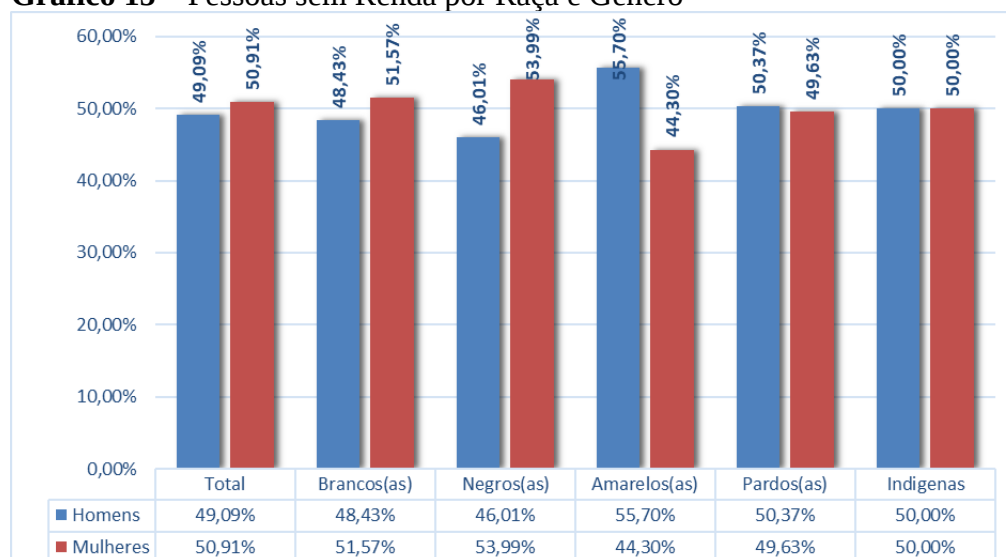


Fonte: SIDRA/IBGE CENSO 2010 – Tabela 1385

Ao inverter para a maior faixa de renda (acima de 10 salários-mínimos) das pessoas com esta faixa de rendimento os homens totalizam 70,79%, enquanto as mulheres 29,21%. No que tange as raças, brancos totalizam 83,35%, destes, 62,79% para homens brancos e 25,56% para as mulheres brancas. Em seguida estão as pessoas de raça amarela com 7,30%, esta é a única raça em que a predominância recai sobre as mulheres, 4,78% contra 2,43% dos homens. Apenas 4,35% de negros estão inseridos nesta faixa de rendimento, sendo 3,13% homens e 1,22% para as mulheres negras. O Censo IBGE 2010 não identificou nenhuma pessoa indígena

com esta faixa de renda.

Gráfico 15 – Pessoas sem Renda por Raça e Gênero



Fonte: SIDRA/IBGE CENSO 2010 – Tabela 1385

3.6.1 Renda no Cadastro Único e IRSAS

Tabela 5 - Famílias Atualizadas com Renda Zero

	Número de Famílias atualizadas	Número de famílias atualizadas com renda zero	% de famílias atualizadas com renda zero
2015	31.423	6.182	19,67%
2016	31.216	8.008	25,65%
2017	32.752	10.227	31,23%
2018	39.521	12.518	31,67%
2019	45.386	15.726	34,65%
2020	45.332	15.752	34,75%
2021	46.023	19.611	42,61%

Fonte: CADÚNICO, dezembro de 2021

Tabela 6 - Pobreza e Extrema Pobreza

	Extrema Pobreza		Pobreza	
Beneficiário PBF família	Família	Pessoa	Família	Pessoa

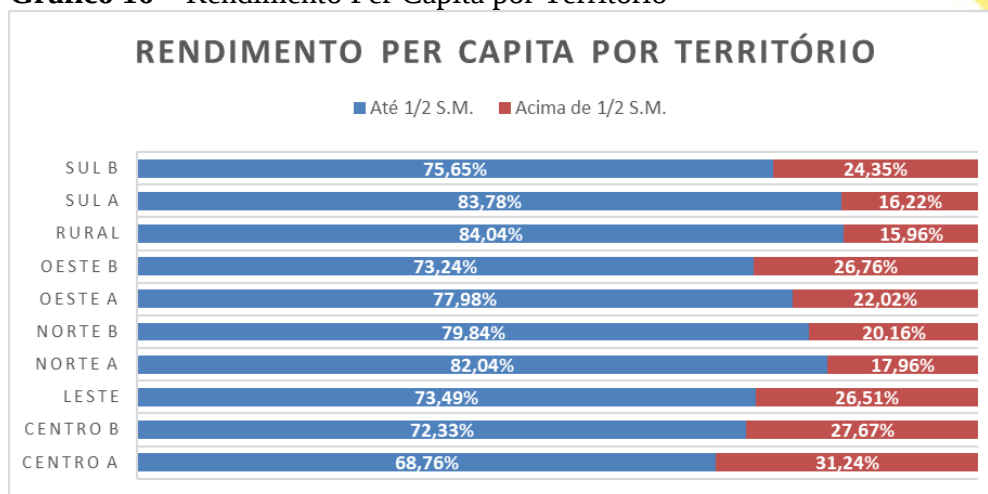
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Não	8.373	31.804	1.238	5.394
Sim	19.621	19.970	2.207	2.263
TOTAL	27.994	51.774	3.445	7.657

Fonte: CADÚNICO, dezembro de 2021

Na leitura por território, a região Rural é a que apresenta o maior índice de pobreza considerando a variável renda, com 84,04% da população vivendo com renda até ½ salário-mínimo, logo em seguida está a região Sul A com 83,78%. O território com menor percentual de pessoas vivendo com renda até ½ salário-mínimo é o Centro A com 68,76%.

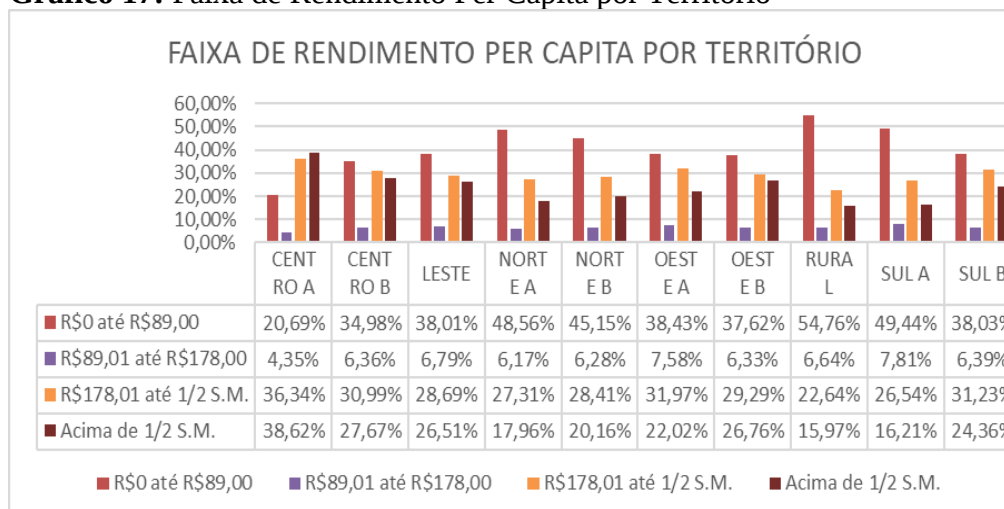
Gráfico 16 – Rendimento Per Capita por Território



Fonte: IRSAS/CADÚNICO, dezembro de 2021

O território Rural também é o que concentra a maior quantidade de pessoas vivendo com renda de até R\$ 89,00 seguido também do Sul A.

Gráfico 17: Faixa de Rendimento Per Capita por Território



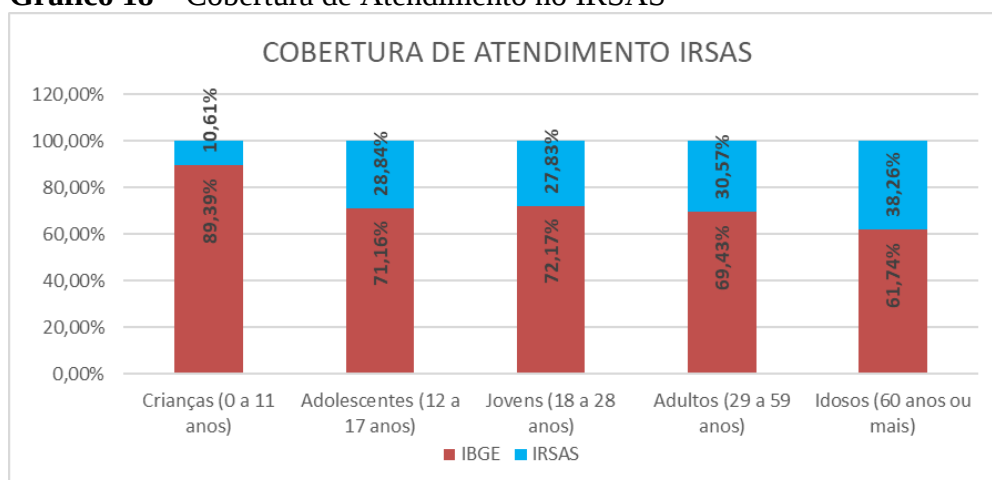
Fonte: IRSAS/CADÚNICO, dezembro de 2021

3.7 CICLO DE VIDA

De acordo com o Estatuto da Criança e adolescente classifica como criança pessoas entre 0 a 12 anos de idade incompletos e adolescentes pessoas entre 12 anos completos até completar 18 anos. O Estatuto da Juventude classifica como jovens pessoas entre 15 anos completos até completar 29 anos, afim de não conflitar e sobrepor dados com a parte etária da população que também é classificado como adolescentes pelo Estatuto da Criança e Adolescente (15 a 17 anos, 11 meses e 30 dias), para este estudo jovens são pessoas com idade entre 18 anos completos a 29 anos incompletos, a partir daí até os 59 anos incompletos são considerados adultos, e acima de 60 anos população idosa, de acordo como Estatuto da Pessoa Idosa.

O gráfico abaixo traz um comparativo de dados IBGE e IRSAS por ciclo de vida. O IBGE aponta a maior concentração de crianças de 0 a 11 anos já o IRSAS uma concentração de idosos (acima de 60 anos).

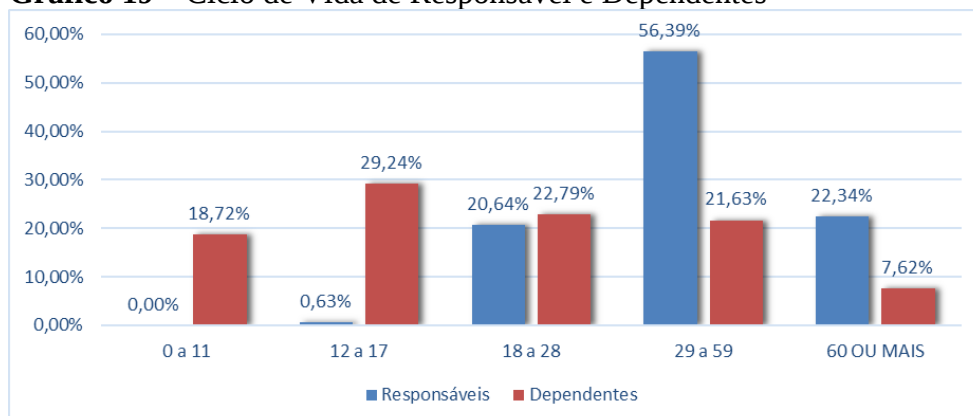
Gráfico 18 – Cobertura de Atendimento no IRSAS



Fonte: IRSAS/SIDRA/IBGE - Tabela 3175

O ciclo de vida que predomina o papel de responsável familiar é da população adulta, 29 a 59 anos 53,39%, enquanto na mesma faixa de idade as que se encontram na condição de dependente é 21,63%. Entre adolescentes 22,79% são dependentes e 0,63% assumem o papel de responsáveis. Entre as pessoas idosas a prevalência de responsáveis é de 22,34% e em relação a dependentes 7,62%.

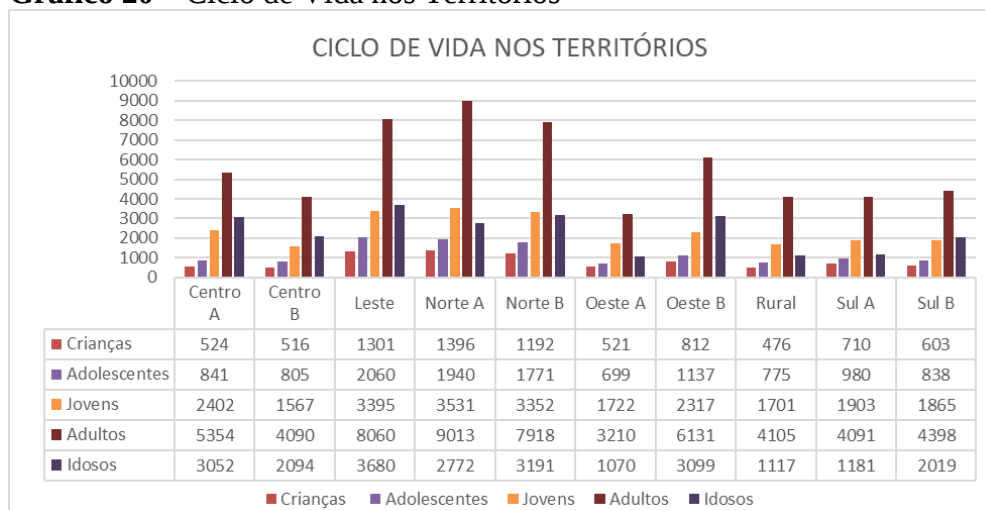
Gráfico 19 – Ciclo de Vida de Responsável e Dependentes



Fonte: IRSAS – Referência jan/20 a dez/21

Na leitura territorial por ciclo de vida é possível verificar que o território que concentra maior quantidade de crianças é o Norte A seguido do Leste. Já em relação ao território que concentra a maior quantidade de adolescentes é a região Leste. Em relação a população jovem o território Norte A também é o que concentra maior quantidade assim como em relação a população adulta. O território Leste é o que concentra a maior quantidade no que tange a população idosa.

Gráfico 20 – Ciclo de Vida nos Territórios



Fonte: IRSAS - Referência jan/20 a dez/21

A tabela abaixo traz a proporção por meio de percentuais em relação ao ciclo de vida nos territórios. Desse modo, em relação a crianças o maior percentual está na região Norte A (17,34%), já em relação aos adolescentes estão concentradas na região Leste (17,39%), em relação aos jovens a concentração está para a região Norte A (14,86%). Em relação ao

percentual de adultos comparado a população total o território Norte A se destaca com 15,99%. Em relação a idosos, o território Leste se destaca com 15,81% de percentual de concentração.

Tabela 7 - Faixa Etária nos Territórios

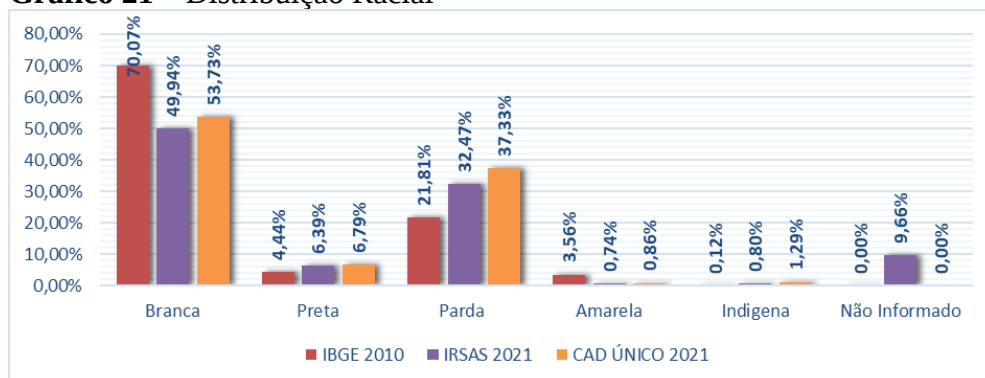
	Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Idosos
Centro A	4,31%	6,91%	19,73%	43,98%	25,07%
Centro B	5,70%	8,87%	17,27%	45,08%	23,08%
Leste	7,03%	11,14%	18,35%	43,58%	19,90%
Oeste A	7,22%	9,68%	23,84%	44,44%	14,82%
Oeste B	6,02%	8,42%	17,17%	45,43%	22,96%
Norte A	7,49%	10,40%	18,93%	48,32%	14,86%
Norte B	6,85%	10,16%	19,24%	45,44%	18,31%
Rural	5,82%	9,48%	20,81%	50,22%	13,67%
Sul A	8,01%	11,05%	21,47%	46,15%	13,32%
Sul B	6,20%	8,62%	19,18%	45,23%	20,77%

Fonte: IRSAS

3.8 RAÇA

No comparativo da distribuição populacional por raça obtida no Censo IBGE/2010, Cadastro Único e IRSAS os dados não apresentam a mesma proporcionalidade, enquanto o município apresenta um total de 70,07% de pessoas brancas, dentre as que estão na base de dados do IRSAS tem-se 49,94% e no Cadastro Único 53,73%. Dentre as negras no município havia em 2010 um percentil de 4,44% enquanto no IRSAS 6,39%, e na base do Cadastro Único 6,79%. Enquanto a população declarada parda, no IBGE representa 21,81%, no IRSAS 32,47% e no Cad.Único 37,33%. Sobre a população indígena o percentual de pessoas no Cadastro Único é maior que o percentual do IBGE e do IRSAS, visto que no IBGE devido à constante mobilidade da comunidade indígena, não foi possível sua total identificação, enquanto para o Cadastro Único e IRSAS há interesse de registro por parte da comunidade indígena, visto que estes sistemas viabilizam o acesso à benefícios e serviços.

Gráfico 21 – Distribuição Racial



Fonte: SIDRA/IBGE Tabela 3176, CADUNICO e IRSAS

Tabela 8 - Distribuição Racial

	Número Absolutos			Porcentagem %		
	IBGE	IRSAS 2021	CAD ÚNICO 2021	IBGE 2010	IRSAS 2021	CAD ÚNICO 2021
Branca	332517	66273	86077	70,07%	49,94%	53,73%
Preta	21080	10676	10180	4,44%	6,39%	6,79%
Parda	103498	47744	55454	21,81%	32,47%	37,33%
Amarela	16877	1203	1478	3,56%	0,74%	0,86%
Indígena	586	1173	1915	0,12%	0,80%	1,29%
Não informado	5	8442	0	0,00%	9,66%	0,00%

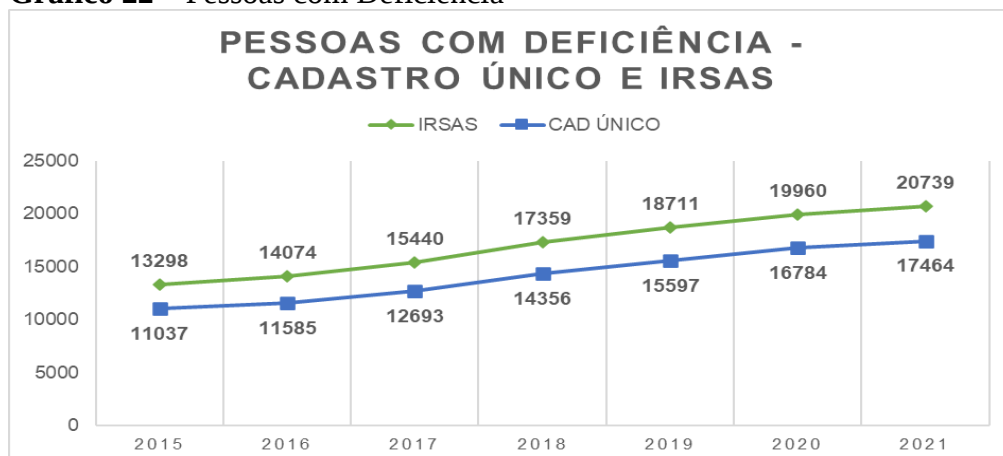
Fonte: SIDRA/IBGE Tabela 3176, CADUNICO e IRSAS

3.9 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Nos últimos 7 anos (2015 a 2021) houve aumento das pessoas com deficiência na base de dados do IRSAS e do Cadastro Único. Enquanto no Cadastro Único houve aumento de 6.427 pessoas, no IRSAS o aumento foi de 7.441.

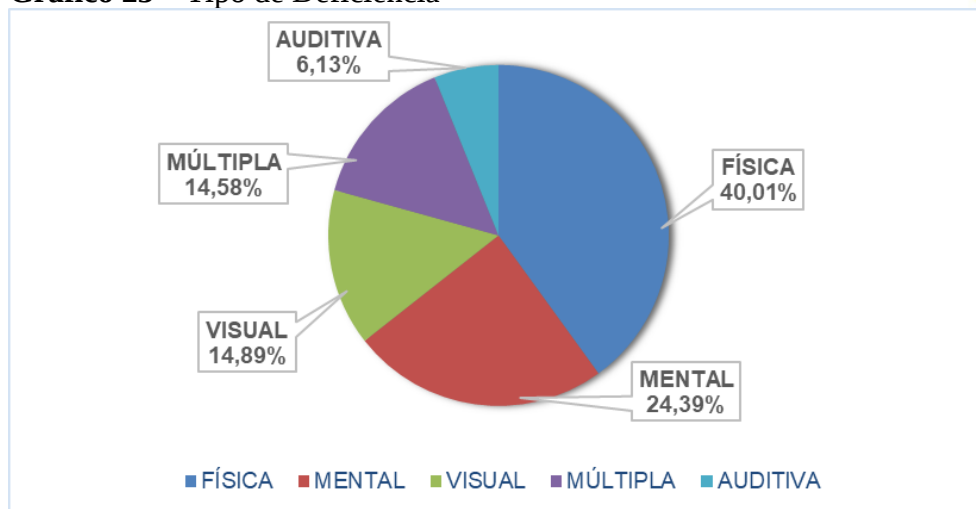
O ano de 2018 foi o que assinalou maior crescimento deste público no Cadastro Único, com a marca de 31,38% a mais que no ano anterior. No IRSAS o ano com maior percentual de crescimento em relação ao ano anterior foi 2017 com 19,99%. Na base de dados do IRSAS 2021 contava com 20.739 pessoas com deficiência, o maior percentual é de pessoas com deficiência física, que representa quase metade deste público (40,01%).

Gráfico 22 – Pessoas com Deficiência



Fonte: IRSAS e CAD - Referência dezembro de cada ano

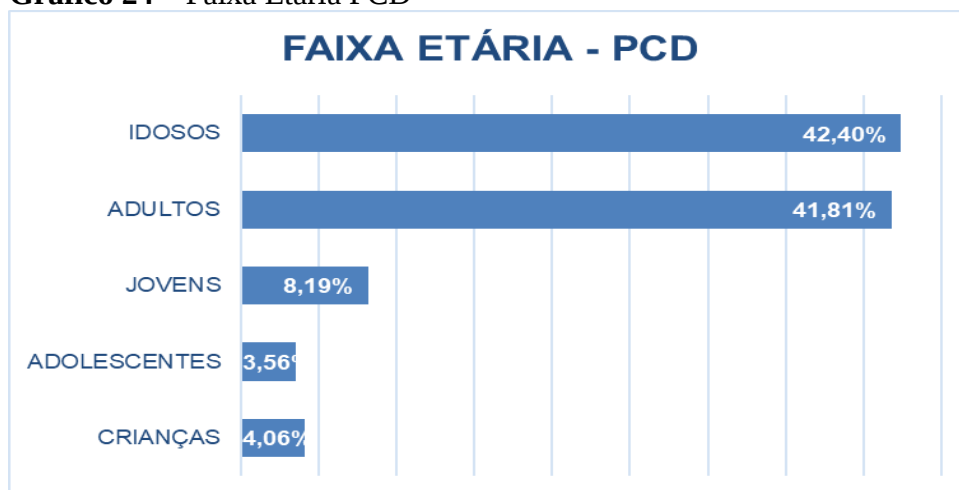
Gráfico 23 – Tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação ao ciclo de vida da pessoa com deficiência é possível identificar que a maioria, ou seja, 42,40% são idosos, enquanto 41,81% são adultos. A faixa etária dos adolescentes são os que menos tem representatividade (3,56%).

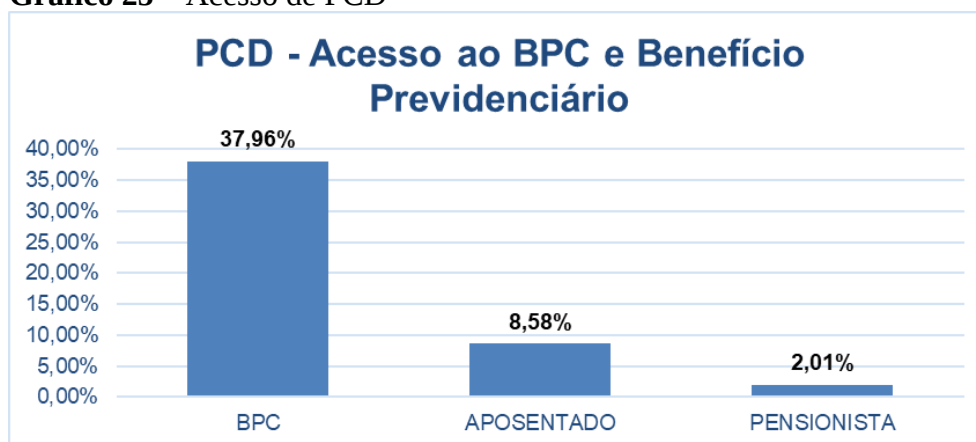
Gráfico 24 – Faixa Etária PCD



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Na distribuição de acesso das pessoas com deficiência a algum tipo de benefício previdenciário (aposentadoria, pensão) ou assistencial, no caso o BPC para PCD, o percentual mais incidente foi em relação ao BPC (37,96%).

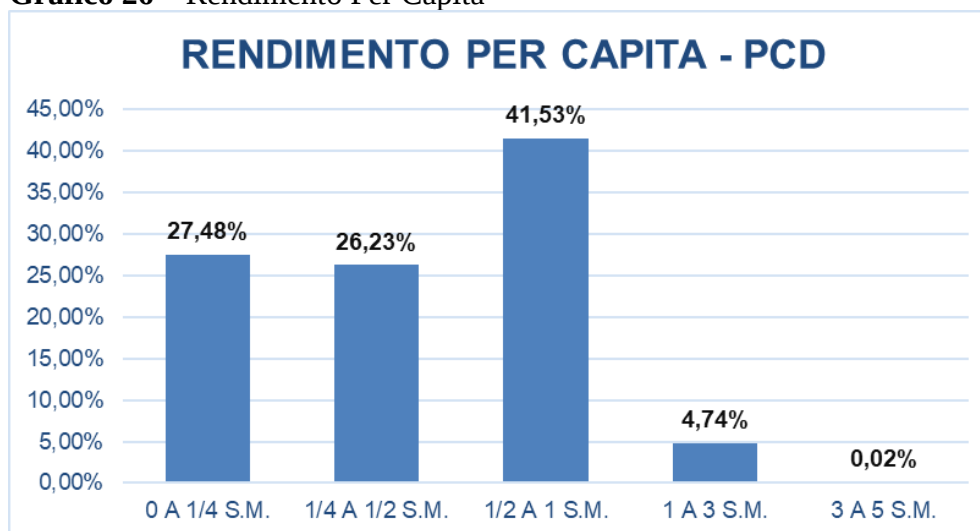
Gráfico 25 – Acesso de PCD



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Sobre o rendimento per capita das pessoas com deficiência 41,53% estão na faixa de renda de $\frac{1}{2}$ a 1 salário-mínimo.

Gráfico 26 – Rendimento Per Capita

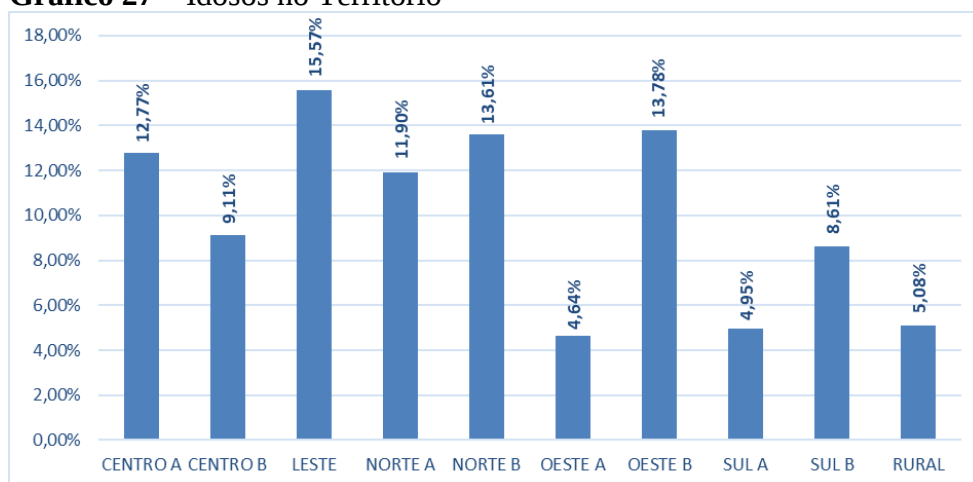


Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

3.10 PESSOAS IDOSAS

Segundo o Censo IBGE 2010, 12,72% da população londrinense era composta por pessoas idosas (64.075), já na base de dados do IRSAS no período correspondente a este estudo, encontra-se 19.324 pessoas idosas. Na distribuição das pessoas idosas nos territórios percebe-se que a concentração está na região Leste com 15,57%.

Gráfico 27 – Idosos no Território

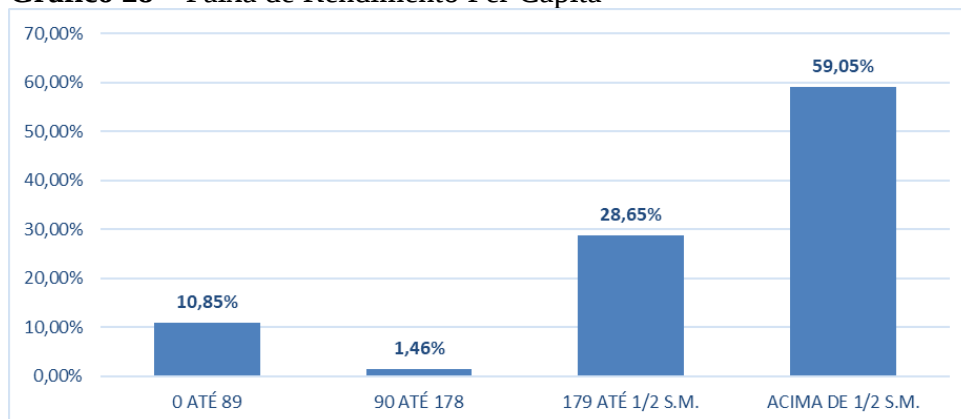


Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação a faixa de rendimentos da população idosa é possível observar que a maioria tem renda acima de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo (59,05%). No entanto, é possível afirmar que Londrina apresenta um percentual significativo de pessoas idosas em situação de extrema

pobreza (10,85%).

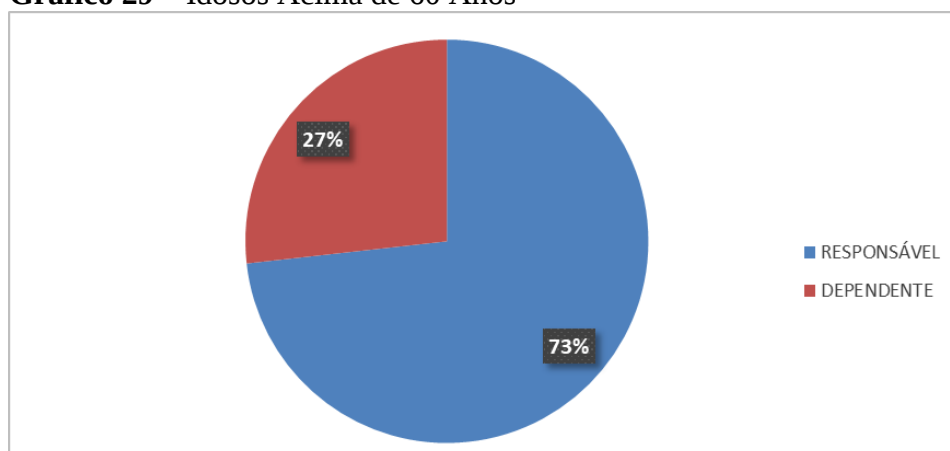
Gráfico 28 – Faixa de Rendimento Per Capita



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

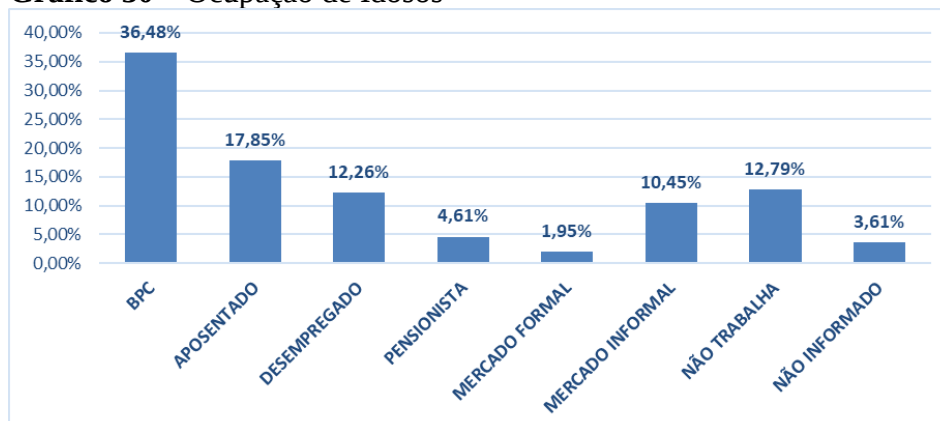
Em relação ao tipo de usuários 73% são responsáveis familiares enquanto 27% estão como dependentes no cadastro do IRSAS.

Gráfico 29 – Idosos Acima de 60 Anos



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Gráfico 30 – Ocupação de Idosos

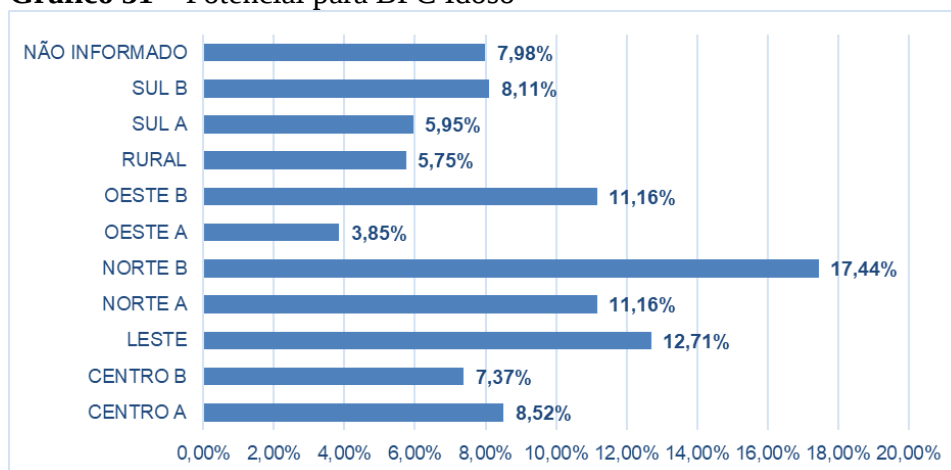


Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Em relação ao público potencial para BPC idoso, ou seja, aqueles que estão por completar 65 e se encontram dentro da faixa de renda é possível identificar que a região que concentra a maior quantidade é a Norte B e a que menos concentra público potencial é a Oeste A.

Gráfico 31 – Potencial para BPC Idoso

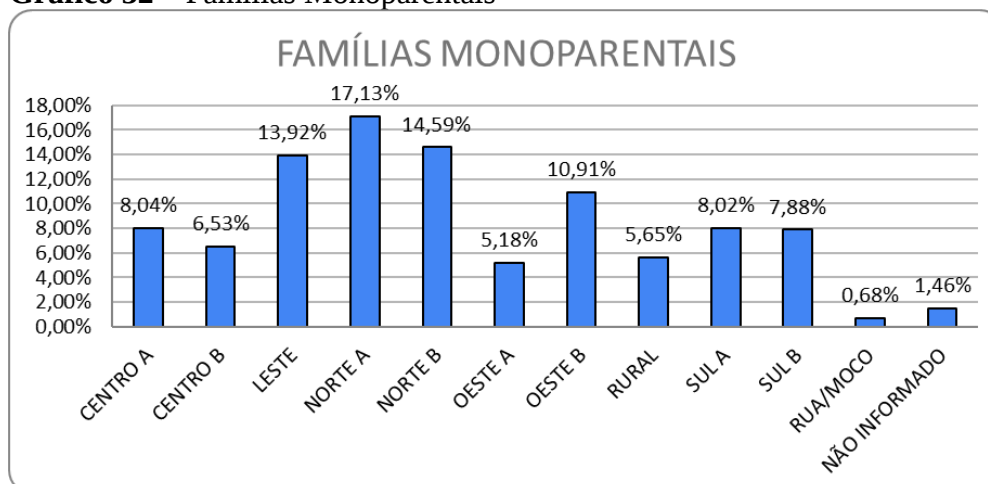


Fonte: Período jan/2020 a dez/2021

3.11 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

As famílias monoparentais são aquelas que são chefiadas por mulheres, o território Norte A é o que concentra a maior quantidade com 3.737, seguida da Norte B 3.174. A região com menor concentração é a Oeste A com 5,18%.

Gráfico 32 – Famílias Monoparentais

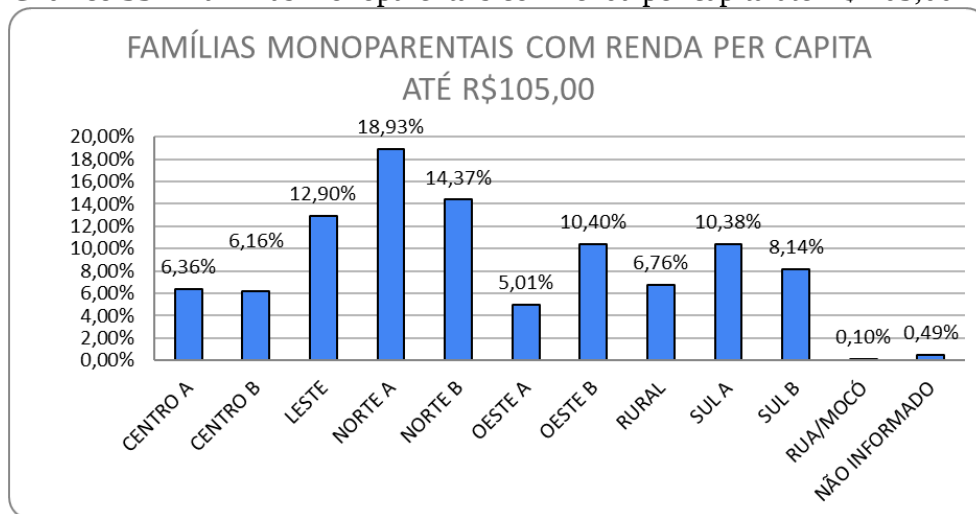


Fonte: IRSAS

O gráfico abaixo aponta a quantidade de famílias monoparentais com renda per capita até R\$105,00, ou seja, aquelas que se encontram na extrema pobreza. O território com maior

concentração é o Norte A (1.751) seguido do Norte B (1.329).

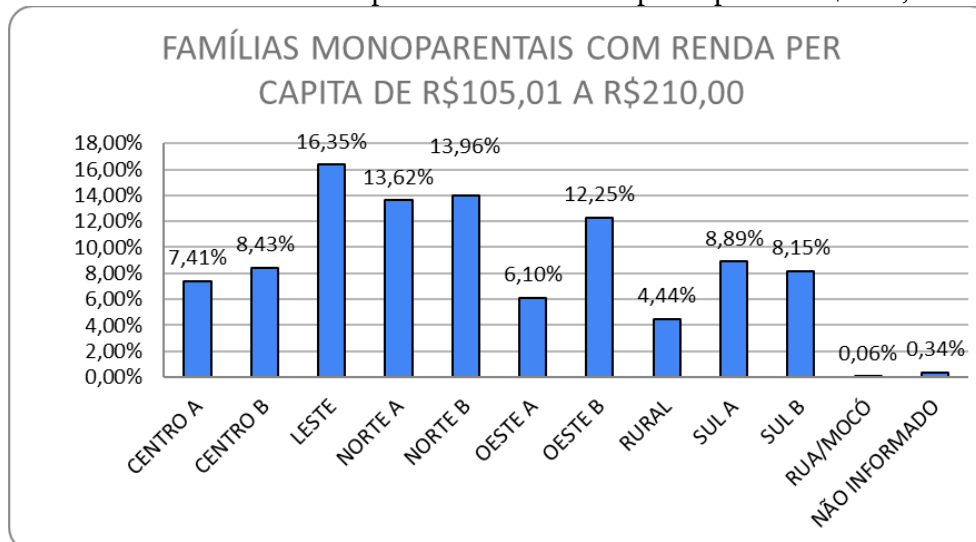
Gráfico 33 – Famílias monoparentais com renda per capita até R\$ 105,00



Fonte: IRSAS

Em relação as famílias monoparentais com renda na faixa da pobreza (R\$ 105,00 a R\$ 210,00), o território que concentra a maior quantidade de famílias é a Leste (287), seguida da Norte B (245).

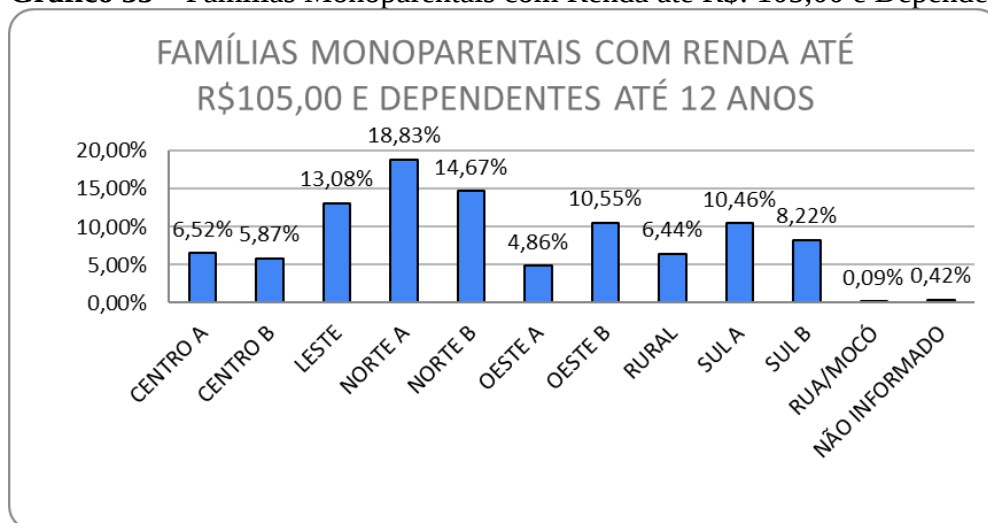
Gráfico 34 - Famílias monoparentais com renda per capita de R\$ 105,01 a R\$ 210,00



Fonte: IRSAS

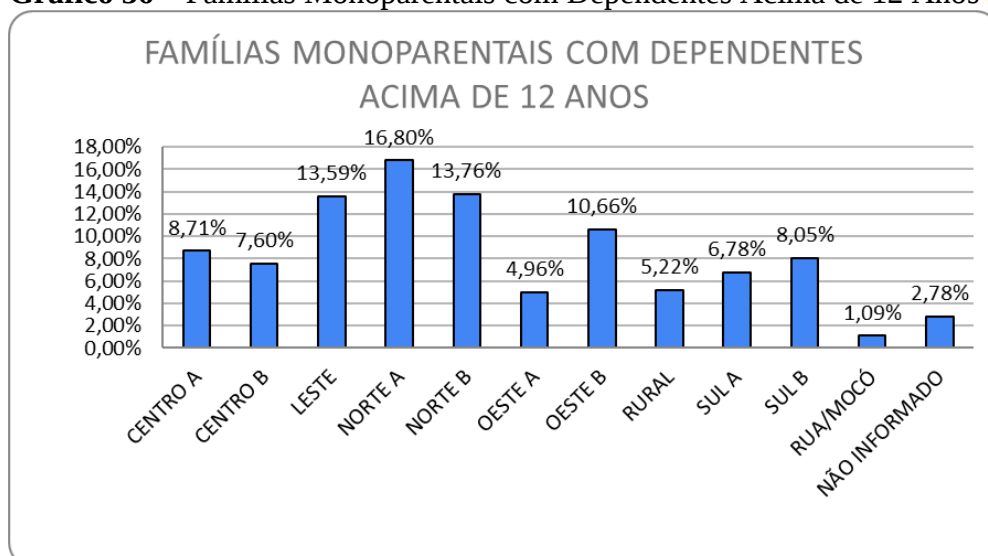
Em relação ao território com maior concentração de famílias monoparentais com crianças dependentes até 12 anos, o Norte A também se destaca com 1.290 famílias.

Gráfico 35 – Famílias Monoparentais com Renda até R\$: 105,00 e Dependentes até 12 Anos



Fonte: IRSAS

Gráfico 36 – Famílias Monoparentais com Dependentes Acima de 12 Anos



Fonte: IRSAS

3.12 DADOS GERAIS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA

A pesquisa realizada em Londrina em parceria com a UEL resultou no Relatório Final Pesquisa POP Rua Londrina, divulgada em 2019, que permitiu o aprofundamento da compreensão destes eventos e suas relações com as demandas por políticas públicas apropriadas. A partir da apresentação dos dados atualizados sobre a quantidade de pessoas que vivem nessa condição em Londrina, bem como elementos acerca das estratégias de sobrevivência dessa população, tornou-se possível verificar a necessidade de ampliação das

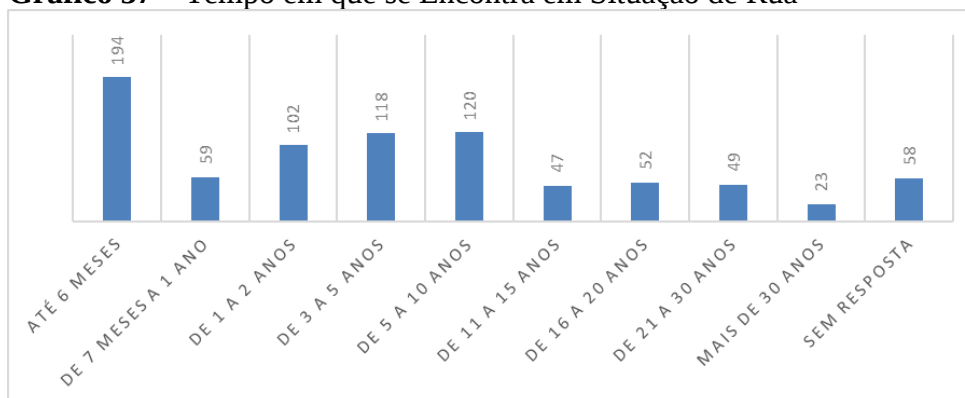
ofertas de serviços para o atendimento desse segmento populacional.

3.12.1 Quantitativo de Pessoas Vivendo nas Ruas de Londrina

Na pesquisa acima referida foram identificadas 927 (novecentas e vinte e sete) pessoas vivendo nas ruas de Londrina, sendo que 822 instrumentos de coleta de dados foram validados para a análise dos dados. O número de pessoas que vive efetivamente nessa condição é ainda maior, considerando-se que houve pessoas que se recusaram a responder à pesquisa.

3.12.2 Tempo em que se Encontra em Situação de Rua

Gráfico 37 – Tempo em que se Encontra em Situação de Rua

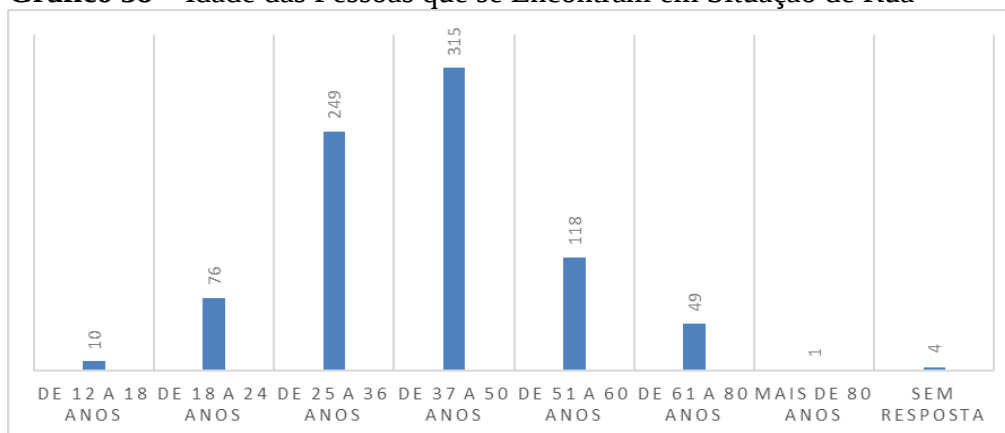


Fonte: Pesquisa POP Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

A pesquisa apresentou que 23,5% ou 194 pessoas responderam que estavam em situação de rua de 1 dia a 6 meses e, se somarmos com os que estão em situação de rua no máximo há dois anos, teremos um total de 43% ou 355 pessoas.

3.12.3 Idade das Pessoas que se Encontram em Situação de Rua

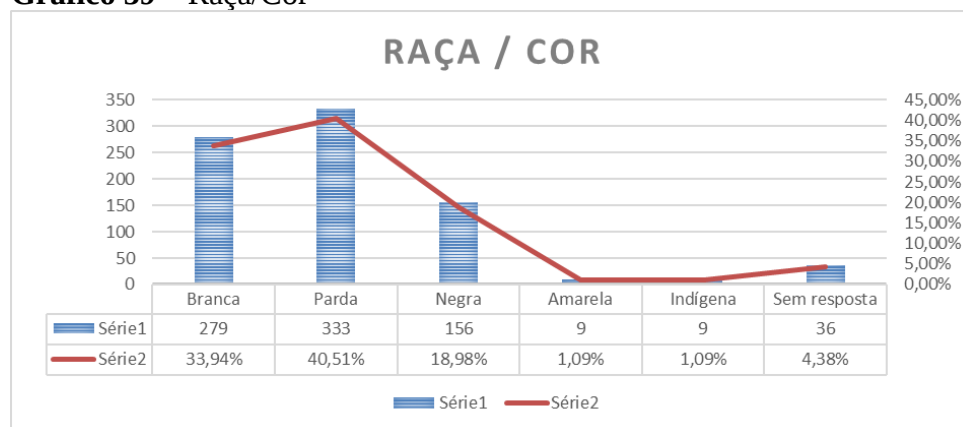
Gráfico 38 – Idade das Pessoas que se Encontram em Situação de Rua



Fonte: Pesquisa POP Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019)

3.12.4 Raça/Cor

Gráfico 39 – Raça/Cor

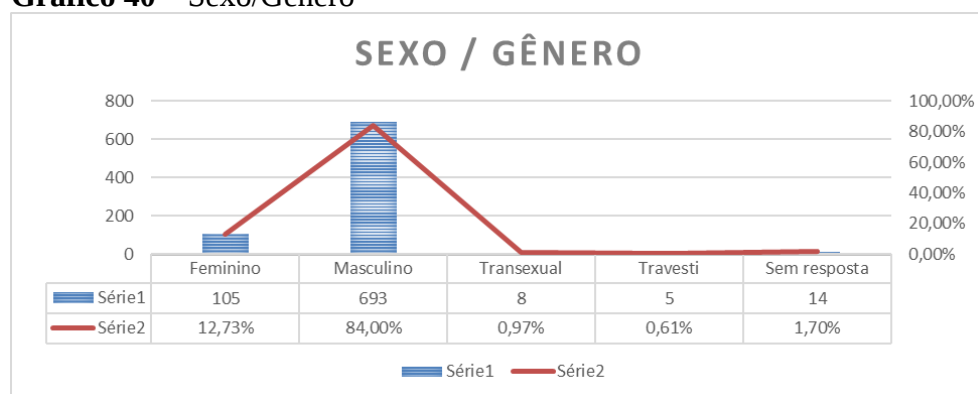


Fonte: Pesquisa POP Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

Dentre os entrevistados (as), 40,4% ou 333 se autodeclararam da cor parda, 33,8% ou 279 pessoas se autodeclararam da cor branca, 18,98% ou 156 pessoas se autodeclararam da cor negra.

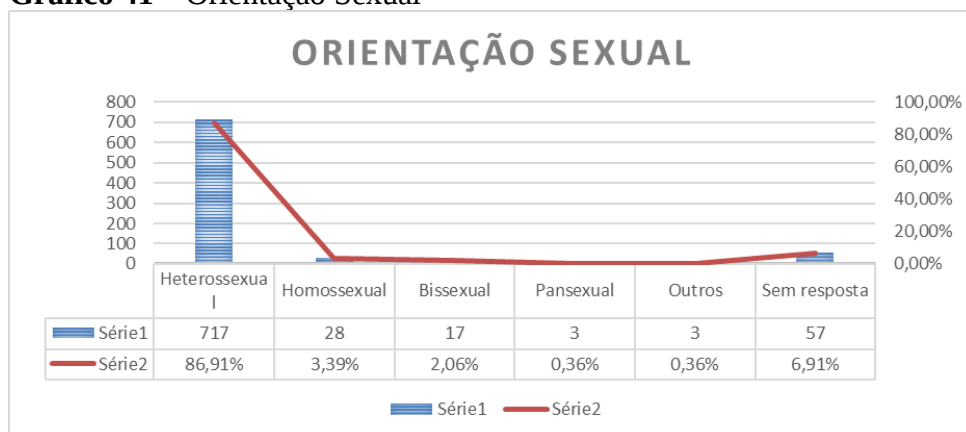
3.12.5 Sexo/Gênero

Gráfico 40 – Sexo/Gênero



Fonte: Pesquisa Pop Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

Gráfico 41 – Orientação Sexual



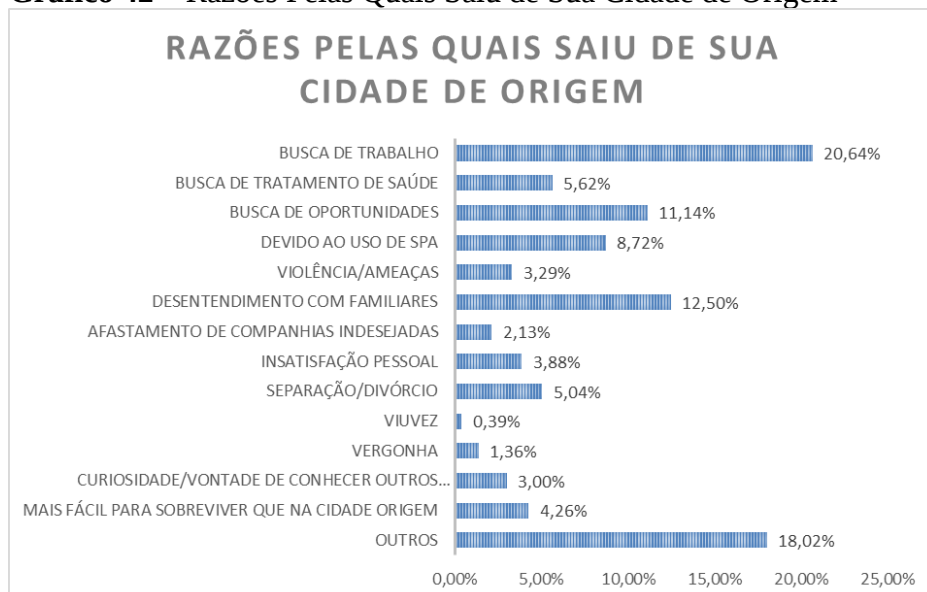
Fonte: Pesquisa Pop Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

Os dados apresentados nos gráficos acima revelam que, na mesma perspectiva da Pesquisa Nacional para a População de Rua realizada em 2007, a maioria da população em situação de rua em Londrina é composta por homens heterossexuais. Em um universo de 825 questionários, obteve-se a informação de que 84% ou 693 pessoas são do sexo masculino e que 86,9% ou 717 são heterossexuais.

Os dados demonstram ainda que em relação aos homens, é a proporção de mulheres em situação de rua é inferior sendo: 12,7% ou 105 pessoas do sexo feminino. Os que se declararam travestis e transexuais são apenas 1,6%, ou 13 pessoas, e os que se declararam homossexuais, bissexuais e pansexuais somam 51 pessoas.

3.12.6 Razões Pelas Quais Saiu de Sua Cidade de Origem

Gráfico 42 – Razões Pelas Quais Saiu de Sua Cidade de Origem



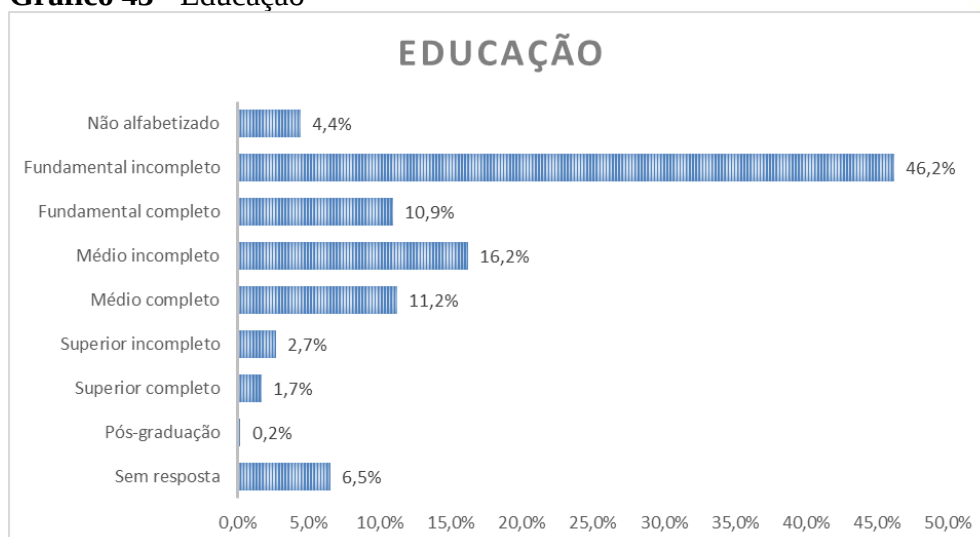
Fonte: Pesquisa Pop Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

Os gráficos retratam as razões pelas quais as pessoas migraram para a cidade de Londrina e ficaram em situação de rua. Os gráficos indicam que 46,7% (a soma de 25,8% trabalho +7% tratamento de saúde +13,9% oportunidades) vieram para o município em busca de melhores condições de vida.

Merece destaque também o fato de 4,26% do(a)s entrevistado(a)s terem afirmado que vieram para Londrina porque seria uma cidade melhor para o morador de rua sobreviver. Isso significa que, ao vir para Londrina, essa parcela da população em situação de rua já se encontrava nessa condição.

3.12.7 Educação

Gráfico 43 - Educação

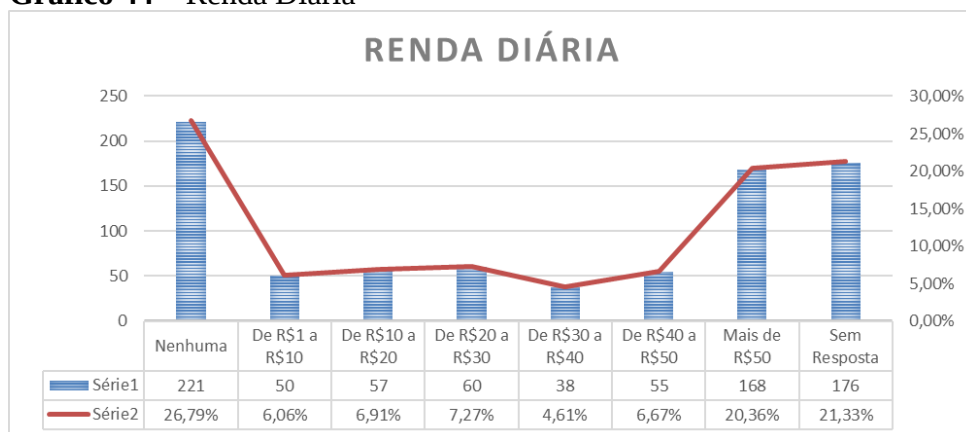


Fonte: Pesquisa Pop Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

Entre os entrevistados foram identificadas 36 pessoas (4,4%) não alfabetizadas. Quase metade dos entrevistados, num total de 381 indivíduos (46,2%), possui ensino fundamental incompleto e 90 pessoas (10,9%) concluíram apenas o ensino fundamental. 92 pessoas (11,2%) concluíram o ensino médio e outras 134 (16,2%) não chegaram a concluir essa etapa. O número dos que chegaram ao ensino superior é idêntico ao de não alfabetizados (36), representando 4,4% do total. No topo dos índices de escolaridade há duas pessoas (0,2%) com pós-graduação.

3.12.8 Trabalho, Renda e Profissão

Gráfico 44 – Renda Diária

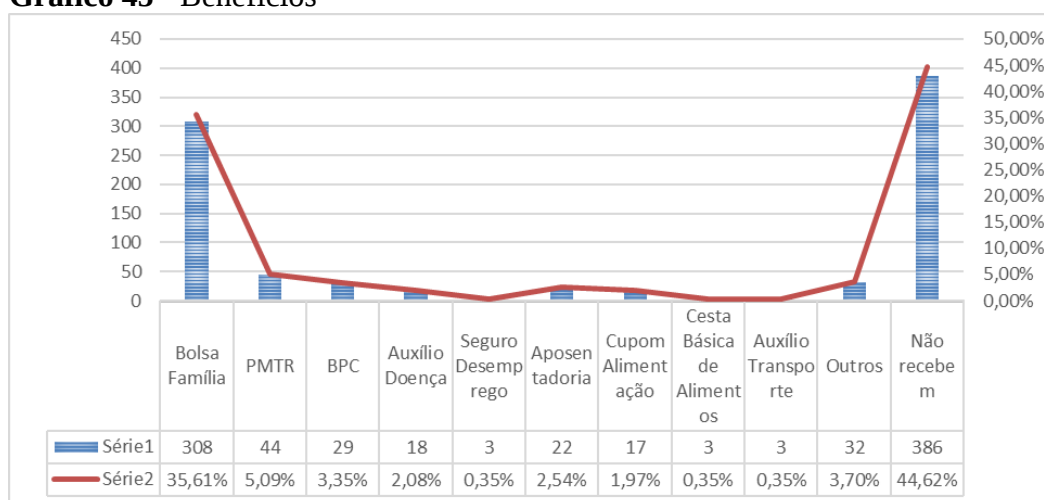


Fonte: Pesquisa Pop Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

Das pessoas entrevistadas 26,8%, ou (221 pessoas) afirmaram que não têm nenhum tipo de renda diária. Um pouco mais da metade dos entrevistados apontou algum valor de renda média diária. Entre as faixas de R\$ 1,00 até R\$ 10,00 (50), de R\$ 10,00 até R\$ 20,00 (57), de R\$ 20,00 até R\$ 30,00 (60) e de R\$ 40,00 até R\$ 50,00 (55), a variação ficou entre 50 e 60 pessoas. Na faixa de R\$ 30,00 até R\$ 40,00, esse número cai para 38, representando 4,6% do total de entrevistados. No que se refere à profissão a maioria (511 pessoas, ou 61,9%) respondeu que possui uma profissão. 117 pessoas, o que equivale a 14,2% do total, respondeu que não têm profissão.

3.12.9 Benefícios

Gráfico 45 - Benefícios



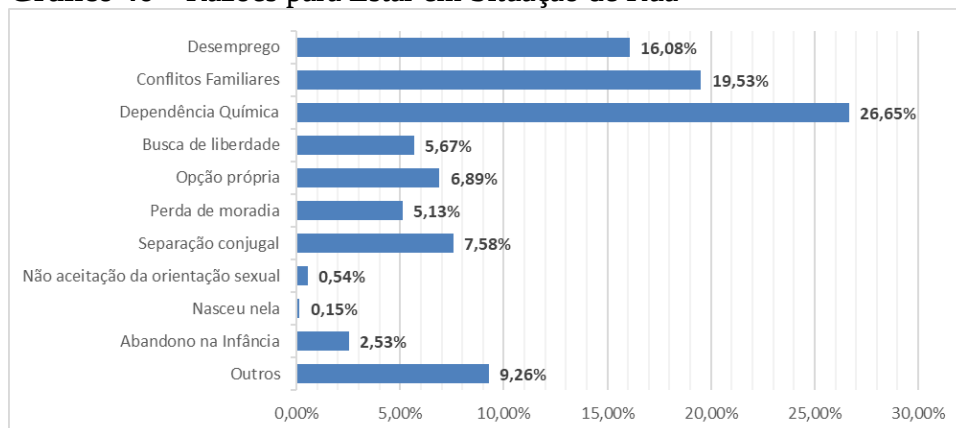
Fonte: Pesquisa POP RUA: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

Nesse gráfico, dos 865 questionários válidos para a análise de dados, apenas 479 apresentaram alguma resposta, o que corresponde a 55,38% do total de entrevistados. Dentre

as respostas, o item bolsa família foi o que mais apareceu como benefício recebido pela população em situação de rua, em percentual equivalente a 35,61% (308 pessoas).

3.12.10 Razões para Estar em Situação de Rua

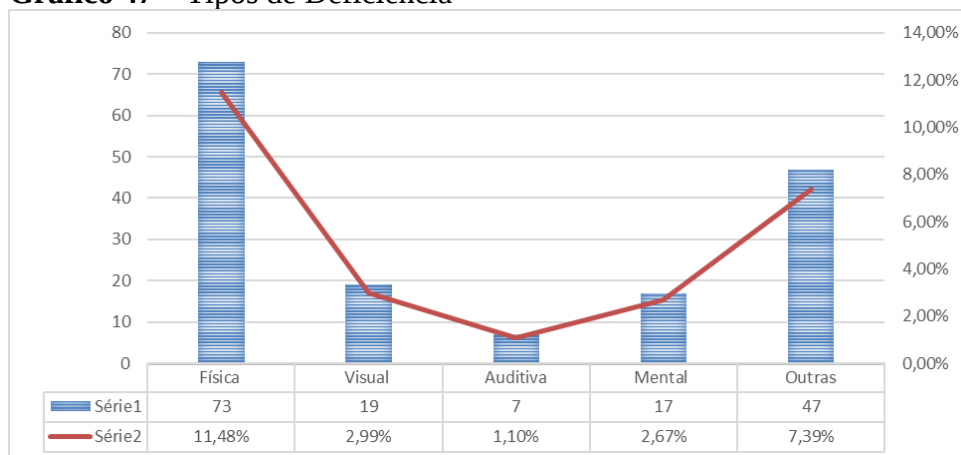
Gráfico 46 – Razões para Estar em Situação de Rua



Fonte: Pesquisa Pop Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

Dentre os entrevistados, 26,65% indicaram como a maior razão para a permanência na rua a dependência química. Esse motivo pode aparecer associado a outros determinantes.

Gráfico 47 – Tipos de Deficiência

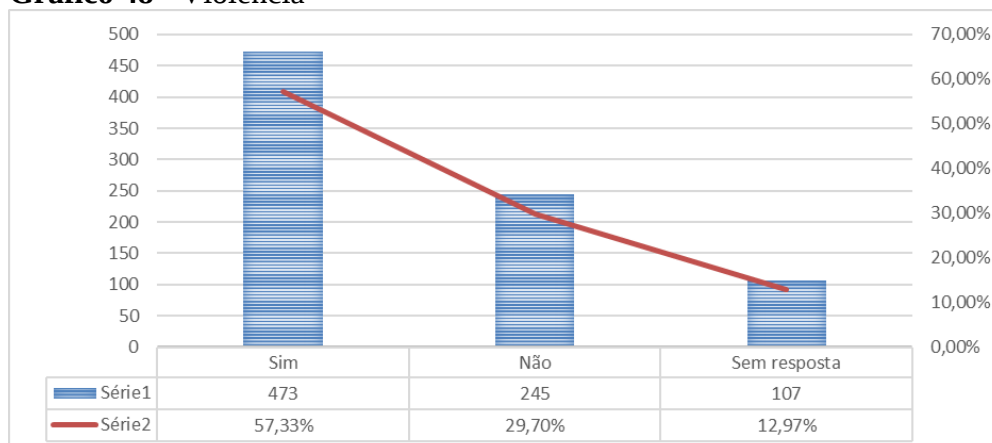


Fonte: Pesquisa Pop Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

De acordo com o gráfico acima, os entrevistados poderiam assinalar mais de um tipo de deficiência conforme sua realidade. Sendo assim, foi recebido um total de 636 respostas, dentre elas, 74,37% dos entrevistados afirmaram não possuir nenhum tipo de deficiência, enquanto os demais que responderam a essa pergunta afirmaram ter alguma deficiência (25,63%), dentre elas a deficiência física (11,48%), visual (2,99%), auditiva (1,10%), mental (2,67%) e outras (7,39%).

3.12.11 Violência

Gráfico 48 - Violência



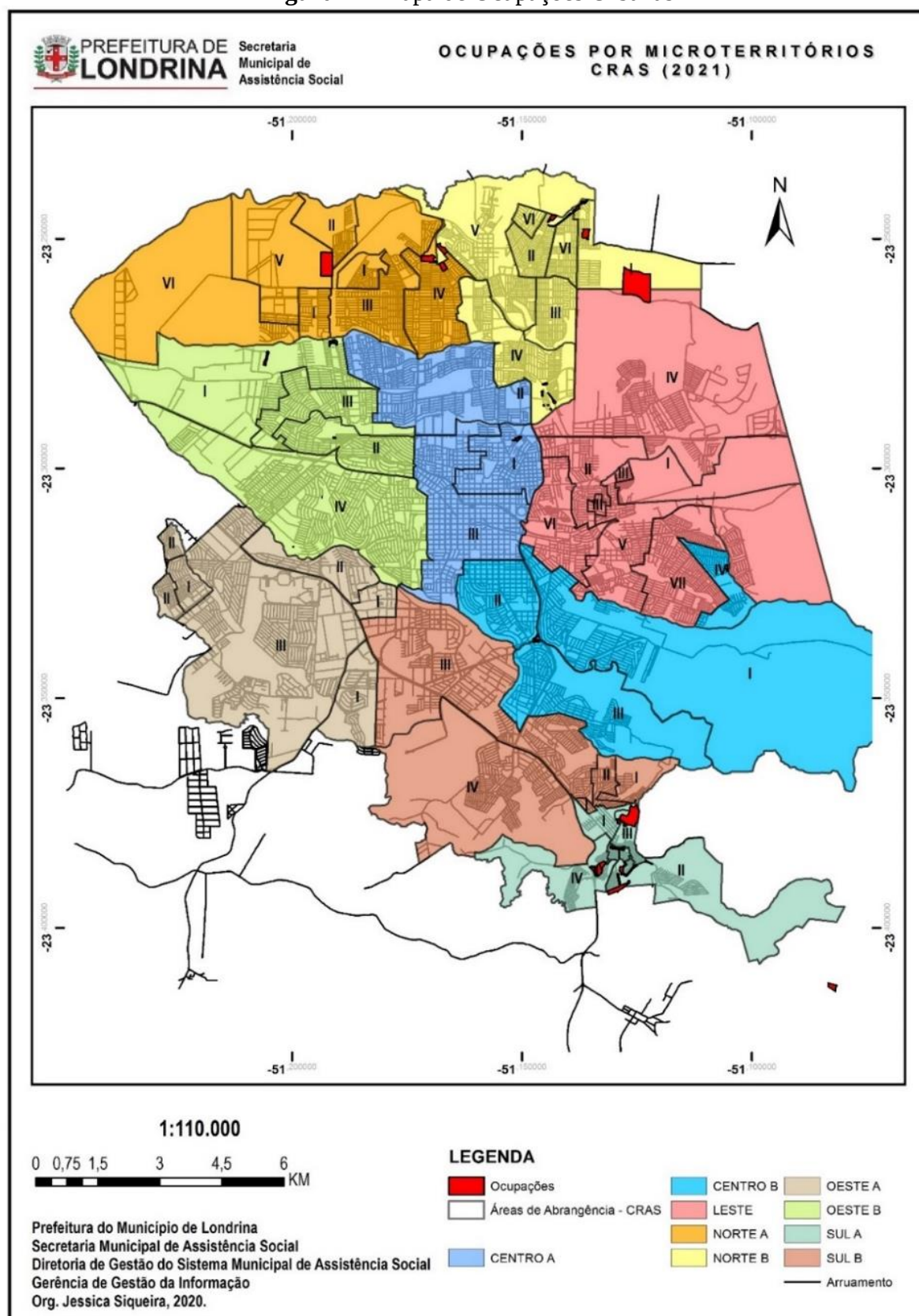
Fonte: Pesquisa Pop Rua: estudos sobre a população em situação de rua de Londrina PR (2017-2019).

Os dados da pesquisa revelam que parcela significativa dos entrevistados, 57,33% ou 473 pessoas já sofreram algum tipo de violência física, sendo a maioria delas por policiais militares, o que corresponde a 34,3% ou 283 pessoas, seguido por 26,3% ou 217 pessoas que sofreram violência física praticada por outra pessoa em situação de rua e 23,2% ou 191 pessoas que sofreram violência por parte de guardas municipais.

3.13 MAPA DAS OCUPAÇÕES URBANAS EM LONDRINA

Para fins de identificação da população que se encontra residindo em ocupações urbanas no município de Londrina, o mapa abaixo ilustra a área por microterritório. O levantamento foi realizado em 2020 pelas equipes dos CRAS que atendem estes públicos de forma contínua. Após este período, com o adensamento da pandemia, houve grande procura de casas nestas áreas. Nos dados territoriais será abordado as ocupações e seus respectivos endereços de acordo com dados fornecidos pela COHAB.

Figura 2 – Mapa de Ocupações Urbanas



Fonte: SMAS, 2020.

3.14 NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO – SINAN

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)⁷ é a ferramenta que visa o registro compulsório de doenças e agravos identificado nos municípios, dentre as várias possibilidades de notificação encontra-se as diversas formas de violências interpessoais e autoprovocada. O registro das notificações possibilita traçar um panorama sobre como o fenômeno da violência tem se configurado no município.

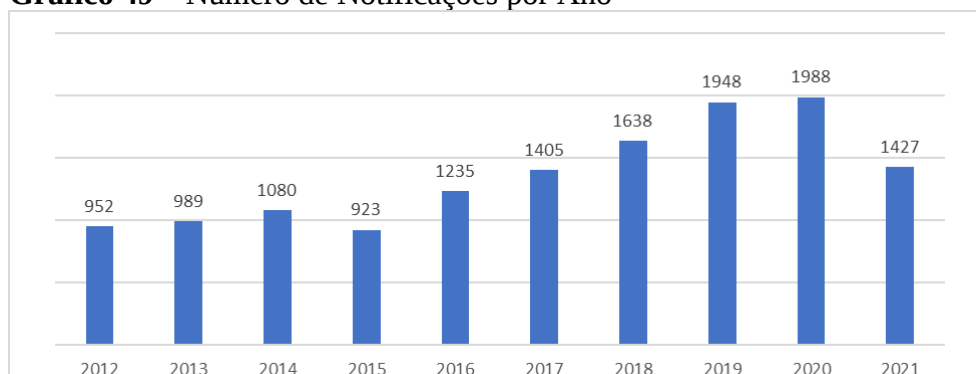
Para entender como a violência interpessoal e autoprovocada tem sido notificada no município de Londrina e as características das vítimas será realizado um recorte de dez anos (2012 a 2021), no qual será apresentado o número de notificações, a característica por faixa de idade, gênero, e tipo de violência.

3.14.1 Número de Notificações⁸ no SINAN 2012 a 2021

No período correspondente a 10 anos houve um aumento no número de notificações no SINAN no município de Londrina, sai de 952 notificações em 2012 e alcança 1427 em 2021, no entanto, o ano de 2020 registrou mais que o dobro de notificações, se comparado a 2012, amontoando 1988 notificações.

É possível perceber uma ascendência no quantitativo de notificações, porém 2020 para 2021 é marcado por uma queda de 28,21% nos registros.

Gráfico 49 – Número de Notificações por Ano



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

⁷ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/violepr.def>

⁸ Cada ficha de notificação pode conter mais de uma violência associada.

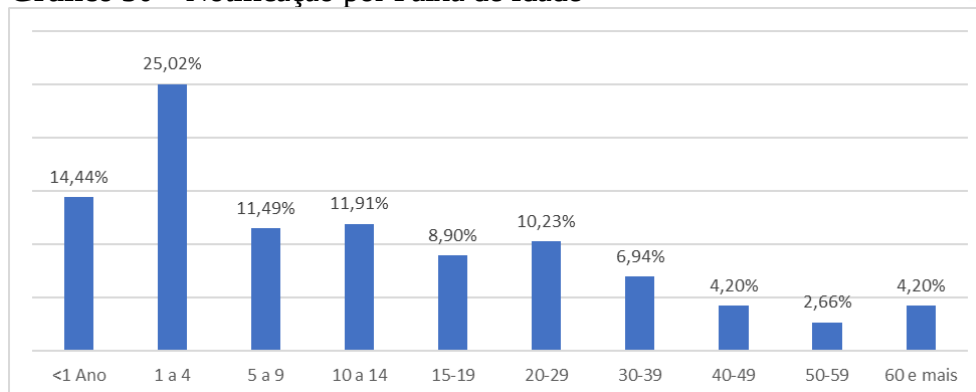
3.14.2 Notificações por Idade

O SINAN adota 10 divisões de idade para classificar vítimas e autores de violência interpessoal e autoprovocada, sendo menor de 1 ano, 1 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, 50 a 59 anos e acima de 60 anos.

Para chegar neste dado, foi somado todas as notificações por idade no período de 2012 a 2021, e realizado a proporção.

Por esta classificação percebe que nesses 10 anos a crianças de 1 a 4 anos foram as principais vítimas, acarretando 25,02%, em seguida vem os menores de 1 ano de idade com 14,44%.

Gráfico 50 – Notificação por Faixa de Idade



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Dentre os menores de 1 ano até 14 anos o período dos 10 anos correspondentes foi marcado por elevação nas notificações, enquanto em todo os grupos de idade superior a 15 anos o registro esteve em queda.

Ao detalhar as notificações por idade no decorrer desses 10 anos é possível perceber que quanto menor a idade, maior o aumento de notificação. Entre os menores de 1 ano as notificações tiveram um acréscimo de 1244%, enquanto acima de 60 anos houve redução de quase 70%.

Tabela 9 - Percentual de notificação por faixa de idade

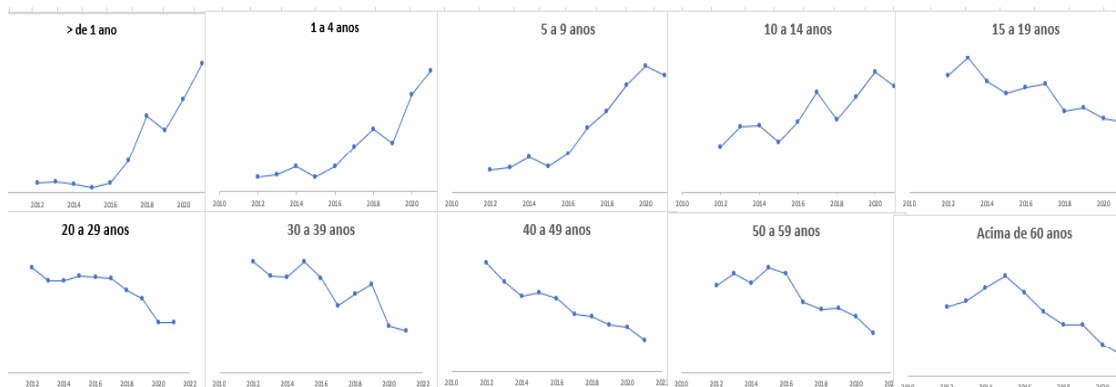
Ano da Notificação	Ign/ Branco	<1 Ano	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 e mais
2012	0,00%	1,16%	2,94%	2,21%	5,15%	14,81%	21,53%	18,07%	14,29%	5,78%	14,08%
2013	0,10%	1,21%	3,54%	2,43%	7,38%	16,99%	18,71%	15,87%	11,83%	6,57%	15,37%
2014	0,28%	0,93%	5,37%	3,52%	7,59%	13,98%	18,70%	15,65%	9,91%	5,93%	18,15%
2015	0,00%	0,65%	3,03%	2,49%	5,74%	12,57%	19,72%	18,09%	10,40%	6,93%	20,37%
2016	0,24%	1,13%	5,26%	3,81%	7,94%	13,20%	19,60%	15,47%	9,72%	6,56%	17,09%
2017	0,00%	3,56%	9,32%	6,41%	11,32%	13,67%	19,29%	10,96%	7,62%	4,70%	13,17%
2018	0,00%	8,61%	13,00%	8,06%	8,18%	10,20%	16,85%	12,88%	7,33%	4,21%	10,68%

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

2019	0,21%	7,08%	10,06%	10,52%	10,73%	10,68%	15,09%	14,43%	6,26%	4,31%	10,63%
2020	0,00%	10,41%	20,17%	12,42%	13,48%	9,31%	10,41%	7,75%	5,94%	3,72%	6,39%
2021	0,00%	14,44%	25,02%	11,49%	11,91%	8,90%	10,23%	6,94%	4,20%	2,66%	4,20%

Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Gráfico 51 – Notificação por idade

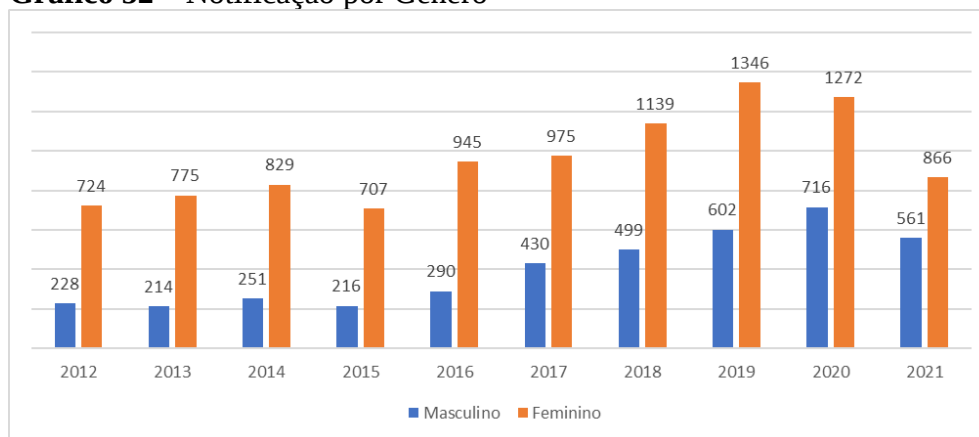


Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.3 Notificação por Gênero

Em todos os anos que se aplica o recorte temporal as principais vítimas das violências notificadas são do sexo feminino.

Gráfico 52 – Notificação por Gênero



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

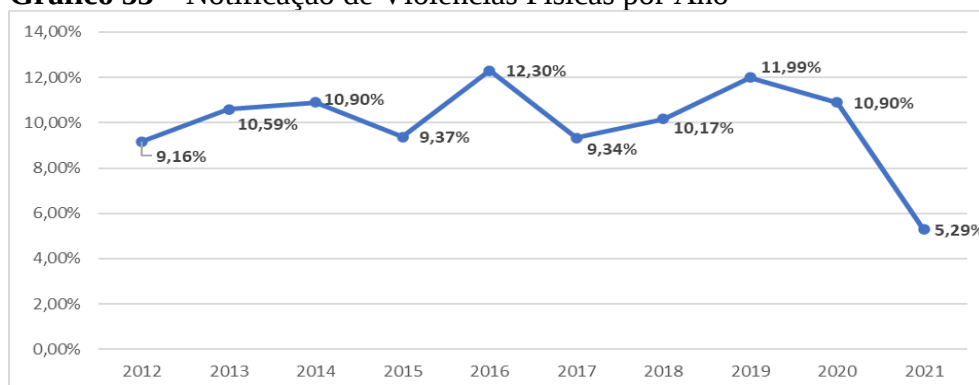
3.14.4 Tipo de Violência por Idade

3.14.4.1 Violência física

O gráfico abaixo, se refere ao percentual de notificações de violência física em cada ano, onde mostra que o pico foi em 2016, com 12,30%, e 2021 com o ano com menor índice 5,29%, a queda entre 2020 e 2021 representou a maior registrada 5,61%

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

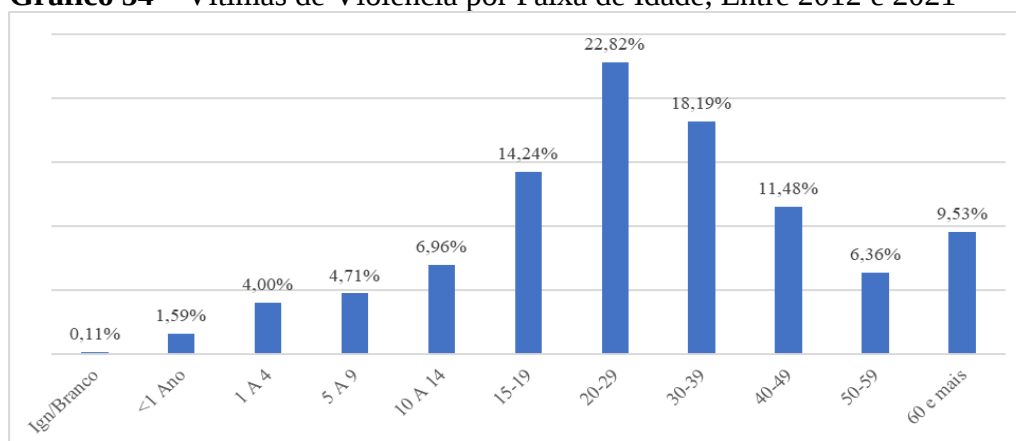
Gráfico 53 – Notificação de Violências Físicas por Ano



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

A faixa de idade que teve mais notificações de violência física se caracteriza por pessoas adultas, de 20 a 29 anos (22,82%), seguido de 30 a 39 anos (18,19%). Com menor percentual se encontra as crianças e adolescentes até 14 anos.

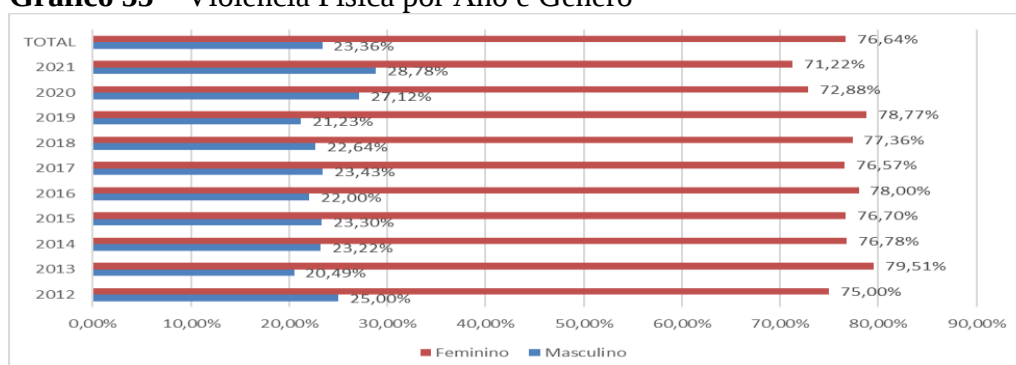
Gráfico 54 – Vítimas de Violência por Faixa de Idade, Entre 2012 e 2021



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Na distribuição por gênero, a violência física atinge mais as pessoas do sexo feminino são 76,64% contra 23,36% do sexo masculino.

Gráfico 55 – Violência Física por Ano e Gênero

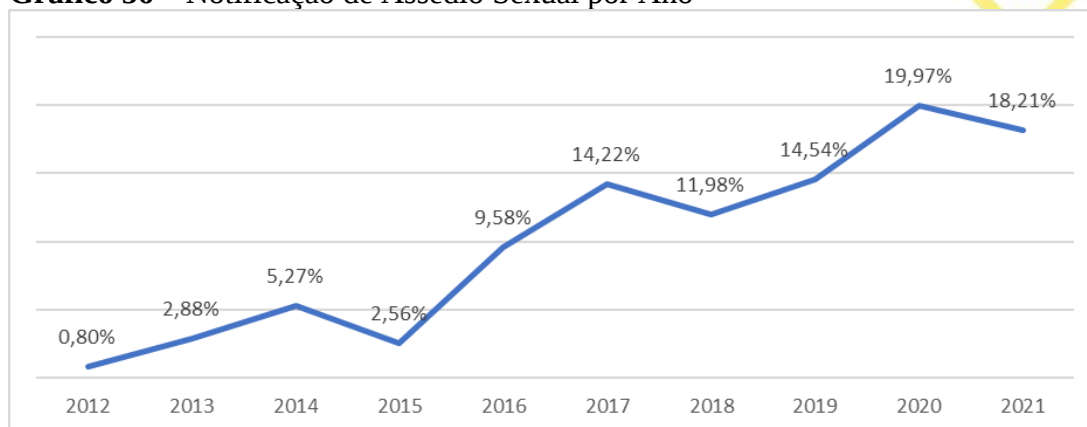


Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.2 Assédio sexual

O assédio sexual teve 626 registros (3,03%) entre 2012 a 2021, vêm mostrando aumento bastante considerável, sai de 0,80% e chega a 19,97% em 2022. Houve uma queda entre 2017 e 2018, porém no ano seguinte voltou a subir, a redução entre 2020 e 2021 foi pouco significativa, 1,76%.

Gráfico 56 – Notificação de Assédio Sexual por Ano



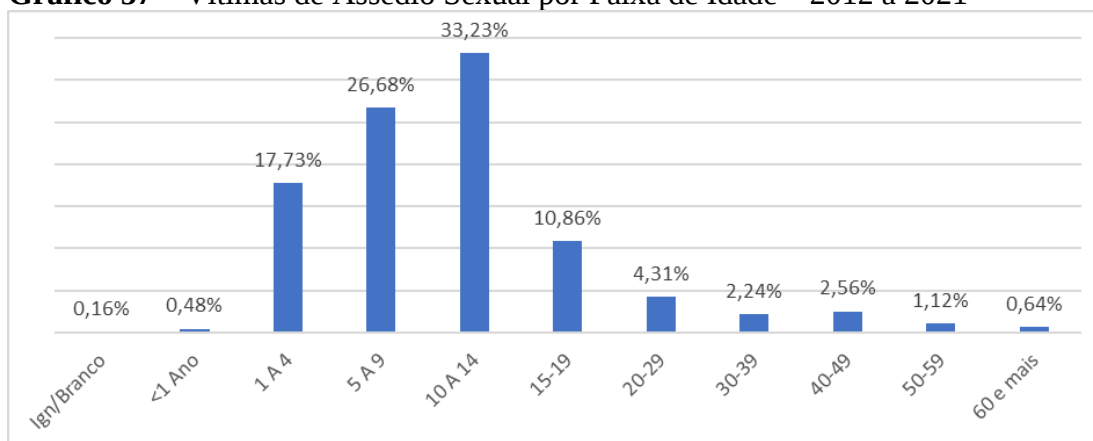
Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

As principais vítimas de assédio sexual estão do sexo feminino, das 626⁹ notificações com este tipo de violência 482 são do sexo feminino, enquanto 144 do sexo masculino.

Crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos acumularam o maior efetivo desta violação, sendo que das 208 notificações para esta faixa de idade, 175 (84,13%) as vítimas eram do sexo feminino e 33 (15,87%) do sexo masculino. Na sequência estão as pessoas entre 5 a 9 anos, com 26,68%, das 167, 102 (61,08%) do sexo feminino e 65 (38,92%) do sexo masculino. Os dados demonstram o assédio sexual faz mais vítimas pessoas até 14 anos, após quanto maior idade, menor a possibilidade.

⁹ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/violepr.def>

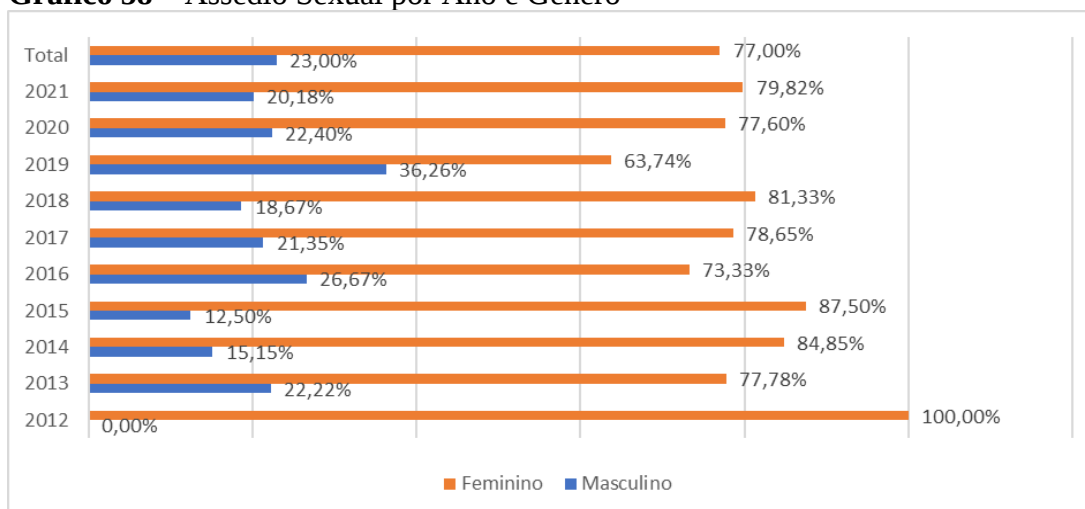
Gráfico 57 – Vítimas de Assédio Sexual por Faixa de Idade – 2012 a 2021



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Em 2012 não houve registro de assédio sexual praticado contra pessoas do sexo masculino, no entanto é possível perceber que a quantidade de pessoas do sexo masculino que tem o assédio sexual notificado tem ganhado maior expressão, atingindo 36,26% em 2019.

Gráfico 58 – Assédio Sexual por Ano e Gênero

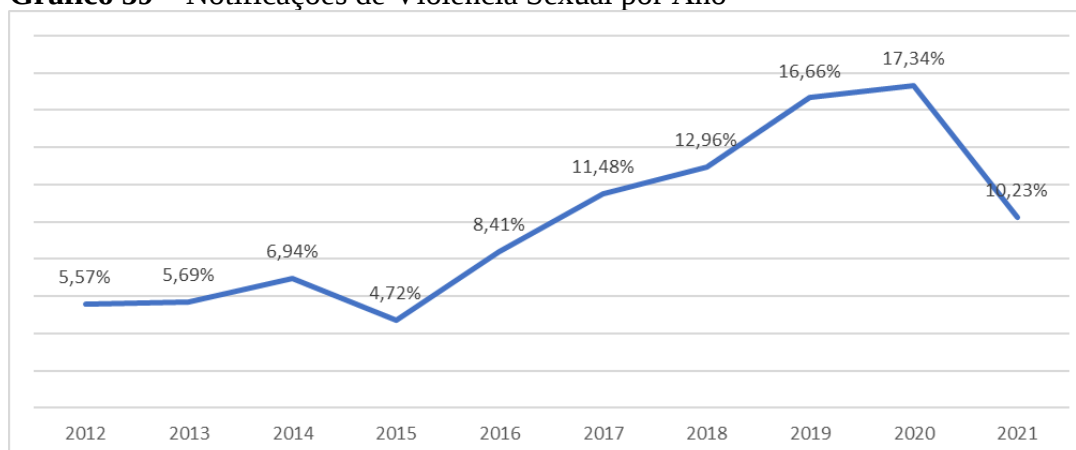


Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.3 Violência sexual

As notificações por violência sexual contabilizaram 1759 notificações (8,52%), de 2015 a 2020 registrou alta significativa, saindo de 4,72% alcançando em 2020 17,34%, com queda de 7,11% em 2021.

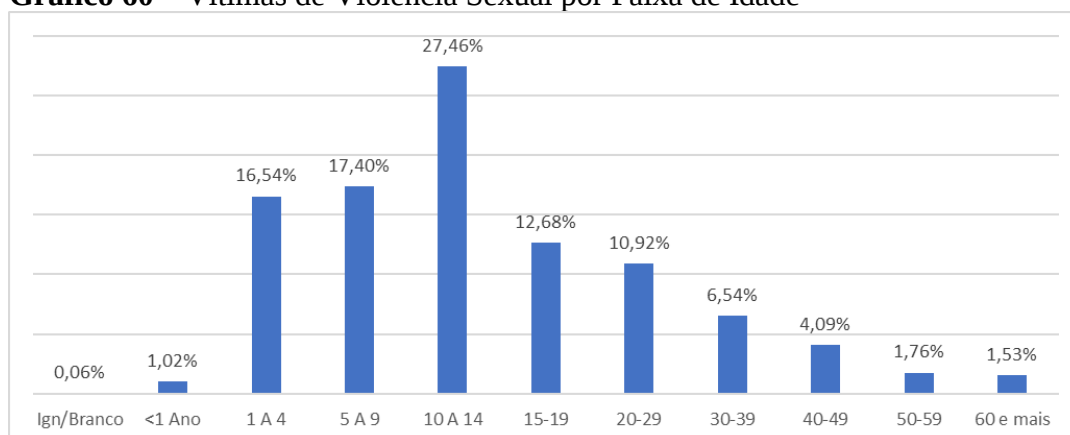
Gráfico 59 – Notificações de Violência Sexual por Ano



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Segue a mesma lógica do assédio sexual, colocando as crianças e adolescentes até 14 anos como as principais vítimas nos últimos 10 anos, com mais da metade das notificações, 62,42%, e quanto mais idade menor o risco de sofrer este tipo de violência.

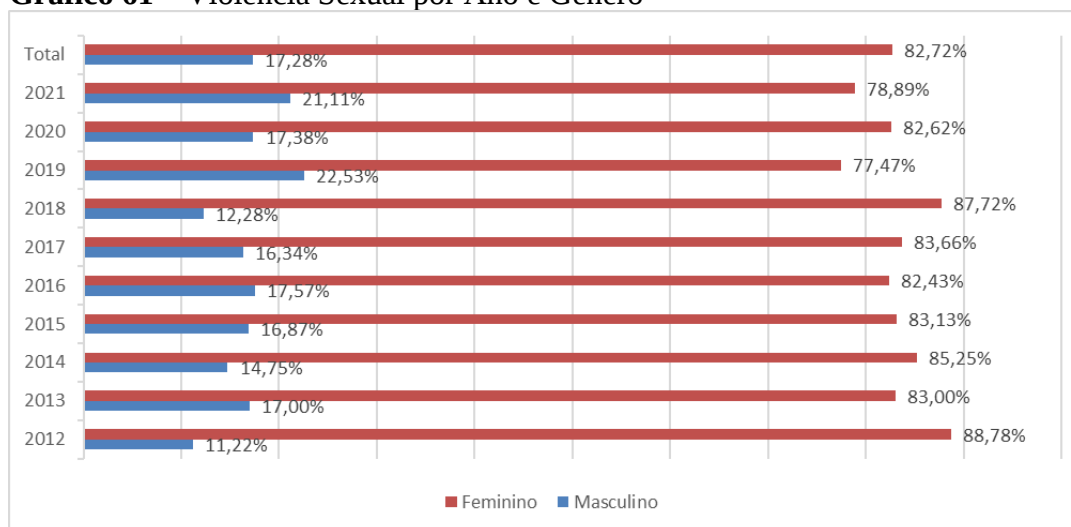
Gráfico 60 – Vítimas de Violência Sexual por Faixa de Idade



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Na distribuição por gênero entre 2012 a 2020 17,28% da violência sexual notificada foi em pessoas do sexo masculino e 82,72% feminino. Mesmo sendo mais expressivo a violência sexual praticada contra pessoas do sexo feminino, nota-se que vem crescendo o percentual de pessoas do sexo masculino vitimados pela violência sexual, em 2012 correspondia a 11,22 %, chegou a 22,53% em 2019.

Gráfico 61 – Violência Sexual por Ano e Gênero

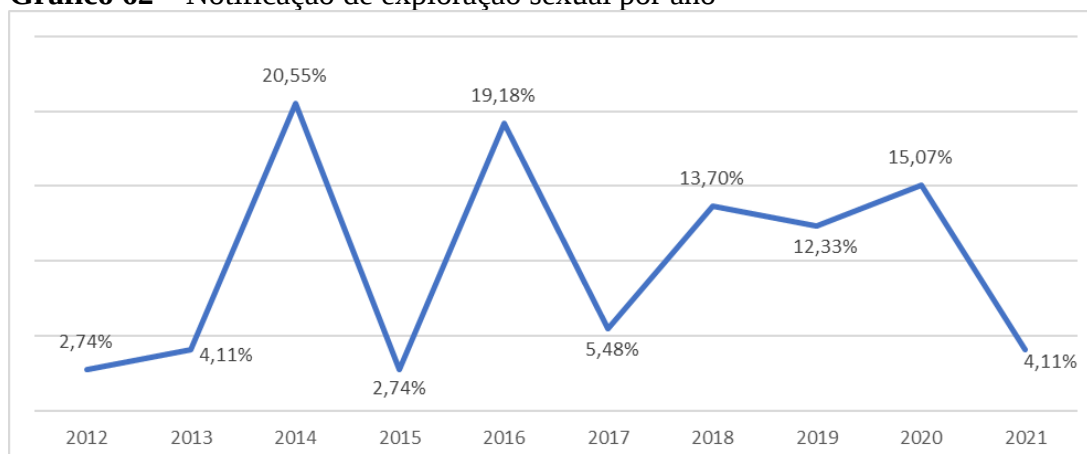


Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.4 Exploração sexual

A exploração sexual teve 73 registros entre 2012 a 2021, o que representa 035% das notificações, apresenta oscilação entre 2012 a 2017, arranca em 2012 com 2,74%, atinge seu ápice em 2014 com 20,55%, entre 2018 a 2020 o percentual não muda muito, porém chega em 2021 registrando 4,11%.

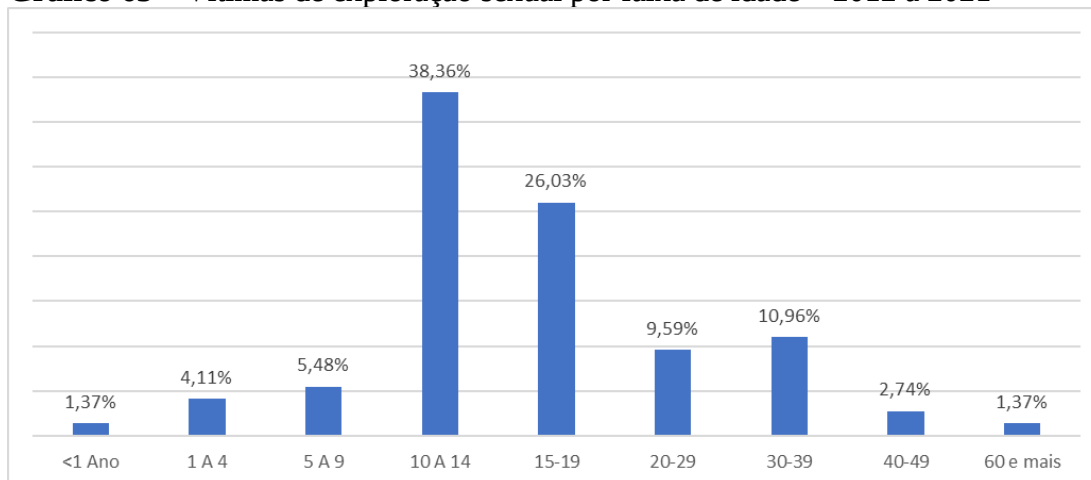
Gráfico 62 – Notificação de exploração sexual por ano



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Fez das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos suas principais vítimas 38,36%, seguido de adolescentes entre 15 a 19 anos, 26,03%.

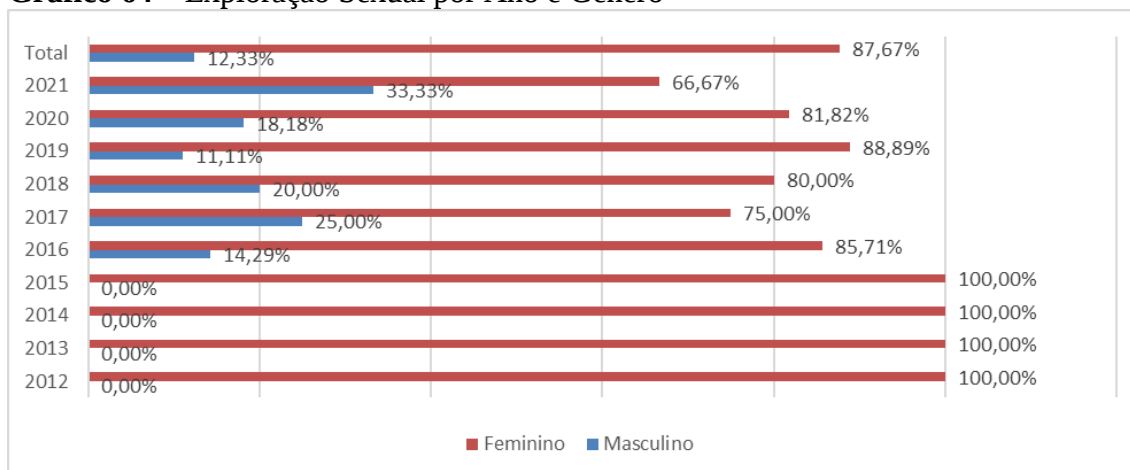
Gráfico 63 – Vítimas de exploração sexual por faixa de idade – 2012 a 2021



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Entre 2012 e 2015 não houve registro de exploração sexual entre pessoas do sexo masculino, o maior índice foi atingido em 2021 com 33,33%. Assim como em todas as violências de cunho sexual, está também tem em todos os anos as mulheres como as mais vitimadas, sendo que no total acumulado no período de 10 anos 87,67% das vítimas são do sexo feminino, enquanto 12,33% do sexo masculino.

Gráfico 64 – Exploração Sexual por Ano e Gênero



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.5 Estupro

Ocorreu 1.144 (5,54%) registros de situação de estupro entre 2012 a 2021. É possível notar uma crescente entre 2016 a 2020, sai de 5,07% (menor índice) em 2015 e atinge 16,61% em 2019. Em 2021 tem queda importante, ficando em 6,82%.

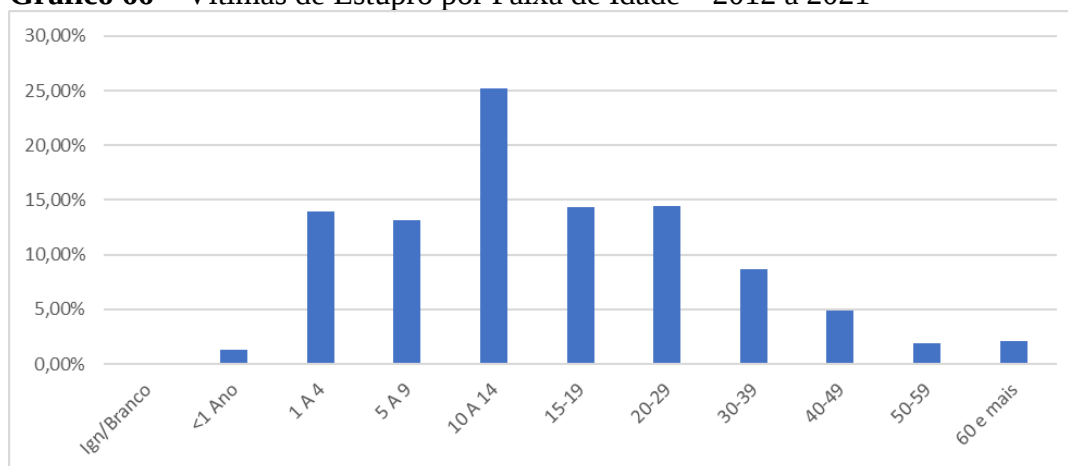
Gráfico 65 – Notificação de Estupro por Ano



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

A respeito da faixa etária o destaque é para crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos, computando 25,17%. A soma das notificações que compreende crianças entre 0 e 9 anos resultou em 28,41%. A fase da infância e adolescência é o período que mais se registra estupro.

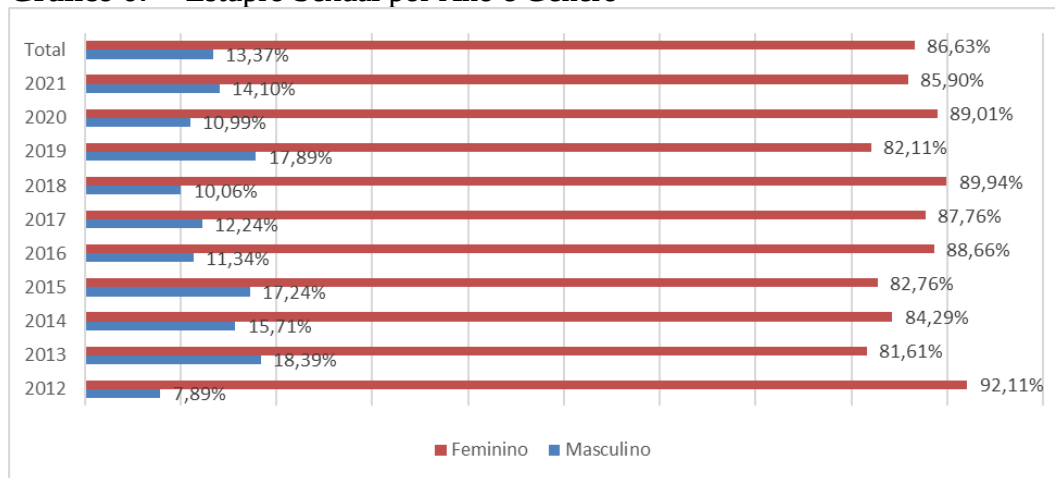
Gráfico 66 – Vítimas de Estupro por Faixa de Idade – 2012 a 2021



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

O menor percentual de pessoas do sexo feminino que foi vitimada por estupro ocorreu em 2013 com 81,61%. Em nenhum ano as mulheres ficaram com percentual abaixo deste de 2013.

Gráfico 67 – Estupro Sexual por Ano e Gênero

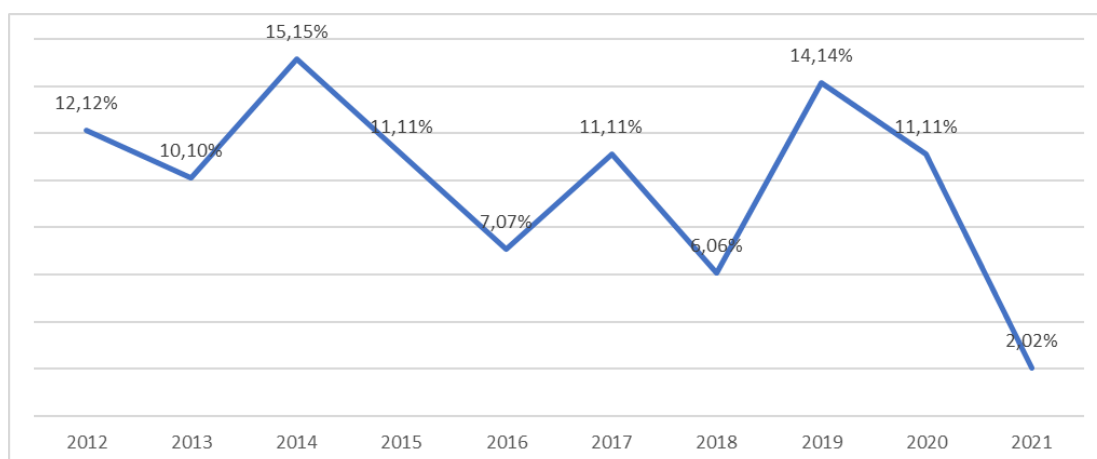


Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.6 Violência policial/agente da lei

As notificações por violência policial acumularam o total de 99 entre 2012 a 2020, o que representa 0,48%. Teve no ano de 2014 o maior percentual, 15,15% e o menor em 2021 com 2,02%.

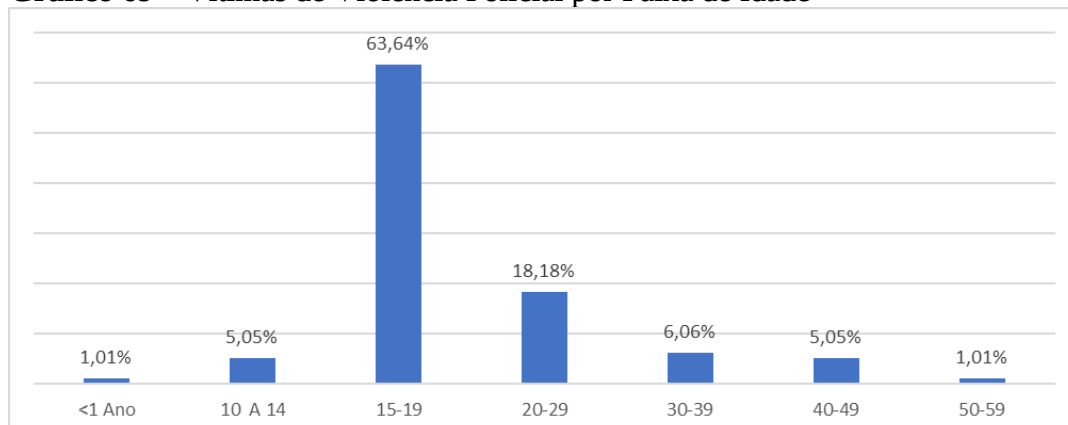
Gráfico 68 – Notificação de Violência Policial por Ano



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

A idade em que esta violência mais se inclina é entre 15 a 19 anos, desponta com 63,64%, a que vem em seguida, 20 a 29 anos apresenta índice bem abaixo, 18,18%. Somando todas as outras faixas de idade, não supera o índice de adolescentes e jovens que sofreram violência policial.

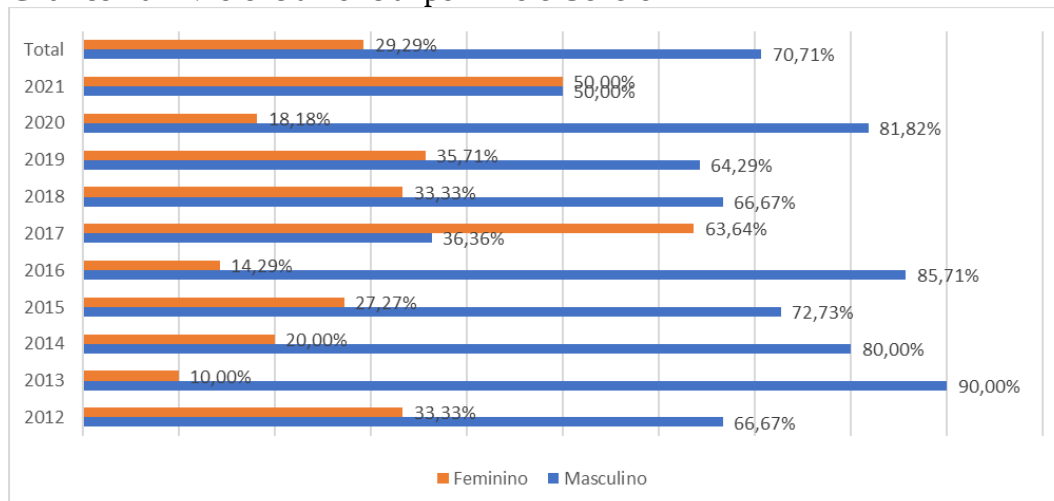
Gráfico 69 – Vítimas de Violência Policial por Faixa de Idade



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Dentro da perspectiva de gênero a predominância é a incidência da violência policial contra pessoas do sexo masculino, porém entre as violências apresentadas é a que revela menor discrepância, no ano de 2017 teve mais registro de violência policial cometida contra pessoas do sexo feminino, 7 entre as 11 notificações.

Gráfico 70 – Violência Policial por Ano e Gênero

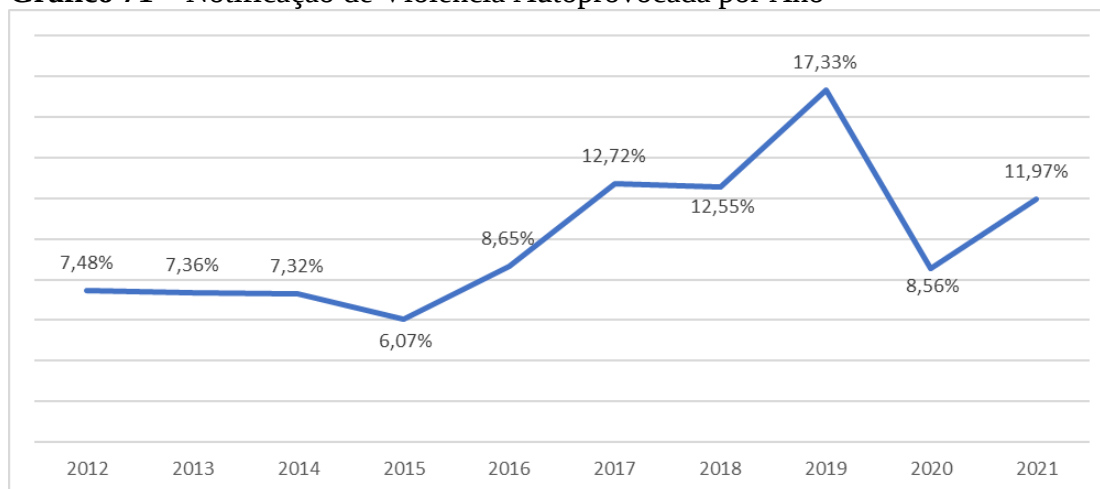


Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.7 Violência interpessoal/autoprovoçada

Esta modalidade de violência contou com 2406 notificações, abarcando 11,65%, parte em 2012 com 7,48% alcançando o seu cume em 2019 com 17,33% (417), sofre uma queda em 2020 com a marca de 8,56% e em 2020 ascende para 11,97%.

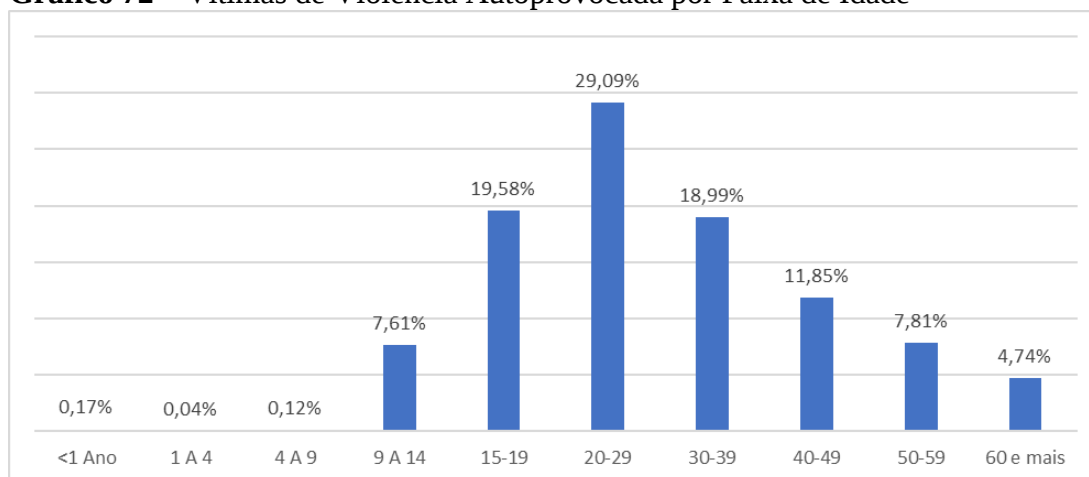
Gráfico 71 – Notificação de Violência Autoprovocada por Ano



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

A faixa de idade que mais tem apresentado este tipo de notificação está entre 20 a 29 anos com 29,09%, em seguida jovens entre 15 a 19 anos, com 19,58%.

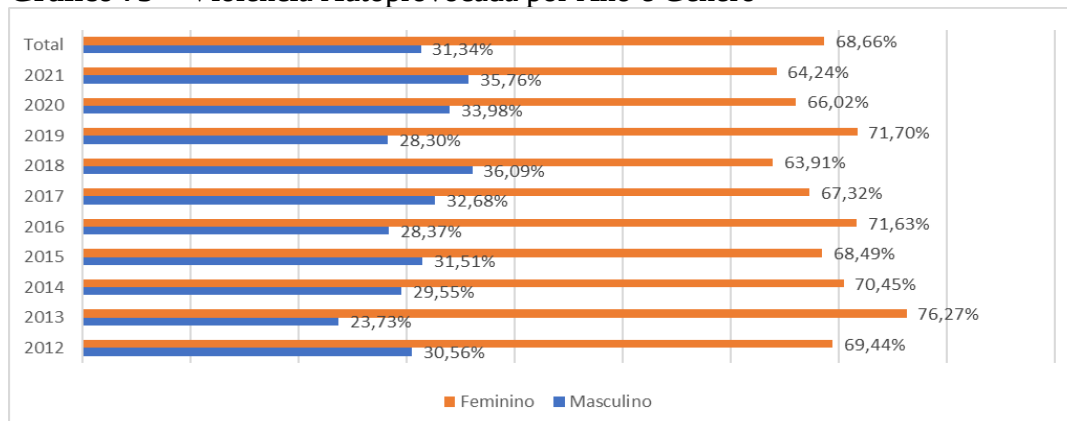
Gráfico 72 – Vítimas de Violência Autoprovocada por Faixa de Idade



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Durante todo o período as mulheres são as que mais tem a auto violência notificada, os números não sofrem variação significativa na proporcionalidade entre os sexos.

Gráfico 73 - Violência Autoprovocada por Ano e Gênero

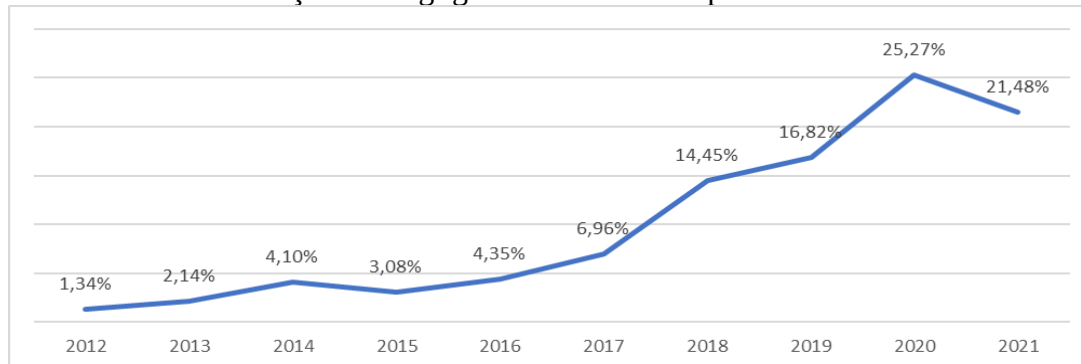


Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.8 Violência de negligência/abandono

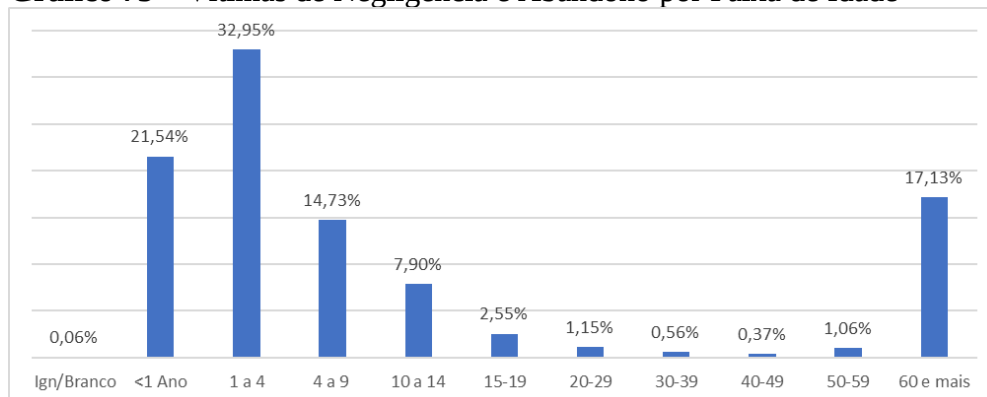
As notificações por negligência e abandono também vem se intensificando e apresenta curva ascendente até 2020, parte de 1,34% em 2012 e atinge a marca de 25,27%, com uma leve queda em 2021 para 21,48%.

Gráfico 74 – Notificação de Negligência e Abandono por Ano



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

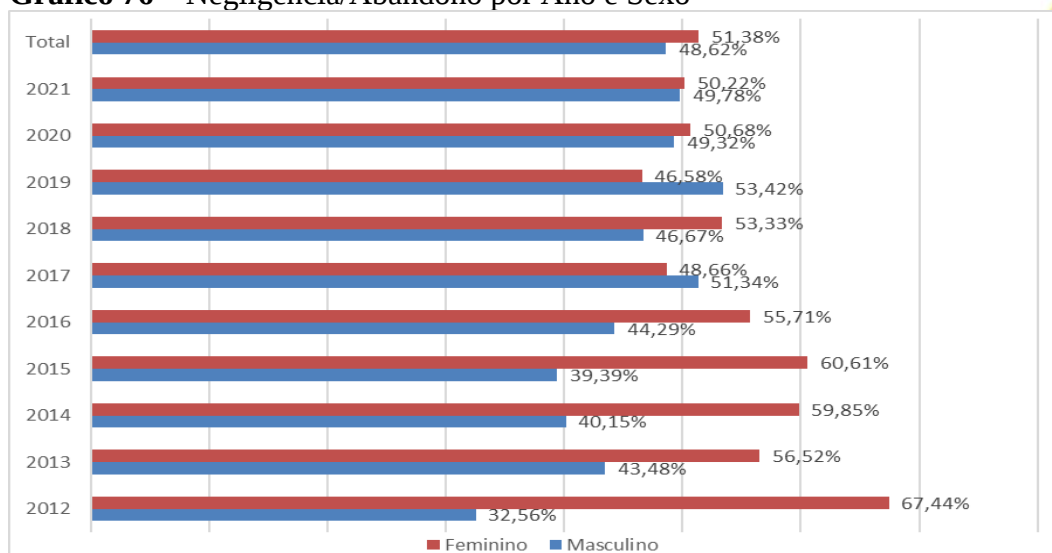
Gráfico 75 – Vítimas de Negligência e Abandono por Faixa de Idade



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Esta modalidade de violência é entre todos a que apresenta maior equilíbrio entre os sexos, sobretudo após 2017. Até 2016 houve maior preponderância de notificações para pessoas do sexo feminino, após se observa um equilíbrio, em 2017 e 2019 maior incidência em pessoas do sexo masculino.

Gráfico 76 – Negligência/Abandono por Ano e Sexo

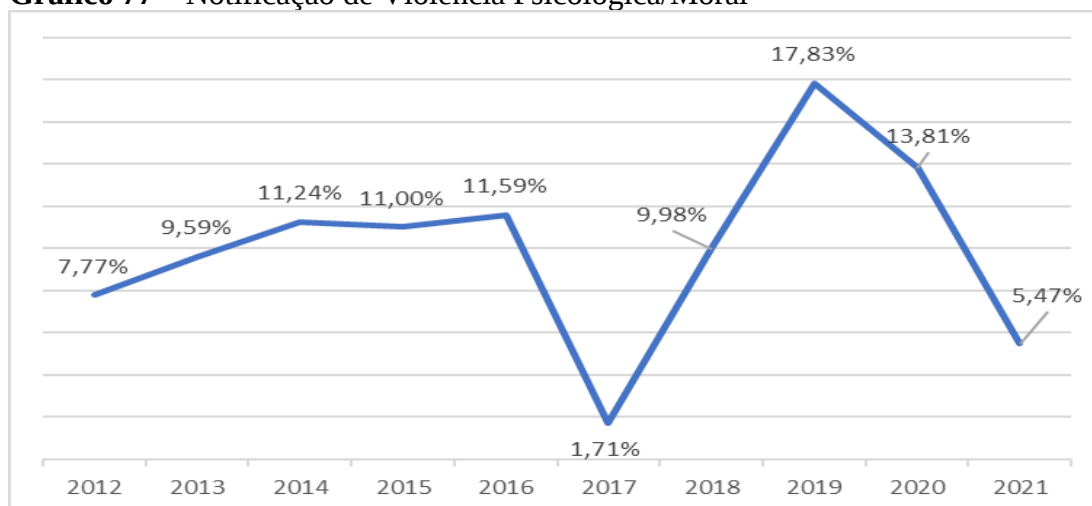


Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.9 Psicológica/moral

Entre 2012 a 2021 o ano com maior notificação por Psicológica/Moral foi 2019 com 17,83% e o menor registro em 2017 com 1,71%. Desde 2019 vem caindo consideravelmente, aportou em 2021 com 5,47% dos registros desta modalidade de violência no período recortado.

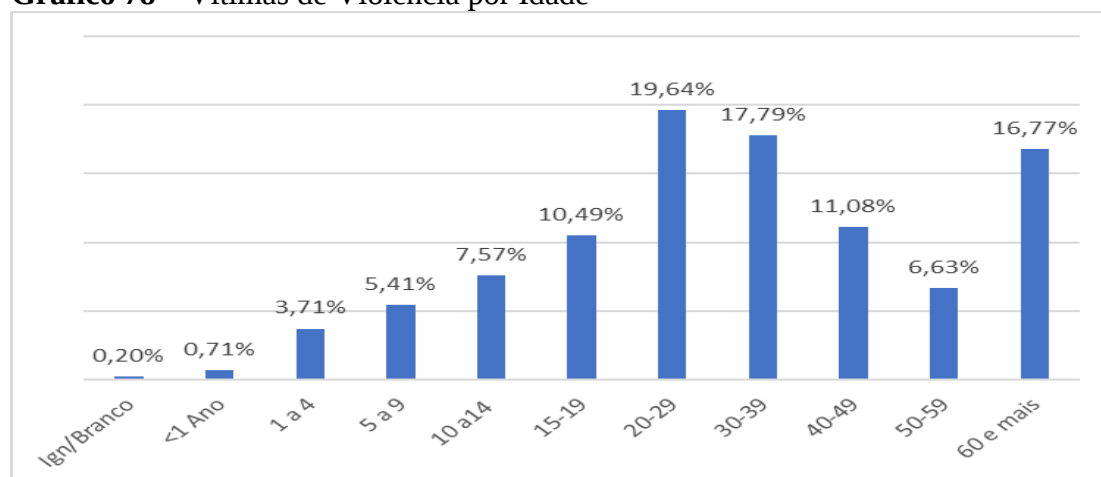
Gráfico 77 – Notificação de Violência Psicológica/Moral



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Por violência psicológica/moral encontra-se mais registro em pessoas adultas e idosas, o maior índice repousa nas pessoas entre 20 a 29 com 19,64%, logo em seguida pessoas de 30 a 39 anos com 17,79%. As pessoas idosas acumulam 16,77%.

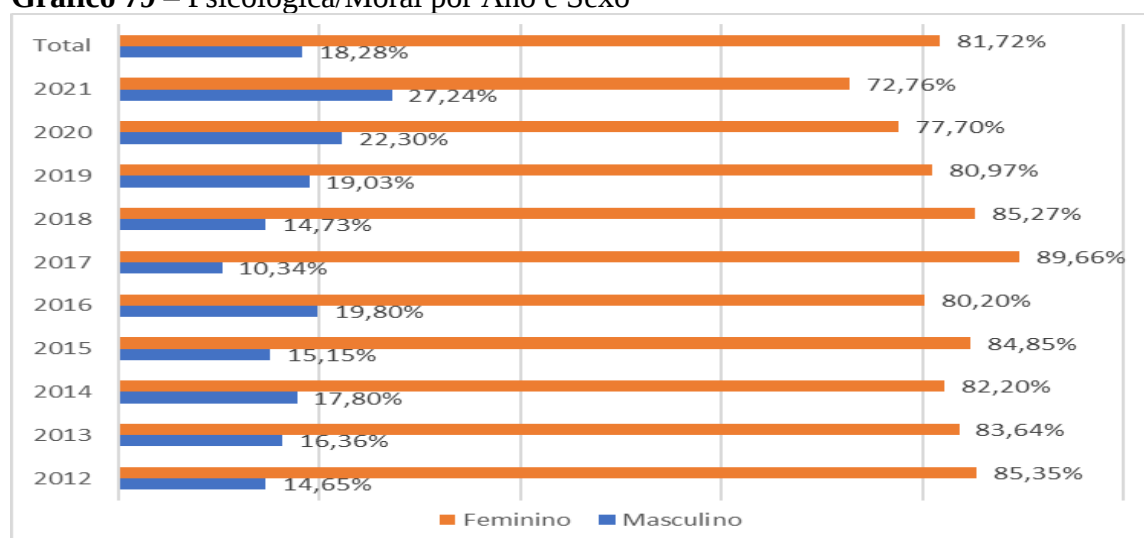
Gráfico 78 – Vítimas de Violência por Idade



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

As pessoas do sexo feminino obtêm 81,72% das notificações por este tipo de violência no resultado dos últimos 10 anos. Aos do sexo masculino o ano com maior registro foi em 2021, com 27,24%, de 2012 a 2019 não atingiu 20% em nenhum dos anos.

Gráfico 79 – Psicológica/Moral por Ano e Sexo



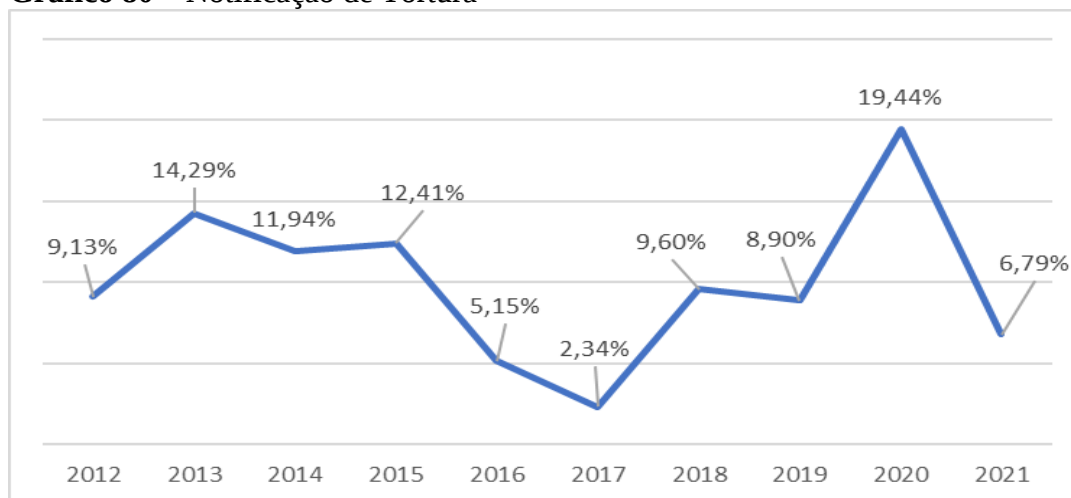
Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.10 Tortura

Quanto os registros no SINAN por tortura mostraram mais elevado no ano de 2020

com 19,44% dentre o acúmulo de 10 anos, em 2017 com menor índice 2,34%.

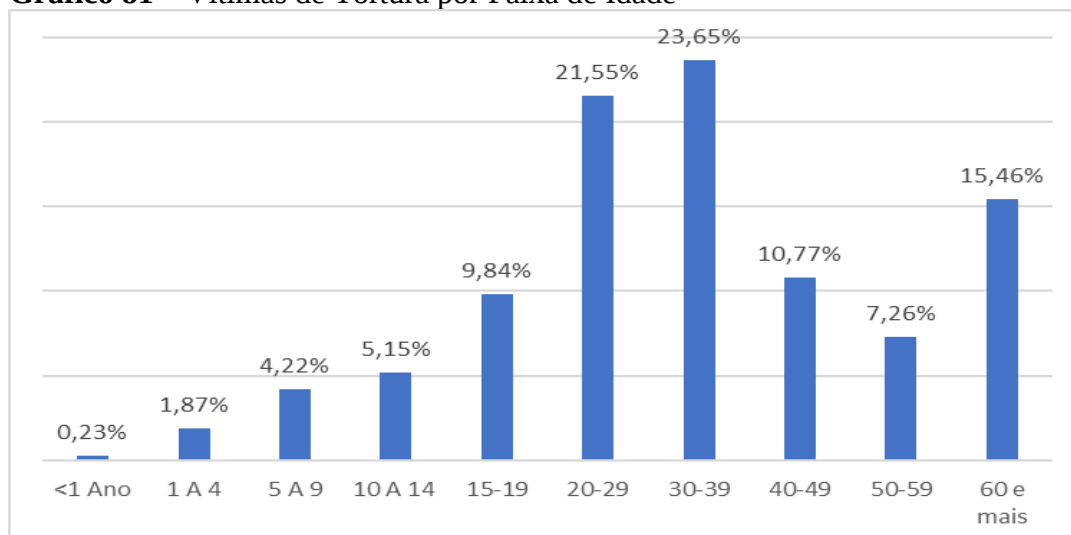
Gráfico 80 – Notificação de Tortura



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Na distribuição por idade as pessoas jovens e adultas estão entre as que mais foram vitimadas, de 20 a 29 anos com 21,55% e entre 30 e 39 anos com 23,65%. As pessoas idosas apontam com 15,46 % das que sofreram por tortura e foram notificadas no SINAN.

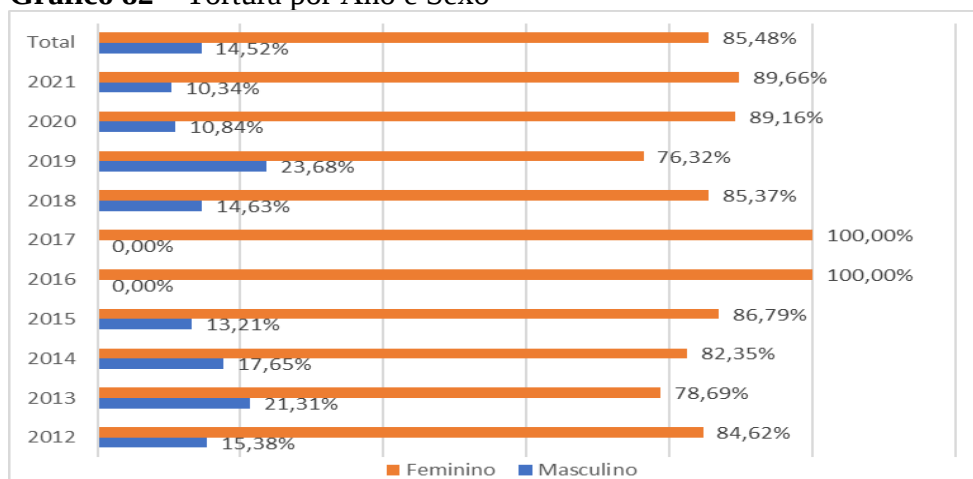
Gráfico 81 – Vítimas de Tortura por Faixa de Idade



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Novamente as pessoas do sexo feminino estão entre as principais vítimas, em 2016 e 2017 nenhuma notificação de pessoas do sexo masculino que passaram por esta violência, no total do acumulado entre 2012 e 2021 85,52% correspondem a notificações de pessoas do sexo feminino.

Gráfico 82 – Tortura por Ano e Sexo

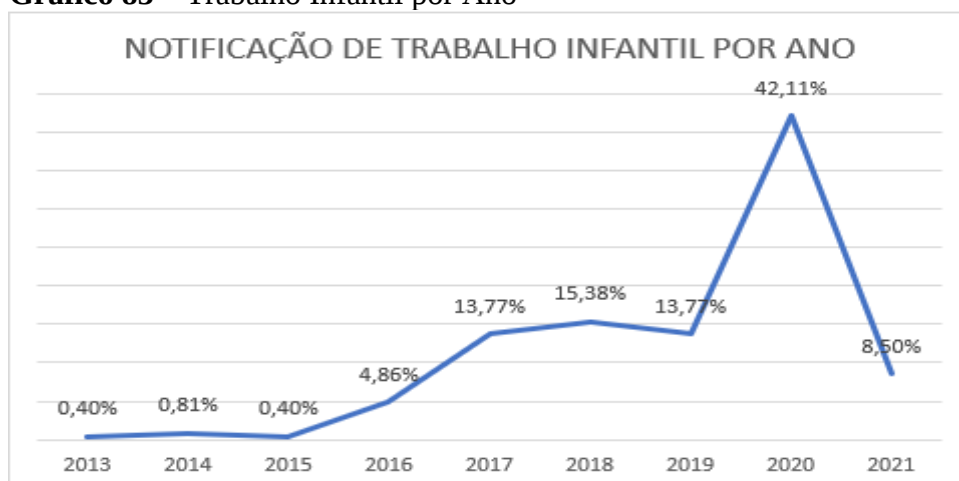


Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.14.4.11 Trabalho infantil

O trabalho infantil nesse recorte de 10 anos foi verificado um acúmulo de 245¹⁰ notificações, sendo que o maior montante se concentrou em 2020, com 42,11 %, índice muito discrepante dos outros anos, em que o percentual de notificações não ultrapassou 15,38%.

Gráfico 83 – Trabalho Infantil por Ano



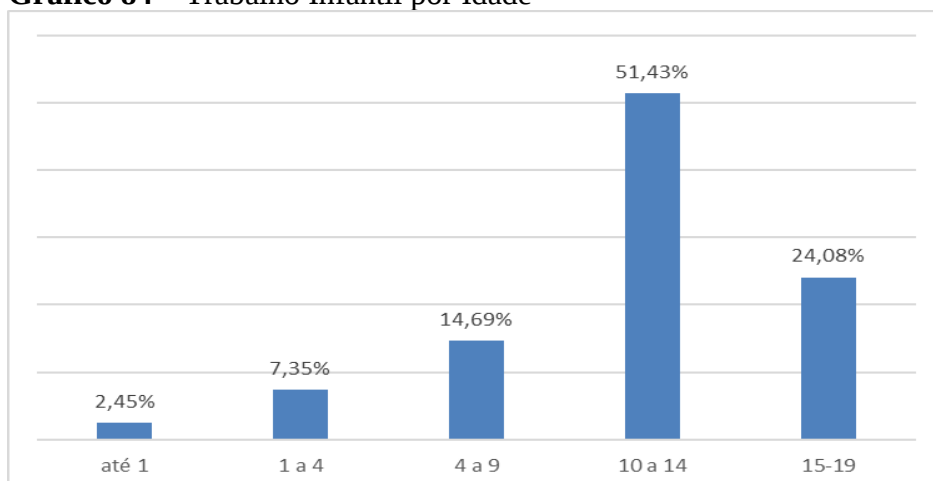
Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

Em relação a faixa etária entre 10 a 14 anos reúne mais da metade de todas as notificações 51,43%, seguido de 15 a 19¹¹ anos com 24,08%.

¹⁰ Foram desconsideradas 2 notificações por entender se tratar de suposto equívoco, já que a idade das pessoas não corresponde ao público infanto-juvenil

¹¹ Como a metodologia do SINAN agrupa pessoas acima de 18 anos nesta categoria, para fins de análise precisa desconsiderar pessoas de 18 a 19 anos por não se enquadrarem mais no público que o trabalho pode estar associado

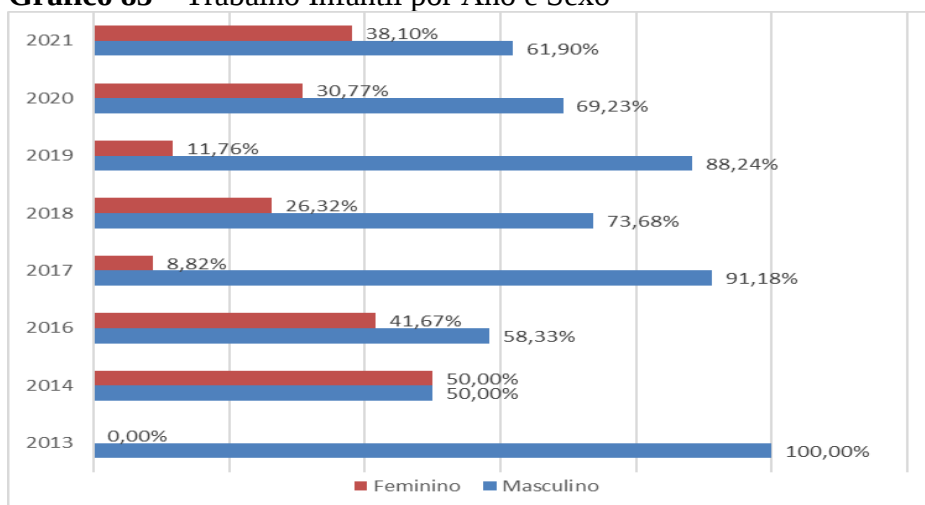
Gráfico 84 – Trabalho Infantil por Idade



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

A notificação por trabalho infantil prepondera sob crianças e adolescentes do sexo masculino, apenas em 2014 que houve a mesma quantidade de notificações entre o sexo masculino e feminino.

Gráfico 85 – Trabalho Infantil por Ano e Sexo



Fonte: MDS/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN Net

3.15 OFERTAS SOCIOASSISTENCIAIS, BENEFÍCIOS, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS.

A partir deste item o diagnóstico passa a abordar as ofertas socioassistenciais de benefícios, serviços, programas e projetos a partir da leitura de dados, tanto dos sistemas de

a uma violação de direitos.

informação, como da realidade vivenciada pelas ofertas nos territórios, bem como o exercício da identificação de demandas potenciais e análise de cobertura.

3.15.1 Benefícios socioassistenciais

Os benefícios socioassistenciais integram o sistema de proteção social da política de assistência social. Eles se subdividem em Benefícios Eventuais, Programa Municipal de Transferência de Renda – Londrina Cidadã, Programa Estadual de Transferência de Renda e Programa Federal de Transferência de Renda.

Abaixo vamos relacionar a oferta de benefícios eventuais (BEE) que foram repassadas as famílias atendidas e acompanhadas pela política de assistência social. Desde o início da pandemia a oferta em relação aos benefícios foi se reestruturando a fim de garantir a proteção social as famílias no que tange a sobrevivência. Neste sentido, foram repassadas as famílias os seguintes benefícios: Kit alimentação -Covid 19, Benefício Eventual – Depósito em Conta, Benefício Eventual – Cartão Alimentação, e Programa Municipal de Transferência de Renda – Londrina Cidadã (PMTR).

3.15.2 Auxílio Natalidade

Esta modalidade de benefício é paga em parcela única às mães ou ao responsável familiar (da composição familiar) de crianças nascidas vivas ou natimortas, sem limite de criança por família, com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. No ano de 2021, 1.461 famílias receberam este benefício. O território Norte A foi o que teve maior repasse no que tange a esta modalidade de benefício.

Abaixo segue a tabela com a distribuição do benefício por território.

Tabela 10 - Auxílio-natalidade

Total de auxílios-natalidades foram concedidos/entregues durante o período de referência		
	Em quantidade	Em porcentagem
Centro A	101	6,91%
Centro B	82	5,61%
Leste	200	13,69%
Norte A	238	16,29%
Norte B	234	16,02%
Oeste A	93	6,37%
Oeste B	145	9,92%

Rural	119	8,15%
Sul A	128	8,76%
Sul B	121	8,28%
Total	1461	100%

Fonte: RMA

3.15.3 Auxílio Funeral

O auxílio funeral é o pagamento dos custos de serviço funerário até o limite de R\$ 1139,00 para pessoas que tenham vínculo prévio com a política de assistência social. O benefício poderá ser concedido diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até o segundo grau. No ano de 2021, foram repassados 571 benefícios nesta modalidade. A tabela abaixo traz a distribuição por território.

Tabela 11 - Auxílio-funeral

Total de auxílios-funeral	foram concedidos/entregues durante o período de referência	
	Em quantidade	Em porcentagem
Centro A	84	14,71%
Centro B	19	3,33%
Leste	85	14,89%
Norte A	56	9,81%
Norte B	61	10,68%
Oeste A	29	5,08%
Oeste B	55	9,63%
Rural	23	4,03%
Sul A	51	8,93%
Sul B	44	7,71%
Total	571	100%

Fonte: IRSAS

Outras modalidades de benefícios eventuais que foram repassados em 2021, dentre eles (BEE Depósito em conta, BEE cartão alimentação, Kit Alimentação), o total foi de 136.052 famílias que receberam esta modalidade de benefício, sendo o território com maior quantidade de repasse o Norte A.

Tabela 12 - Outros Benefícios Eventuais

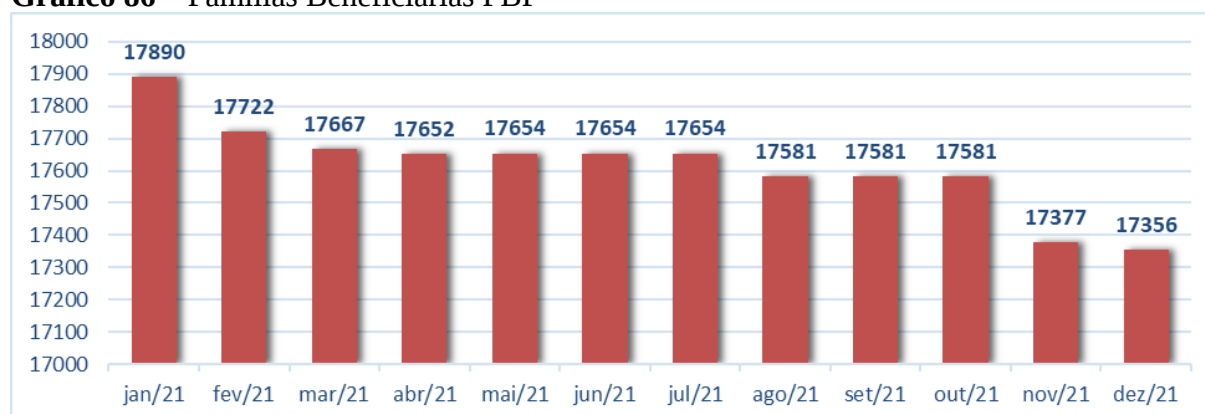
Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o período de referência		
	Em quantidade	Em porcentagem
Centro A	10671	7,84%
Centro B	10389	7,64%
Leste	18111	13,31%
Norte A	18862	13,86%
Norte B	17628	12,96%
Oeste A	8048	5,92%
Oeste B	14017	10,30%
Rural	15357	11,29%
Sul A	14033	10,31%
Sul B	8936	6,57%
Total	136052	100%

Fonte: RMA

3.15.4 Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil

Em relação ao Programa Bolsa Família é possível visualizar que de janeiro de 2021 a dezembro de 2021 houve uma redução/exclusão de 534 famílias beneficiárias. Importante sinalizar que o ano de 2021 foi marcado pela mudança do Programa Bolsa Família para o Auxílio Brasil, o decreto nº 10.852 de 8 de novembro de 2021 regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela medida provisória nº 1.061 de 09 de agosto de 2021.

Gráfico 86 – Famílias Beneficiárias PBF



Fonte: CADÚNICO

Tabela 13 - Valor Pago Referente ao Programa Bolsa Família

Mês/Ano	Valor total pago às famílias do PBF	Em porcentagem
Nov/20	R\$ 824.328,00	R\$ 45,92
Dez/20	R\$ 872.158,00	R\$ 48,59
Jan/21	R\$ 3.880.734,00	R\$ 216,79
Fev/21	R\$ 3.821.196,00	R\$ 215,51
Mar/21	R\$ 3.819.502,00	R\$ 216,08
Abr/21	R\$ 1.962.454,00	R\$ 111,12
Mai/21	R\$ 1.979.668,00	R\$ 112,08
Jun/21	R\$ 2.010.096,00	R\$ 113,80
Jul/21	R\$ 2.039.379,00	R\$ 115,46
Ago/21	R\$ 2.055.455,00	R\$ 116,87
Set/21	R\$ 2.091.567,00	R\$ 118,92
Out/21	R\$ 2.126.729,00	R\$ 120,92
Total	R\$ 27.483.266,00	---

Fonte: CECAD/MDS - Período nov/20 a out/21

3.15.5 Auxílio Emergencial 2021

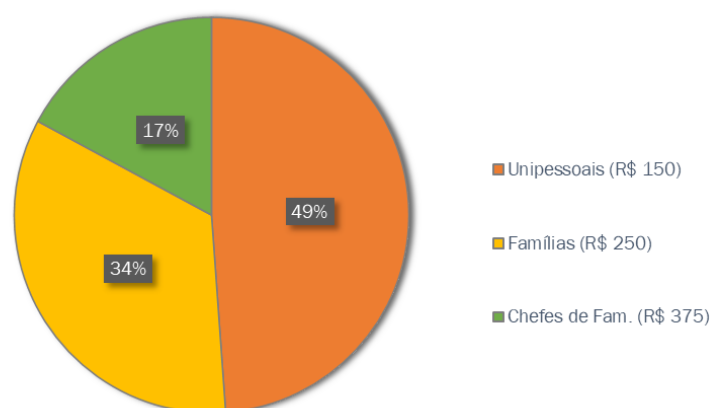
Em relação ao recebimento de auxílio emergencial no ano de 2021, o total no município de Londrina era de 77.720 pessoas. A maior parte desses beneficiários eram famílias unipessoais o que representava 49% do total, 34% eram famílias e os demais chefes de família.

Quadro 1 – Auxílio Emergencial

Pessoas Elegíveis	Total	Elegíveis por cota	
	77.720	Unipessoais (R\$ 150,00)	37.931
		Famílias (R\$ 250,00)	26.402
		Chefes de Famílias (R\$ 375,00)	13.301

Fonte: Data Explorer - VIS DATA

Gráfico 87 – Pessoas Elegíveis para o Auxílio Emergencial 2021

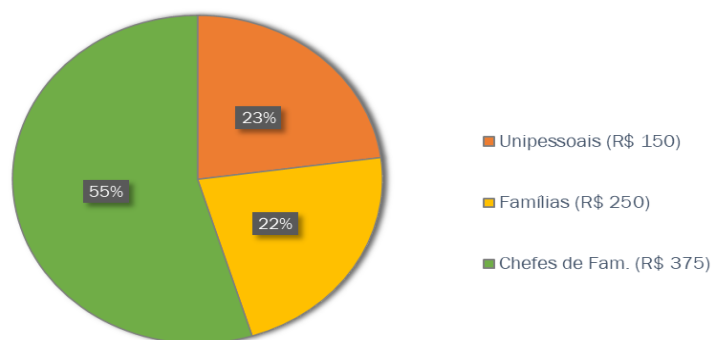


Fonte: Data Explorer - VIS DATA

Já o gráfico abaixo trata dos beneficiários do Auxílio emergencial que já recebiam o benefício do Programa Bolsa Família, e conforme indica 55% do total eram chefes de família.

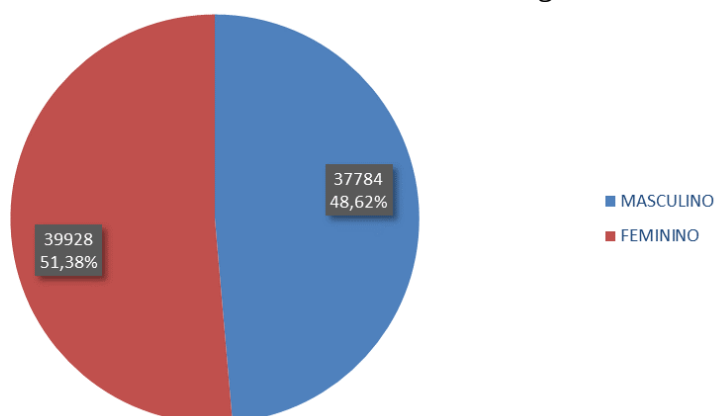
Em relação a dados de perfil dos beneficiários do Auxílio emergencial 2022, 51,38% eram homens e 48,62% mulheres.

Gráfico 88 – Beneficiários do PBF e Elegíveis para o Auxílio Emergencial 2021



Fonte: Data Explorer - VIS DATA

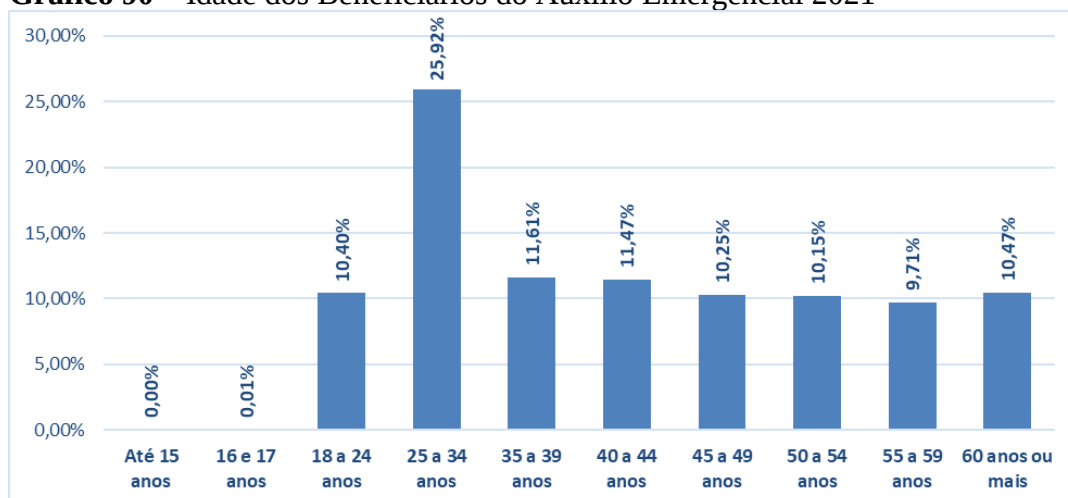
Gráfico 89 – Perfil dos Beneficiários do Auxílio Emergencial 2021



Fonte: Data Explorer - VIS DATA

Em relação a idade, a maior proporção (25,92%) apresentava idade de 25 a 34 anos

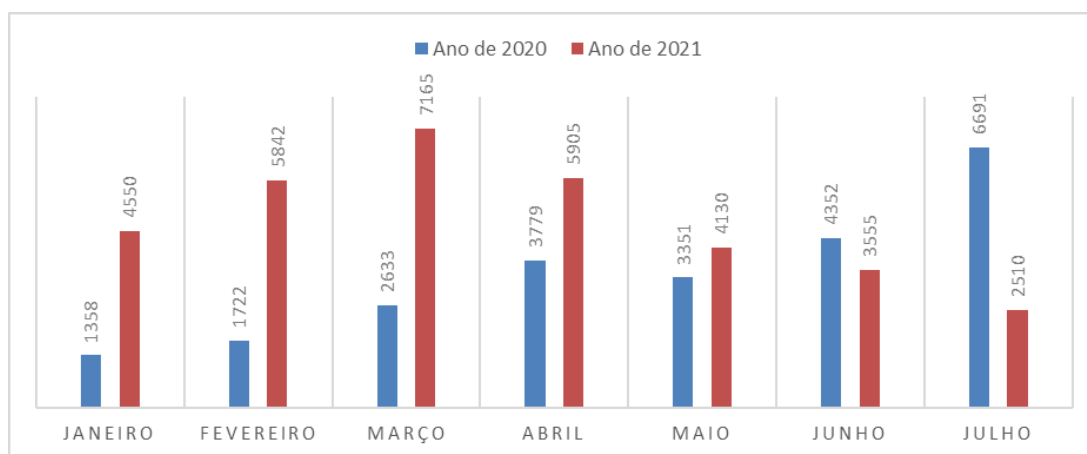
Gráfico 90 – Idade dos Beneficiários do Auxílio Emergencial 2021



Fonte: Data Explorer - VIS DATA

No comparativo do ano 2020 e 2021 o gráfico 91 que ilustra o atendimento com o Benefício Eventual – Depósito em Conta aponta uma significativa ampliação na quantidade de famílias beneficiárias. Em 2020 tivemos o total aproximado de 64.522 famílias atendidas com este benefício. Até o mês de julho de 2021 já foram atendidas 33.657 famílias.

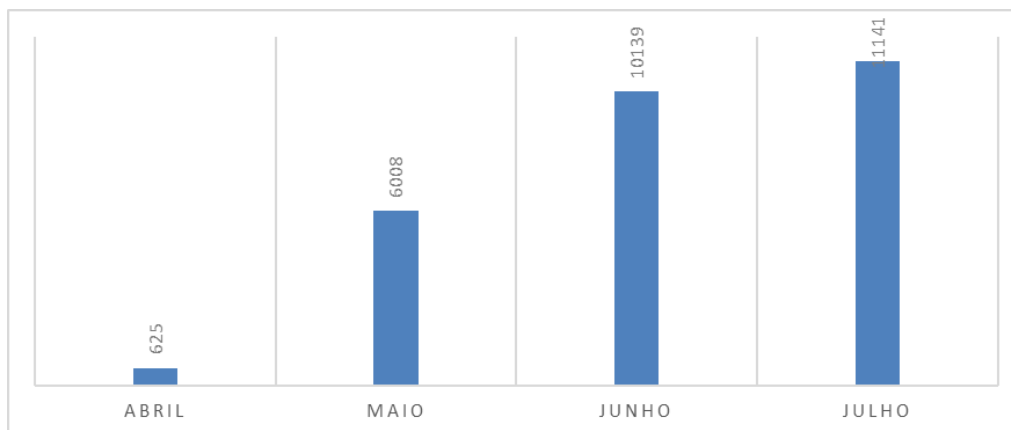
Gráfico 91 – Quantidade de Famílias que receberam BEE Depósito em Conta



Fonte: Relatório IRSAS – Cupom Alimentação por Território

Neste período foi implementado um novo benefício eventual que foi chamado de cartão alimentação e começou a ser pago as famílias no mês de abril de 2021. Com a ampliação deste benefício percebemos que houve uma diminuição da oferta do benefício do depósito em conta conforme ilustra o gráfico acima.

Gráfico 92 – Quantidade de Famílias que receberam BEE Cartão Alimentação

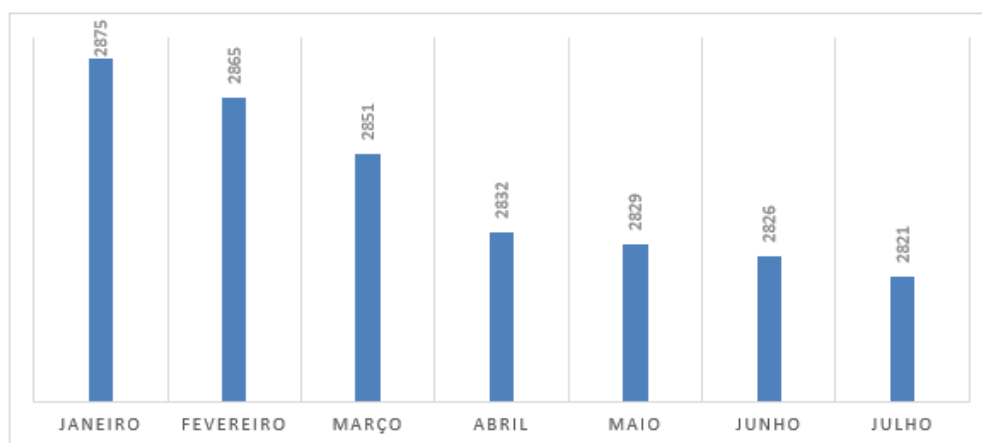


Fonte: Relatório de Cartão Alimentação por Território 2021

Até o mês de julho 2021 foram repassados este benefício a 27.913 famílias. Se somarmos a quantidade de benefícios já repassados as famílias do BEE depósito em conta e do BEE cartão alimentação até o mês de julho de 2021 totalizamos uma quantidade de 61.570 famílias atendidas. Neste sentido, podemos observar que já estamos alcançando a quantidade de benefícios ofertados no ano todo de 2020.

Além dos benefícios eventuais o município também oferta o Programa Municipal de Transferência de Renda – PMTR – Liberdade Cidadã. De acordo com o gráfico abaixo o total de famílias atendidas até julho de 2021 foi de 19.899 atendimentos. A média mensal aproximada de famílias atendidas é de 2.842.

Gráfico 93 – Quantidade de Famílias Atendidas com PMTR

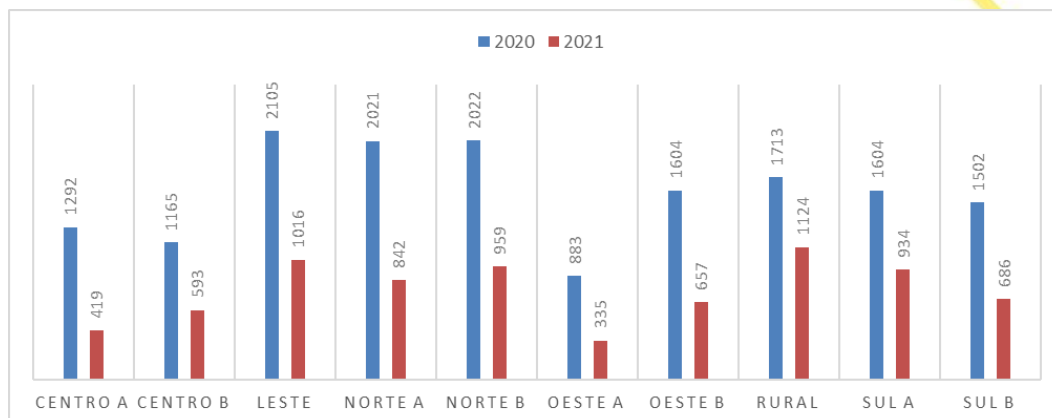


Fonte: Folha de Pagamento do PMTR

Importante sinalizar que uma conquista recente em 2022, foi a inclusão de 07 metas para o público atendido pelas Repúblicas de Supervisão Leve.

O benefício Kit Covid-19 ou Cesta básica consiste em Kit com produtos alimentícios e/ou de higiene para atender às necessidades básicas dos usuários da assistência social em meio à pandemia do novo Corona vírus. É regulamentado com a modalidade não monetária do Benefício Eventual Emergencial e, durante a pandemia, foi entregue em domicílio pela equipe de motoristas da Secretaria de Assistência Social ou pelas equipes das unidades que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV às famílias das crianças e adolescentes atendidos. Os kits foram adquiridos com recursos próprios, doações de empresas e particulares, Kits doados pela comunidade, entre outros. O público beneficiário foram os usuários dos serviços socioassistenciais, especialmente dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e do SCFV. No ano de 2020 foram entregues 12.369 kits.

Gráfico 94 – Atendimento com Kit Alimentação COVID-19



Fonte: Relatório de beneficiários IRSAS. Período 01/01/2020 a 31/07/2020 e 01/01/2021 a 31/07/2021

3.15.6 Cobertura de Benefícios

A seguir a proposta é uma análise de cobertura de benefícios por território considerando como público potencial famílias com renda até meio salário-mínimo. Ressaltamos que este é um exercício considerando este público potencial, no entanto, a definição de outros públicos potenciais podem ser indicados.

Em relação ao atendimento com Benefício Eventual – Depósito em Conta a média de cobertura é de 22% considerando o público potencial as famílias com renda até ½ salário-mínimo. O território com melhor cobertura é o Sul A (26,70%) e o com menor é o Norte B (18,16%).

Tabela 14 – Análise de Cobertura Benefício Eventual - Depósito em Conta

REGIÃO	FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ 1/2 S.M.	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO BEE - DEPÓSITO EM CONTA	PERCENTUAL DE COBERTURA
CENTRO A	4042	823	20,36%
CENTRO B	3557	800	22,49%
LESTE	7810	1752	22,43%
NORTE A	8740	1707	19,53%
NORTE B	7377	1340	18,16%
OESTE A	3080	601	19,51%
OESTE B	5386	1045	19,40%
RURAL	4093	960	23,45%
SUL A	4491	1199	26,70%
SUL B	4135	834	20,17%

Fonte: IRSAS

Em relação ao atendimento com o Benefício Eventual – Cartão alimentação a média de cobertura é de 21,12% também considerando as famílias com renda per capita até meio salário-mínimo. O território com uma cobertura maior é o Sul A (26,59%) e com menor o Leste (16,35%).

Tabela 15 - Análise de Cobertura Benefício Eventual – Cartão Alimentação

REGIÃO	FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ 1/2 S.M.	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO CARTÃO ALIMENTAÇÃO	PERCENTUAL DE COBERTURA
CENTRO A	4042	916	22,66%
CENTRO B	3557	681	19,15%
LESTE	7810	1277	16,35%
NORTE A	8740	1898	21,72%
NORTE B	7377	1623	22,00%
OESTE A	3080	617	20,03%
OESTE B	5386	1102	20,46%
RURAL	4093	901	22,01%
SUL A	4491	1194	26,59%
SUL B	4135	845	20,44%

Fonte: IRSAS

Em relação a cobertura de famílias beneficiárias do PMTR a tabela abaixo indica que a média de cobertura é de 4% considerando o mesmo público potencial. O território com maior cobertura é o Rural (7,94%) e o com menor cobertura o Centro A (2,80%)

Tabela 16 - Análise de Cobertura Programa Municipal de Transferência de Renda - Londrina
Cidadã

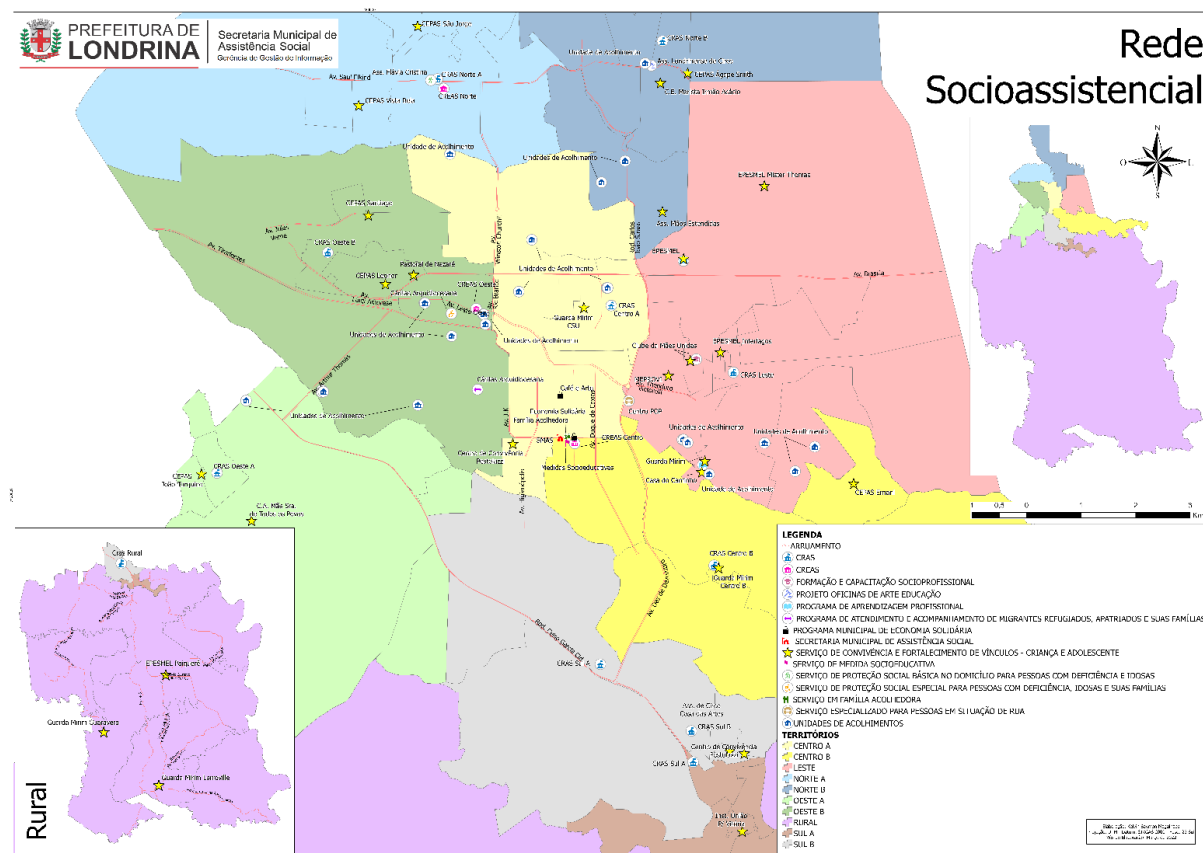
REGIÃO	FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ 1/2 S.M.	FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PMTR	PERCENTUAL DE COBERTURA
CENTRO A	4042	113	2,80%
CENTRO B	3557	145	4,08%
LESTE	7810	275	3,52%
NORTE A	8740	506	5,79%
NORTE B	7377	296	4,01%
OESTE A	3080	156	5,06%
OESTE B	5386	237	4,40%
RURAL	4093	325	7,94%
SUL A	4491	241	5,37%
SUL B	4135	190	4,59%

Fonte: IRSAS

3.16 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS – PAIF

O mapa abaixo ilustra a divisão territorial e os principais serviços que compõem a rede socioassistencial.

Figura 3 – Mapa da Rede Socioassistencial



Fonte: SMAS, 2022

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF) é ofertado de forma descentralizada nos 10 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, e tem como foco o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de ações preventivas.

O PAIF, durante os anos de 2020/2021 sofreram diretamente o impacto da pandemia pelo coronavírus que gerou na população o agravamento da situação de pobreza, decorrente da instabilidade do mercado de trabalho. Neste campo foi possível identificar um aumento significativo na quantidade de atendimentos ofertados pelas equipes do PAIF, ou seja, os atendimentos com a pandemia tiveram um aumento em média em cinco vezes mais, o que gerou uma sobrecarga para os trabalhadores e a necessidade de readequação das ofertas de benefícios e serviços.

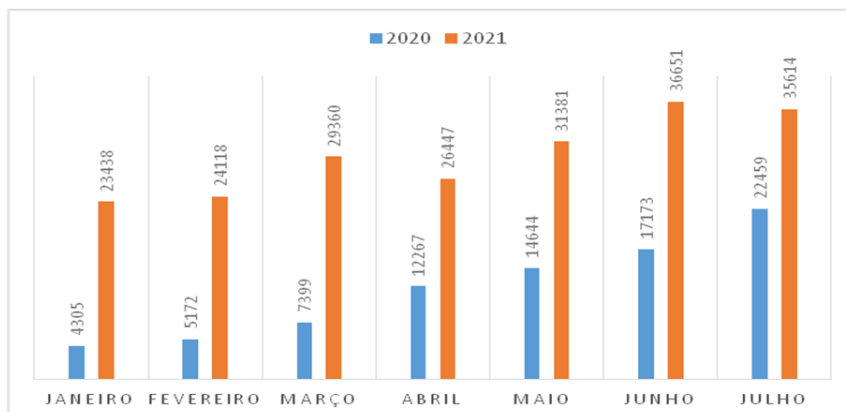
Importante sinalizar que com a pandemia houve a necessidade de readequação do atendimento considerando as medidas de prevenção em saúde, sendo que as equipes se reordenaram para oferta de teleatendimento o que também possibilitou a ampliação da quantidade de famílias atendidas diariamente pelas unidades.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Diante do aumento da procura por atendimento por benefícios socioassistenciais nos CRAS as equipes passaram a ofertar teleatendimento à população e tiveram que ampliar sua jornada de trabalho a fim de garantir o adequado atendimento à população. Esse aumento da procura por atendimento com benefício é um dos reflexos do aumento das pessoas na extrema pobreza conforme foi identificado nos dados de perfil das famílias que buscaram a política de assistência social (Cadastro Único e IRSAS).

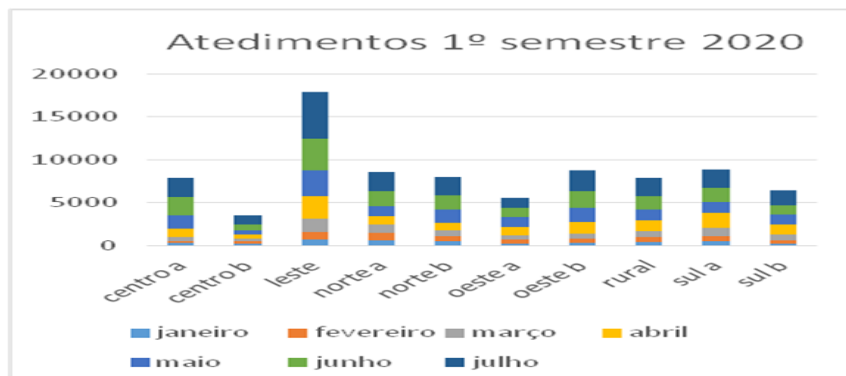
Em 2020 no primeiro semestre o total de atendimentos realizados foi de 83.419, já em 2021 no mesmo primeiro semestre foi de 207.009. Importante destacar que este aumento significativo ocorreu devido ao atendimento realizado por meio de contatos telefônicos o que possibilitou a ampliação da oferta. Os gráficos abaixo demonstram uma crescente no que tange aos atendimentos no PAIF do início da pandemia (1 semestre de 2020) em relação aos atendimentos do primeiro semestre deste ano.

Gráfico 95 - Comparativo de Atendimentos no CRAS



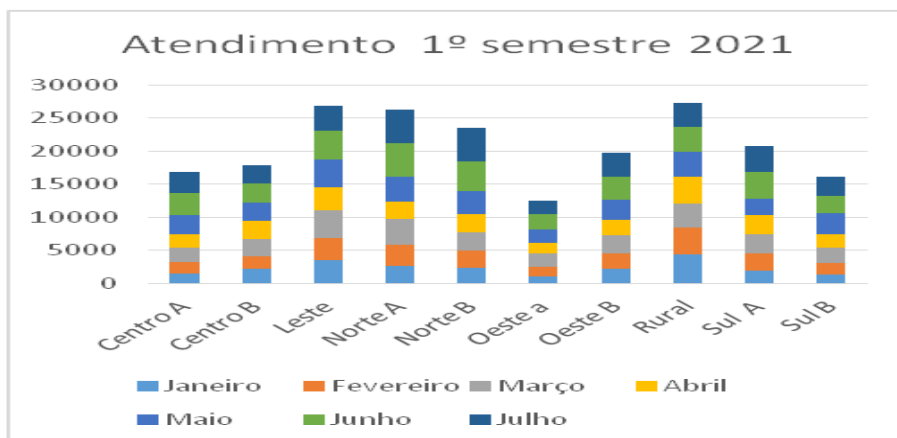
Fonte: RMA 2020/2021

Gráfico 96 – Atendimento no 1º Semestre de 2020



Fonte: IRSAS

Gráfico 97 – Atendimento no 1º Semestre de 2021



Fonte: IRSAS

No ano de 2021, foram ofertados 257.990 atendimentos particularizados. O território com a maior quantidade de atendimento particularizados foi o Norte A. Em relação a quantidade de famílias encaminhadas ao Cadastro Único para inclusão obteve-se 2.565, sendo a região Leste com maior quantidade de encaminhamento para inclusão no Cadastro único. A tabela abaixo retrata informações pertinentes ao atendimento realizado as famílias nos territórios.

Quadro 2 – Volume de atendimentos particularizados no CRAS

Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS no mês de referência	Centro A	Centro B	Leste	Norte A	Norte B	Oeste A	Oeste B	Rural	Sul A	Sul B	Município
Total de atendimentos particularizados realizados no período de referência	19033 (7,38%)	21393 (8,29%)	34316 (13,30%)	38311 (14,85%)	33793 (13,10%)	15031 (5,83%)	24623 (9,54%)	25981 (10,07%)	26482 (10,26%)	19027 (7,38%)	257990
Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	227 (8,85%)	264 (10,29%)	343 (13,37%)	261 (10,18%)	233 (9,08%)	326 (12,71%)	418 (16,30%)	171 (6,67%)	184 (7,17%)	138 (5,38%)	2565
Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	725 (7,77%)	893 (9,57%)	1636 (17,53%)	1137 (12,18%)	1021 (10,94%)	810 (8,68%)	1503 (16,11%)	205 (2,20%)	803 (8,60%)	599 (6,42%)	9332
Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	113 (13,47%)	51 (6,08%)	156 (18,59%)	116 (13,83%)	112 (13,35%)	68 (8,10%)	83 (9,89%)	43 (5,13%)	30 (3,58%)	67 (7,99%)	839
Famílias encaminhadas para o CREAS	2 (4,44%)	5 (11,11%)	16 (35,56%)	0 (0,00%)	9 (20,00%)	2 (4,44%)	1 (2,22%)	0 (0,00%)	9 (20,00%)	1 (2,22%)	45
Visitas domiciliares realizadas	136 (5,82%)	140 (6,00%)	538 (23,04%)	334 (14,30%)	144 (6,17%)	149 (6,38%)	54 (2,31%)	683 (29,25%)	116 (4,97%)	41 (1,76%)	2335

Fonte: RMA

Em relação as famílias em acompanhamento PAIF o total de famílias no ano de 2021

foi de 27.087, sendo que a região com maior quantidade de famílias em acompanhamento foi a Leste, seguido da Centro B e Oeste A. Já em relação as famílias novas inseridas no acompanhamento a região Oeste A foi que a que mais apresentou famílias para acompanhamento totalizando 189 inserções. Em 2021, 656 novas famílias foram inseridas para acompanhamento.

Quadro 3 – Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF

Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF em 2021	Centro A	Centro B	Leste	Norte A	Norte B	Oeste A	Oeste B	Rural	Sul A	Sul B	Município
Total/Percentual de famílias em acompanhamento pelo PAIF	2396 (8,85%)	4417 (16,31%)	4728 (17,45%)	3166 (11,69%)	1343 (4,96%)	4081 (15,07%)	2860 (10,56%)	879 (3,25%)	1396 (5,15%)	1821 (6,72%)	27.087
Total/Percentual de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o período de referência	36 (5,49%)	57 (8,69%)	44 (6,71%)	73 (11,13%)	8 (1,22%)	189 (28,81%)	108 (16,46%)	31 (4,73%)	33 (5,03%)	77 (11,74%)	656

Fonte: RMA

3.17 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

O SCFV é um serviço tipificado da proteção social básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O SCFV realiza atendimento em grupo com enfoque muitas vezes em atividades de convivência, artísticas, culturais, de lazer e esportivas considerando a faixa etária dos usuários.

Atualmente Londrina conta com 13 instituições parceiras na oferta do SCFV sendo que estão espalhados nos diversos territórios do município conforme a tabela abaixo. Importante sinalizar que duas instituições também são parceiras na oferta do SCFV, porém não possuem termo de colaboração com o município, são elas: Legião da Boa Vontade - LBV e Associação Solidariedade Sempre.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Quadro 4 - SCFV

Território	Nome da Instituição Parceira	Metas de atendimento	Modalidade
Centro A	Guarda Mirim - CSU	125	2
Centro A	Guarda Mirim - CSU	50	1
Centro B	Guarda Mirim - CRAS Centro	50	1
Leste	Clube das Mães Unidas	80	1
Leste	Guarda Mirim - SEDE	185	2
Leste	Epesmel – sede	175	1
Leste	Epesmel - sede	365	2
Leste	Epesmel – Interlagos	25	2
Leste	Epesmel - Interlagos	175	1
Norte B	Epesmel – Mister Thomas	50	1
Leste	Casa do Caminho	70	1
Leste	Meprovi	30	1
Leste	Solidariedade Sempre	50	2
Norte A	Cepas São Jorge	250	1
Norte A	Cepas Vista Bela	50	1
Norte B	Cepas – Aquiles	180	1
Norte B	Cepas – Aquiles	45	2
Norte B	Cepas – Ernani	100	1
Norte B	Marista Ir. Acácio	205	1
Norte B	Marista Ir. Acácio	50	2
Norte B	Associação Mãos Estendidas - AME	80	1
Oeste A	Cepas – João Turquino	100	1
Oeste A	Casa Acolhedora	80	1
Oeste B	Cepas – Leonor	80	1
Oeste B	Cepas Santiago	90	2
Oeste B	CEI Irmãs de Betânia/ Pastoral de Nazaré	70	1
Oeste B	Legião da Boa Vontade	150	1
Rural	Guarda Mirim - Guaravera	25	1
Rural	Guarda Mirim – Guaravera	25	2
Rural	Guarda Mirim - Lerrovile	25	1
Rural	Guarda Mirim – Lerrovile	25	2
Rural	Epesmel – Rural Paiquere	25	1

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Rural	Epesmel – Rural Paiquere	75	2
Sul A	Instituto União para a Vitória	50	2
Sul A	Instituto União para a Vitória	150	1
Sul B	Pestalozzi	115	1
Sul B	Associação Londrinense de Circo	75	2
TOTAL	---	3550	---

Fonte: Gerência de Garantia de Direitos Socioassistenciais de crianças, adolescentes e jovens

No período de 2020/2021 (pandemia pelo Covid 19) houve inicialmente a suspensão das atividades presenciais, porém com a adoção de medidas que representassem a presença da proteção social da assistência social e a garantia das seguranças previstas no Plano de Contingência, como a distribuição de alimentos, de kits pedagógicos e materiais de higiene básicos, além da adoção de medidas alternativas de acompanhamento das crianças, adolescentes e suas famílias.

As equipes destes serviços se integraram num processo de atuação junto às unidades de CRAS no intuito de contribuir para o acesso da população a esta política, devido ao volume de usuários buscando serviços e benefícios. Além desta estratégia, também realizaram o acompanhamento das crianças e adolescentes atendidos com o envio de material para realização de atividades no domicílio e promoveram o acompanhamento por meio do teleatendimento utilizando as ferramentas de WhatsApp, telefone e videochamada.

Desde julho de 2021 os SCFV retornaram a oferta presencial de modo gradativo considerando o Plano de Biossegurança, atualmente as unidades estão ofertando atendimento 100% presencial. São 3.550 vagas em SCFV divididos em modalidade 1 que engloba as faixas de 06 a 13 anos e a Modalidade 2 que engloba as faixas de 14 a 17 anos.

Conforme a Resolução CIT nº 01/2013 e CNAS nº 01/2013, são público prioritário para o SCFV, crianças e adolescentes:

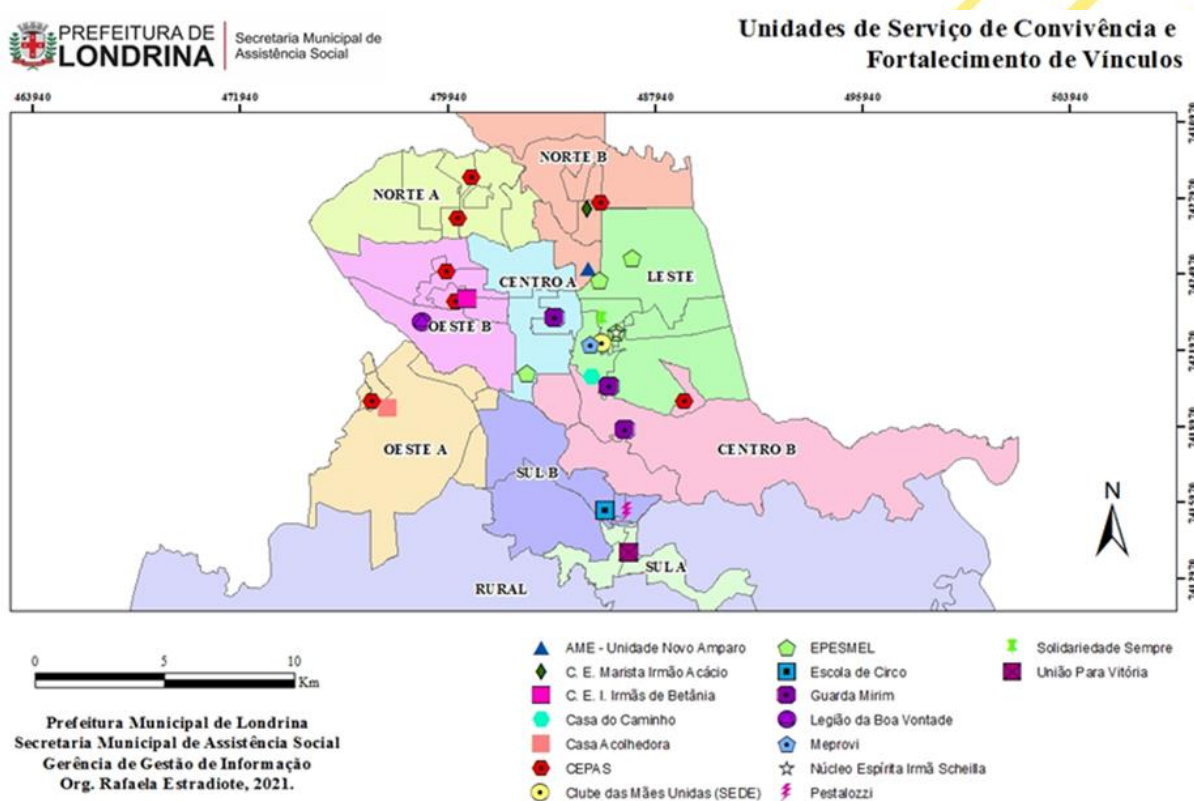
- Em situação de isolamento;
- Vivência de Trabalho infantil;
- Vivência de violência e/ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção do ECA;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;

- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Serão atribuídas uma pontuação na Central de Vaga do SCFV existente no IRSAS, às situações de desproteção social e/ou violação de direitos das famílias, o que indicará a prioridade de inserção no serviço.

O mapa abaixo ilustra por meio de ícones onde estes serviços estão localizados dentro dos territórios.

Figura 4 – Mapa dos SCFV no Município de Londrina



Fonte: SMAS

As tabelas abaixo trarão uma perspectiva da cobertura atual dos SCFV existentes no município considerando a leitura de demanda potencial com a oferta. Neste caso, consideramos demanda potencial a quantidade de crianças por faixa etária no IRSAS com evento ativo nos últimos dois anos. Em relação as crianças em SCFV consideramos as com ocorrência no IRSAS de matrícula, rematrícula e/ou frequência no período de 01/10/2020 a 31/07/2021 sendo a referência o seu endereço de moradia.

Em relação a cobertura de crianças na faixa etária de 06 a 10 anos conforme ilustra a tabela abaixo percebemos que a menor taxa está no território Rural, seguido do Centro A. E a maior taxa de cobertura está no Oeste A. A média para esta faixa etária está em 23,75%.

Tabela 17 - Cobertura SCFV na faixa de 06 a 10 anos

Referencia	Crianças de 06 a 10 anos com evento ativo	Crianças de 06 a 10 anos em SCFV	Percentual de cobertura
Centro A	303	31	10,23%
Centro B	330	92	27,87%
Oeste A	336	123	36,60%
Oeste B	494	137	27,73%
Leste	822	265	32,23%
Norte A	900	191	21,22%
Norte B	742	239	32,21%
Sul A	452	100	22,12%
Sul B	404	71	17,57%
Rural	269	7	2,60%
Ñ/rua moco	323	21	6,50%
Todos	5375	1277	23,75%

Fonte: Relatório de beneficiários, crianças com evento ativo nos últimos dois anos intervalo de 01/07/2019 a 01/08/2021. Relatório de beneficiários crianças com evento ativo de 01/10/2020 a 31/07/2021 com uma das ocorrências de matrícula, rematrícula ou frequência no serviço.

Em relação ao percentual de cobertura de adolescentes de 11 a 14 anos a tabela abaixo aponta para uma média considerando todos os territórios de 27,42%, sendo que o território com menor cobertura seria o Sul B e o com maior o Leste.

Tabela 18 - Cobertura SCFV na faixa de 11 a 14 anos

Referencia	Quantidade de adolescentes de 11 a 14 anos	Quantidade de adolescentes de 11 a 14 anos em SCFV	Percentual de cobertura
Centro A	353	75	21,24%
Centro B	363	92	25,34%
Oeste A	287	100	34,84%
Oeste B	471	113	23,99%
Leste	906	360	39,73%
Norte A	877	200	22,80%
Norte B	772	262	33,93%
Sul A	441	118	26,75%
Sul B	338	61	18,04%
Rural	374	101	27,00%

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Ñ/rua moco	354	36	10,16%
Todos	5536	1518	27,42%

Fonte: Relatório de beneficiários, crianças com evento ativo nos últimos dois anos intervalo de 01/07/2019 a 01/08/2021. Relatório de beneficiários crianças com evento ativo de 01/10/2020 a 31/07/2021 com uma das ocorrências de matrícula, rematrícula ou frequência no serviço.

Já em relação a cobertura de adolescentes de 15 a 17 anos temos um percentual médio de 17,13%. Sendo o território com menor cobertura o Oeste A e posterior o Oeste B e com maior cobertura a Rural, seguida da região Leste.

Importante sinalizar que sendo essa faixa etária a que mais tem incidência no IRSAS nos últimos dois anos conforme aponta os dados gerais já levantados anteriormente e consequentemente a faixa etária que possui menor percentual de cobertura possibilita a reflexão da necessidade de implementação de novas ofertas para esta faixa etária.

Tabela 19 - Cobertura SCFV na faixa de 15 a 17 anos

Referencia	Quantidade de adolescentes de 15 a 17 anos	Quantidade de adolescentes de 15 a 17 anos em SCFV	Percentual de cobertura
Centro A	470	124	26,38%
Centro B	371	49	13,20%
Oeste A	317	33	10,41%
Oeste B	553	86	15,55%
Leste	913	249	27,27%
Norte A	916	115	12,55%
Norte B	884	127	14,36%
Sul A	467	67	14,34%
Sul B	488	82	16,80%
Rural	442	124	28,05%
Ñ/rua moco	529	32	16,53%
Todos	6350	1088	17,13%

Fonte: Relatório de beneficiários, crianças com evento ativo nos últimos dois anos intervalo de 01/07/2019 a 01/08/2021. Relatório de beneficiários crianças com evento ativo de 01/10/2020 a 31/07/2021 com uma das ocorrências de matrícula, rematrícula ou frequência no serviço.

A proposta deste tópico foi fazer um comparativo entre as crianças e adolescentes com evento ativo nos últimos dois anos no IRSAS e as crianças e adolescentes na central de vagas

por faixa etária.

A tabela 9 traz informação em relação a crianças na faixa etária de 06 a 10 anos em que a média em percentual foi de 19,86%. A tabela 10 faz o comparativo em relação a crianças e adolescentes na faixa etária de 11 a 14 anos sendo que o percentual foi de 34 %. Já a tabela 11 traz os adolescentes de 15 a 17 anos e um percentual de 40%.

Percebeu-se mais uma vez a incidência para os adolescentes de 15 a 17 anos.

Tabela 20 – Comparativo crianças de 06 a 10 anos com Central de Vagas

Território	Crianças de 06 a 10 anos evento ativo 2 anos	Central de Vagas 06 a 10 anos	Percentual
Centro A	303	76	25%
Centro B	330	76	23%
Oeste A	336	93	27%
Oeste B	494	79	15%
Leste	822	60	7%
Norte A	900	196	21%
Norte B	741	194	26%
Sul A	452	148	32%
Sul B	407	47	11%
Rural	269	21	7%
Não informado	292	25	8%
Total	5.346	1.062	19,86%

Fonte: IRSAS

Tabela 21 - Comparativo adolescentes de 11 a 14 anos com Central de Vagas

Território	Crianças de 11 a 14 anos evento ativo 2 anos	Central de Vagas 11 a 14 anos	Percentual
Centro A	353	80	22%
Centro B	363	85	23%
Oeste A	287	72	25%
Oeste B	471	96	20%
Leste	906	425	46%
Norte A	877	342	38%
Norte B	772	246	31%
Sul A	441	214	48%
Sul B	338	195	57%
Rural	374	91	24%
Não informado	354	77	21%
Total	5.536	1.923	34%

Fonte: IRSAS

Tabela 22 - Comparativo adolescentes de 15 a 17 anos com Central de Vagas

Território	Crianças de 15 a 17 anos evento ativo 2 anos	Central de Vagas 15 a 17 anos	Percentual
Centro A	470	129	27%
Centro B	371	36	9%
Oeste A	317	165	52%
Oeste B	553	240	43%
Leste	913	452	49%
Norte A	916	524	57%
Norte B	884	324	36%
Sul A	467	229	49%
Sul B	488	182	37%
Rural	442	178	40%
Não informado	529	96	18%
Total	6.350	2555	40%

Fonte: IRSAS

Em relação a cobertura de crianças em SCFV na faixa etária de 06 a 10 anos foi possível identificar que a menor taxa está no território Rural, seguido do Centro A. Este fato pode ocorrer devido a extensão e distância do território rural considerando que para o atendimento desta faixa etária o serviço deve estar localizado próximo a moradia, visto da dificuldade da criança se deslocar sem o acompanhamento dos responsáveis.

Na faixa etária de 06 a 10 anos a maior taxa de cobertura está no Oeste A, este dado leva em conta que há no território a oferta de 02 unidades de SCFV específicas para atendimento na modalidade 01, sendo ainda a extensão do território menor comparado a outros territórios.

Em relação ao percentual de cobertura de adolescentes de 11 a 14 o território com menor cobertura seria o Sul B e o com maior o Leste. E na faixa etária de 15 a 17 anos temos uma maior cobertura na Rural e menor no Oeste A. Vale ressaltar que o território Oeste A não possui oferta no território de Modalidade 2 o que já indica a necessidade de implementação desta modalidade neste território.

Um dado que chamou atenção foi em relação a maior cobertura no território Rural de adolescentes de 15 a 17 anos, no entanto, foi feita a reflexão de que há uma oferta nos distritos de Paiquere, Guaravera e Lerroville para esta faixa etária além de que instituições como a Guarda Mirim e Epesmel também atende este público. O dado utilizado para análise que seria o total de adolescentes com evento ativo na Rural pode apontar menos adolescentes devido a particularidade deste território e sua espacialidade o que pode ser um fator de dificuldade para

as famílias acessarem a política.

3.18 PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

O programa de aprendizagem profissional tem como foco a inserção de adolescentes no mercado de trabalho, na condição de aprendiz, proporcionando qualificação profissional para adolescentes de 14 a 18 anos. Atualmente, é ofertado por meio de termo de colaboração com a rede parceira. Atualmente, são 755 vagas existentes. O acesso a este programa se dá por meio do SCFV na modalidade 2, ou por indicação do PAIF e PAEFI. .

Tabela 23 – Cobertura Aprendizagem Profissional

Total de adolescentes de 15 a 17 anos evento ativo 2 anos	Total de adolescentes de 15 a 17 anos na central de vagas	Oferta de vagas aprendizagem profissional	Cobertura em programa de aprendizagem - total de adolescentes IRSAS	Cobertura em programa de aprendizagem profissional – central de vagas
6.350	2.555	755	11,88%	29,54%

Fonte: IRSAS

A tabela acima apresenta o percentual de cobertura do Programa de Aprendizagem Profissional tendo como parâmetro o total de adolescentes com evento ativo no IRSAS (11,88%) e o total de adolescentes na central de vagas do SCFV (29,54%).

3.19 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS

O serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiências e idosas tem como foco de atuação o atendimento e acompanhamento no domicílio a pessoas com deficiência e idosas, que não tem possibilidades de acessar o serviço PAIF ofertado nos CRASs. O encaminhamento para este serviço se dá por meio de avaliação da equipe técnica do PAIF. Atualmente, são ofertadas 137 vagas para atendimento/acompanhamento.

Na tabela abaixo foi realizado o exercício de identificação a partir de um público potencial do percentual de cobertura desta oferta.

Tabela 24 – Cobertura SBSB no domicílio

PÚBLICO POTENCIAL	QUANTIDADE	OFERTA NO SERVIÇO	PERCENTUAL DE COBERTURA
Pessoas com deficiência e idosos	6.843	137	2,00%
Pessoas com deficiência IRSAS	20.739	137	0,66%
Pessoas com deficiência CadÚnico	17.464	137	0,78%
Idosos IRSAS	19.324	137	0,70%

Fonte: IRSAS

3.20 PROJETO DE INCLUSÃO PRODUTIVA

3.20.1 Fortalecimento de Iniciativas Coletivas de Geração de Trabalho e Renda

Este projeto compõe o Programa Municipal de Economia Solidária, o objetivo é fomentar a geração de renda, contribuindo para a produção, comercialização e consumo de produtos e serviços procedentes de empreendimentos solidários. Em dezembro de 2021 estavam em execução 53 empreendimentos solidários atendendo o total de 264 pessoas/famílias.

3.20.2 Formação e Capacitação Socioprofissional

O projeto tem como foco a oferta de cursos profissionalizantes para indivíduos a partir de 16 anos. Este projeto é executado com rede parceira do município e tem como oferta 250 metas mensais. A qualificação socioprofissional é uma oferta sempre lembrada pelos serviços da rede socioassistencial como necessária visto que as famílias atendidas apresentam essa necessidade e demanda.

3.21 PROGRAMA DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO AOS MIGRANTES, REFUGIADOS, APATRIADAS E SUAS FAMÍLIAS

Este programa foi implementado no ano de 2021 e tem como objetivo o atendimento

e acompanhamento para pessoas estrangeiras, migrantes, refugiados e apátridas, em situação de desproteção social. Atualmente, tem sido operacionalizado por meio de rede parceira.

A tabela abaixo traz a origem dos migrantes que no ano de 2021 passaram pelo programa, ao todo foram, 146 pessoas, sendo a maior parte advindos da Venezuela.

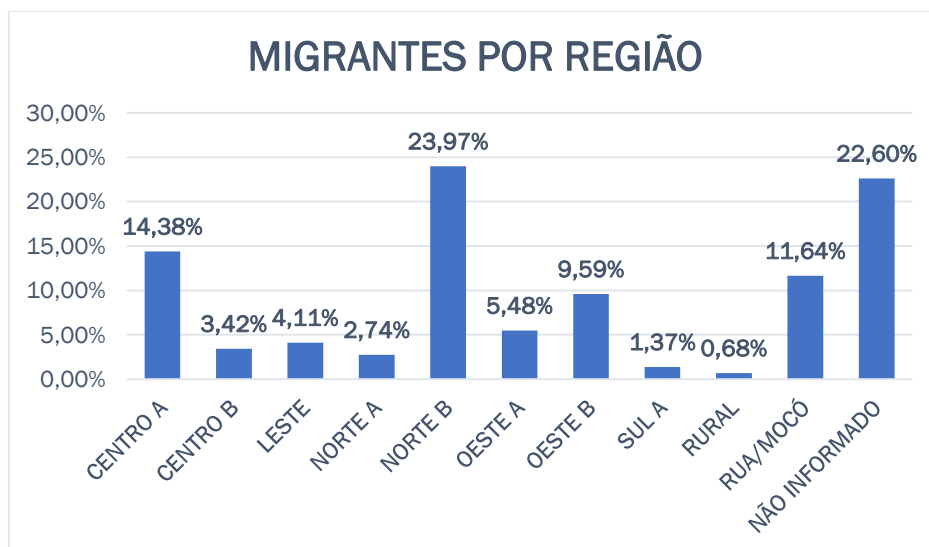
Tabela 25 - Migrantes

MIGRANTES		
Haiti	7	4,79%
Israel	1	0,68%
Jamaica	1	0,68%
Venezuela	103	70,55%
Angola	13	8,90%
Colômbia	4	2,74%
Egito	2	1,37%
Japão	1	0,68%
Vaticano	1	0,68%
Moçambique	2	1,37%
Paquistão	2	1,37%
Cabo Verde	1	0,68%
Cuba	2	1,37%
Marrocos	1	0,68%
Peru	2	1,37%
Síria	1	0,68%
Itália	1	0,68%
Portugal	1	0,68%
TOTAL	146	100,00%

Fonte: IRSAS

Abaixo a localização do endereço de moradia dos migrantes atendidos pelo serviço, a região com maior incidência é a Norte B com 23,97%, seguido de 22,60% com endereço não informado.

Gráfico 98 - Migrantes por região



Fonte: IRSAS

3.22 SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS FAMÍLIAS – PAEFI

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é ofertado em três unidades de CREAS. No ano de 2020 este serviço passou por reordenamento dentro da SMAS e encontra-se atualmente em três territórios descentralizados, Norte, Oeste e Centro. Neste sentido, o reordenamento possibilitou passar do atendimento tematizado para o atendimento familiar tendo em vista o que é preconizado no SUAS. O reordenamento também possibilitou que os CREAS passassem a ofertar o atendimento e acompanhamento especializado PAEFI, para famílias que tiveram crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência, que vivenciaram violações de direitos e violências nas seguintes modalidades: negligência/abandono intrafamiliar, violência física intrafamiliar, violência psicológica intrafamiliar, violência patrimonial/financeiras vivenciada por idosos, vivência de isolamento social por idosos, violência sexual intrafamiliar por idosos ou PCD, violências sexuais intra ou extrafamiliar e exploração sexual comercial por crianças e adolescentes, situação de rua ou trabalho infantil. O atendimento durante a pandemia no âmbito do PAEFI aconteceu de forma híbrida,, ou seja, teleatendimento e também presencial assegurando as medidas de saúde.

Figura 5 – Mapa divisão CREAS

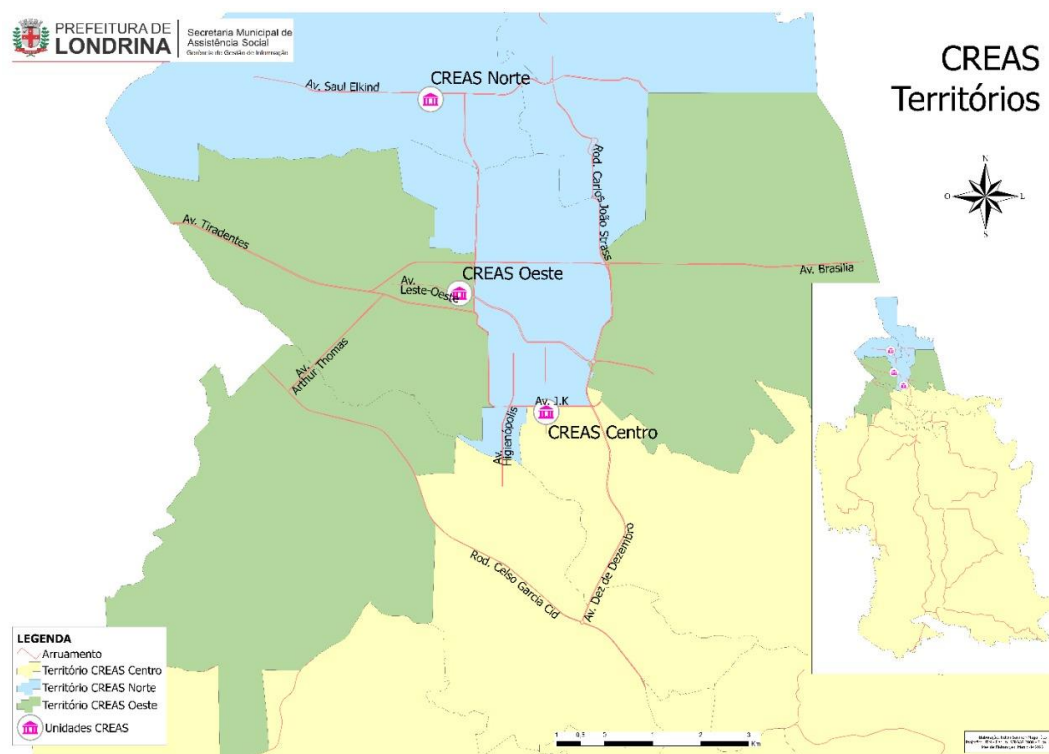
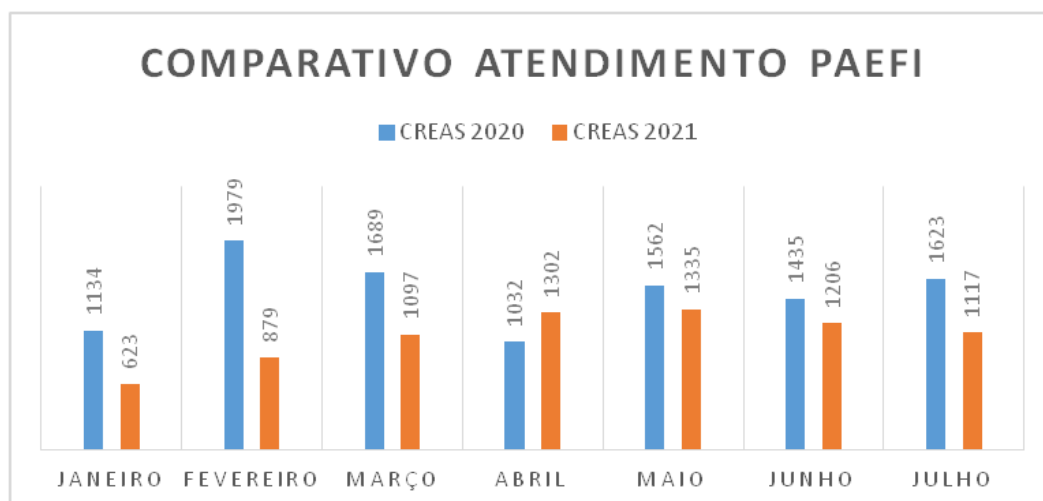


Gráfico 99 - Comparativo atendimento PAEFI



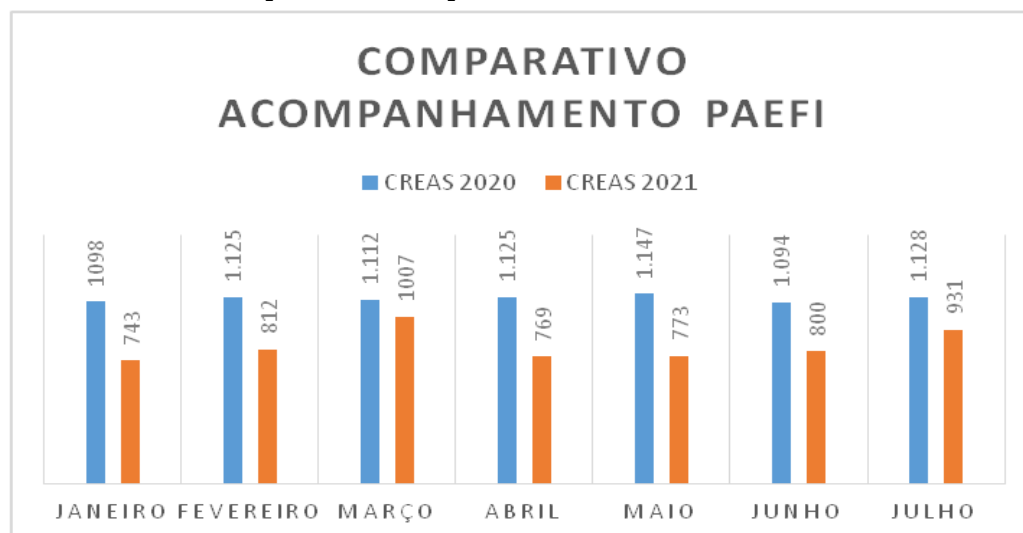
Fonte: RMA CREAS. (Sistema de Registro Mensal – SAGI)

Em relação ao atendimento PAEFI foi possível identificar de acordo com o comparativo 2020/2021 que houve uma redução dos atendimentos no período de pandemia 2020/2021. Um dos fatores desta redução pode estar atrelado à diminuição significativa do número de notificações em face da suspensão do atendimento presencial de vários serviços da rede intersetorial, visto que estes são os principais notificadores de situações de violência.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

No gráfico abaixo tratamos do acompanhamento PAEFI no primeiro semestre de 2020 foram acompanhados 7.829 indivíduos/famílias e no primeiro semestre de 2021 aproximadamente 5.835 indivíduos/famílias.

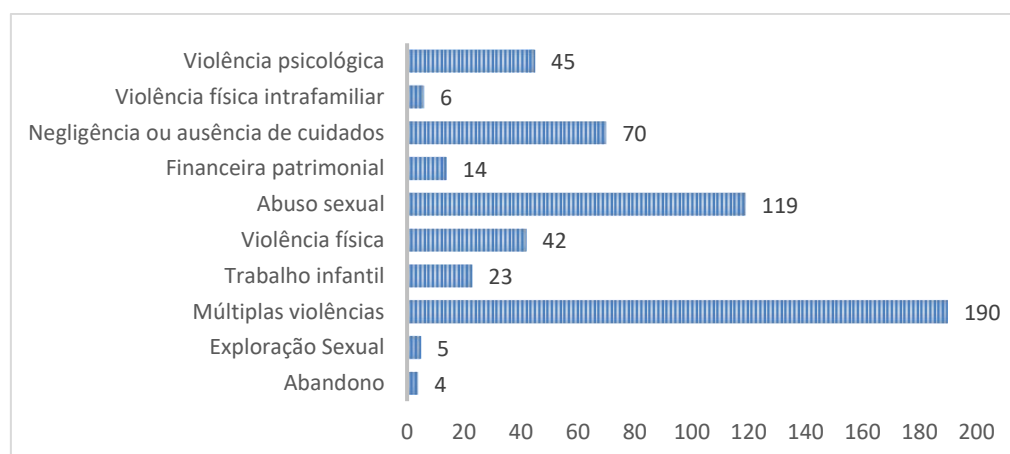
Gráfico 100 -Comparativo acompanhamento PAEFI



Fonte: RMA CREAS. (Sistema de Registro Mensal – SAGI)

Em relação as notificações das famílias com direito violado, considerando o período de julho de 2020 a julho 2021, as situações mais notificadas foram em relação a múltiplas violências seguido do abuso sexual.

Gráfico 101 - Direito Violado



Fonte: IRSAS

A tabela abaixo traz um panorama do acompanhamento realizado pelas equipes PAEFI durante o ano de 2021. No total, foram acompanhados 2.300 indivíduos e 1.138 famílias com violação de direitos. Durante o ano de 2021 foram inseridas 713 famílias novas em

acompanhamento.

Tabela 26

Volume de famílias em acompanhamento pelo PAEFI	Total
Total de famílias em acompanhamento pelo PAEFI	1138
Indivíduos no acompanhamento do PAEFI no período de referência	2300

Fonte: RMA

O quadro abaixo traz informações em relação ao perfil das pessoas que iniciaram o acompanhamento no ano de 2021. Das 713 que iniciaram o acompanhamento, 406 eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que representa 56,94%. 132 eram beneficiárias do BPC, 117 famílias tinham crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 100 estavam em serviço de acolhimento e 107 tinham adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em sua composição.

Tabela 27 – Novos casos PAEFI

Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI, no período de referência	Total	Média/mês
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	406	33,83
Famílias com membros beneficiários do BPC	132	11
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	117	9,75
Famílias com crianças ou adolescentes em serviços de acolhimento	100	8,33
Famílias cuja situação de violência/violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	105	8,75
Famílias com adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto	107	8,92

Fonte: RMA

Tabela 28 - PAEFI

Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI durante o período de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 ou mais	Total
	652	Masculino	87	20	20	33	160
		Feminino	118	91	192	91	492
Total			205	111	212	124	652

Fonte: RMA

No que tange ao gênero é possível verificar pelo quadro acima que a maioria das pessoas vitimadas são do sexo feminino, o que representa 75,46%, esse pode ser um indicativo de como no decorrer da vida, as mulheres tem seus direitos violados. Em relação a idade, 192 tinham entre 18 a 59 anos, seguido de 118 entre 00 e 12 anos.

Tabela 29 – Atendimentos PAEFI

Atendimentos realizados no PAEFI durante o período de referência	Total	Média/mês
Atendimentos individualizados realizados durante o período de referência	8795	732,92
Atendimentos em grupo realizados durante o período de referência	200	16,67
Famílias encaminhadas para o CRAS durante o período de referência	515	42,92
Visitas domiciliares realizadas durante o período de referência	3330	277,5

Fonte: RMA

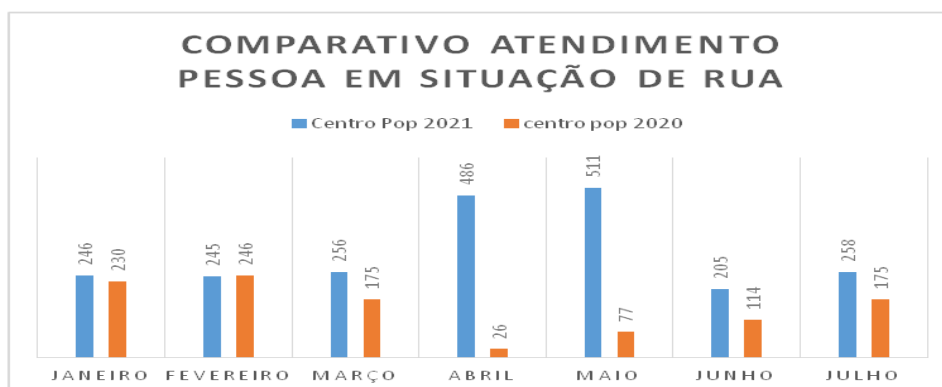
O quadro acima traz informações em relação a quantidade de atendimento realizado no ano de 2021 pelo PAEFI, é possível verificar que no total foram realizados 8.795, que representa uma média mês de 732,92. Destaca-se que as visitas domiciliares como instrumento

de mapeamento de realidade, compõem o acompanhamento ofertado pelo PAEFI de forma significativa, apresentando média/mês de 227,5.

3.23 SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

No que tange ao atendimento a pessoa em situação de rua o gráfico abaixo trará o comparativo em relação ao primeiro semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021. Em 2020 houve 1.043 atendimentos a pessoa em situação de rua, já em 2021 houve 2.207 atendimentos. Neste sentido, percebemos um aumento em 2021 em relação ao número de atendimentos em 2020. Mais uma vez é importante sinalizar que o atendimento à população em situação de rua (Centro Pop, Abordagem Social, Serviços de Acolhimento) não deixaram de ofertar atendimento presencial durante a pandemia pelo Covid 19.

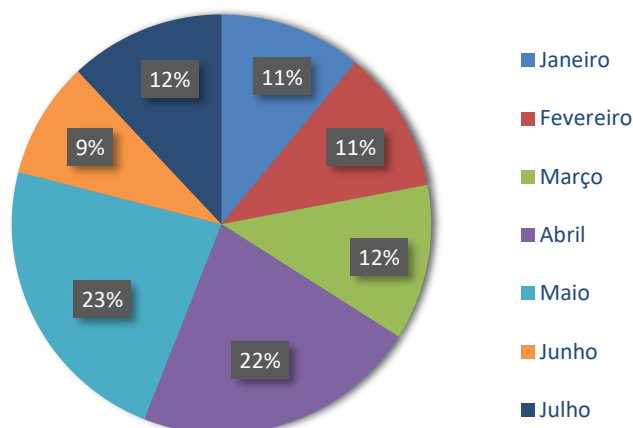
Gráfico 102 - Comparativo atendimento pessoa em situação de rua



Fonte: RMA Centro pop. (Sistema de Registro Mensal – SAGI)

Abaixo o gráfico mostra que os meses de maio e abril foram os mais intensos em relação ao atendimento à pessoa em situação de rua neste primeiro semestre de 2021.

Gráfico 103 - Atendimento Pessoa em situação de rua

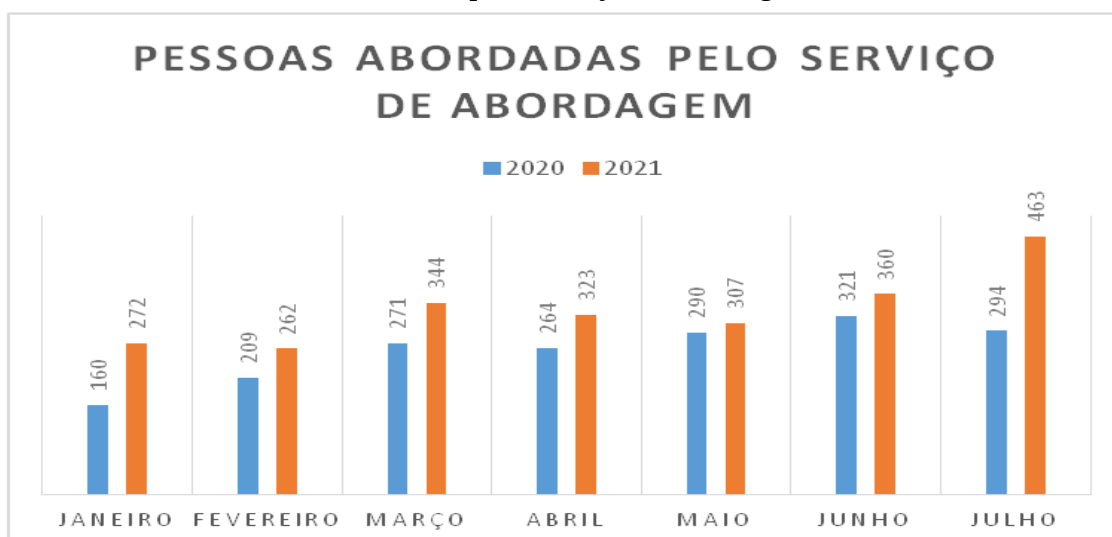


Fonte: RMA Centro pop. (Sistema de Registro Mensal – SAGI)

3.24 SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

Pessoas abordadas no serviço de abordagem social vêm aumentando conforme ilustra o gráfico 10. No comparativo entre o primeiro semestre do ano de 2020 e o primeiro semestre deste ano podemos perceber o aumento no número de pessoas em situação de rua no município de Londrina. Em 2020, no primeiro semestre foram 1.809 e no primeiro semestre de 2021 foram 2.331.

Gráfico 104 - Pessoas abordadas pelo serviço de abordagem



Fonte: IRSAS

De acordo com a pesquisa realizada em 2018, é possível considerar que parte da população em situação de rua possui baixa escolaridade e ausência de qualificação profissional,

fator que dificulta a inserção no mercado de trabalho formal e acesso à renda, corroborando para a permanência nas ruas. O acesso e garantia aos benefícios socioassistenciais são importantes, porém, insuficientes para promover a efetiva superação da situação de rua, haja vista as outras demandas desta população específica. Considera-se fundamental a articulação com outras políticas públicas, com o intuito de promover a sensibilização e ações que visem a acolhida das demandas tão complexas deste público específico, como Saúde, Educação e Trabalho.

Em coleta de informações com a rede socioassistencial de atendimento à população em situação de rua os serviços que atendem este público e suas demandas, consideram a necessidade da implantação de um programa que contemplasse o trabalho e educação, nos moldes do “ Adolescente Aprendiz”, voltado para o público em situação de rua, que tivesse perfil para desempenhar atividades laborais 03 vezes na semana, com carga horária menor, e ao mesmo tempo realizasse curso profissionalizante.

Durante os atendimentos e acolhida às pessoas que estão em situação de rua é visível que grande parcela do público faz uso ou já fez de algum tipo de substância psicoativa, fator que dificulta a superação da situação de rua, sendo necessário uma intervenção efetiva do serviço de CAPS AD, como busca ativa, atendimento técnico descentralizado. Pois atualmente o trabalho desenvolvido pelo Serviço não tem atendido as demandas específicas da população em situação de rua.

Há necessidade urgente de unidade de Acolhimento Institucional para mulheres e casais, visto que na última pesquisa foram identificados 105 casos de mulheres vivendo nas ruas. Hoje o município conta apenas com uma unidade de acolhimento de pernoite, em funcionamento das 19:00 às 07:00 horas, o que não garante a proteção integral e superação da condição de rua, uma vez que ao longo do dia, as mulheres estão expostas a exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, e a outros tipos de violências e risco social.

Também há necessidade de implantação de um Programa Aluguel para pessoas em situação de rua, no valor mínimo de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), com critérios de vulnerabilidades estabelecidos, atrelados a outros Programas de Escolarização/Profissionalização, como foi especificado acima.

Outra demanda apresentada é a necessidade de implantação de Centro Dia para atendimento às pessoas em situação de rua, com a oferta de alimentação (almoço e café), banho, lavagem de roupas, atendimento de triagem e sensibilização dos serviços de CAPS AD e CAPS 3 (duas vezes na semana), além de oficinas que visem o desenvolvimento do protagonismo do indivíduo.

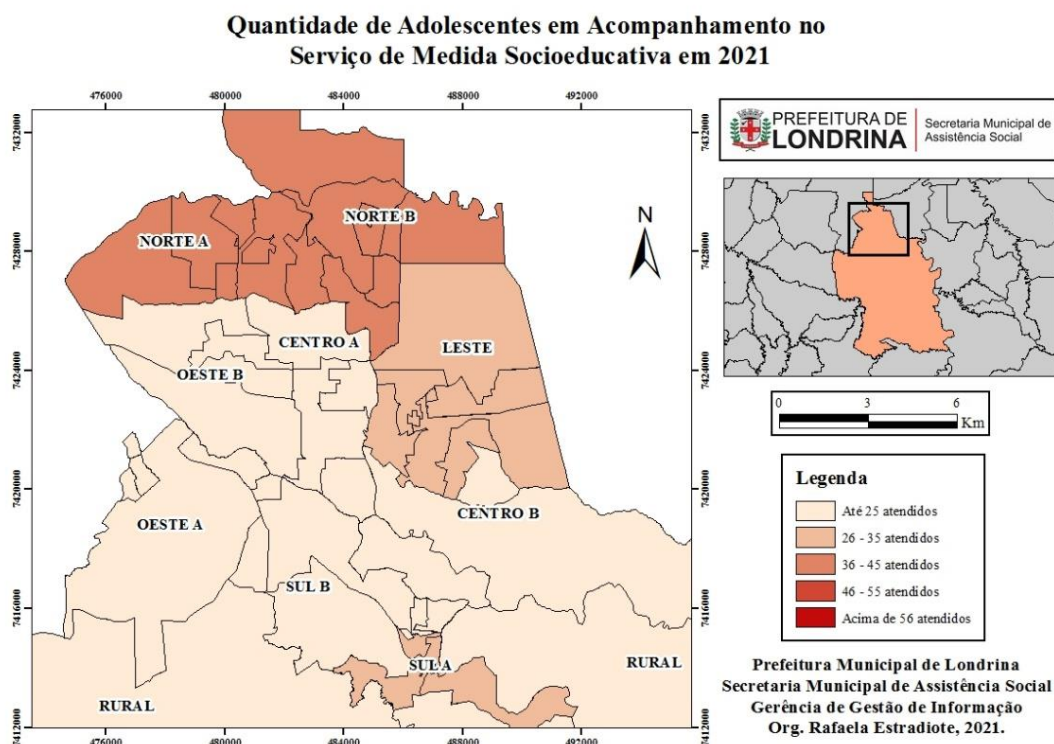
Outra indicação das ofertas de atendimento à população em situação de rua é a necessidade de criação do Tridigito (ex. disque 100) para que os usuários tenham acesso ao Serviço de Abordagem Social.

3.25 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é um serviço tipificado na Política de Assistência Social e está referenciado no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), assumindo caráter continuado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

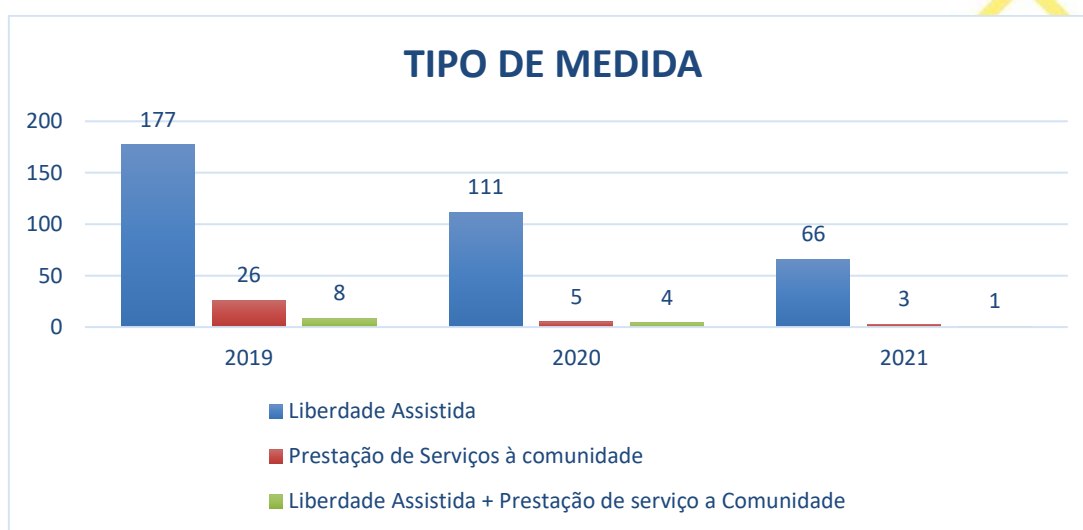
A figura abaixo, retrata por região a concentração de adolescentes que foram acompanhados pelo Serviço de Medidas Socioeducativas, sendo a referência 2021. Destaca-se a região Norte como território de maior concentração, aspecto que pode ser retratado por sua dimensão espacial. Seguindo das regiões Leste e Sul A, regiões atravessadas por vulnerabilidades múltiplas.

Figura 6 – Adolescentes em acompanhamento MSE



A predominância em relação aos tipos de medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes pelo sistema de justiça entre os anos de 2019 e 2021, pode ser observada nos gráficos abaixo. Sendo possível identificar, como a medida que prevalece é Liberdade Assistida. Neste recorte temporal o Sistema Socioeducativo, assim como os demais sistemas, sofreu os efeitos da pandemia de Covid-19, desencadeando fenômenos ainda em análise pelos atores da Socioeducação. Um dos efeitos, foi a diminuição substancial da aplicação de medidas socioeducativas no país, e, sobretudo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, considerando sua natureza e os cuidados sanitários orientados pela OMS.

Gráfico 105 -Tipo de medidas aplicadas comparativo 2019 a 2021



Fonte: IRSAS (2021).

É possível observar que no decorrer dos anos a medida socioeducativa com maior incidência é a de Liberdade Assistida. A medida de Liberdade Assistida pressupõe um acompanhamento sistemático do adolescente por no mínimo 06 meses, podendo chegar à 3 anos.

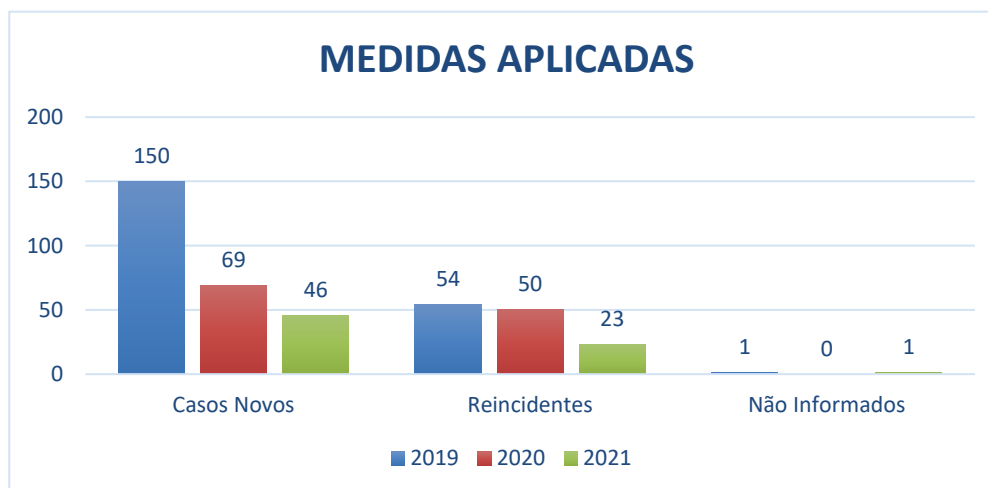
Como observa-se no gráfico 51, dentre as medidas socioeducativas aplicadas, o ano de 2019 é aquele em que houve o maior número de atendimentos, os casos novos correspondem a 73,2%, os casos reincidentes 26,3% e os casos não informados com aproximadamente 0,5%. Já no ano de 2020, dentre os casos atendidos 58,0% eram novos, 42,0% eram reincidentes, sendo que casos sem informações de medidas aplicadas não ocorreram neste período.

Ainda em 2021, é possível notar uma diminuição de casos atendidos, sendo os casos novos responsáveis por 65,7% dos atendimentos, enquanto os casos reincidentes foram responsáveis por 32,9% e os casos não informados 1,43%.

A diferença entre o ano pré pandemia para o de 2020 apresentou uma queda de 32%

dos casos novos, já no último período 2020-2021 a queda chega a 33%. Seguindo a mesma tendência de diminuição dos atendimentos de novos casos de 2019 para 2020 houve uma redução de 7,4% de casos reincidentes, enquanto no período 2020-2021 chegou a 54% de reincidentes.

Gráfico 106 - Medidas aplicadas



Fonte: IRSAS

O quadro abaixo traz informações em relação a quantidade de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em 2021, totalizando 107 adolescentes, sendo 89 do sexo masculino e 18 do feminino. Na sequência temos os dados que quantifica por tipo de medida socioeducativa, demonstrando, portanto, que a Liberdade Assistida é a medida mais aplicada e que os indivíduos do sexo masculino são a expressiva maioria.

Tabela 30 – Adolescentes em cumprimento de MSE

Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento no período de referência	Total	Sexo	
	107	Masculino	89
		Feminino	18

Fonte: RMA

Tabela 31 – Novos Adolescentes MDS

Novos adolescentes em cumprimento de	Total	Sexo
--------------------------------------	-------	------

Liberdade Assistida - LA, inseridos em acompanhamento no período de referência	104		
		Masculino	86
		Feminino	18
Novos adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, inseridos em acompanhamento no período de referência	5	Sexo	
		Masculino	4
		Feminino	1

Fonte: RMA

3.26 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS

Atualmente, este serviço é ofertado por meio de termo de colaboração com organização da sociedade civil do município. O objetivo deste serviço é o atendimento / acompanhamento a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, e que tiveram seus direitos violados. Atualmente, o serviço atende 743 famílias.

Tabela 32 – Análise de Cobertura

PÚBLICO POTENCIAL	QUANTIDADE	OFERTA NO SERVIÇO	PERCENTUAL DE COBERTURA
Pessoas com deficiência e idosas	6.843	743	10.85%
Pessoas com deficiência IRSAS	20.739	743	3.58%
Pessoas com deficiência CadÚnico	17.464	743	4.25%

Fonte: IRSAS/CAD

3.27 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A Pesquisa sobre a População em Situação de Rua realizada em 2018 foi um importante marco na sistematização de dados sobre a caracterização da PSR com o objetivo de subsidiar as decisões da gestão pública municipal e indicar necessidades de adequações nas políticas públicas para esse segmento populacional.

Diante dos dados apresentados no Relatório Final Pesquisa Pop Rua Londrina, divulgada em 2109, e considerando o expressivo aumento da PSR no município, a ampliação da oferta de vagas em unidades de acolhimento adulto, iniciou no ano de 2019. Além das vagas

previstas para atendimento a PSR, nos meses de maio a outubro, período de frio intenso, foram acrescidas 64 vagas para o atendimento na modalidade Pernoite - Operação Noite Fria. A partir do encerramento do projeto a SMAS manteve 40 metas de forma permanente para o atendimento dessa demanda.

Com o surgimento e o agravamento causado pela COVID- 19, a partir do mês de abril de 2020 as unidades de Acolhimento Institucional para atendimento do público adulto, fizeram uma nova adequação na oferta de atendimento a PSR. A Casa de Passagem, que atendia somente o Pernoite, ampliou seu horário de atendimento que complementou as 24 horas. No mês de junho do mesmo ano, aconteceu a implantação de 03 acolhimentos emergenciais com vistas a garantir o isolamento social para público atendido. A implantação desses serviços se deu em parceria com a Igreja Católica que cedeu espaços: Monte Carmelo, que atendeu mulheres e seus filhos, Emaús, que atendeu homens adultos a partir de 18 anos e o Asilo São Vicente Pallotti, que atendeu o público idoso. No total foram disponibilizadas 49 vagas. A Secretaria Municipal de Assistência Social custeou a contratação de equipe técnica, e equipe de apoio, além dos itens de cama, mesa e banho e alimentação.

Com a finalização da parceria com a Igreja Católica, a SMAS deu continuidade aos atendimentos através de Termos de Colaboração com as entidades da sociedade civil e manteve a oferta de vagas, com a implantação dos serviços de República de Supervisão Moderada Masculina que prevê o atendimento de 30 metas para o público masculino e 15 metas para o público feminino, que permanecem em execução até o momento.

Outro avanço para a política de atendimento a PSR, foi a implantação da Central de Vagas Adulto. O serviço é referência para as vagas de acolhimento adulto no município, recebendo e encaminhando as solicitações oriundas do Serviço de Abordagem Social a Pessoa em Situação de Rua e Centro de Referência Especializado para população em Situação de Rua – Centro Pop, bem como da rede socioassistencial, serviços de saúde e Sistema de Garantia de Direitos.

Como enfrentamento a COVID-19, foi criada a Casa Covid, que ofereceu 10 vagas para o atendimento de pessoas suspeitas e para os casos confirmados da doença. Também foram construídos fluxos de atendimento e protocolos estabelecendo as regras de cuidado, higiene e distanciamento social. Além disso, no início da pandemia, momento em que os produtos de proteção individual estavam com preços abusivos, a SMAS disponibilizou máscaras, álcool em gel e outros equipamentos necessários para a proteção dos trabalhadores.

Além do aumento do número de vagas e da implantação da Central de Vagas e das novas modalidades de atendimento a PSR, primando pela melhor execução dos serviços e

visando orientar as ações executadas pelos serviços que prestam atendimento a esse público, a SMAS iniciou a construção da Trilha da Cidadania. Essa proposta vem na perspectiva de fortalecer o protagonismo do usuário dos serviços para a superação da situação de rua, desde o primeiro acesso aos serviços que atendem esse segmento populacional.

É importante destacar que nos períodos de frio intenso, é realizada a Operação Noite Fria. No ano de 2021, num primeiro momento foram oferecidas 45 vagas para o atendimento na modalidade pernoite. Porém, dadas as variações climáticas que naquele ano fizeram com que as temperaturas chegassem a zero grau, houve a ampliação do número de vagas, bem como a ampliação do horário do atendimento. Entre os dias 26 de junho à 01 de julho, foram oferecidas 105 vagas visando a proteção da PSR.

A principal lacuna no atendimento a PSR no município, está na ausência de oferta de Serviço de Acolhimento Institucional Feminino. Atualmente são oferecidos a esse público 20 vagas em Pernoite, 15 em Republica de Supervisão Moderada e 16 em República de Supervisão Leve.

Atualmente a rede de atendimento às pessoas em condição de desproteção, vulnerabilidade e risco pessoal e social conta com 06 Repúblicas para atendimento adulto feminino e masculino, sendo 03 de Supervisão Moderada e 03 de Supervisão Leve; 02 Casas de Passagem Adulto Masculino, 03 unidades de Acolhimento Institucional Adulto Masculino.

De acordo com o relato das unidades de acolhimento foi possível identificar uma mudança no perfil dos usuários do serviço, com demandas diferentes sendo apresentadas, vindos principalmente de grandes capitais, justificando a mudança de Londrina pelo desemprego causado pela pandemia do Covid 19. Importante sinalizar que muitas das pessoas em situação de rua nunca passaram antes pelo serviço, alguns já estiveram em situação de rua, mas haviam superado essa condição, devido ao desemprego voltaram para as ruas.

Em relação ao público atendido nos serviços de acolhimento é possível avaliar algumas dificuldades encontradas no território que diz respeito ao uso abusivo de substâncias psicoativas, tendo em vista que a oferta de S.P.A é alta no território principalmente Centro A, os acolhidos têm dificuldades em dar prosseguimento na evolução do acompanhamento de saúde.

Outra demanda apontada, é em relação a demora no agendamento e atendimento no Caps AD e III, o que tem comprometido a evolução do acompanhamento aos acolhidos referente a dependência química e em casos de transtorno mental, interferindo nas questões de saúde mental e qualidade de vida.

Outro indicador é a ausência de articulação com a política de habitação, visto que

muitos acolhidos demandam de unidade habitacional, como ponto fundamental para superação da vivência da situação de rua.

A falta de qualificação profissional entre a população atendida é um ponto que interfere diretamente na inserção no mercado de trabalho do público atendido no acolhimento. Nesse sentido, verifica-se a importância de ampliação da oferta de serviços que tenha como objetivo a qualificação profissional.

Abaixo a tabela disponibiliza a quantidade as ofertas de acolhimento institucional existentes no município.

Tabela 33 - Acolhimento Institucional Adulto

ENTIDADE	BAIRRO	REGIÃO	NÚMERO DE VAGAS
ACOLHIMENTO PERNOITE FEMININO	JARDIM ANTARES	CENTRO A	20
CASA ABRIGO CANTO DE DÁLIA	PARQUE GUANABARA	SUL B	20
CASA DE PASSAGEM I - MORADA DE DEUS	SHANGRI-LÁ	OESTE B	20
CASA DE PASSAGEM II - MORADA DE DEUS	SHANGRI-LÁ	OESTE B	20
MMA PERNOITE 24HRS	SHANGRI-LÁ	OESTE B	40
CASA DO BOM SAMARITANO INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA	VILA MARIZIA	CENTRO A	50
SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - SOS	VILA NOVA	CENTRO A	21
S.O.S HIGIENE E ALIMENTAÇÃO	VILA NOVA	CENTRO A	10
TOTAL			201

Tabela 34 - Acolhimento em República

ENTIDADE	BAIRRO	REGIÃO	NÚMERO DE VAGAS
MMA - REPÚBLICA FEMININA (JOVEM)	JARDIM ALPES	CENTRO A	08
MMA - REPÚBLICA FEMININA	MARIA CECÍLIA	NORTE B	08
MMA - REPÚBLICA MASCULINA	IMPÉRIO DO SOL	CENTRO A	08
REPÚBLICA DE SUPERVISÃO MODERADA FEMININA - MORADA DE DEUS	JARDIM GUARARAPES	LESTE	15
REPÚBLICA DE SUPERVISÃO MODERADA - MMA	SABARÁ	OESTE A	30
MMA - REPÚBLICA MASCULINA	JARDIM IMAGAWA	CENTRO A	08
TOTAL			77

Tabela 35 - Acolhimento em Residência Inclusiva

ENTIDADE	BAIRRO	REGIÃO	NÚMERO DE VAGAS
CASA DO CAMINHO – RESIDÊNCIA INCLUSIVA	JARDIM AEROPORTO	LESTE	3
RESIDÊNCIA INCLUSIVA FLÁVIA CRISTINA	CAMPO BELO	OESTE B	10
RESIDÊNCIA INCLUSIVA FLÁVIA CRISTINA	SHANGRI-LÁ	OESTE B	10
TOTAL			23

Tabela 36 - Acolhimento Institucional Criança e Adolescente

ENTIDADE	BAIRRO	REGIÃO	NÚMERO DE VAGAS
LAR ANÁLIA FRANCO – Unidade 1 ¹²	AEROPORTO	LESTE	10
LAR ANÁLIA FRANCO – Unidade 2	AEROPORTO	LESTE	10
LAR ANÁLIA FRANCO – Unidade 3	AEROPORTO	LESTE	10
LAR ANÁLIA FRANCO – UNIDADE 4	AEROPORTO	LESTE	10
MMA -CASA LAR	JARDIM PACAEMBU	NORTE B	10
MMA – CASA LAR	CHAMPAGNAT	OESTE B	10
NUSELON – CASA I	PARQUE JAMAICA	OESTE B	10
NUSELON – CASA II	PARQUE JAMAICA	OESTE B	10
NUSELON – CASA III	PARQUE JAMAICA	OESTE B	10
NUSELON – CASA IV	MILTON GAVETTI	NORTE B	10
TOTAL			100

¹² As unidades de Acolhimento Institucional na modalidade Casa Lar (1,2,3) antes atendidas pelo Lar Anália Franco, passaram em março de 2022 a ser atendidas pela Associação Londrinense de Circo.

Tabela 37 - Instituição de Permanência - ILPI¹³

ENTIDADE	BAIRRO	REGIÃO	NÚMERO DE VAGAS
CASA DO BOM SAMARITANO INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA - ILPI	VILA MARIZIA	CENTRO A	24
ASILO SÃO VICENTE DE PAULO	BELA SUIÇA	SUL B	105
LAR MARIA TEREZA VIERA	SANTA TEREZINHA	LESTE	70
LAR DOS VOVÔS E VOVÓS	AGARI	CENTRO A	70
TOTAL			269

3.27.1 Atendimento em Acolhimento para Crianças e Adolescentes

Também foram verificados avanços na política de atendimento à criança e ao adolescente. No decorrer do ano de 2021, aconteceu a implantação da Central de Vagas por meio de recursos financeiros advindos do município, Estado e União, dessa forma, foi possível ampliar o quadro de trabalhadores dos serviços, que possibilitou a melhor oferta de atendimento.

Atualmente a rede de atendimento a esse público conta com 10 unidades de Acolhimento Institucional, na modalidade Casa Lar para Crianças e Adolescentes conforme indicados na tabela acima totalizando 100 vagas.

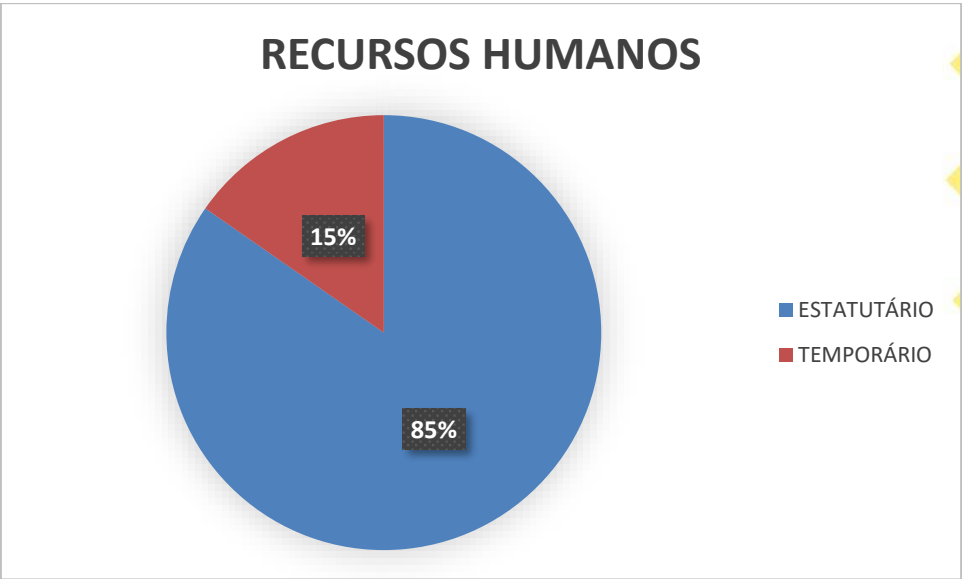
Na modalidade de atendimento às crianças e adolescentes também tem o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora que em 2021 contava pelo Censo Suas com 16 famílias acolhedoras. Já o Programa Guarda Subsidiada, atendeu 15 famílias, preenchendo 25 metas (referência dezembro de 2021), totalizando o repasse de R\$ 13.750, ou seja, ½ salário-mínimo por criança atendida pelo programa. O limite são 30 metas de atendimento mensais.

¹³ Os serviços de ILPI são ofertados pela Secretaria Municipal do Idoso.

3.28 RECURSOS HUMANOS

Atualmente, a Secretaria Municipal de Assistência Social conta com 359 trabalhadores vinculados diretamente a Prefeitura Municipal de Londrina, sendo 304 são estatutários e 55 temporários¹⁴.

Gráfico 107 – Recursos Humanos



Os dados apontaram uma crescente na demanda por procura pela política de assistência social nas diversas ofertas socioassistenciais, dessa forma, é importante para o diagnóstico visualizar como estão constituídas as equipes nos diversos territórios do município a fim de verificar as lacunas para o atendimento diante do aumento da população que procura esta política. A tabela abaixo traz as informações de recursos humanos por unidade de CRAS.

Tabela 38 - Recursos Humanos CRAS

TERRITÓRIO	EQUIPE TÉCNICA	EQUIPE DE APOIO	ESTATUTÁRIO	TEMPORÁRIO
CRAS CENTRO A	6	3	8	2
CRAS CENTRO B	6	4	9	1
CRAS LESTE	10	4	8	6
CRAS NORTE A	9	4	11	2
CRAS NORTE B	8	4	9	3
CRAS OESTE A	7	2	5	4

¹⁴ Dados fornecidos pela Gerência Administrativa no mês de maio de 2022.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

CRAS OESTE B	8	3	8	3
CRAS RURAL	7	10	15	2
CRAS SUL A	6	4	7	3
CRAS SUL B	7	3	8	2
TOTAL	74	41	88	28

Atualmente, há 74 profissionais de nível superior (assistentes sociais e psicólogos) atuando com a oferta do PAIF nos diversos territórios e 41 profissionais de ensino médio (motoristas e administrativos).

Diante do aumento da pobreza, é importante sinalizar a necessidade de que haja concurso público a fim de implementar as equipes nos territórios a fim de que a mesma atenda minimamente as orientações da NOB RH, conforme indica a tabela abaixo. No entanto, a complexidade das demandas trazidas pelas famílias atendidas pela política de assistência social e o contexto de aumento da procura por atendimento e o empobrecimento da população são indicativos para que a implementação das equipes com contratação de trabalhadores por meio de concurso público seja além do que está previsto na NOB RH levando em consideração essa realidade dos territórios.

Figura 7 – Recursos Humanos na NOB-RH

CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrôpole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

A seguir foi feito a extração do IRSAS de famílias referenciadas por unidade de CRAS

considerando os últimos dois anos, relacionando com os recursos humanos existente no território. Nesse comparativo já se identificou a necessidade de ampliação de algumas equipes, visto que a NOB RH apresenta um quadro mínimo, sendo que a complexidade do público atendido nos territórios agravada pela crise mundial requer um olhar que considere os diferentes perfis da população.

Tabela 39 - Recursos Humanos déficit

TERRITÓ- RIO	FAMILIAS IRSAS 2 ANOS	EQUIPE TÉCNICA	EQUIPE DE APOIO	Déficit de acordo com a NOB
CRAS CEN- TRO A	8946	6	3	1 técnico de nível superior/ 4 nível médio
CRAS CEN- TRO B	6341	6	4	2 nível médio
CRAS LESTE	12218	10	4	6 nível médio
CRAS NORTE A	12352	9	4	1 nível superior/ 6 nível médio
CRAS NORTE B	11453	8	4	2 nível superior/ 6 nível médio
CRAS OESTE A	4800	7	2	2 nível médio
CRAS OESTE B	9528	8	3	3 nível médio
CRAS RU- RAL	5327	7	10	Análise específica ¹⁵
CRAS SUL A	5814	6	4	
CRAS SUL B	6519	7	3	3 nível médio

O exercício acima proposto aponta a necessidade de concurso público para contratação de trabalhadores para a política de assistência. Importante ressaltar ainda que temos 15% de trabalhadores providos por meio de contrato temporário, e no caso, de não renovação os territórios ficam com um déficit maior.

A tabela abaixo traz as informações de recursos humanos na proteção social especial. Atualmente são 58 profissionais de nível superior para o atendimento de situação que envolvem violações de direitos e 64 profissionais das equipes de apoio. Na proteção social especial, pelo

¹⁵ O território Rural tem uma especificidade por atender de forma descentralizada, distritos e patrimônios que estão localizados em regiões afastadas e que o deslocamento e o clima influenciam para a definição da quantidade de profissionais para uma melhor oferta territorial.

relato qualitativo, dos trabalhadores, também apontam a necessidade de contratação por meio de concurso público visto que a proteção social especial precisa ampliar o atendimento todo público que vivencia violação de direitos, sem recortes, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Tabela 40 - Recursos Humanos CREAS

TERRITÓRIO	EQUIPE TÉCNICA	EQUIPE DE APOIO	ESTATUTÁRIO	TEMPORÁRIO
CREAS CENTRO	13	4	17	0
CREAS OESTE	9	4	13	0
CREAS NORTE	11	3	11	3
CENTRO POP	13	18	25	6
SEAS	3	29	30	2
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	6	5	11	0
ACOLHIMENTO FAMILIAR	3	1	4	0
TOTAL	58	64	111	11

3.29 DADOS TERRITORIAIS

3.29.1 Território Centro A

O território Centro A é formado por 03 microterritórios. De acordo com a matriz de percepção¹⁶ deste território há presença de muitos idosos morando sozinhos e idosos cuidando de outros idosos. Observa-se que a presença elevada de idosos nesta região pode estar relacionada com a localização de bairros mais antigos de Londrina, como Vila Casoni, Vila Nova, Vila Recreio, Centro, dentre outros. Com relação às atividades direcionadas aos idosos, há relatos da dificuldade de deslocamento para outras regiões, pois não há presença de centros de convivência nesta região.

Outro dado da matriz é em relação ao fato de ser um território que transita muitas pessoas em situação de rua, por ter uma unidade de acolhimento institucional próxima e pelo fato de ser um território localizado mais próximo da região central, bem como observa-se a

¹⁶ A matriz de percepção foi produzida em 2017 por meio de uma técnica de trabalho coletivo em que foi coletado as percepções dos usuários e trabalhadores da política de assistência social em relação aos territórios.

presença de homens morando sozinhos em pensionatos ou em quartos sublocados em residências.

Na vivência do território é possível notar uma quantidade significativa de famílias que pagam aluguel, mas especialmente nos microterritórios I e III, os quais não possuem empreendimentos habitacionais. Algumas famílias sinalizam que o valor do aluguel é bastante elevado, mas em contrapartida, não há despesa com transporte devido a maior presença dos serviços públicos e privados na região.

Outra informação que é possível notar no cotidiano de atendimento do território é a presença de famílias chefiadas por mulheres, igualmente, mulheres sobrecarregadas para gerir as despesas domésticas e conciliar os cuidados dos filhos. Nos atendimentos na unidade estas mulheres evidenciam que a ausência de atividades de contraturno escolar e vagas em centros de educação infantil impactam no acesso à renda.

Observa-se a presença de usuários com escolaridade elevada e formação educacional com perda de renda formal e/ou informal e estão em situação de empobrecimento, sendo necessária a intervenção da política de assistência social na garantia da sobrevivência.

Não há dados que comprovem de forma quantitativa, mas percebe-se nos atendimentos que há uma violência urbana instituída, e que isso se reflete no cotidiano das famílias/usuários e nas demandas apresentadas.

No microterritório II identificou-se a presença do povo cigano, que transita entre a região central, outras regiões da cidade e até outros municípios.

Especialmente no microterritório III há presença de imigrantes/refugiados, com destaque para venezuelanos, angolanos, haitianos, sírios, dentre outros. Nota-se a dificuldade de comunicação pela limitação da língua estrangeira, o que pode dificultar também o acesso às políticas públicas.

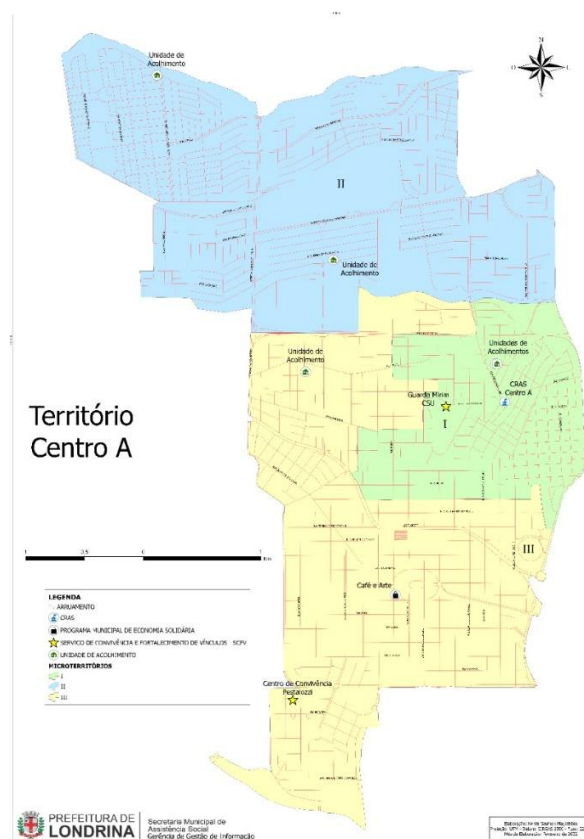
O microterritório II é distante da unidade do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e as famílias trazem relatos da dificuldade de acesso das crianças e adolescentes a este serviço.

Considerando o aumento da demanda no CRAS Centro A a partir do período pandêmico, avalia-se a necessidade de repensar a divisão territorial que atualmente é composta por 3 microterritórios, mas há indicativo de que seria necessário mais 1 microterritório com o aporte de recursos humanos para esta finalidade, proporcionando assim a ampliação das ofertas da política de assistência social na proteção básica.

O mapa abaixo ilustra a extensão territorial de cada um deles bem como as ofertas de serviços socioassistenciais em cada um deles. É possível identificar que a maior concentração

de serviços se localiza no território I, sendo que podemos verificar o CRAS Centro A o SCFV da Guarda Mirim, uma unidade de Acolhimento. Também é possível identificar no microterritório III a presença do projeto de Inclusão produtiva – Unidade de Comercialização Café e Arte. No território II, não há existência de ofertas territorializadas.

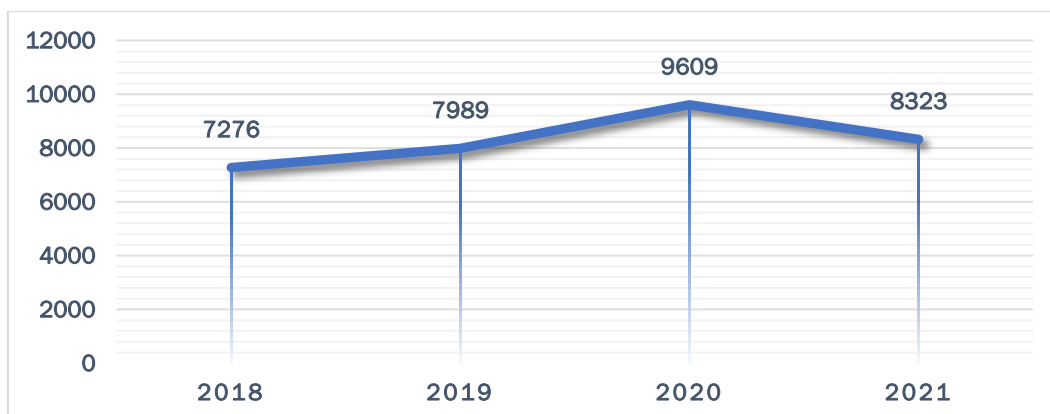
Figura 8 – Mapa Centro A



Em relação a população total no território Centro A o gráfico abaixo apresenta dados dos últimos 4 anos, o ano de 2020 foi o que apresentou a maior quantidade de pessoas residindo neste território, ou sejam, 9.609.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

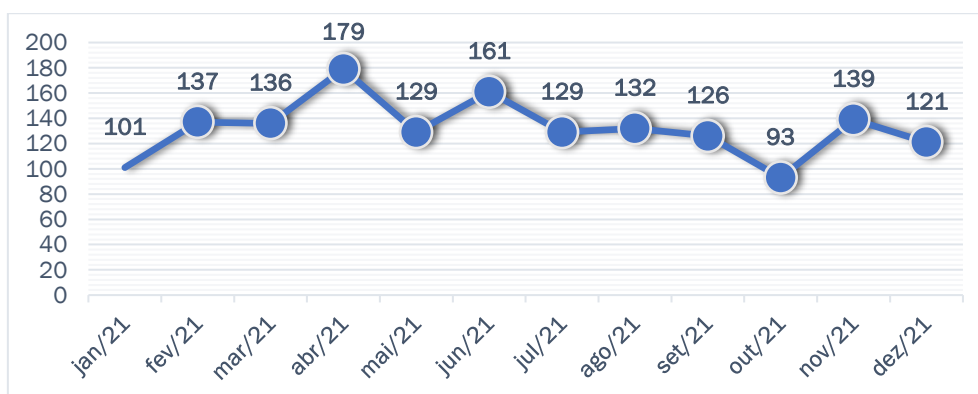
Gráfico 108 - Pessoas no IRSAS Centro A



Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano.

No ano de 2021 foi possível identificar que 1.583 acessaram pela primeira a política de assistência social, ou seja, não possuíam registro anterior no sistema IRSAS. O mês com maior busca foi o de abril de 2021 (179).

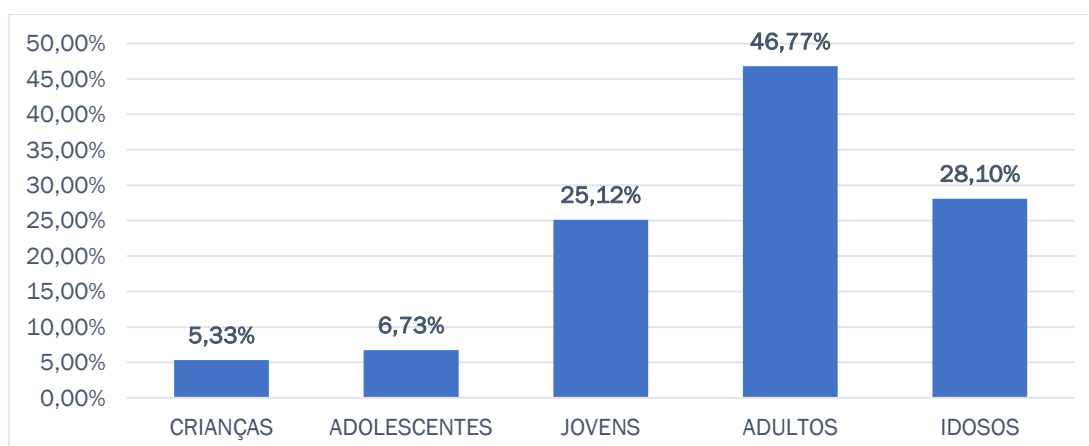
Gráfico 109 - Primeiro Cadastro no IRSAS



Fonte: IRSAS

Em relação a distribuição das pessoas por ciclo de vida é possível verificar que a concentração deste território está para a fase adulta com 46% do percentual total, seguido de 28,10% de idosos.

Gráfico 110 - Ciclo de Vida Centro A



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a escolaridade da população do Centro A, é possível verificar que a concentração está no percentual de 21,49% para pessoas com ensino médio completo. No comparativo com dados de população geral do município temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

Tabela 41 – Escolaridade população Centro A

Grau de Escolaridade	Município	Centro A
Analfabeto	8,00%	6,60%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	10,74%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	8,75%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	18,78%
Fundamental completo	5,78%	5,79%
Ensino Médio incompleto	11,69%	9,68%
Ensino Médio completo	18,07%	21,49%
Superior Incompleto	3,02%	6,31%
Superior completo	2,64%	5,74%
Pós-Graduação	0,16%	0,40%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,16%
Não Informado	4,69%	5,57%

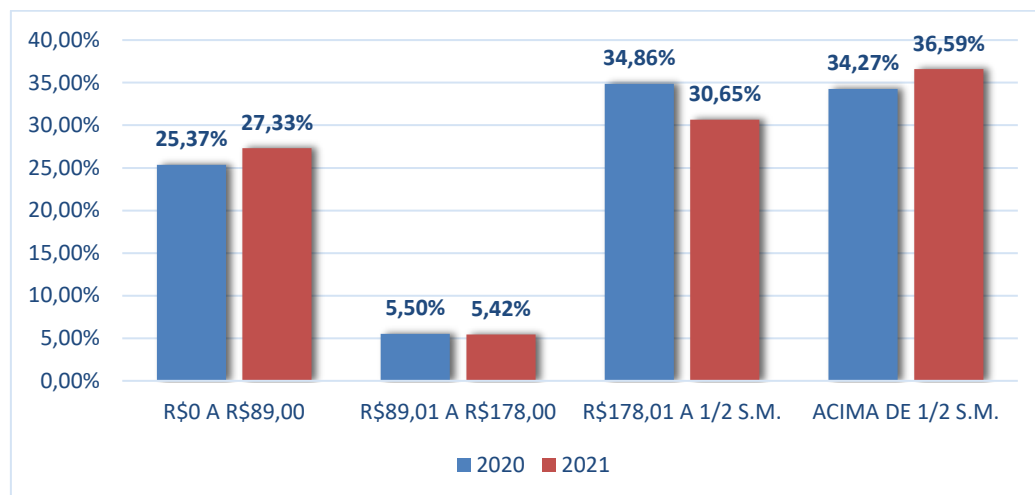
Fonte: IRSAS - Consulta em 15/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

Em relação ao rendimento per capita Centro A, é possível identificar um aumento de 1,96% de 2021 comparado a 2020 para famílias com renda per capita de R\$ 00 a R\$ 89,00. Importante ainda sinalizar que em 2020 as famílias com renda abaixo de ½ salário mínimo

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

representavam 65,73%. Em 2021, o total foi de 63,4%, o que representa uma diminuição de 2,33% na faixa de renda de até ½ salário mínimo.

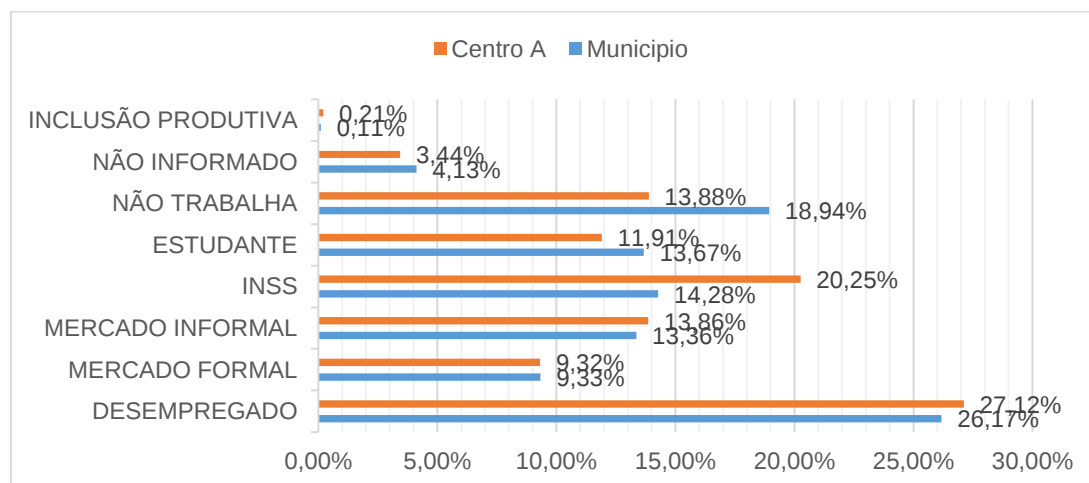
Gráfico 111 - Rendimento per capita Centro A



Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

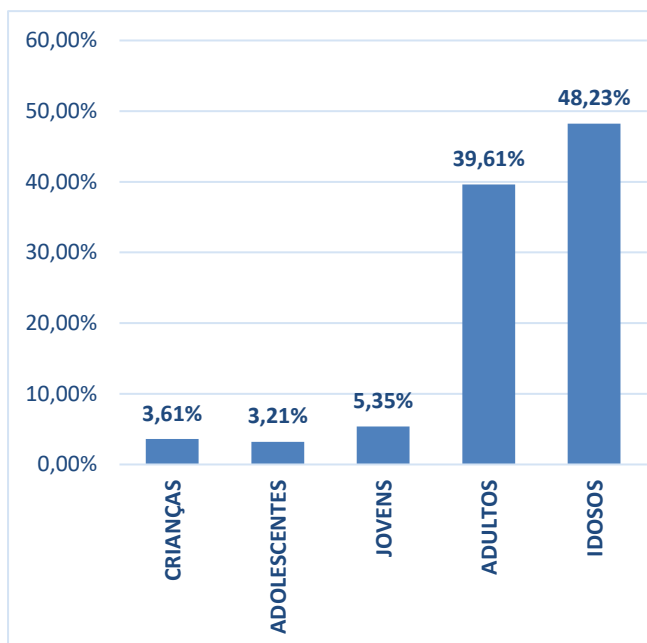
Em relação ao tipo de ocupação da população no mercado de trabalho é importante sinalização que 27,12% encontra-se desempregada.

Gráfico 112 - Tipo de Ocupação Centro A



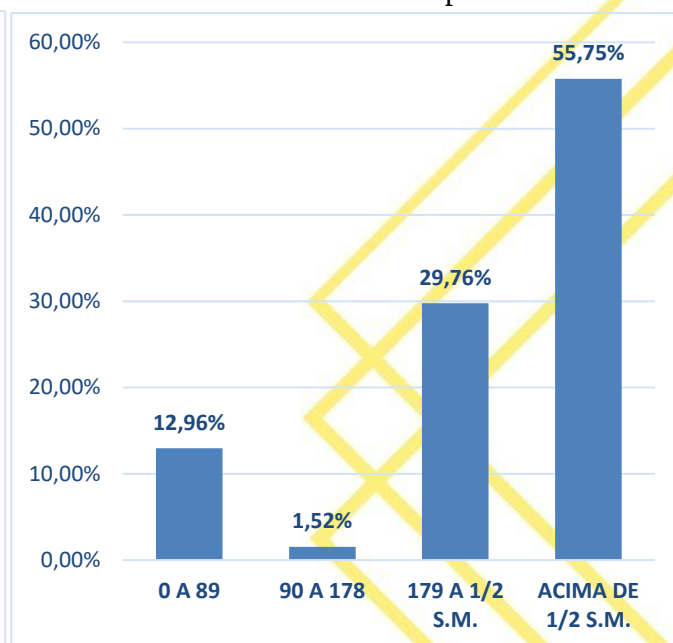
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21. Obs.: Pessoas acima de 14 anos

Gráfico 113 - PCD Faixa Etária



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Gráfico 114 - PCD Renda Per Capita

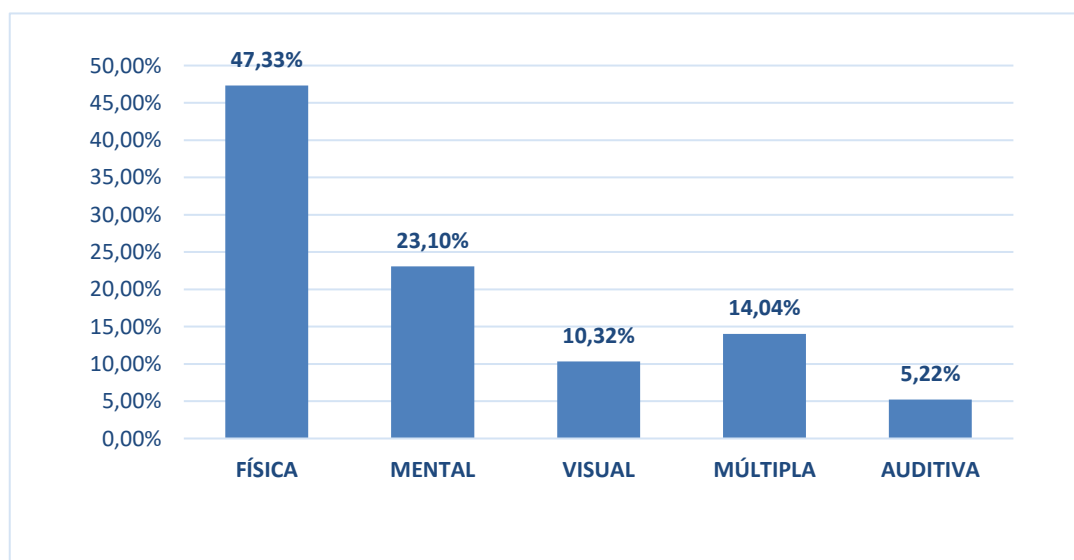


Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Os gráficos acima apontam a incidência de pessoas com deficiência. No que concerne ao tipo de deficiência a que prevalece é a deficiência física com 47,33%. A faixa etária predominante são idosos com 48,23%.

Dentre as pessoas com deficiência a renda per capita que prevaleceu é 55,75% para aquelas com renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Importante apontar que uma parcela significativa ainda vive com renda abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, ou seja, 44,24%.

Gráfico 115 - Tipo de Deficiência

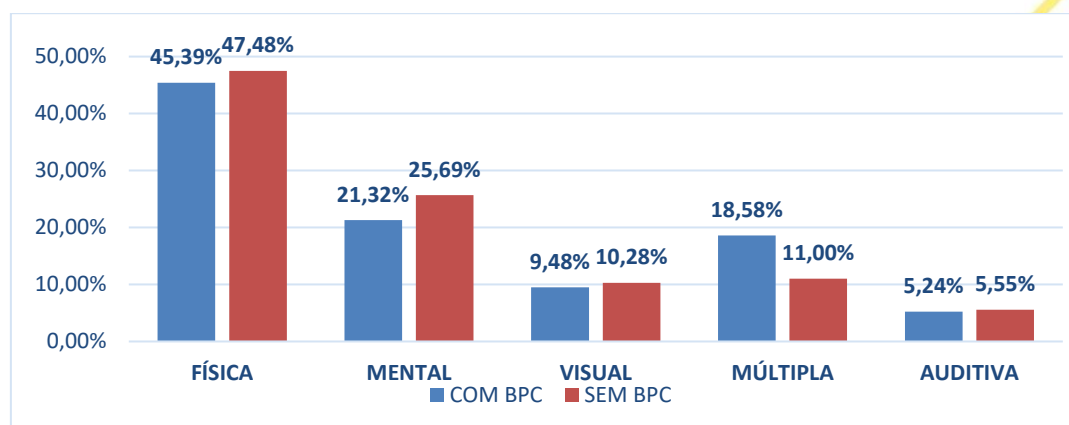


PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação a cobertura por BPC por tipo de deficiência, a deficiência auditiva é a que apresenta a maior cobertura. Já a com menor cobertura é a deficiência múltipla.

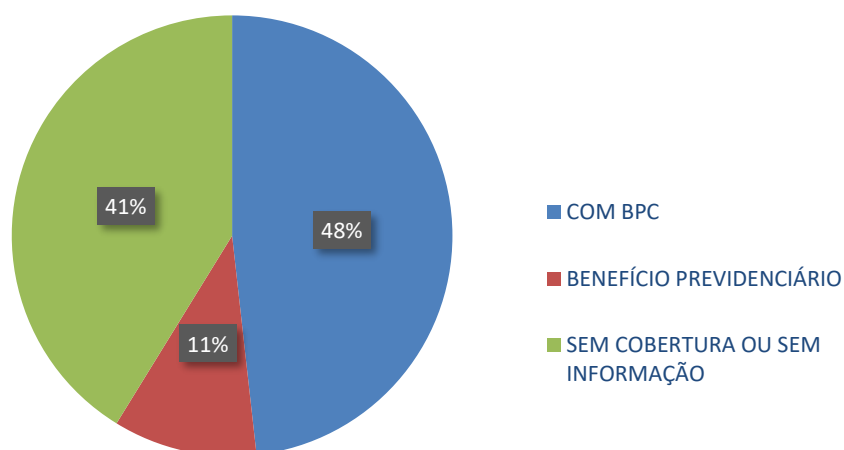
Gráfico 116 - Cobertura BPC por tipo de deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Do total de pessoas com deficiência no território 48% apresenta cobertura de BPC, no entanto, uma parte significativa, ou seja, 41% não possui cobertura previdenciária ou não tem informação.

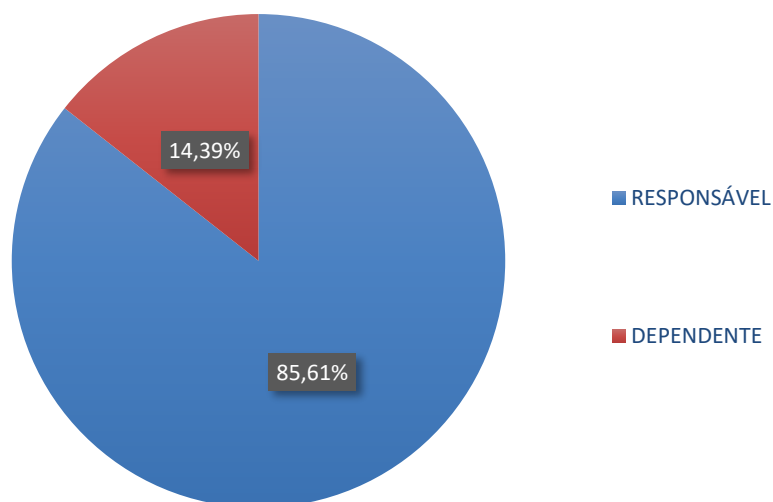
Gráfico 117 - Cobertura Assistencial ou Previdenciária



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação aos dados de pessoas idosas no território os dados apontam que 85,61% estão no cadastro como responsáveis.

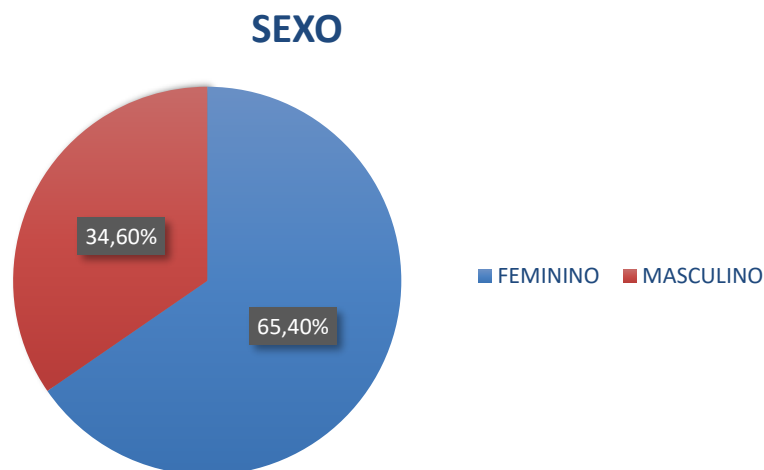
Gráfico 118 - Tipo de Usuário



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação ao sexo 65,40% dos idosos são do sexo feminino.

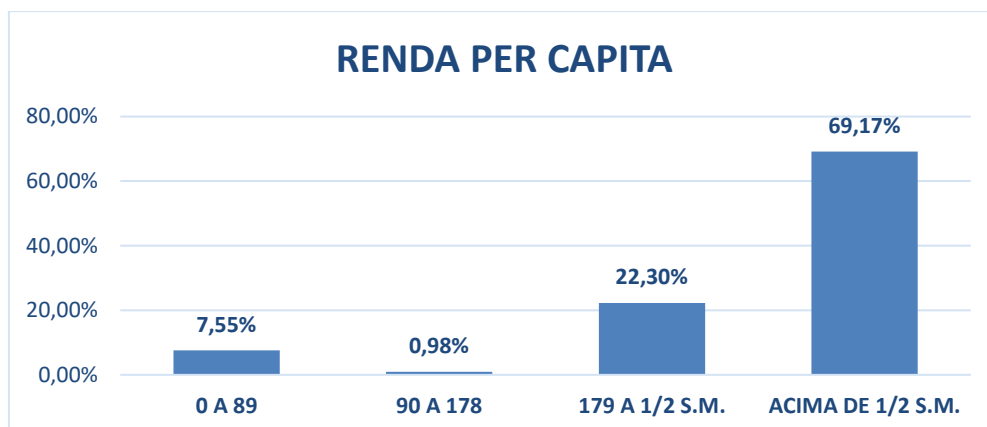
Gráfico 119 – Sexo



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

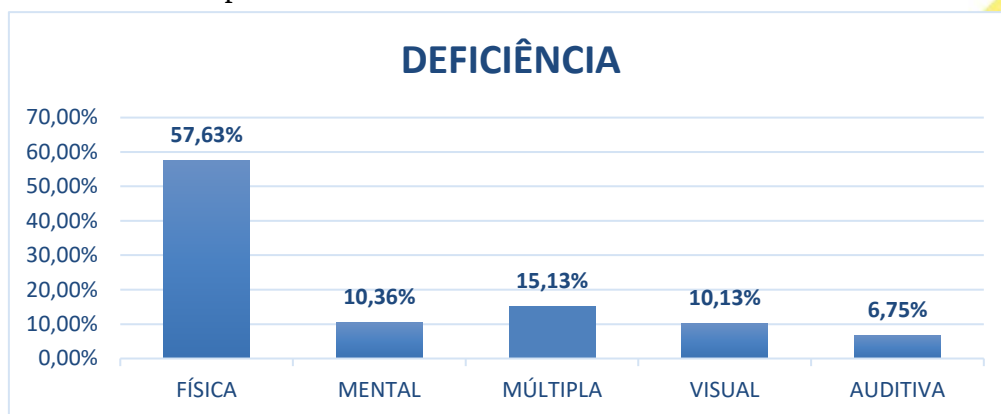
No que tange a renda dos idosos 69,17% apresentam renda acima de R\$ 69,17%. Sendo a maioria beneficiário do BPC, 44,87%. Em relação ao fato dos idosos apresentarem algum tipo de deficiência, foi possível identificar que 57,63% se declararam com deficiência física.

Gráfico 120 – Renda per Capita



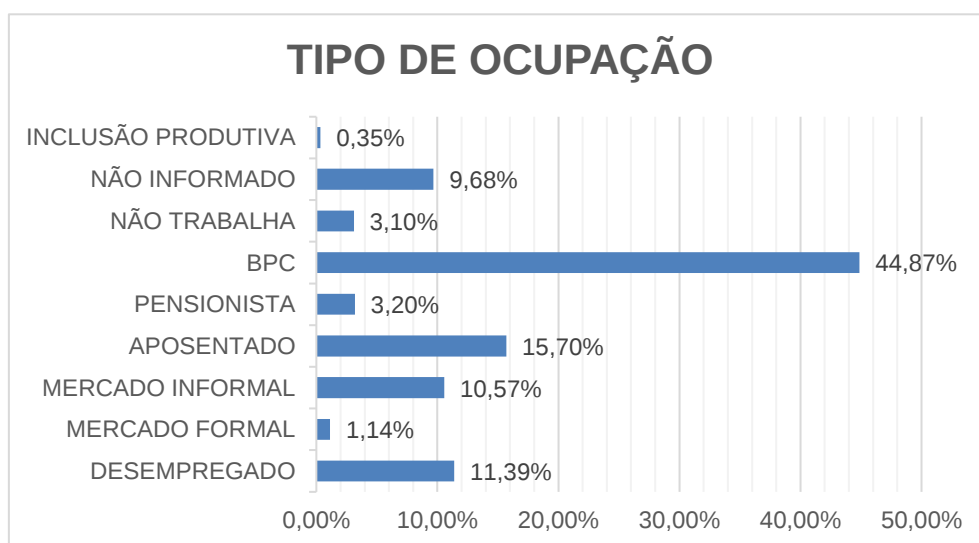
Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Gráfico 121 - Tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Gráfico 122 - Tipo de Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

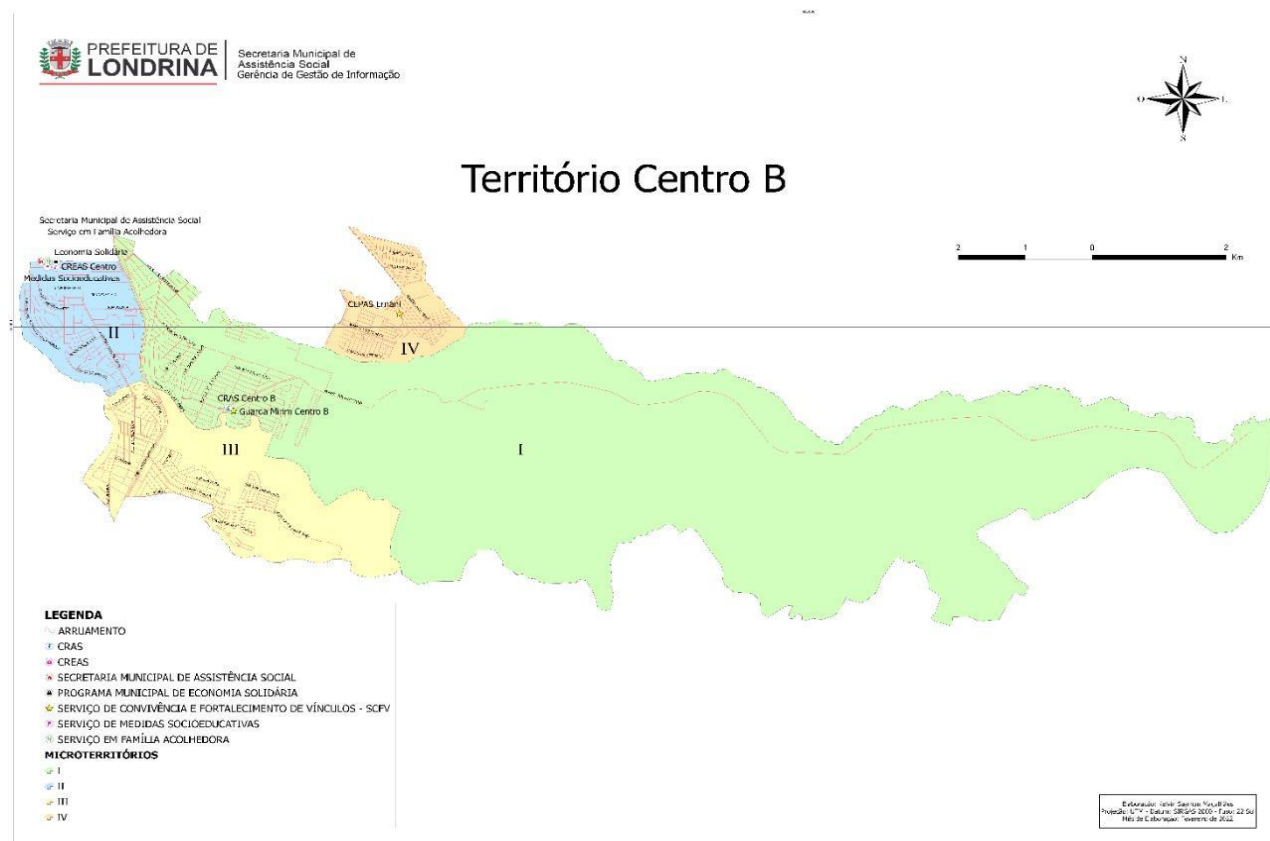
3.29.1.1 Ocupações urbanas no território

No território Centro A há presença de ocupações urbanas, de acordo com os dados fornecidos pela Cohab, as ocupações existentes são as que seguem abaixo:

- Jd. Nova Olinda – Praça Ana Melluns *Metade da ocupação no Centro A e metade no Oeste B*
- Fundo de Vale Hilda Mandarinino
- Fundo do Jd. Paraíso-Rua Patativa
- Rua Sudão
- Fundo de Vale Quati
- Fundo de Vale do Jardim Stª Mônica
- Fundo de Vale Jd. Paulista-Cantinho do Céu
- Vila Marizia 2
- Fundo de Vale Vila Marizia 2

3.29.2 Território Centro B

Figura 9 – Mapa Centro B



O CRAS Centro B é composto por 04 microterritórios em uma extensão territorial bem grande. No território estão presentes 1 CRAS, 1 CREAS, 2 SCFV, o Serviço de Medidas Socioeducativas, o Serviço em Família Acolhedora e o Centro Público de Economia Solidária.

O CRAS Centro B está localizado no microterritório I, o qual apresenta a maior extensão territorial que abrange parte da zona rural. Por ser o território mais próximo do CRAS, o acesso dos usuários ao serviço é mais facilitado. Neste território temos a presença de um bairro que teve início como ocupação com posterior regularização do espaço, o bairro Nova Conquista. O bairro apresenta alto índice de desproteções sociais e há grande presença do tráfico de drogas, principalmente no Eco Ponto, onde há a concentração de usuários de psicoativos. Ali também estão presentes duas reciclagens, no local onde seria uma área de lazer. Apenas mulheres trabalham nestas reciclagens oriundas de famílias monoparentais e o espaço se configura importante fonte de renda para elas, a qual configura como única renda da família.

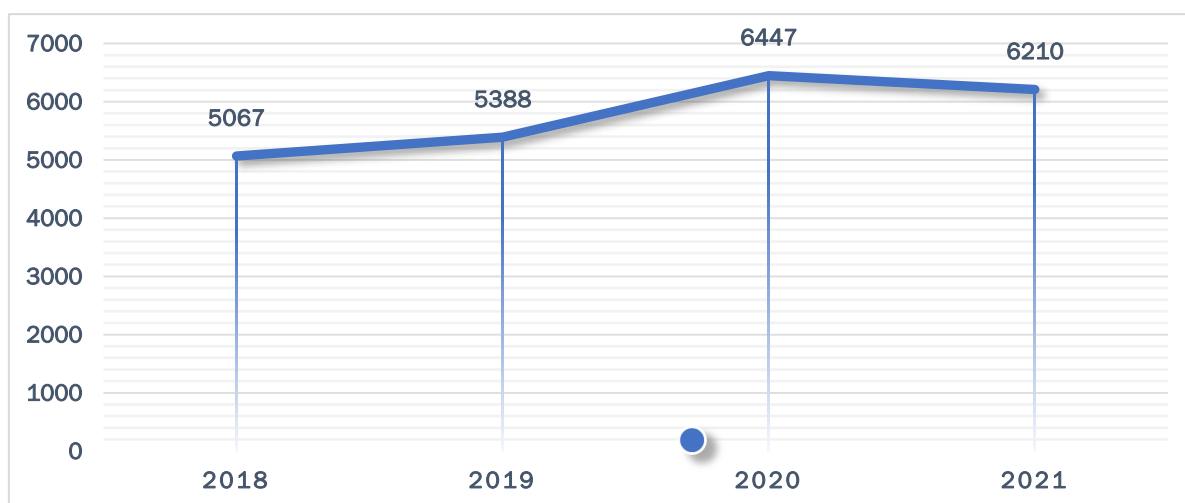
É possível verificar que há uma concentração de serviços no microterritório II por ser na área central do município. Apesar disso este microterritório, juntamente com o microterritório III, não possui nenhum Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, mesmo tendo demanda para tal, esta é uma das carências do território. Nestes dois territórios é evidente a grande presença de idosos, principalmente o território II, por ser composto de bairros antigos.

O microterritório IV é o mais distante do CRAS, ficando mais a leste do município. Este território foi reordenado ao CRAS centro B em setembro de 2020, anteriormente pertencia ao CRAS Leste. Destaca-se a dificuldade de acesso desse território ao CRAS. É um território menor comparado aos outros, mas há grande concentração das pessoas atendidas, sendo o território com maior demanda para a assistência social. No território está presente o SCFV Cepas no bairro Ernane de Moura Lima e demanda para a implantação de um serviço no bairro Abussafe. Evidencia-se a presença do tráfico neste território, principalmente no bairro Abussafe.

Em relação a quantidade de pessoas no IRSAS este território apresentou o total de 6.210. O gráfico abaixo indica o aumento da quantidade de pessoas vivendo neste território nos últimos 4 anos, sendo em 2018, 5.067 e em 2021 6.210.

Gráfico 123 - Pessoas no IRSAS Centro B

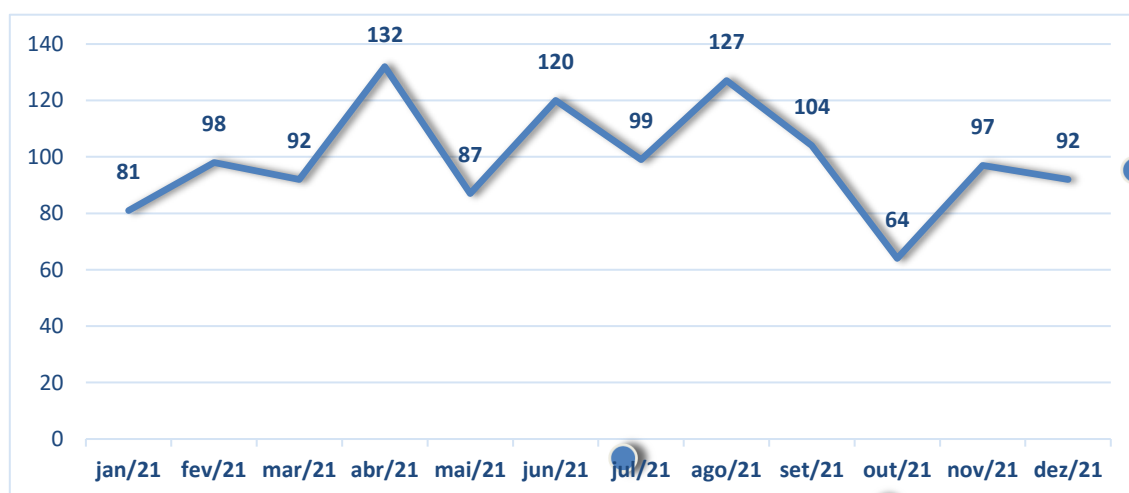
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025



Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano

Em 2021, 1.193 pessoas acessaram a política de assistência social pela primeira vez conforme identifica o gráfico abaixo sendo o mês com maior quantidade de pessoas buscando atendimento abril de 2021.

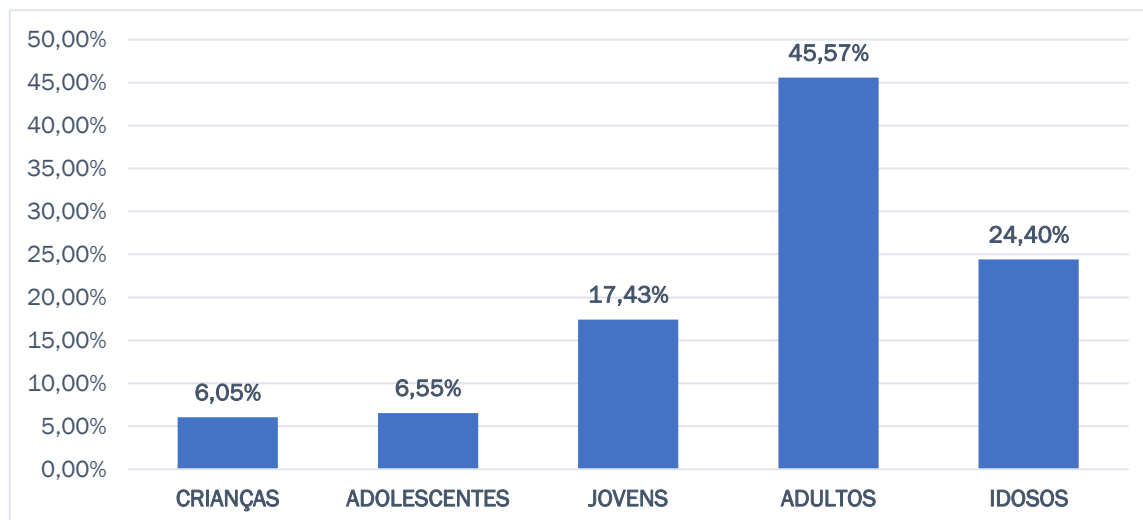
Gráfico 124 - Primeiro Cadastro no IRSAS Centro B



Fonte: IRSAS

Em relação ao ciclo de vida é um território predominantemente de adultos com um total de 45,57%, seguido da população idosa com 24,40%.

Gráfico 125 - Faixa Etária Centro B



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação a escolaridade da população do Centro B, é possível verificar que a concentração está no percentual de 21,49% para pessoas com ensino médio completo. No comparativo com dados de população geral do município temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

Tabela 42 – Escolaridade população Centro B

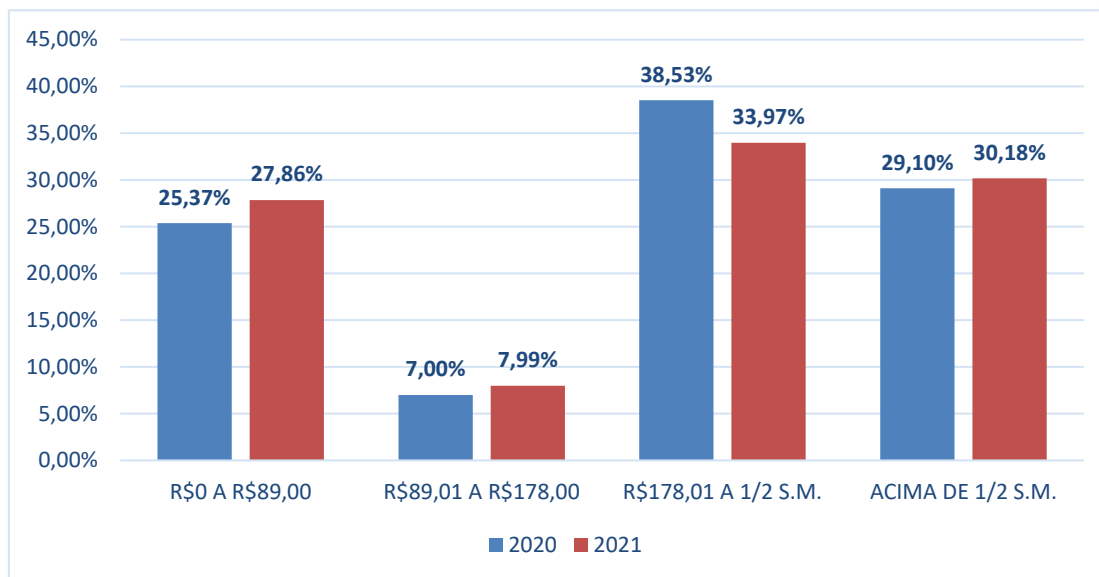
Grau de Escolaridade	Município	Centro B
Analfabeto	8,00%	7,01%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	12,58%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	8,10%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	21,08%
Fundamental completo	5,78%	5,61%
Ensino Médio incompleto	11,69%	10,22%
Ensino Médio completo	18,07%	21,49%
Superior Incompleto	3,02%	4,64%
Superior completo	2,64%	4,76%
Pós-Graduação	0,16%	0,25%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,19%
Não Informado	4,69%	4,06%

Fonte: IRSAS - Consulta em 16/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

O gráfico abaixo traz informações em relação a renda da população residente neste território, sendo que é possível verificar que a maior parte vive com renda abaixo de ½ salário mínimo, o que indica um território marcado por fragilidade de renda.

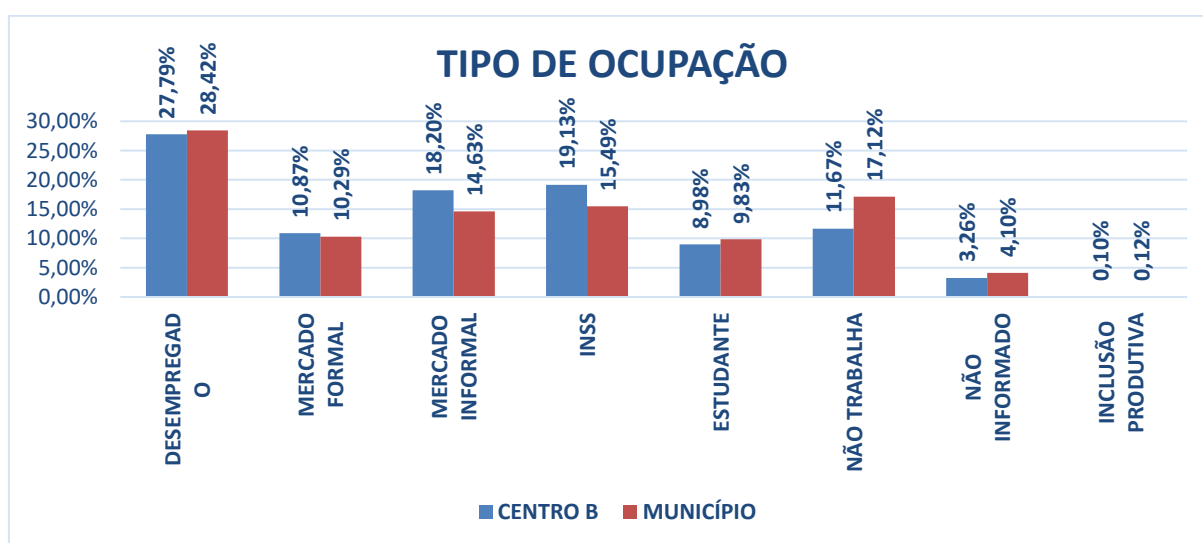
Gráfico 126 - Rendimento per capita Centro B



Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

O gráfico abaixo identifica o tipo de relação com o mercado de trabalho e é possível verificar que a maior parte se encontra desempregado (27,79%)

Gráfico 127 - Tipo de Ocupação

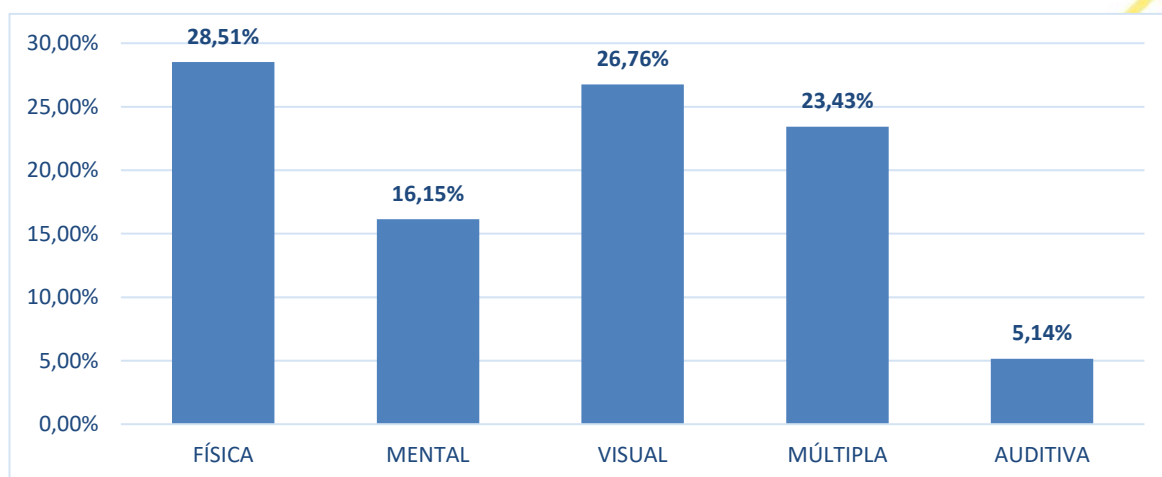


Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação às pessoas com deficiência no território inseridas no IRSAS é possível

verificar que a deficiência com maior proporção é a física (28,51%), seguida de visual (26,76%).

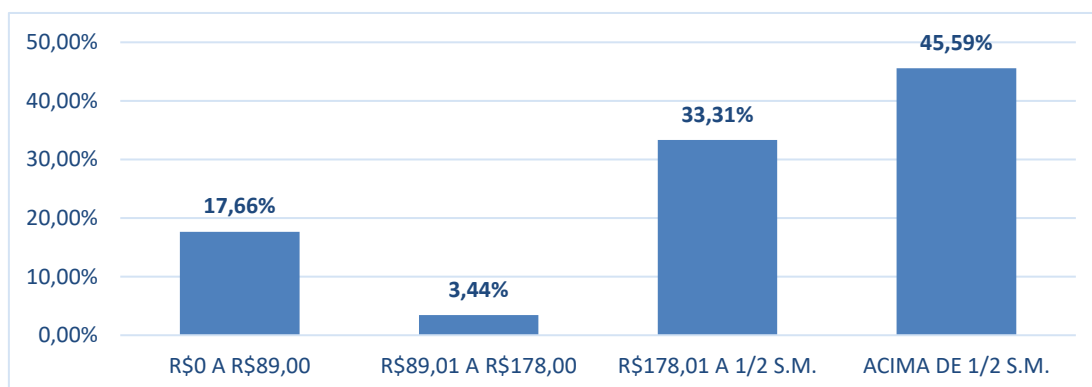
Gráfico 128 - Tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação a renda familiar per capita 54,41% possuem renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

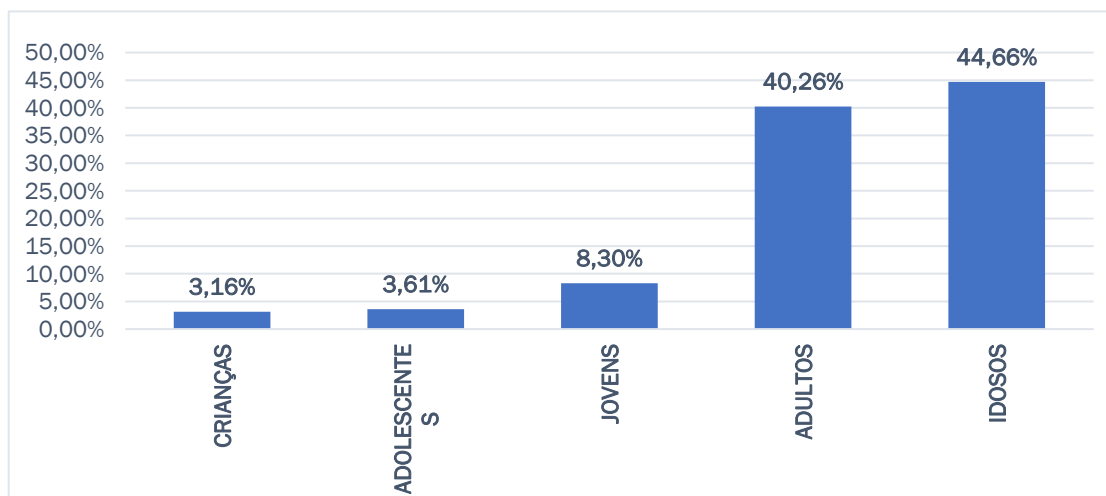
Gráfico 129 - Rendimento per capita



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação a faixa etária de pessoas com deficiência neste território, percebe-se a incidência da população idosa.

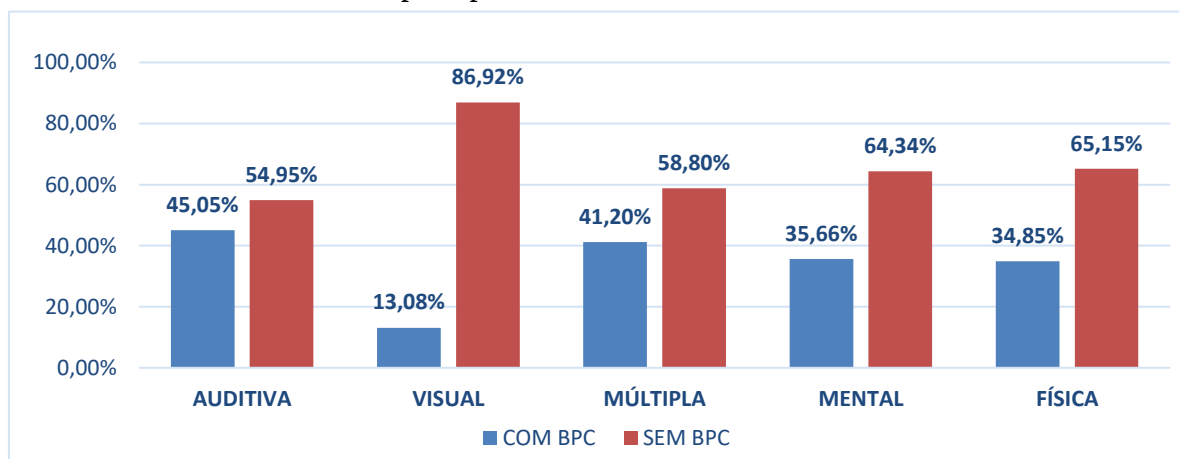
Gráfico 130 - Faixa etária PCD



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

O gráfico abaixo traz um comparativo entre as pessoas com deficiência com BPC e aquelas que apresenta demanda potencial por ter alguma deficiência e não possuem BPC. O percentual mais aproximado é em relação a deficiência auditiva que dos 54.95% das pessoas com deficiência 45.05% possuem BPC. O percentual mais distante é para pessoas com deficiência visual que 86.92% não possuem BPC, sendo somente, 13.08%.

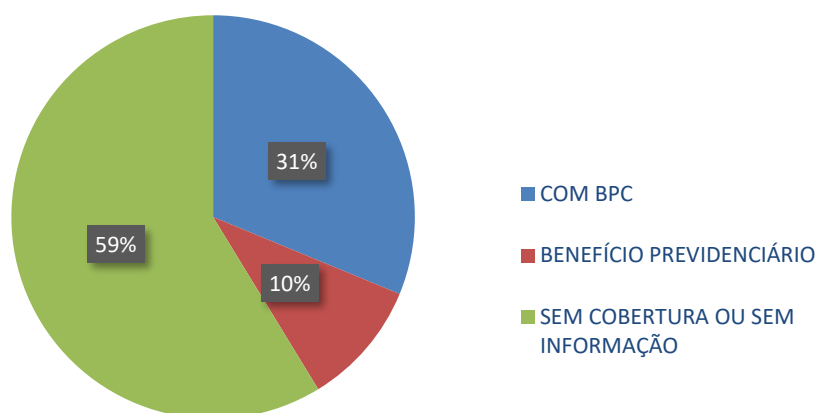
Gráfico 131 - Cobertura BPC por tipo de deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura previdência, é possível verificar que a maior parcela das pessoas com deficiência não possuem cobertura previdenciária, ou seja, 59% , somente 10% possuem, e 31% tem cobertura de BPC.

Gráfico 132 - Cobertura assistencial ou previdenciária

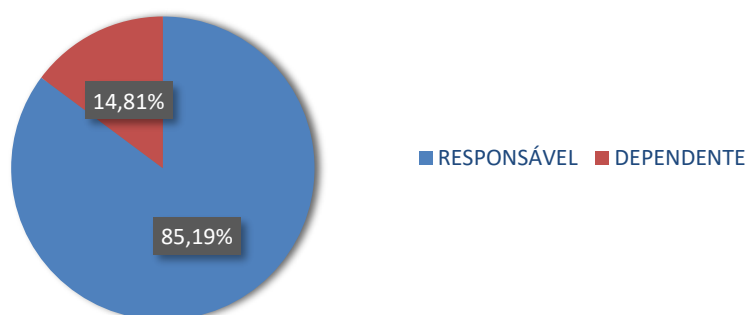


Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação aos dados referente aos idosos no território, os gráficos apontam a incidência de 85,19% sendo responsáveis e 14,81% do sexo feminino com renda proveniente acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita (65,89%). Em relação a ocupação há uma boa proporção em relação a idosos beneficiários do BPC (40,47%).

Gráfico 133 - Tipo de Usuário

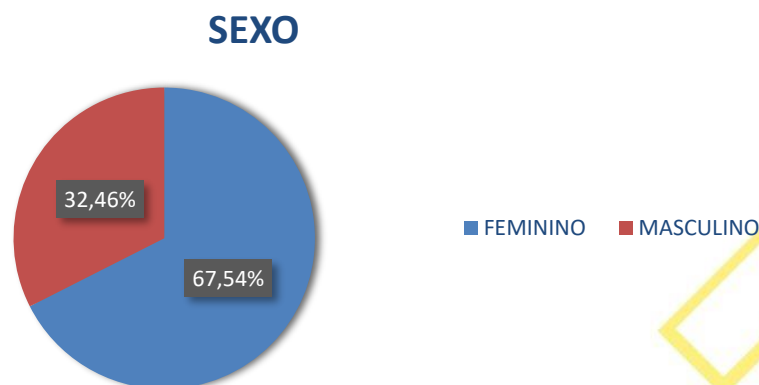
TIPO DE USUÁRIO



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

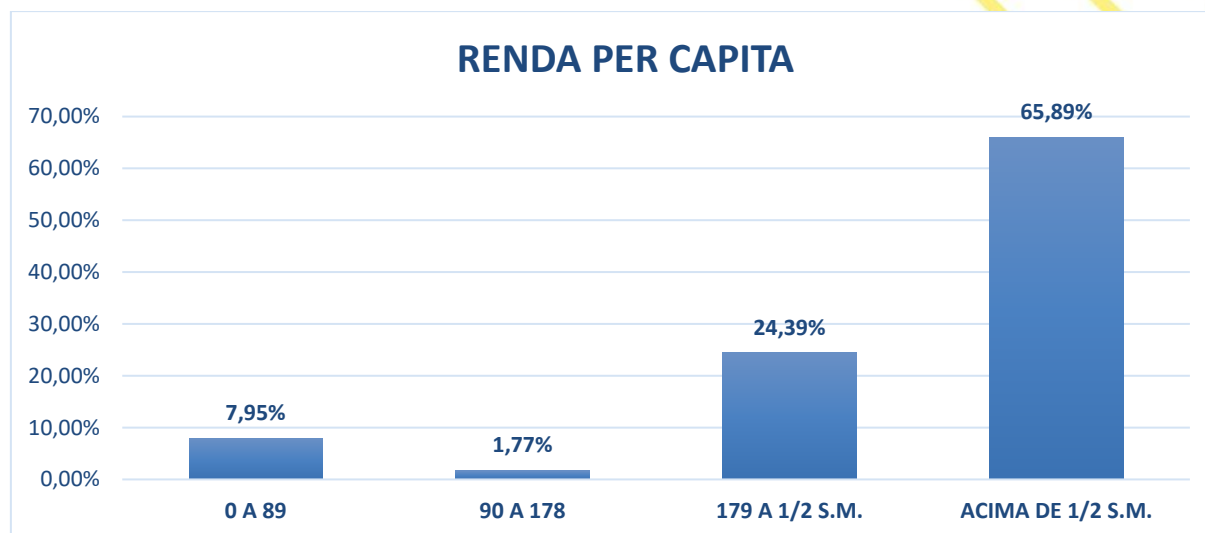
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Gráfico 134 - Sexo



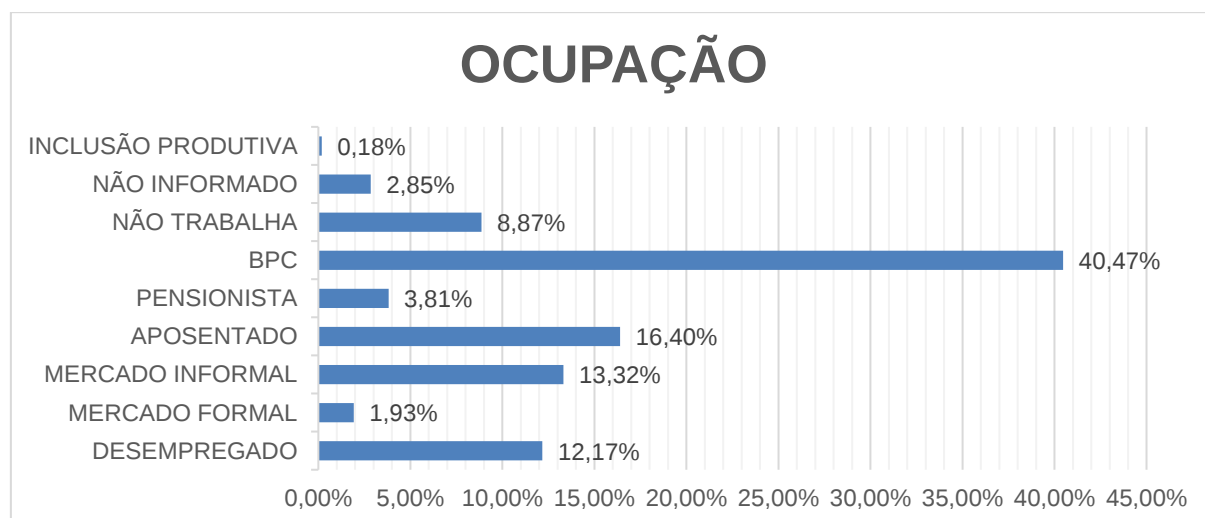
Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Gráfico 135 - Renda Per Capita



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

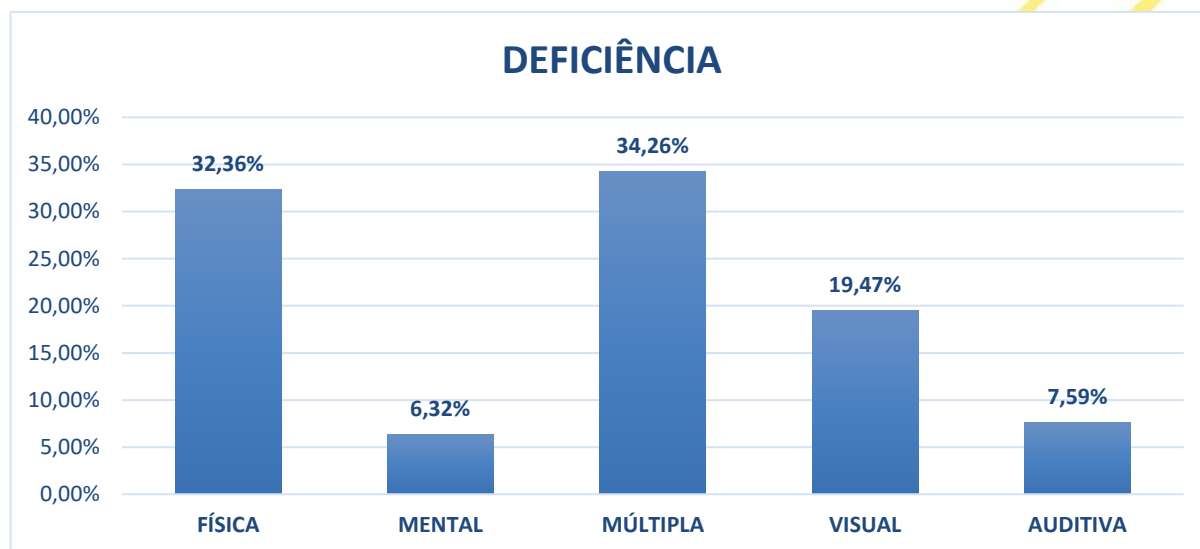
Gráfico 136 – Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

Em relação aos idosos com algum tipo de deficiência 34,26% declararam que possuem deficiência múltipla.

Gráfico 137 - Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/2020 a dez/2021

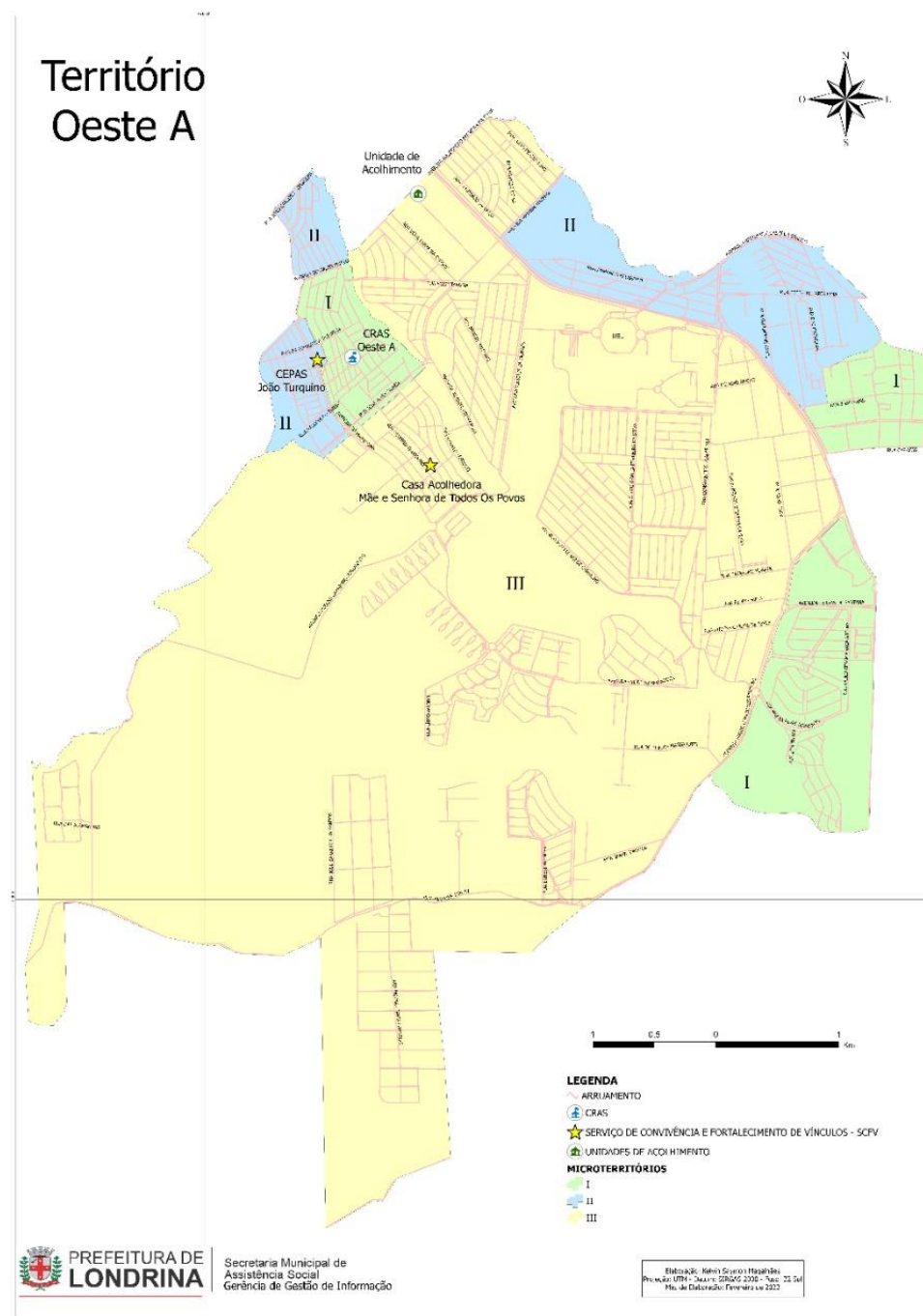
3.29.2.1 Ocupações urbanas

No território Centro B há presença de ocupações urbanas, de acordo com os dados fornecidos pela Cohab, as ocupações existentes são as que seguem abaixo:

- Fundo de Vale Abussafe *Metade da ocupação no Centro B e metade no Leste*
- Ocupação entre as ruas Guilherme Negro, Camille Flammarion, Lidia Antunes Ferreira e Glicério da Silva
- Fundo de Vale Córrego Carambeí
- Praça Jd. Morar Melhor
- Ocupação entre as ruas Edmundo Gonçalves e Alexandre Sahyun

3.29.3 Território Oeste A

Figura 10 – Mapa Oeste A



O território Oeste A é formado por 3 microterritórios, embora este território não apresente uma extensão territorial tão grande comparado aos demais o perfil populacional é de famílias que demandam atendimento da política de assistência social. Há presença de 01 unidade de CRAS localizado no microterritório I, 02 unidades de SCFV, sendo 01 no microterritório 2 e outra no microterritório III e 01 unidade de serviço de acolhimento. O território III é o mais extenso.

Foi percebido no período de 2020 a 2021 (pandemia) aumento da procura de famílias

que antes não vinham até o serviço principalmente as que residem no microterritório 3. Outro dado relevante foi em relação ao aumento das notificações de violência no CREAS Oeste A que residem no território 2, especificamente do bairro Gleba Palhano.

Na matriz de percepção deste território identificou pelo relato que o território Oeste A é isolado em comparação ao centro da cidade, e nele residem pessoas que transitam entre os territórios e o município de Cambé. Nesta divisa entre os municípios tem a presença de uma ocupação onde residem aproximadamente 20 famílias, para estas famílias inexiste até o acesso a saneamento básico. Além de outras desproteções as famílias vivenciam um impasse quanto a identificação da responsabilidade das políticas públicas de cada município e acabam tentando acessar serviços públicos do município vizinho.

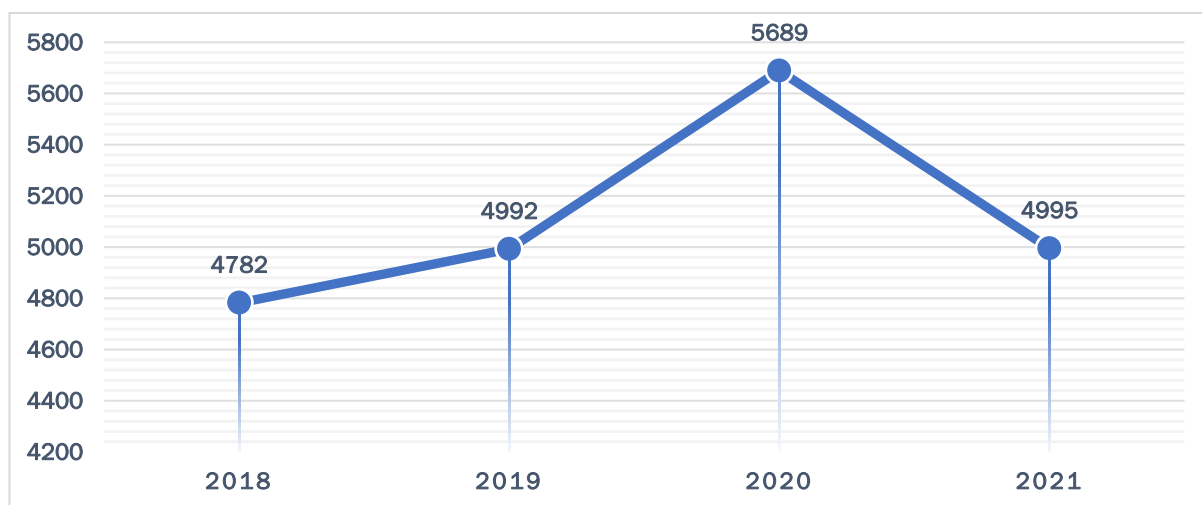
É um território margeado pela riqueza por possuir proximidade com condomínios fechados, shopping e universidade. E ao mesmo tempo, um território com forte presença do tráfico de drogas e do uso de substâncias psicoativas, com incidência de morte gerada por esta situação.

A matriz de percepção apresenta a necessidade de implementação de oferta de SCFV, principalmente, para adolescentes na faixa de 15 a 17 anos. Carece também de serviços de outras políticas públicas como UBS, Escolas municipais e estaduais. Assim como qualificação profissional e fortalecimento de parcerias com outros serviços da rede, inclusive aproximação com as ofertas (projetos) da Universidade Estadual de Londrina, considerando que está localizada nesse território.

Percebe-se ainda que este território aponta a necessidade da criação de metodologias de trabalho diferenciadas considerando os diferentes perfis da população que estão presente no território, ou seja, as famílias em situação de extrema pobreza, e a população que vem empobrecendo ao longo dos anos.

Conforme indica o gráfico abaixo no IRSAS em 2021 a quantidade de pessoas neste território era de 4.995.

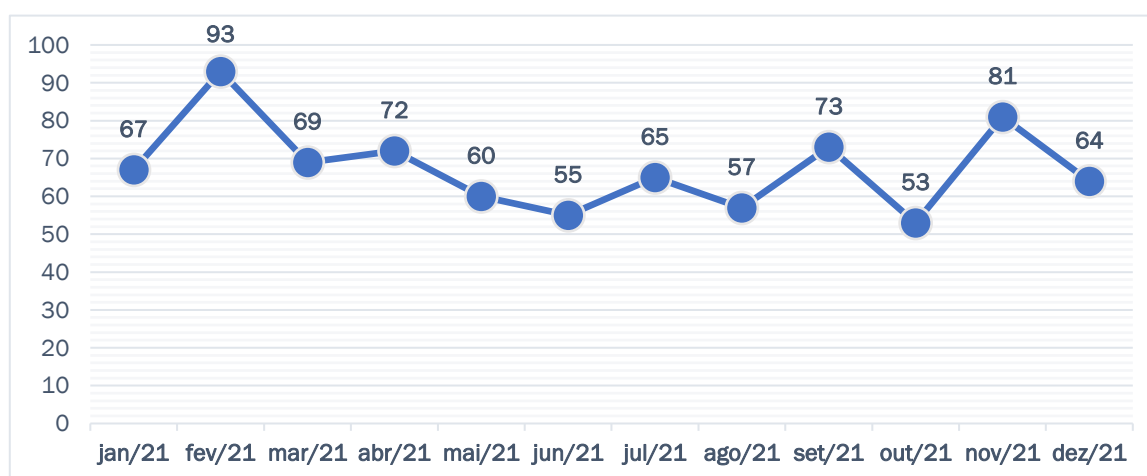
Gráfico 138 - Pessoas no IRSAS Oeste A



Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano

No ano de 2021, o total de 809 que buscaram atendimento pela primeira vez no CRAS, o que representa 16,19% do total de pessoas que buscaram a política de assistência social.

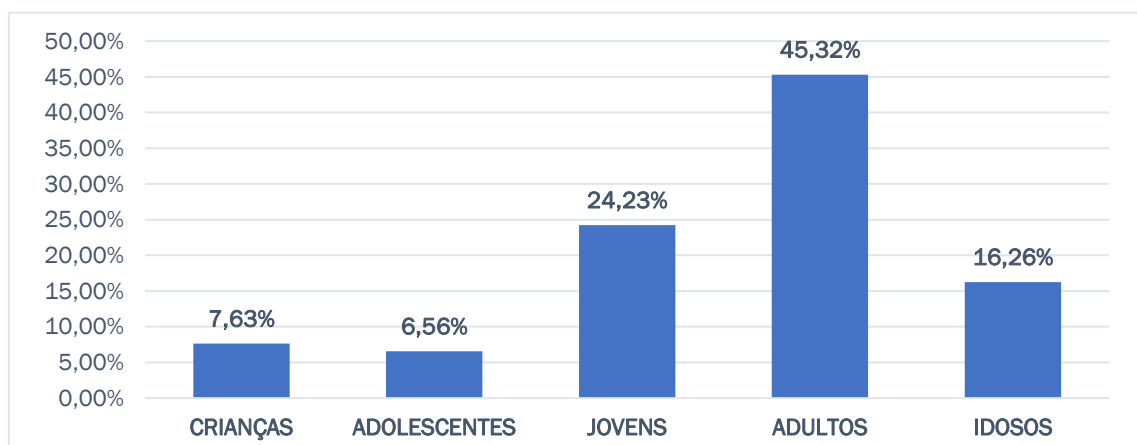
Gráfico 139 - Primeiro cadastro no IRSAS



Fonte: IRSAS

Em relação ao ciclo de vida também é um território predominado pela população adulta que representa 45,32% do total, logo em seguida, vem a população jovem com 24,23%.

Gráfico 140 - Ciclo de Vida Oeste A



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a escolaridade da população do Oeste A, é possível verificar que a concentração está no percentual de 22,95% para pessoas com ensino fundamental incompleto. No comparativo com dados de população geral do município também temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

Tabela 43 – Escolaridade população Oeste A

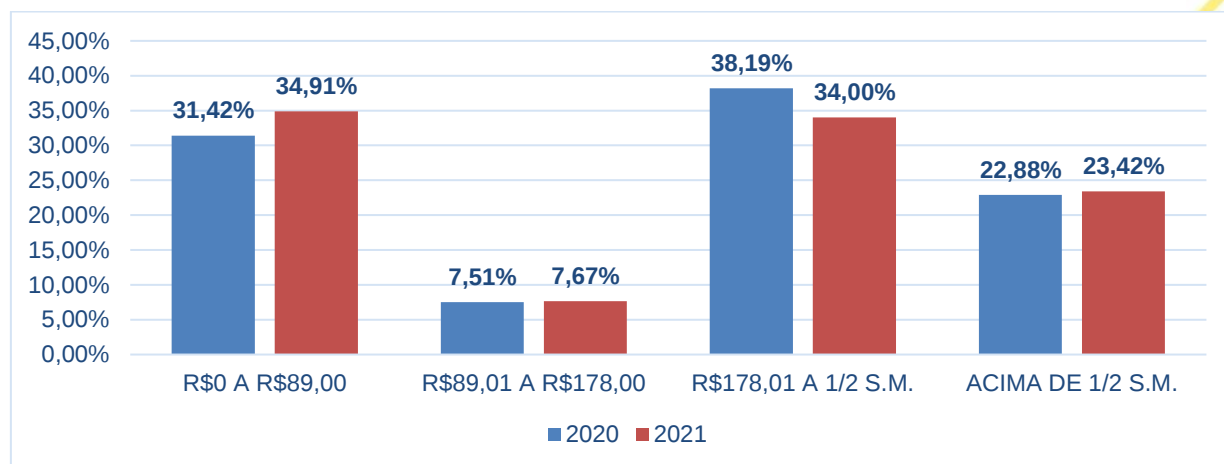
Grau de Escolaridade	Município	Oeste A
Analfabeto	8,00%	8,74%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	14,01%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	6,94%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	22,95%
Fundamental completo	5,78%	5,66%
Ensino Médio incompleto	11,69%	11,89%
Ensino Médio completo	18,07%	17,11%
Superior Incompleto	3,02%	5,95%
Superior completo	2,64%	3,20%
Pós-Graduação	0,16%	0,34%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,41%
Não Informado	4,69%	2,81%

Fonte: IRSAS - Consulta em 18/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

Em relação a renda familiar per capita é um território com prevalência de renda abaixo de meio salário mínimo, no entanto, chama atenção pela quantidade em percentual de famílias na extrema pobreza com renda abaixo de R\$ 89,00 (34,91%). No comparativo entre o ano de 2020 e 2021, foi possível verificar um crescimento de 3,49% das famílias em situação de

extrema pobreza

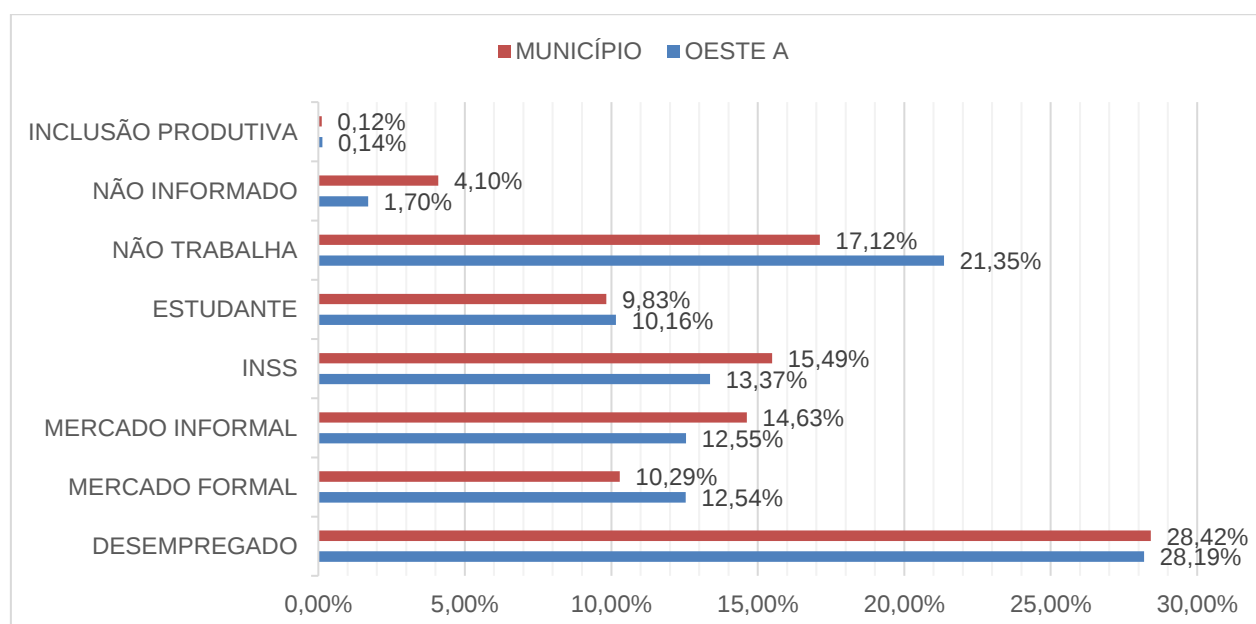
Gráfico 141 - Rendimento per capita Oeste A



Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

Em relação ao mercado de trabalho é possível verificar que 28,19% das pessoas se auto declararam desempregadas.

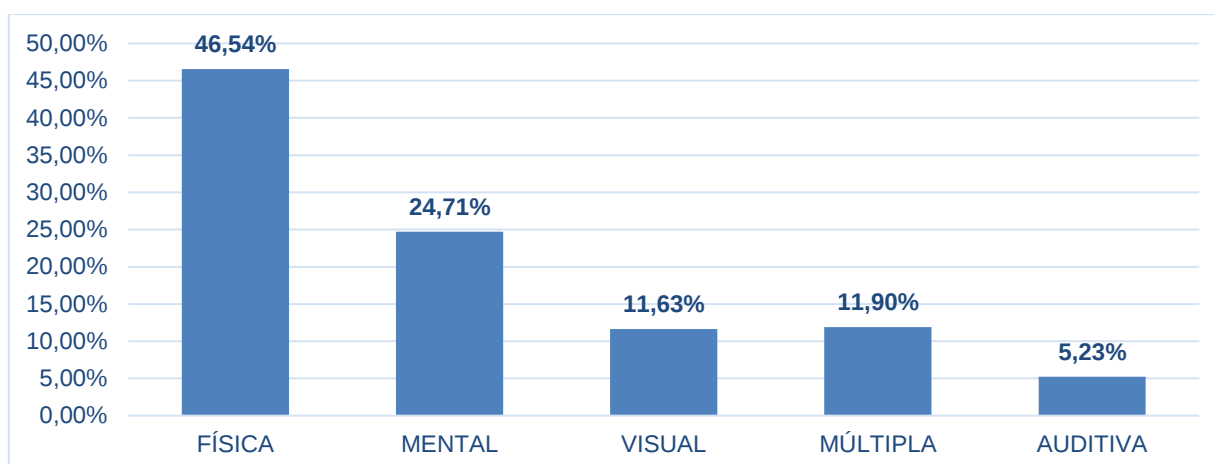
Gráfico 142 - Tipo de Ocupação Oeste A



Fonte: IRSAS - Referência jan/20 a dez/21. Obs.: Pessoas acima de 14 anos

Em relação as pessoas com deficiências neste território a maior incidência é a deficiência física (46,54%).

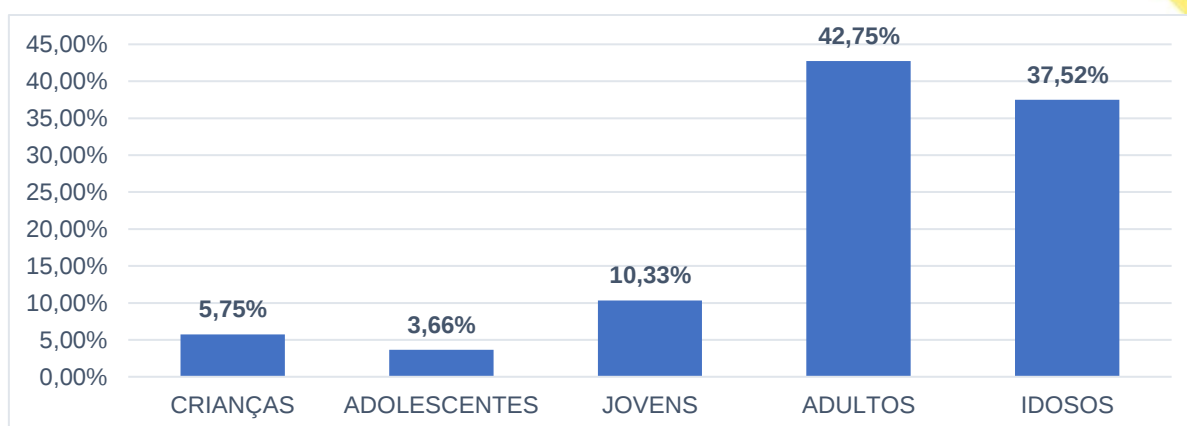
Gráfico 143 - Tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

No que tange a faixa etária das pessoas com deficiência a predominância é para adultos e idosos.

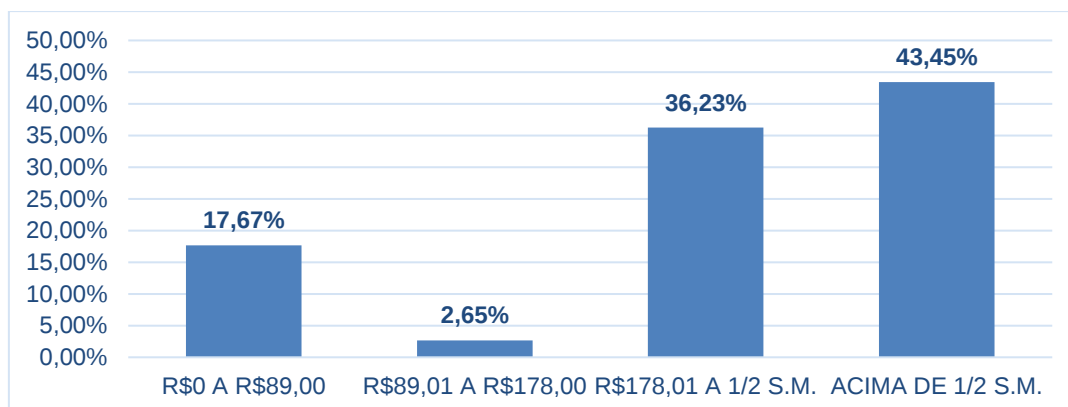
Gráfico 144-Faixa etária PCD Oeste A



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a faixa de renda per capita a predominância (43,45%) é para pessoas com deficiência com renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

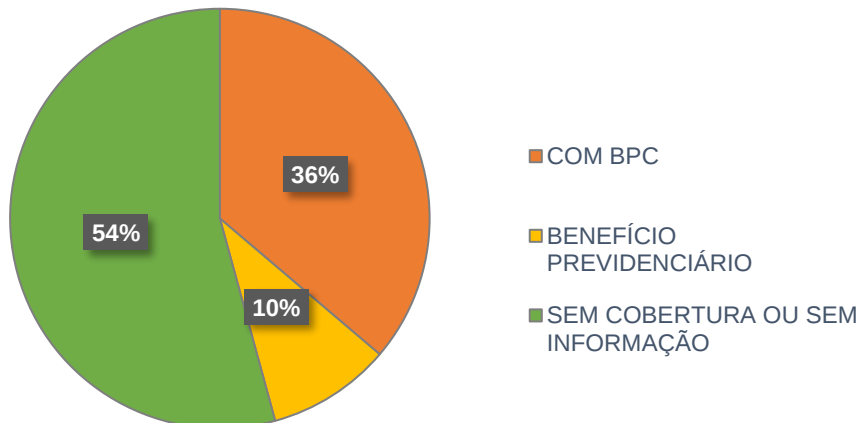
Gráfico 145 - Rendimento per Capita



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura previdência, é possível verificar que a maior parcela das pessoas com deficiência não possuem cobertura previdenciária, ou seja, 59% , somente 10% possuem, e 31% tem cobertura de BPC.

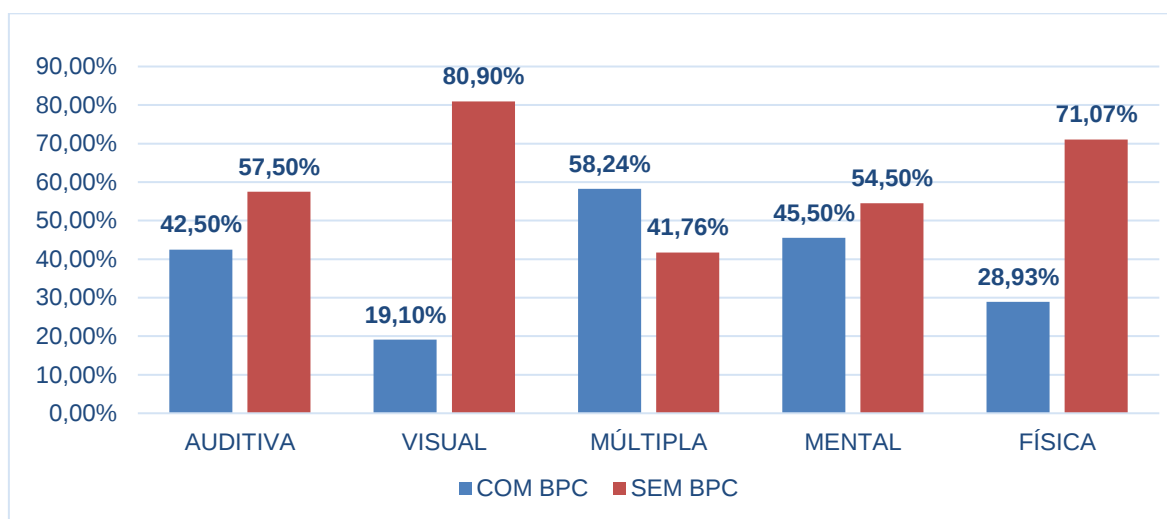
Gráfico 146 - Cobertura assistencial ou previdenciária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a cobertura de BPC por tipo de deficiência a com maior cobertura é a deficiência mental, seguida da deficiência múltipla.

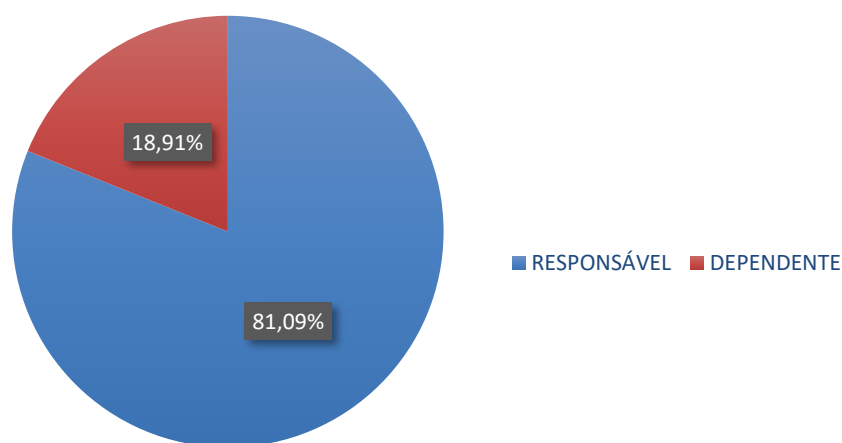
Gráfico 147 - Cobertura BPC por tipo de deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

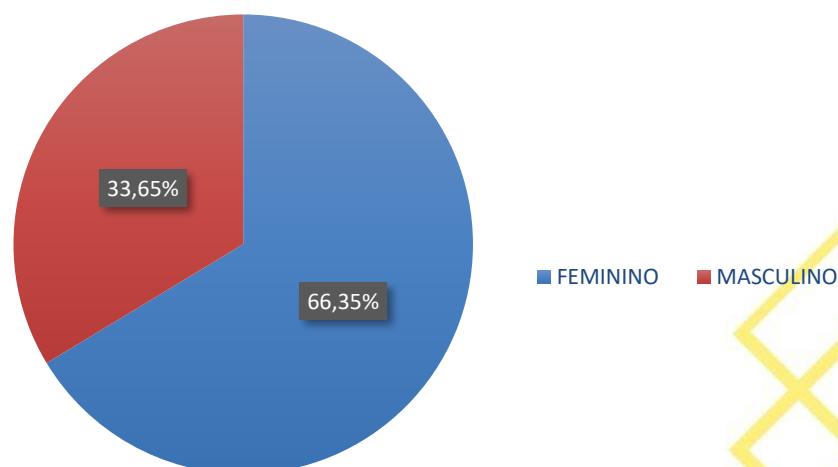
Em relação aos idosos no território 81,09% se declararam responsáveis, sendo 66,35% do sexo feminino. A renda declarada é acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que representa 59,18%. Em relação a ocupação 34,96% são beneficiários do BPC e 51,03% possuem deficiência física.

Gráfico 148 - Tipo de Usuário



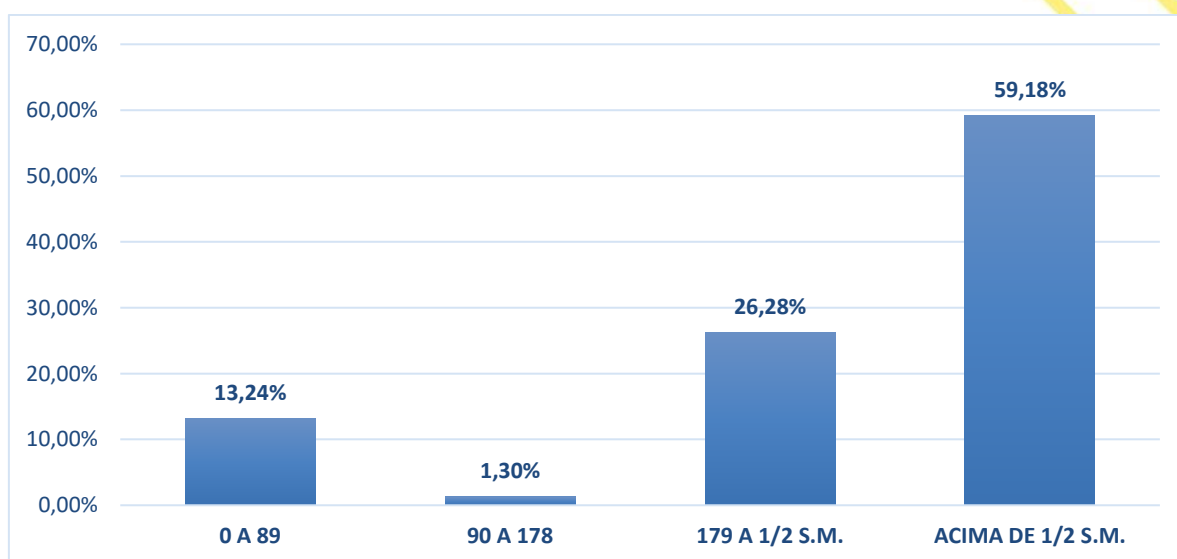
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 149 - Sexo



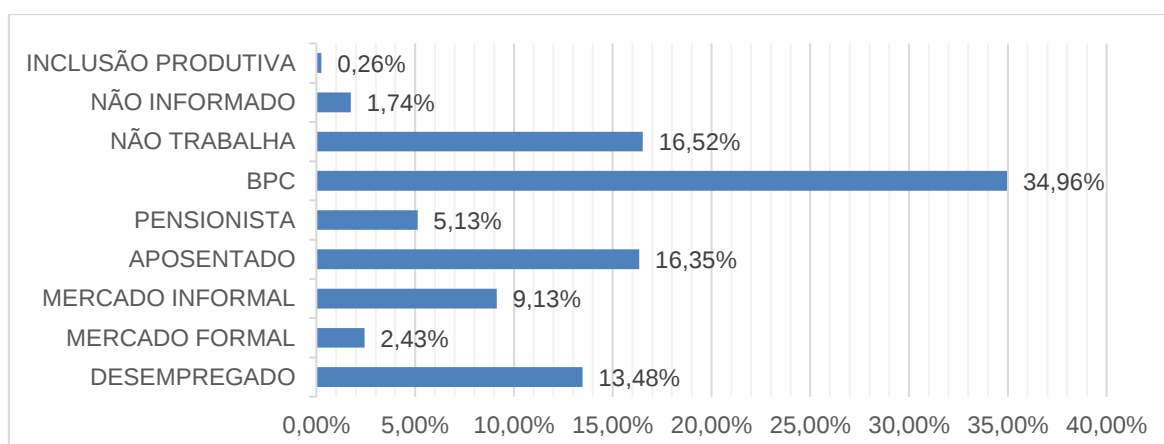
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 150 - Renda per Capita



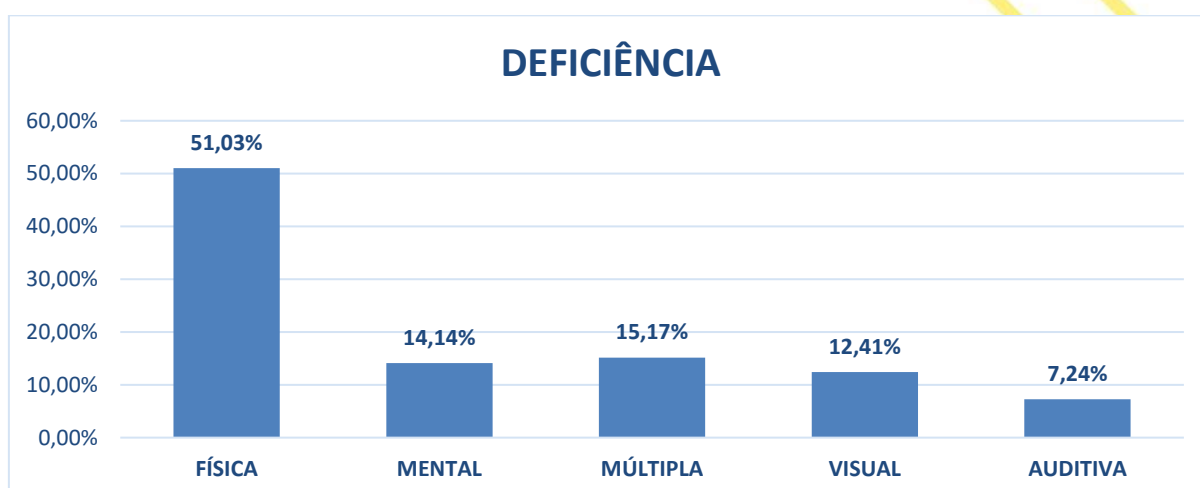
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 151 - Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

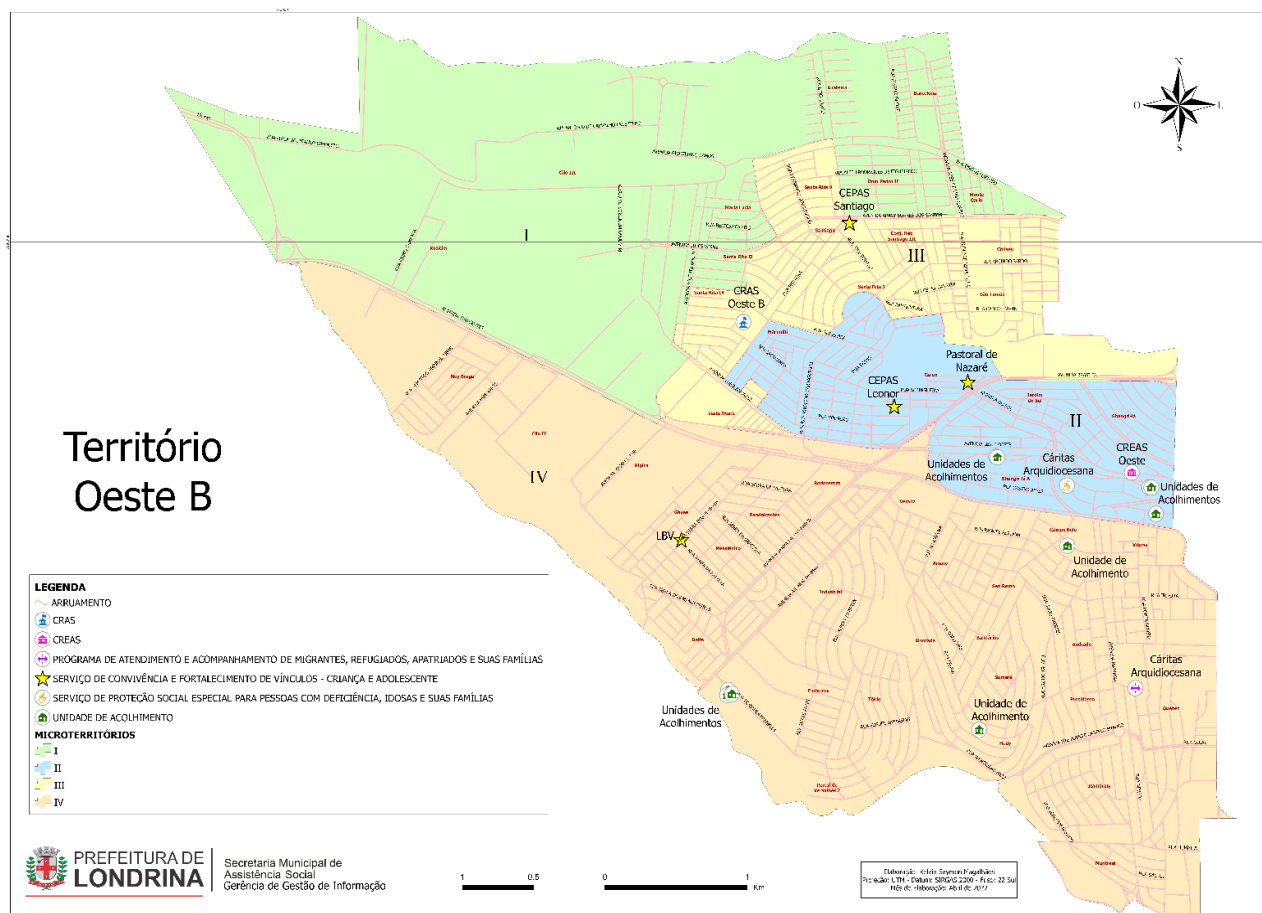
Gráfico 152 - Tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

3.29.4 Território Oeste B

Figura 11 – Mapa território Oeste B



O território Oeste B possui 4 microterritórios sendo dois mais extensos (I e IV) e dois menores (II e III). É uma região que engloba bairros específicos com histórico de conflito entre regiões, presença de tráfico e exploração sexual. Neste território, há presença de 03 unidades de SCFV com parceria com a SMAS, e 01 unidade ofertante com registro no CMAS, 01 CRAS, 01 CREAS, 04 unidades de serviços de acolhimento e também está localizada a sede do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias ofertado por meio de parceria com a Cáritas.

Na matriz de percepção deste território foi possível identificar que em alguns microterritórios há presença intensa do tráfico e consumo de drogas em determinados bairros que já apresentam um histórico inclusive de conflito territorial. Também elencaram a presença de ocupações que vieram por migração de outros territórios do município.

Relativo aos territórios, destacamos que o microterritório 1 é extenso e possui pouca abrangência de serviços, tanto da Assistência social, quanto de outras políticas, como saúde, educação e cultura e lazer, e é uma área propícia ao desenvolvimento de crescimento urbano, inclusive novas ocupações, considerando a quantidade de área sem construções. Possui

indicativo da necessidade de SCFV. É um território distante da sede do CRAS, o que faz com que o atendimento seja descentralizado.

O microterritório 2 tem uma extensão menor, mas uma alta demanda para a Política de Assistência Social. Tem 02 unidades de SCFV, mas ainda assim são insuficientes devido à demanda. Apontam necessidade de SCFV na modalidade 02. Existe nesse território um Colégio Militar, que não atende à realidade do público atendido. A população acaba sendo atendida em colégios mais distantes. Nota-se o movimento de formação de novas ocupações, em habitações precárias, e sem acesso a serviços básicos. É um território exposto a situações que envolvem violência policial.

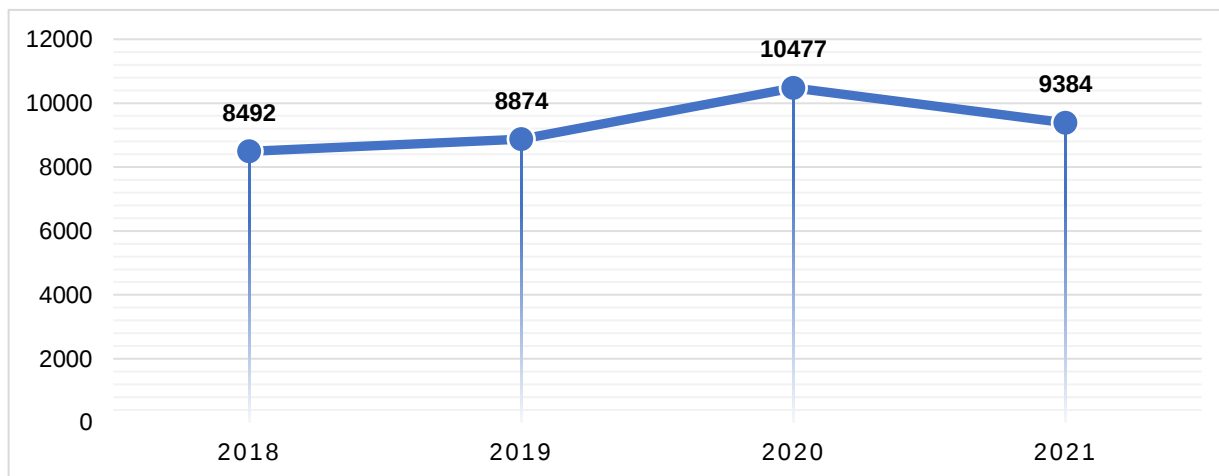
O microterritório 3 é caracterizado pelos conflitos entre os microterritórios, o que dificulta ações coletivas. Observa-se uma divisão organizada pelo tráfico de drogas, que requer um olhar específico pelos profissionais do PAIF. Como esse território fica localizado em vias públicas de grande movimento de automóveis, tem alto índice de atropelamentos, que acaba gerando óbitos. Existe a demanda da população por uma praça onde as crianças possam brincar com segurança.

O microterritório 4 é o mais extenso. A demanda teve um aumento significativo na pandemia do Coronavírus, de famílias que não eram públicos da Assistência Social até então. Tem SCFV que atendem a população de um microterritório, porém ainda há a necessidade de serviços em outros pontos do território, considerando sua grande extensão, e dificuldade de acesso por transporte público. Observa-se duas ocupações, com poucas famílias, porém estabelecidas no local há um tempo, com condições precárias. É um território com alta concentração de idosos, com alta demanda para acesso ao BPC, e também com situações de violação de direitos atendidas pelo PAEFI. É um território distante do CRAS, e acaba sendo atendido de modo descentralizado.

A sede do CRAS não está localizada no território de maior vulnerabilidade social, sugerindo um estudo sobre o melhor local a ser implementado. Destaca-se também a falta de um local adequado para atendimento, pois a sede atual não atende a necessidade. Também neste CRAS, existe a necessidade de Recursos Humanos, considerando o aumento da demanda nos últimos anos.

Em relação a população total no território Oeste B, o gráfico abaixo apresenta dados dos últimos 4 anos, o ano de 2020 foi o que apresentou a maior quantidade de pessoas no IRSAS (10.477). Em 2021, o total era de 9.384.

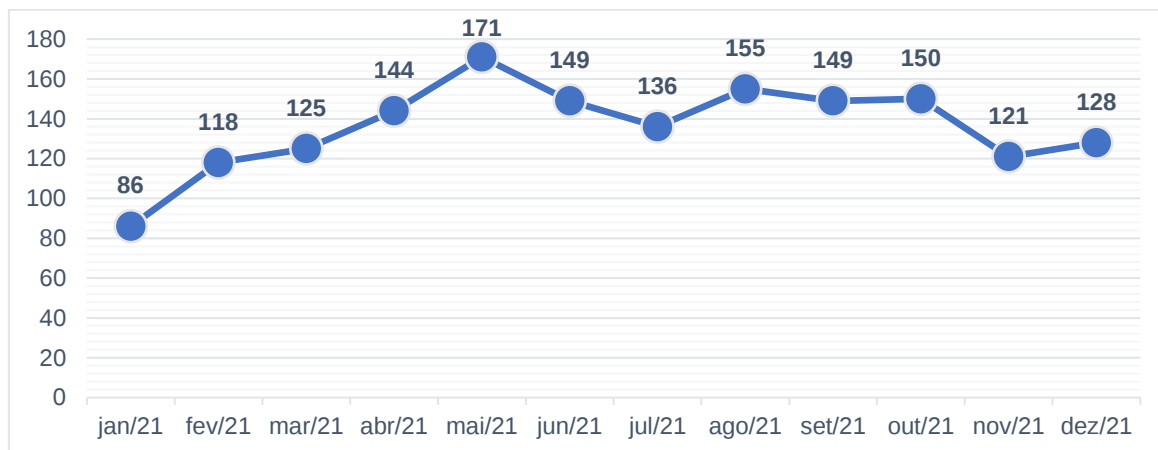
Gráfico 153 - Pessoas IRSAS Oeste B



Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano

No ano de 2021 foi possível identificar que 1632 pessoas acessaram pela primeira vez a política de assistência social, ou seja, não possuíam registro anterior no sistema IRSAS. O mês com maior quantidade de inserções foi maio de 2021.

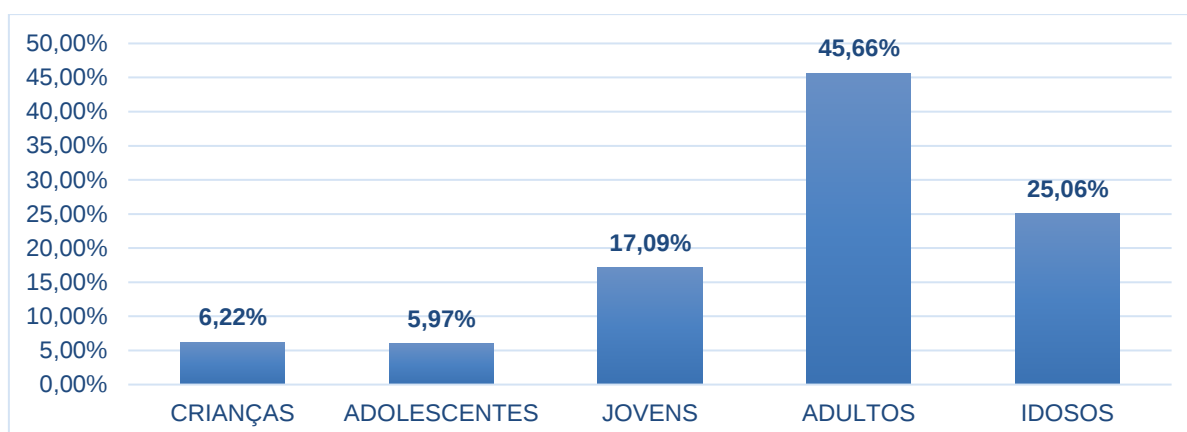
Gráfico 154 - Primeiro Cadastro IRSAS Oeste B



Fonte: IRSAS

Em relação a distribuição das pessoas por ciclos de vida é possível verificar que a concentração deste território está para os adultos (45,66%), seguido dos idosos (25,06%)

Gráfico 155 - Ciclo de Vida Oeste B



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a escolaridade da população do Oeste B, é possível verificar que a concentração está no percentual de 22,59% para pessoas com ensino fundamental incompleto. No comparativo com dados de população geral do município também temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

Tabela 44 – Escolaridade população Oeste B

Grau de Escolaridade	Município	Oeste B
Analfabeto	8,00%	7,07%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	14,07%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	8,42%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	22,59%
Fundamental completo	5,78%	5,29%
Ensino Médio incompleto	11,69%	10,67%
Ensino Médio completo	18,07%	20,54%
Superior Incompleto	3,02%	3,16%
Superior completo	2,64%	3,34%
Pós-Graduação	0,16%	0,10%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,17%
Não informado	4,69%	4,58%

Fonte: IRSAS - Consulta em 18/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

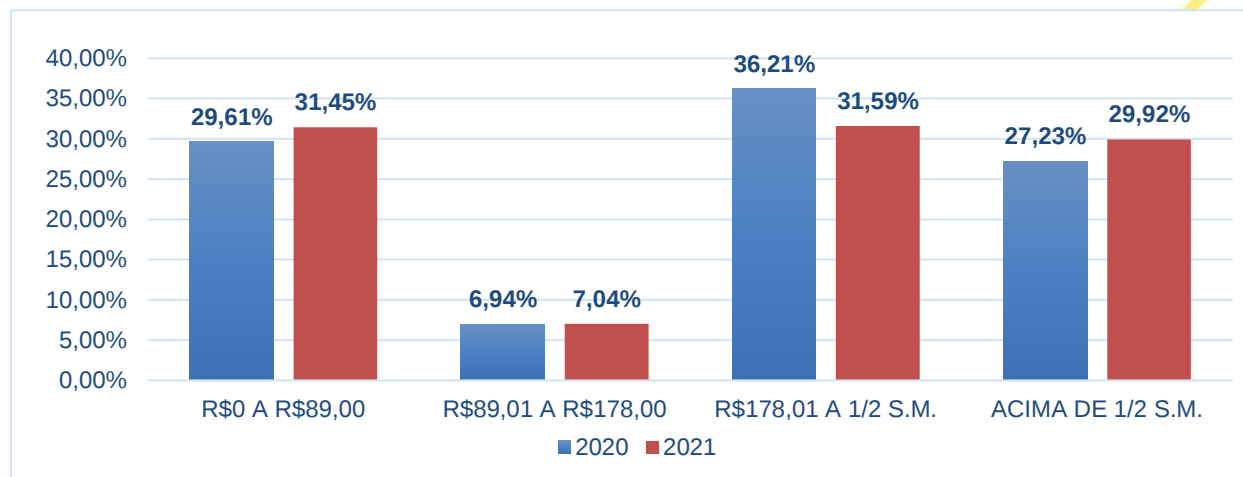
Em relação ao rendimento per capita das pessoas na região Oeste B, é possível identificar que prevalece a renda abaixo de meio salário mínimo. No comparativo do ano de 2020 e 2021 houve um aumento de 1,84% de pessoas vivendo na extrema pobreza neste

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

território.

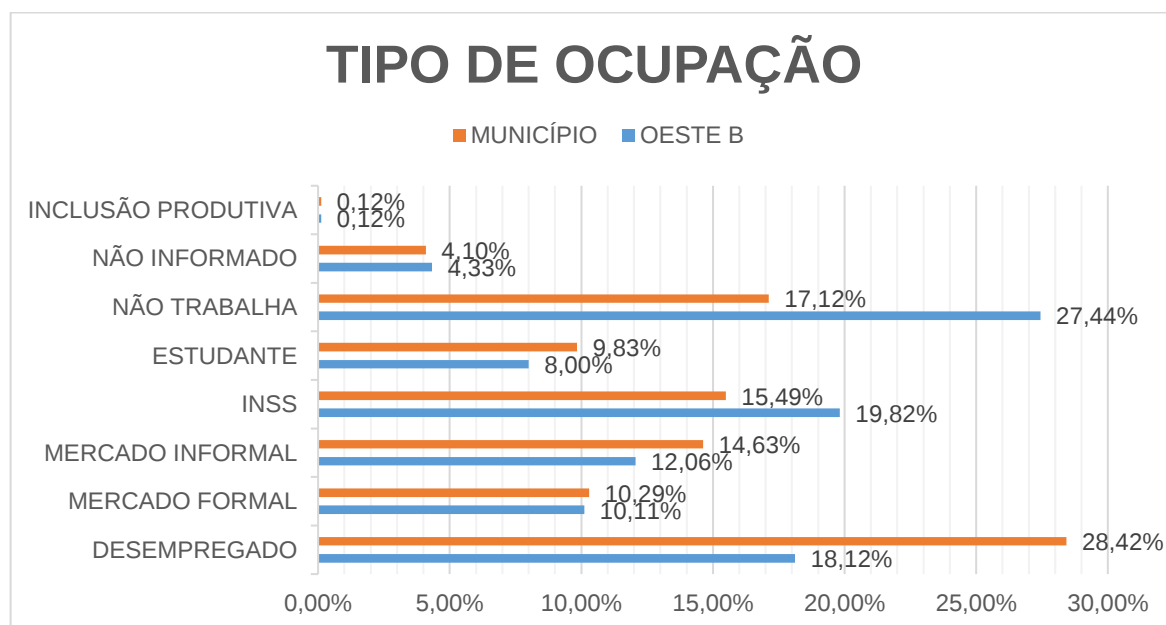
Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

Gráfico 156 - Rendimento per capita Oeste B



Em relação ao tipo de ocupação da população no mercado de trabalho verifica-se que neste território a maior incidência está para os que não trabalham (27,44%).

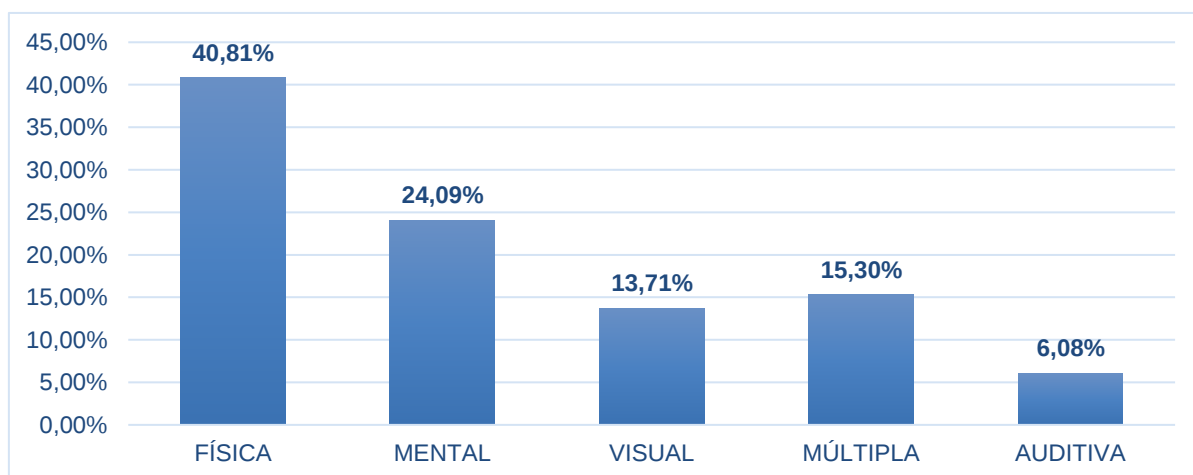
Gráfico 157 - Tipo de Ocupação Oeste B



Fonte: IRSAS - Referência jan/20 a dez/21. Obs.: Pessoas acima de 14 anos

O gráfico abaixo aponta a incidência de pessoas com deficiência no território por tipo de deficiência. A maior quantidade está nas pessoas com deficiência física (40,81%) seguida da deficiência mental 24,09%.

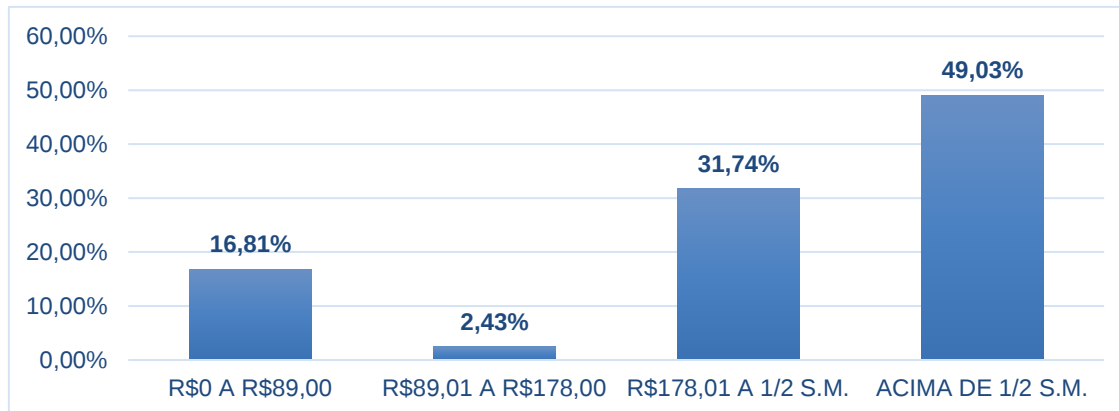
Gráfico 158 - Tipo de Deficiência Oeste B



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a faixa de renda das pessoas com deficiência, 49,03% das pessoas apresentam renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Gráfico 159 - Rendimento per capita Oeste B

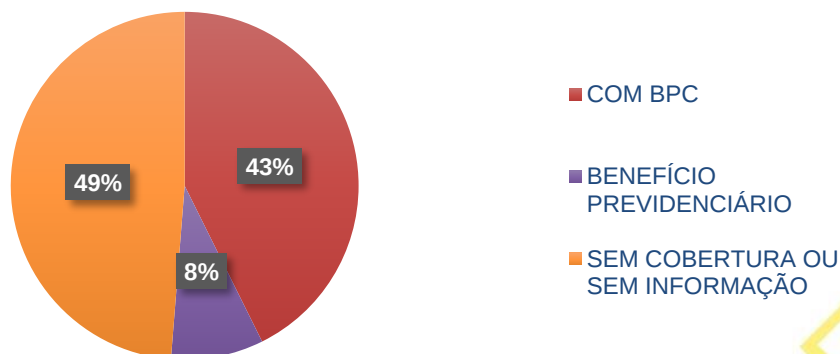


Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura da previdência, é possível verificar que a maior parcela das pessoas com deficiência não possuem cobertura previdenciária, ou seja, 49% , somente 8% possuem, e 43% tem cobertura de BPC.

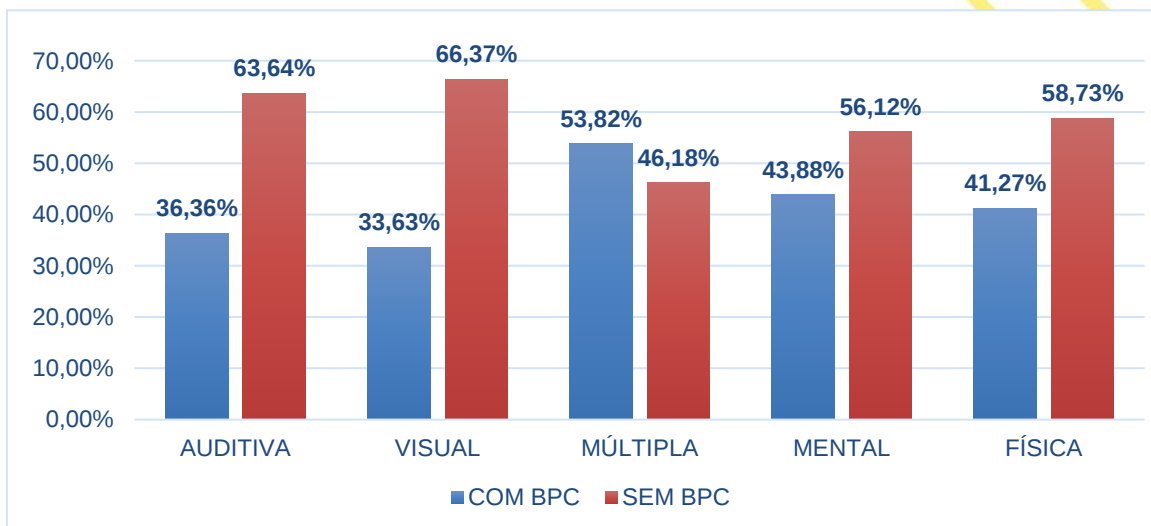
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Gráfico 160 - Cobertura previdenciária ou assistencial



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

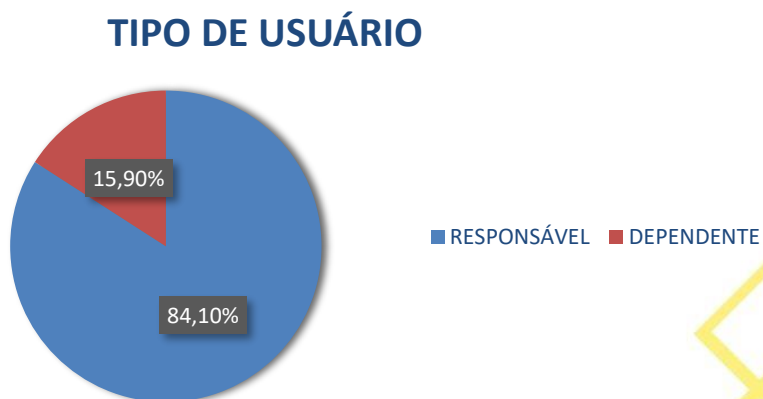
Gráfico 161 - Cobertura BPC por tipo de deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

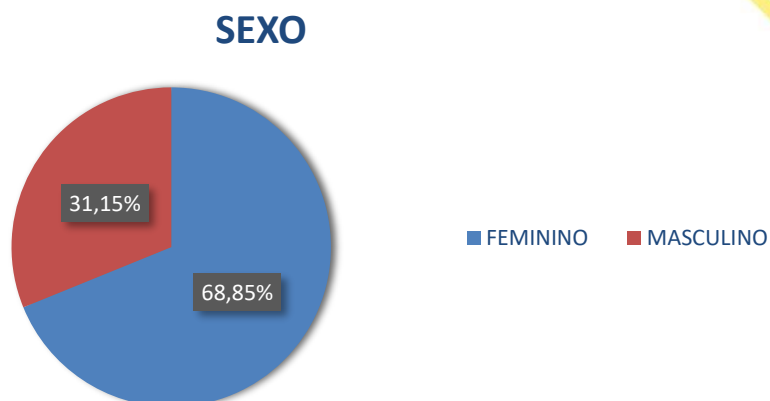
Em relação aos idosos neste território 84,10% se declaram responsável no sistema IRSAS. Destes, 68, 85% são do sexo feminino e apresentam renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. A maior incidência no campo da ocupação está para idosos com BPC, o que representa 41,51%.

Gráfico 162 - Tipo de Usuário



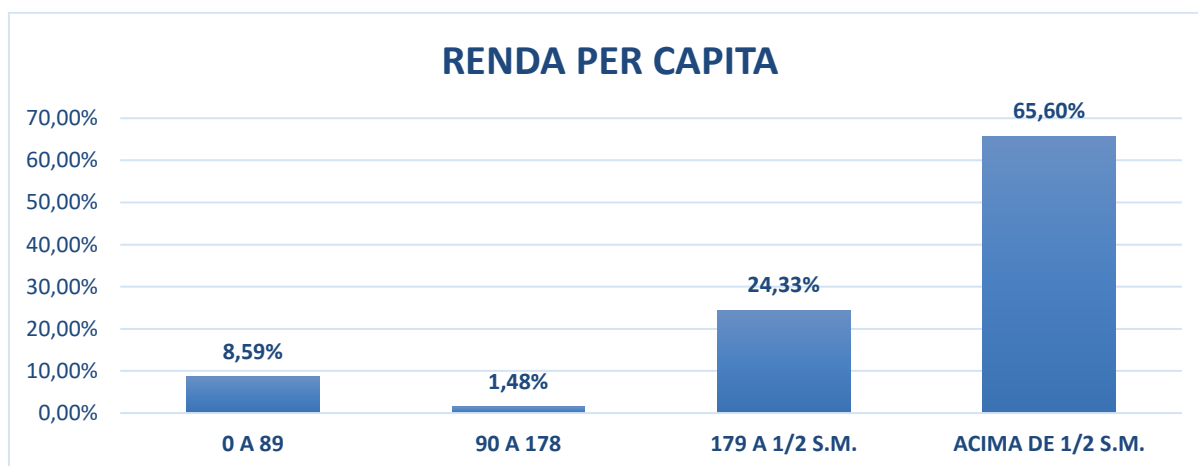
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 163 - Sexo



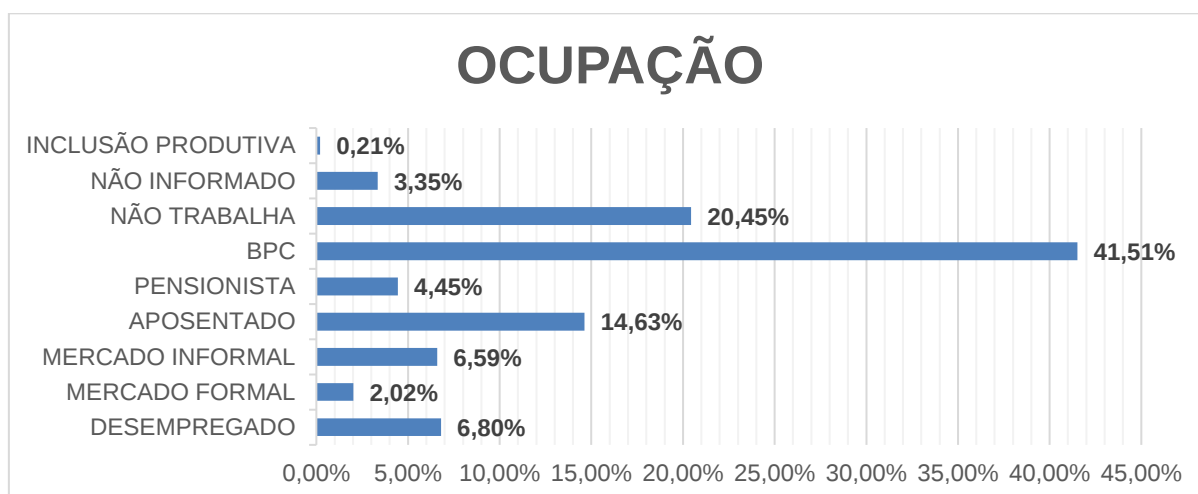
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 164 – Renda per Capita



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

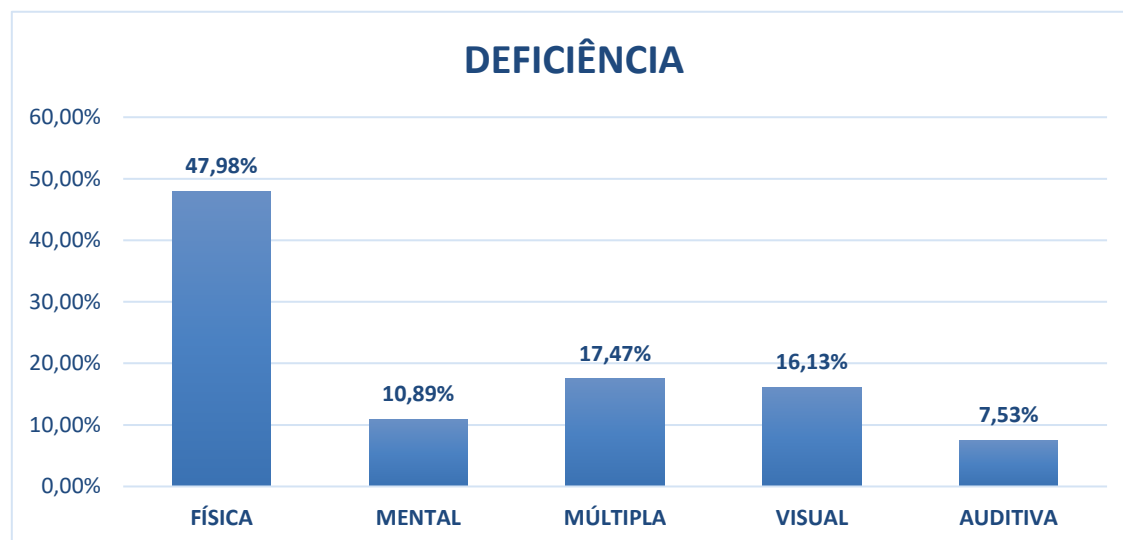
Gráfico 165 – Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a idosos que declararam possuir algum tipo de deficiência a com maior incidência é na física, o que representa 47,98%.

Gráfico 166 - Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

3.29.4.1 Ocupações Urbanas

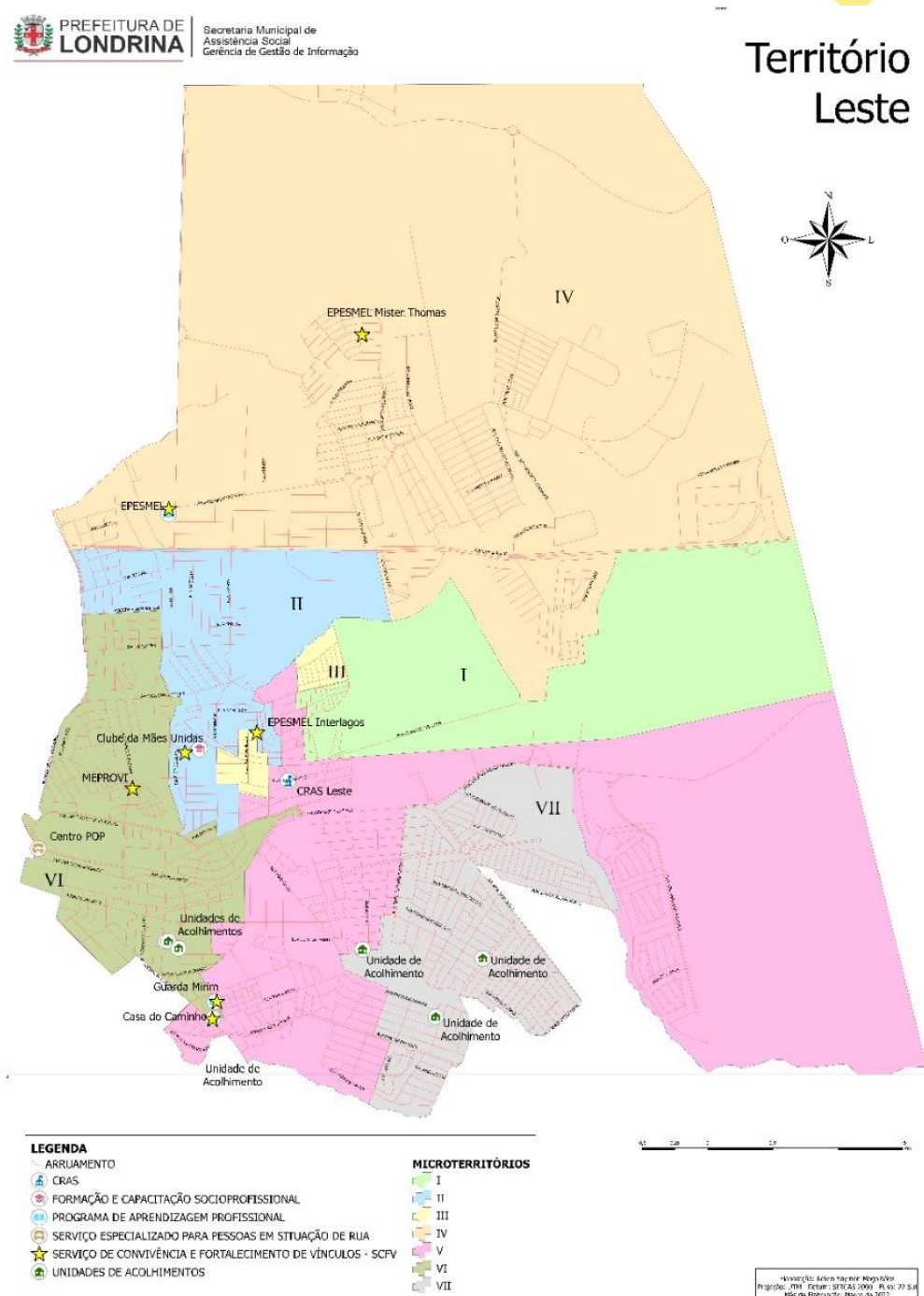
No território Oeste B há presença de ocupações urbanas, de acordo com os dados fornecidos pela Cohab, as ocupações existentes são as que seguem abaixo:

- Fundo de Vale Rib. Cambé-Aurora Tropical

- Cilo 3 – Pateó (no mapa 18)
- Favela Colosso
- Cilo 3 - Helena Ridão
- Fundo de Vale Jardim Nova Olinda/Barcelona

3.29.5 Território Leste

Figura 12 – Mapa território Leste



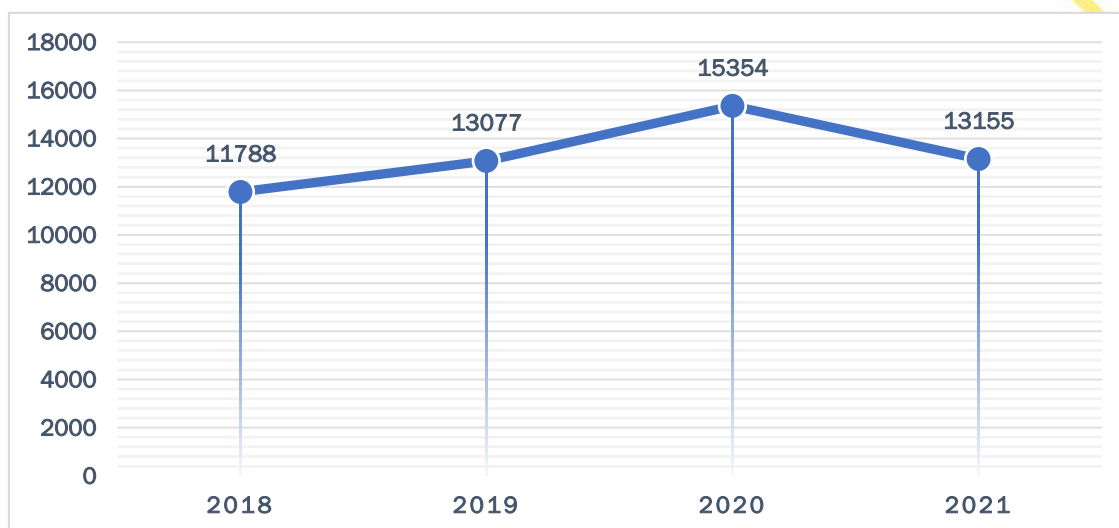
O território Leste tem uma extensão territorial significativa, assim como sua extensão territorial apresenta uma demanda potencial expressiva para política de assistência social. Ele é dividido em 7 microterritórios.

A matriz de percepção deste território também traz o elemento da extensão territorial e da discrepância entre os bairros, apontando a necessidade de ter um CRAS Leste B e um CRAS Leste C nos extremos do território.

Também foi apontado as desproteções sociais do território como a presença do tráfico de drogas, da violência entre bairros, do uso de substâncias psicoativas. Há presença de ocupações irregulares, e a percepção do crescente aumento da pobreza e do aumento do desemprego.

Em relação a quantidade de pessoas no IRSAS em 2021 haviam 13155 o que já indica uma quantidade de pessoas significativa para a política de assistência social.

Gráfico 167 - Pessoas no IRSAS Leste

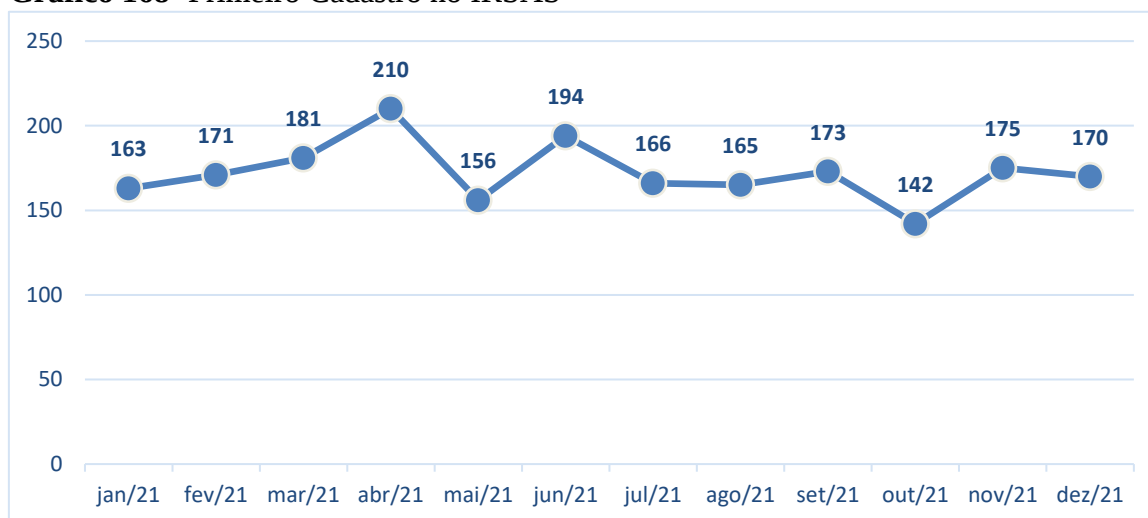


Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano

Em 2021, um total de 2.066 pessoas tiveram pela primeira vez o cadastro no IRSAS, o que representa uma fração de 15,70% considerando o total no sistema em 2021.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

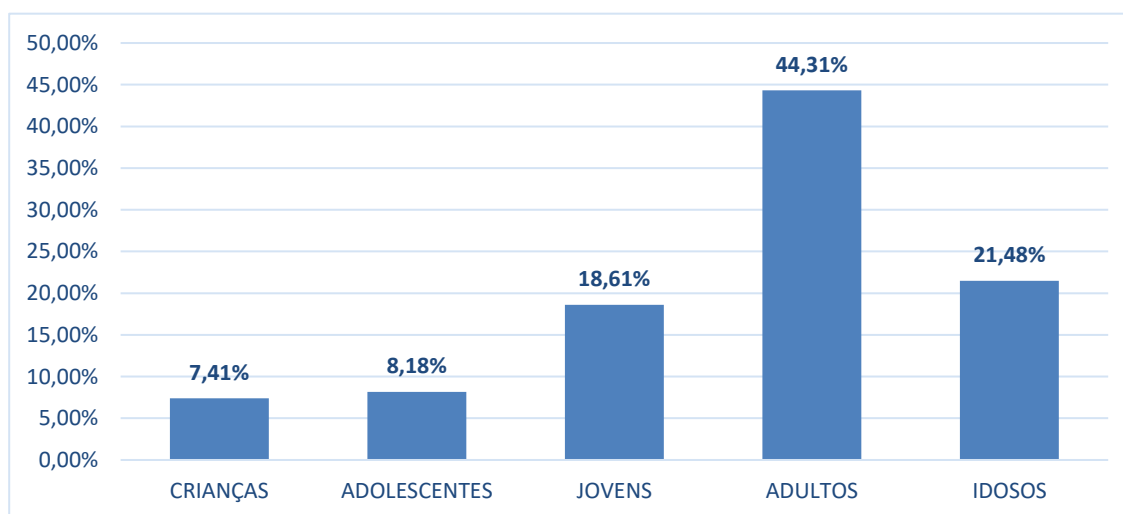
Gráfico 168- Primeiro Cadastro no IRSAS



Fonte: IRSAS

Em relação ao ciclo de vida a predominância é pela população adulta seguida por idosos e jovens. É um território no que tange a idade heterogêneo.

Gráfico 169 - Ciclo de Vida Leste



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a escolaridade da população da Leste, é possível verificar que a concentração está no percentual de 25,26% para pessoas com ensino fundamental incompleto. No comparativo com dados de população geral do município também temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

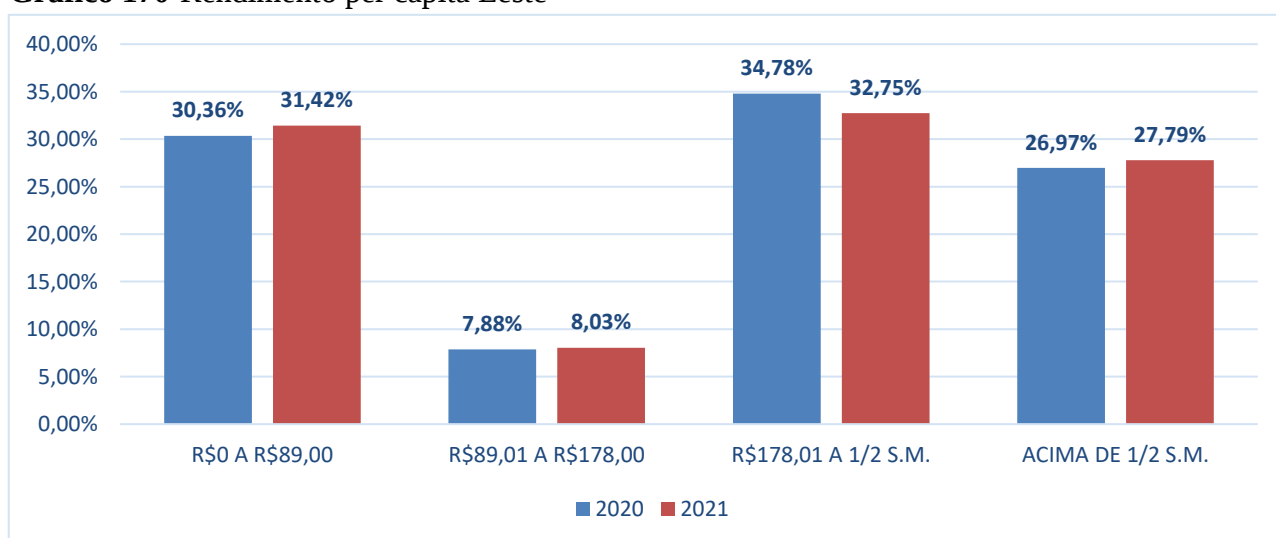
Tabela 45 – Escolaridade população Leste

Grau de Escolaridade	Município	Leste
Analfabeto	8,00%	7,73%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	14,07%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	7,72%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	25,26%
Fundamental completo	5,78%	5,22%
Ensino Médio incompleto	11,69%	11,21%
Ensino Médio completo	18,07%	18,81%
Superior Incompleto	3,02%	3,22%
Superior completo	2,64%	2,95%
Pós-Graduação	0,16%	0,20%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,30%
Não informado	4,69%	3,29%

Fonte: IRSAS - Consulta em 16/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

Em relação a renda per capita é um território cuja maioria das pessoas apresenta renda inferior a meio salário mínimo (72,20%). Ainda assim, muitas famílias estão vivendo na extrema pobreza em 2021, 31,42%. Importante sinalizar um aumento de 1,06% das famílias em extrema pobreza de 2020 para 2021.

Gráfico 170-Rendimento per capita Leste

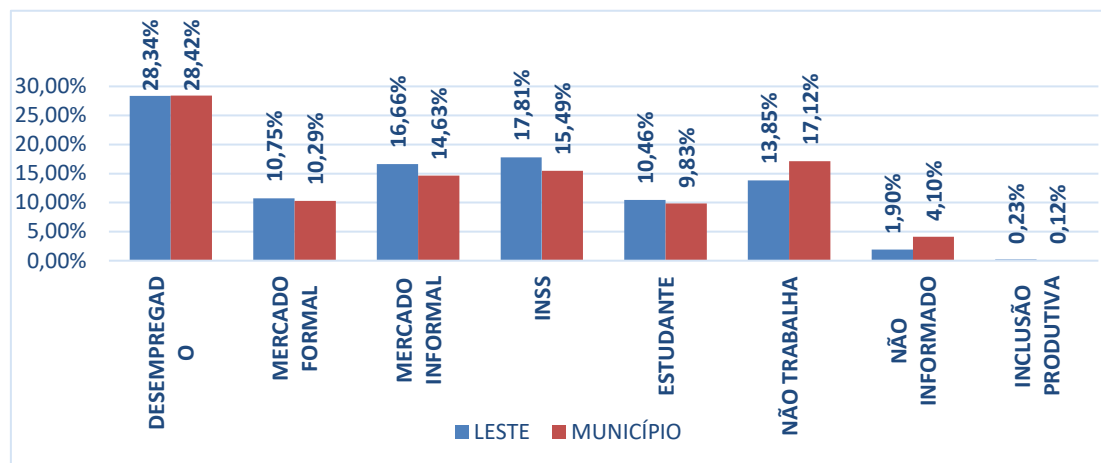


Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

Em relação ao tipo de ocupação que ocupam no mercado de trabalho também é um

território onde o desemprego predomina.

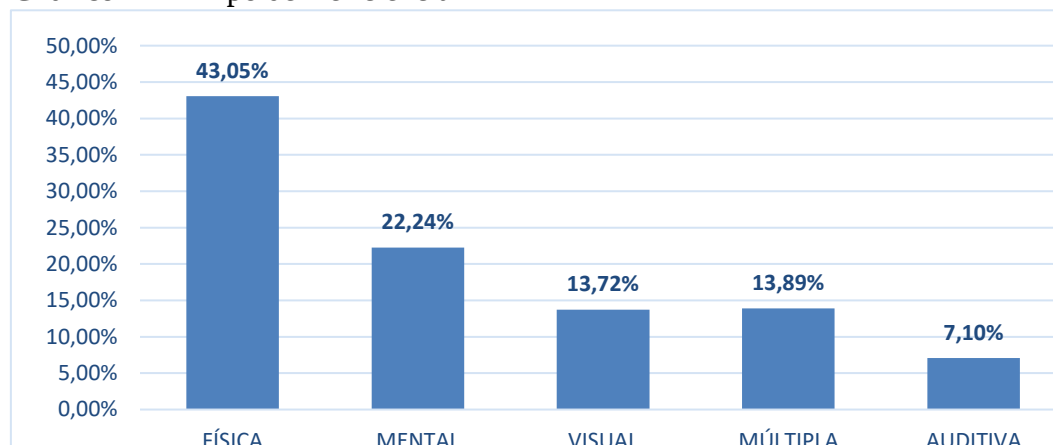
Gráfico 171 - Tipo de Ocupação Leste



Fonte: IRSAS - Referência jan/20 a dez/21. Obs.: Pessoas acima de 14 anos

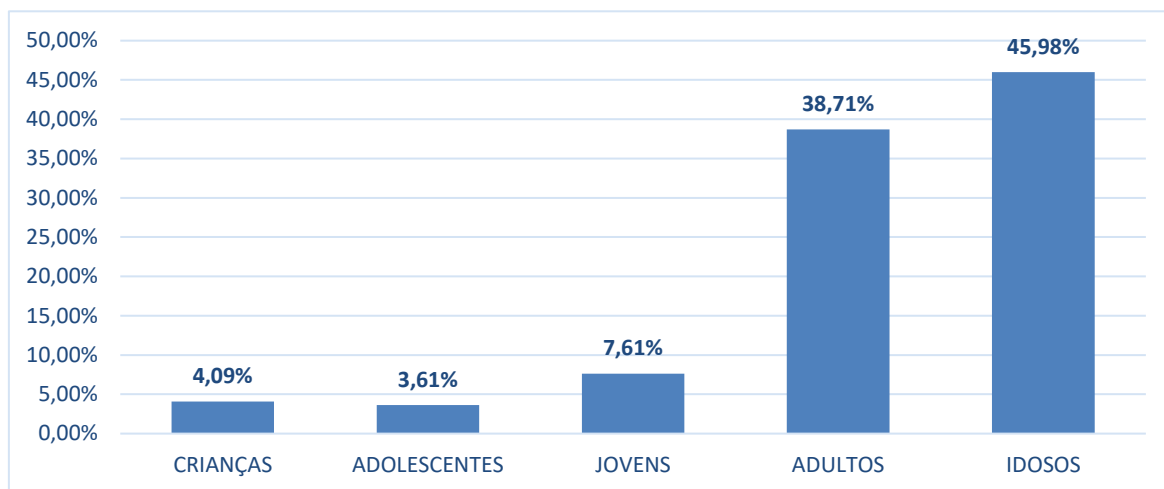
Em relação as pessoas com deficiência, o tipo de deficiência que predomina é a deficiência física (43,05%), seguida da deficiência mental (22,24%).

Gráfico 172 - Tipo de Deficiência



Em relação ao ciclo de vida da pessoa com deficiência a predominância são idosos (45,98%), seguidos dos adultos (38,71%).

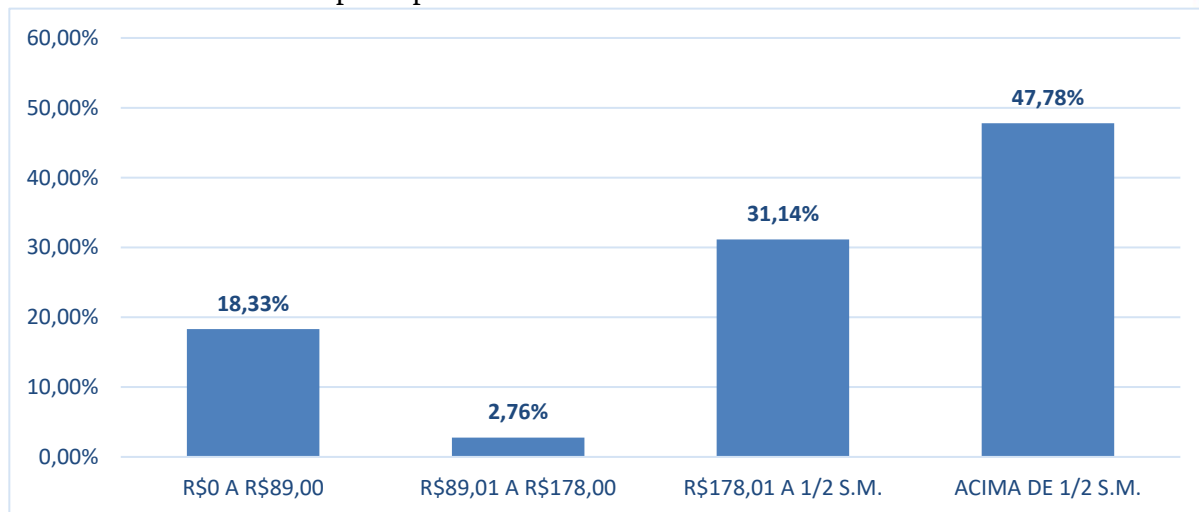
Gráfico 173 - Faixa etária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a renda per capita a predominância é para aquele com renda acima de meio salário mínimo, este fato deve estar relacionado com o fato de serem possíveis beneficiários do BPC.

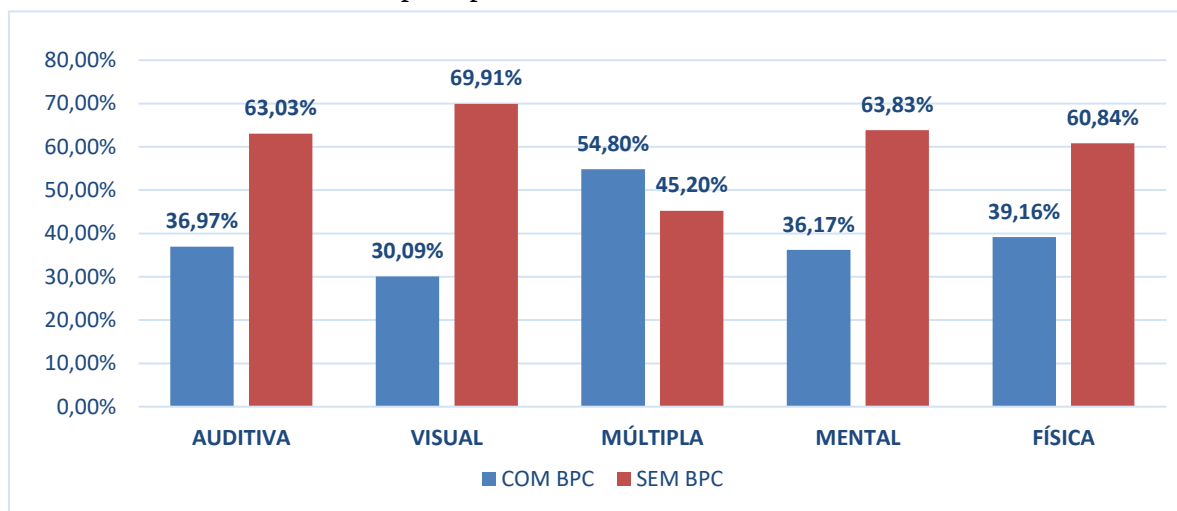
Gráfico 174-Rendimento per capita



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura com BPC por tipo de deficiência. Neste sentido, deficiência com maior cobertura é a deficiência múltipla e a com menor cobertura é a deficiência visual.

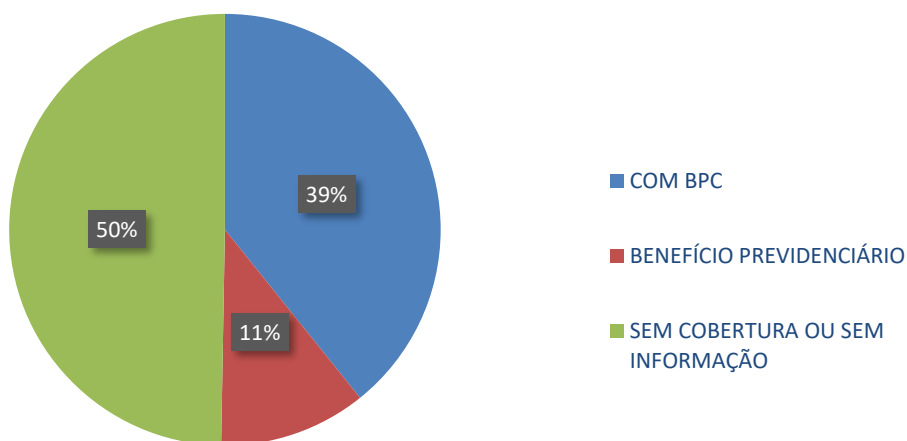
Gráfico 175 - Cobertura BPC por tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura previdência, é possível verificar que a maior parcela das pessoas com deficiência não possuem cobertura previdenciária, ou seja, 50% , somente 11% possuem, e 39% tem cobertura de BPC.

Gráfico 176 - Cobertura Assistencial ou previdenciária

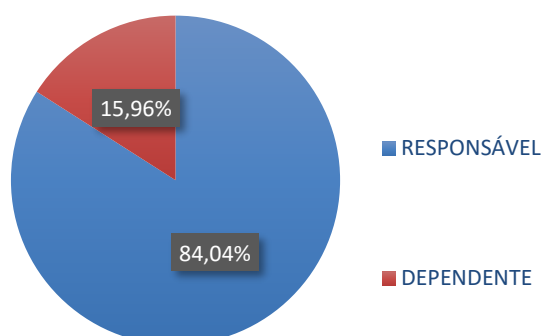


Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação aos idosos neste território 84,04% se declaram responsável no sistema IRSAS. Destes, 65,82% são do sexo feminino e apresentam renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (62,72%). A maior incidência no campo da ocupação está para idosos com BPC, o que representa 39,93%.

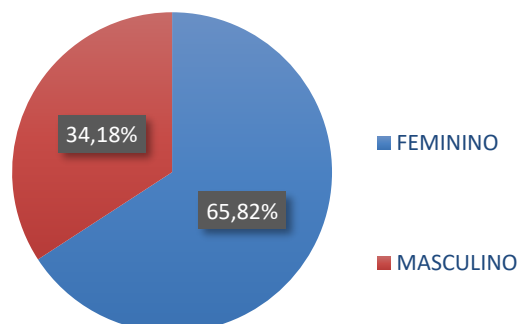
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Gráfico 177 – Tipo de Usuário



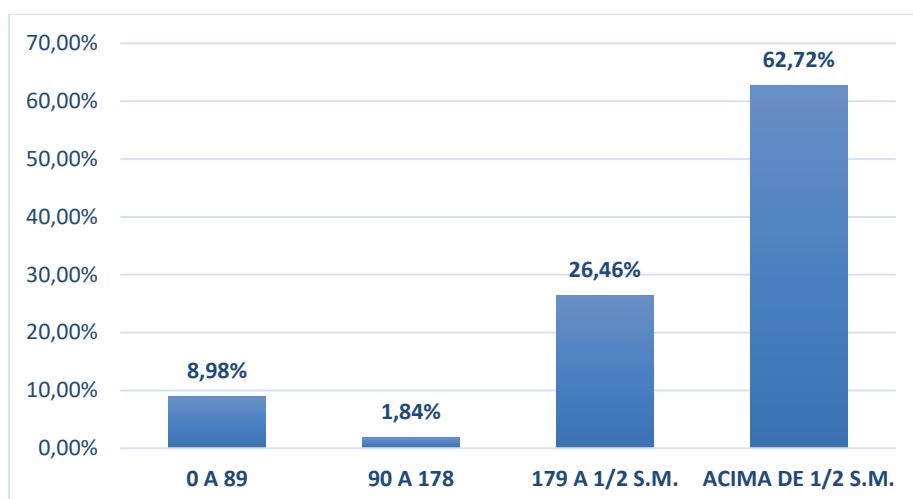
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 178 – Sexo



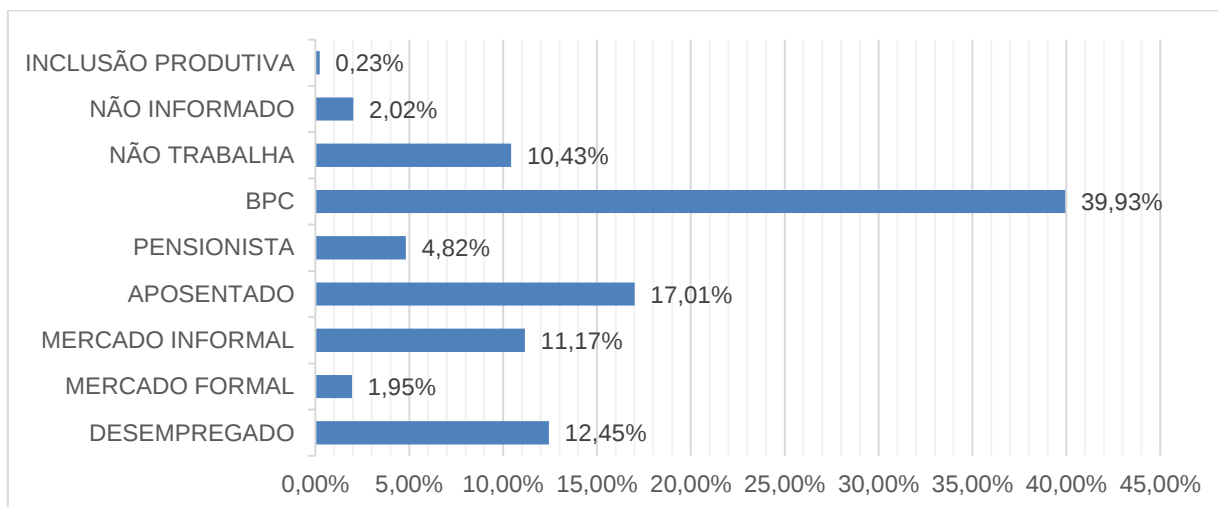
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 179 – Renda per Capita



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

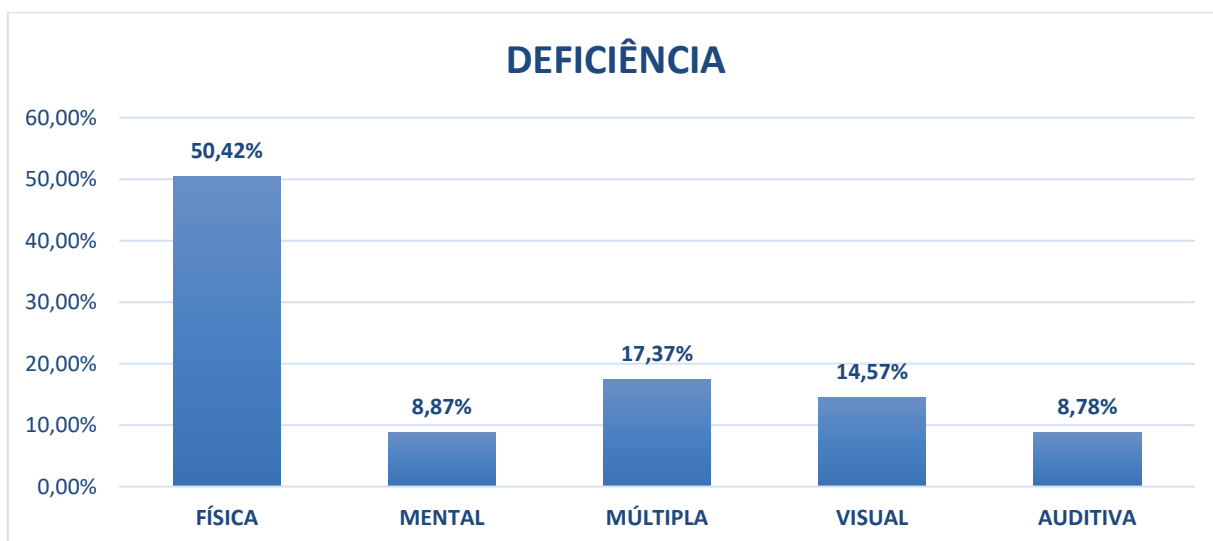
Gráfico 180 - Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a pessoas idosas que se declararam com deficiência, a deficiência física é a com maior destaque é 50,42%.

Gráfico 181 – Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

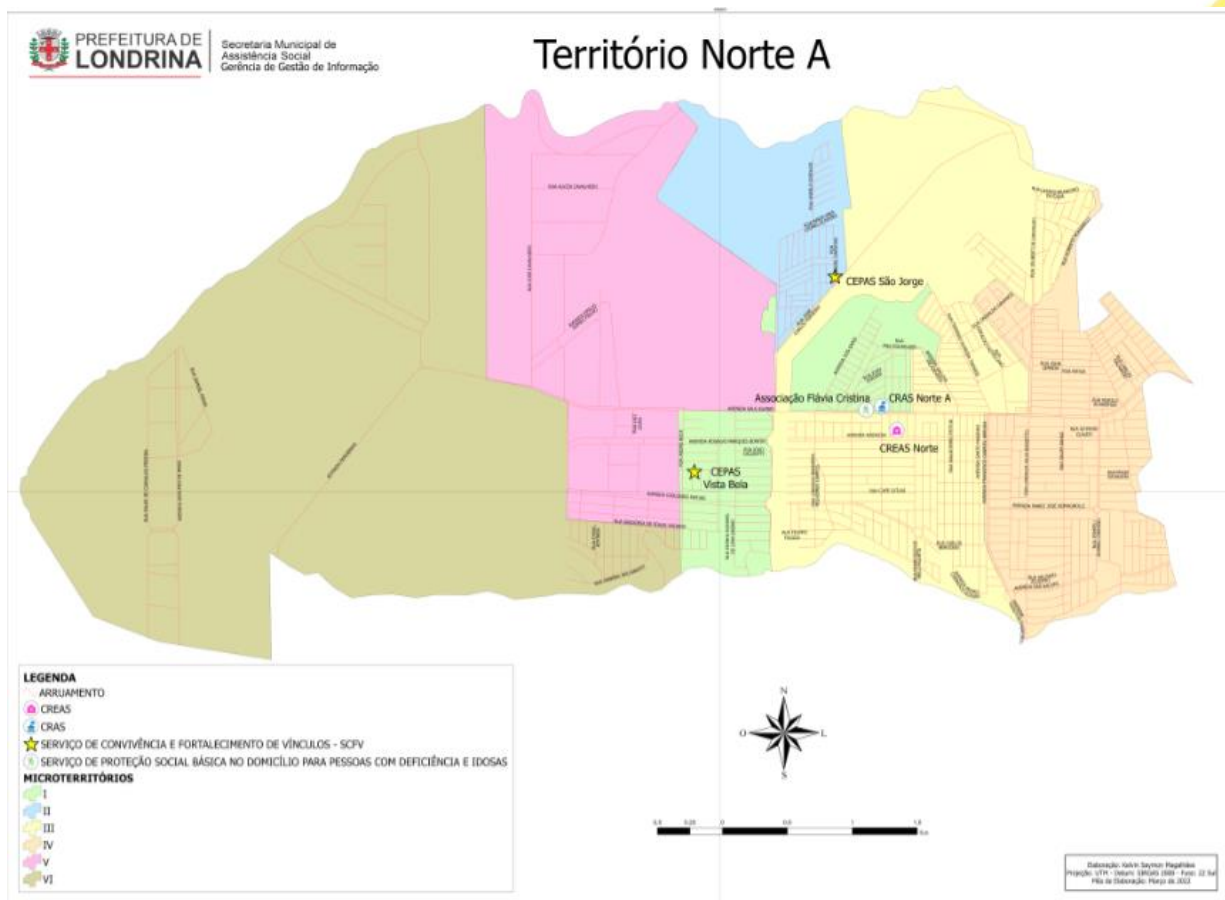
3.29.5.1 Ocupações urbanas

No território Leste há presença de ocupações urbanas, de acordo com os dados fornecidos pela Cohab, as ocupações existentes são as que seguem abaixo:

- Jd. São Rafael
- Vila Amaral
- Fundo de Vale Jardim Sérgio Antônio
- Esq.Theodoro Victorelli/Lixão/Cajá/Rosa Branca
- Vila Ricardo-Escola-Flor de Maio
- Fundo de Vale do Jardim dos Bananeiras-Vila Ricardo
- Fundo de Vale -Heron Domingues/R. Mangaba (34 e 35)
- Av. Santa Mônica/Vila Stª Mônica
- Triângulo Stª Inês
- Fundo de Vale Rua Pingo Dágua
- Fundo de Vale Final Av. Stª Mônica-Triângulo
- Ocupação na Rua Heron Domingues
- O.I. Particular-Triângulo
- Fundo de Vale da Rua Zircônio
- Morro do Carrapato
- Jardim Monte Cristo-Praça III
- Ocupação entre as ruas da Seriguela, da Carambola e da Graviola
- Rua do Latão
- Fundo de Vale Stª Fé-Horta
- Santa Luzia

3.29.6 Território Norte A

Figura 12 – Mapa território Norte A



O território Norte A é formado por 6 microterritórios. Atualmente, com a inserção da equipe contratada por meio de processo seletivo, possibilitou que o território se dividisse em 7 microterritórios para melhor atendimento a população. É um território localizado nas chamadas franjas da cidade, ou seja, mais afastado do centro. A região abrangida pelo Norte A em termos de área não é extensa. No entanto, há concentração significativa de moradores em especial aqueles de baixa renda, público da política de assistência social. Nesse sentido, há uma intensa concentração e demanda para a referida política. Além disso, há potencial no território para crescimento populacional em virtude de expansão de diversos empreendimentos habitacionais, sobretudo os condomínios verticais. De acordo com a equipe de trabalhadores do CRAS há presença de 07 Ocupações Urbanas, onde não há acesso a serviços públicos básicos como água, energia elétrica, asfalto, rede de esgoto, coleta de lixo, correios, dentre outros. Pelo levantamento da Cohab há 04 Ocupações Urbanas, no entanto, a Cohab utiliza de um critério mínimo de quantidade de pessoas no local para reconhecimento da área como ocupação.

A região Norte A é distante do centro da cidade e de outras regiões do município. Ainda que haja considerável linhas de transporte público levando a população até o centro,

essas são insuficientes diante da demanda da região. Além disso, o deslocamento da região Norte para as outras do município é longa e precária, o que leva seus habitantes a gastarem muito tempo em transporte público para se locomover de uma região para outra. Há na região um Terminal Urbano Local, localizado no Vivi Xavier e linhas que fazem a integração entre os bairros e o terminal, além de poucas linhas que integram a região Norte A com outras regiões.

Não existe no território serviços de aprendizagem profissional para adolescentes e qualificação para pessoas adultas. Quanto à oferta de EJA temos 4 escolas que atendem à demanda para o ensino fundamental 1, totalizando 93 vagas. No que se refere à educação de jovens e adultos que cursam o ensino fundamental 2 e médio, há a oferta de 362 vagas em apenas uma escola. (Dados extraídos do site do município de Londrina e Núcleo Regional de Educação)

Considerando que a maior parte das famílias atendidas são compostas por mães e filhos, falar sobre o acesso à educação pública é fundamental, sobretudo a Educação Infantil. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação, 4 CMEIs que ofertam juntas 733 vagas e 5 CEIs que ofertam juntos 606 vagas, totalizando 1339 vagas em Educação Infantil. Sobre o acesso à Pré Escola e Ensino Fundamental 1 há 2692 vagas, destas apenas 225 são em tempo integral. São 9 escolas de Ensino Fundamental 1 e apenas uma delas atende no período integral. Há no território 5 Escolas Estaduais que ofertam Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio e Atividades Complementares e Educação de Jovens e Adultos totalizando a oferta de 4661 vagas, sendo que destas 1665 são de ensino médio. Não há nenhuma instituição de Ensino Superior localizada na região Norte A.

A Política de Assistência Social oferta, através de parceria com o CEPAS o SCFV. São 300 metas, sendo 50 no Residencial Vista Bela para crianças e adolescentes entre 06 e 12 anos e 250 no Jardim São Jorge para crianças e adolescentes entre 06 e 13 anos. Não existe a oferta do SCFV nos territórios I, II e III e mesmo nos territórios IV, V, VI e VII, onde existem serviços, não são ofertadas vagas para o público entre 14 e 17 anos.

O território possui muitos grupos, religiosos ou não, que prestam algum atendimento para a população como concessão de estas básicas, roupas, realizam eventos, porém embora existam em grande quantidade, as ações são isoladas e não há integração entre os grupos ou articulação com a política de Assistência Social.

A violência urbana é um elemento muito presente no território. Embora não se tem dados estatísticos, percebe-se nos diálogos com as famílias atendidas, que ela afeta significativamente o seu cotidiano. Muitos dos homens que compõem essas famílias estão encarcerados, cumprem pena em meio aberto, possuem alguma pendência judicial ou são

egressos do sistema prisional. As ações policiais no território são frequentes e muitas vezes resultam em mortes.

O microterritório 1 abrange os bairros do Vivi Xavier até as proximidades limítrofes ao Cras Norte B. Trata-se de um microterritório extenso, composto por habitações regulares, provenientes da COHAB, e bolsões de pobreza concentrados em 3 ocupações. A maior parte da demanda deste microterritório vem do Vivi Xavier e do Bairro Gávea, que recentemente foi incorporado pelo CRAS Norte A. Esse último não apresenta proximidade tanto do CRAS como de outros serviços públicos, e grande parte das moradias são financiadas, o que compromete boa parte do rendimento das famílias.

O microterritório 2 é composto por 13 bairros cujas características predominantes são a ausência de inserção no mercado formal de trabalho, precarização de trabalho e renda por meio do trabalho informal. Grande parte desse público não possui moradia própria, assim, mesmo que tenham acesso minimamente a renda, o valor é comprometido com pagamento de aluguel. Há forte presença de mulheres responsáveis pela criação dos filhos e presença de muitos idosos sem acesso a previdência. O CRAS está localizando em um desses bairros, o que facilita o acesso dessas famílias de forma mais frequente em relação a outros bairros mais distantes. Compõe o microterritório 2 bairros com ocupação, como é o caso do Jd Alto da Boa Vista, onde há a forte presença do tráfico. O Jardim Cancun é composto por moradia de interesse popular, do extinto Programa PAR- Programa de Arrendamento Residencial. Outra característica destes bairros é a história de urbanização da região norte, em que estas áreas eram para lavouras e que atenderam o interesse de mercado imobiliário, sendo posteriormente sem ou com pouca infraestrutura de serviços básicos, como é o caso do Jd Paris. A ausência da rede de serviços socioassistenciais para crianças, adolescentes e jovens é perceptível neste território, que tem demanda para essa modalidade.

O microterritório 3 é atualmente formado por 11 bairros. Antes da pandemia 16 bairros compunham esse microterritório, que apresentava grande extensão geográfica, mas com pouca concentração de demanda por atendimentos desta política. No decorrer da pandemia e mediante o aumento do desemprego, essa demanda cresceu significativamente, sendo necessário para o ano de 2021 uma nova divisão territorial. Esse público se caracteriza, portanto, por uma população em crescente empobrecimento, famílias que não conseguem retomar sua inclusão no mercado de trabalho e hoje compõe os números daquelas em situação de pobreza, demandando por benefícios eventuais e programas de transferência de renda. O impacto de mudança no padrão de renda, as perdas familiares, assim como o isolamento social enfrentado no período de agravamento da pandemia, acarretaram sequelas na saúde física e agravamento de quadros

psíquicos¹⁷ de muitas famílias, dificultando ainda mais o retorno ao mercado de trabalho. Frente a isso, temos um serviço de saúde mental fragilizado no município e para alguns quadros, a oferta é inexistente segundo os relatos das famílias. É perceptível a alta quantidade de pessoas sem cobertura previdenciária, com ampliação das demandas por BPC-PCD. Cabe ressaltar também que o território, apesar da sua grande extensão, não possui oferta de SCFV na modalidade I, sendo uma demanda decorrente das famílias em atendimento. Também concentra um número considerável de idosos.

O microterritório 4 é composto pelos bairros Jardim São Jorge, Residenciais Horizonte I e II, e Gleba Jacutinga. O São Jorge se iniciou com uma ocupação de 50 famílias em 1997, aos fundos do Conjunto José Giordano, sendo realocados na região onde está localizado atualmente. A maior parte é urbanizada, com suficiente estrutura de saneamento básico. O Residencial Horizonte é composto por residências de programa habitacional, portanto parte das famílias não tem despesas com aluguel e acessam tarifas sociais. Entretanto, observamos que algumas casas já foram vendidas ou alugadas, e o mesmo ocorre no Jardim São Jorge. Neste microterritório há presença de escolas e boa cobertura de SCFV para crianças de 6 a 14 anos. No quesito Saúde não há ausência de UBS própria. O território tem forte presença de famílias monoparentais femininas e avós responsáveis pelo cuidado com crianças e adolescentes. Há demanda pelo Cras por parte de homens que vivem sozinhos. Percebe-se no território

¹⁷ Importante entender que os casos chamados aqui por deficiência mental, se referem mais especificamente aos quadros conhecidos como déficits cognitivos, uma vez que o próprio termo “mental” não é mais utilizado. Vale ainda ressaltar o grande aumento de casos de transtornos de comportamento, ideação suicida e problemas de ordem psíquica, tais como as depressões, ansiedades, fobias, síndromes de pânico entre outros sintomas agravados com a chegada da pandemia. Em relação aos atendimentos desses quadros, é importante observar a falta de oferta de atendimentos adequados e efetivos na política de saúde, que deem suporte, de fato, para que as famílias tenham condições reais de superação das chamadas vulnerabilidades, pelo menos daquelas no âmbito socioassistencial. Para tanto, se faz necessário uma forte e bem estruturada rede de saúde que trate das questões emocionais, uma vez que estas paralisam as pessoas no que elas têm de mais subjetivo, mas se traduzem em impedimentos e adoecimentos reais. Sendo a saúde entendida como direito, os atendimentos dessa ordem deveriam ser ofertados com vistas a dignificar a vida humana, em sua totalidade. Frente a essa fragilidade e/ou inexistência de ofertas de atendimento, essa demanda impacta diretamente nos atendimentos do Cras, uma vez que afetam sobremaneira, principalmente os mantenedores das famílias, bem como a todos os seus membros. Enquanto Proteção Social Básica, essa demanda tem sobrecarregado os Serviços da Assistência Social, como forma de minimizar com benefícios, situações que, se tratadas, poderiam devolver a muitas dessas famílias, a autonomia que precisam.

significativo contingente que faz uso abusivo álcool. O território tem marcante presença das relações do tráfico de drogas e sua violência, adoecimento por dependência química, adoecimento psíquico.

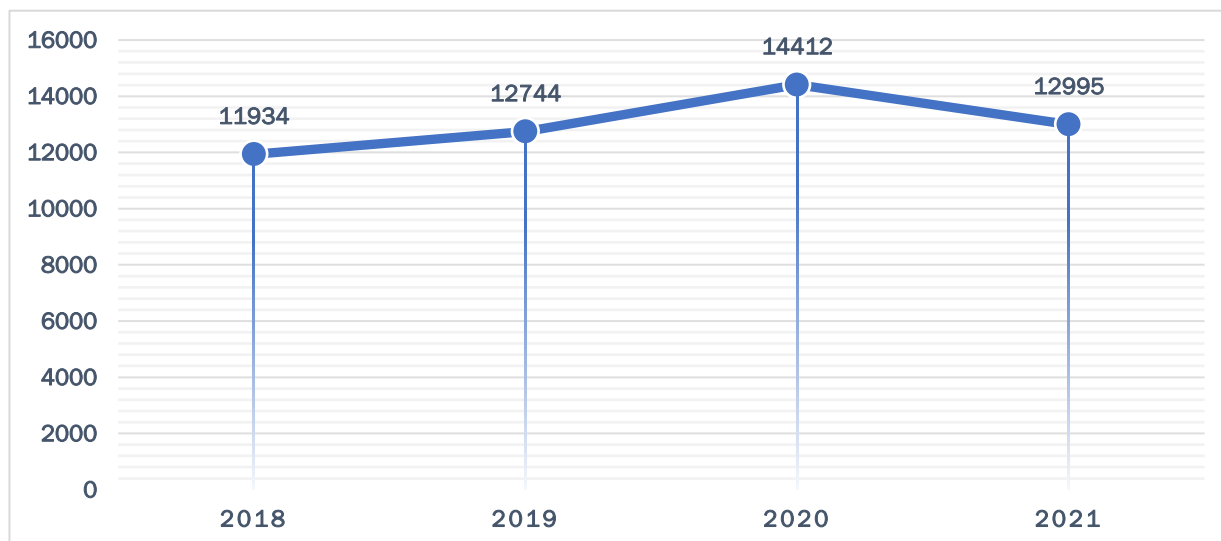
O microterritório 5, composto pela Ocupação do São Jorge, reúne cerca de 700 famílias e é atravessado pela extrema pobreza. A maior parte das famílias é chefiada por mulheres e as principais ocupações são como diaristas, empregadas domésticas e coletores de material reciclável. O local de moradia possivelmente impacta no acesso a trabalho, sendo esse o território do CRAS Norte A com o maior índice de desemprego e subemprego. Com frequência, essas famílias são afetadas por incêndios e destelhamento de casas, pois a fragilidade das construções e acesso à energia elétrica através de ligações irregulares expõe ao perigo. O acesso à documentação civil também é precário, sobretudo quando falamos sobre adolescentes e jovens, o que resulta na falta de acesso a serviços e políticas. A população idosa também é percebida no território. O município viabilizou a construção de um novo bairro denominado Residencial Jequitibá com cerca de 300 lotes urbanizados, localizado ao lado do Residencial Horizonte 2, com prioridade para as famílias que hoje residem na Ocupação do São Jorge. No entanto, estas famílias precisaram comprovar alguma renda regular para acessar o programa, considerando que há a cobrança de uma prestação mensal, despesas com o pagamento do poste de energia elétrica, IPTU e a construção das casas que é responsabilidade dos moradores. Os lotes já foram entregues e muitas famílias tem procurado o CRAS solicitando benefícios para custear as despesas decorrentes da nova moradia.

Os microterritórios 6 e 7 são formados pelos moradores do conjunto residencial Vista Bela, a partir do programa de habitação popular "Minha casa, minha vida" no ano de 2010. Foi considerado, à época, o maior canteiro de obras de moradias populares do PMCMV do país. Com a entrega em 2012, famílias advindas de áreas de ocupação irregulares, fundos de vale e etc, com o cadastro na COHAB, foram contempladas com as moradias subdivididas entre apartamentos em condomínio e casas térreas. O bairro, no entanto, não dispunha de estrutura de políticas e serviços públicos no local. Assim, famílias que já estavam antes em situação de desproteção social, continuaram por um longo período sem escolas, serviços de saúde e assistência próximos. O bairro, desta forma, ainda permanece com grandes fragilidades de atendimento populacional. Há a predominância de trabalho informal entre os moradores; violência urbana e muitas ocorrências de moradias irregulares nos arredores do bairro.

O gráfico abaixo traz a quantidade de pessoas no IRSAS nos últimos 4 anos. Em 2021, 12995 pessoas estavam cadastradas neste território.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

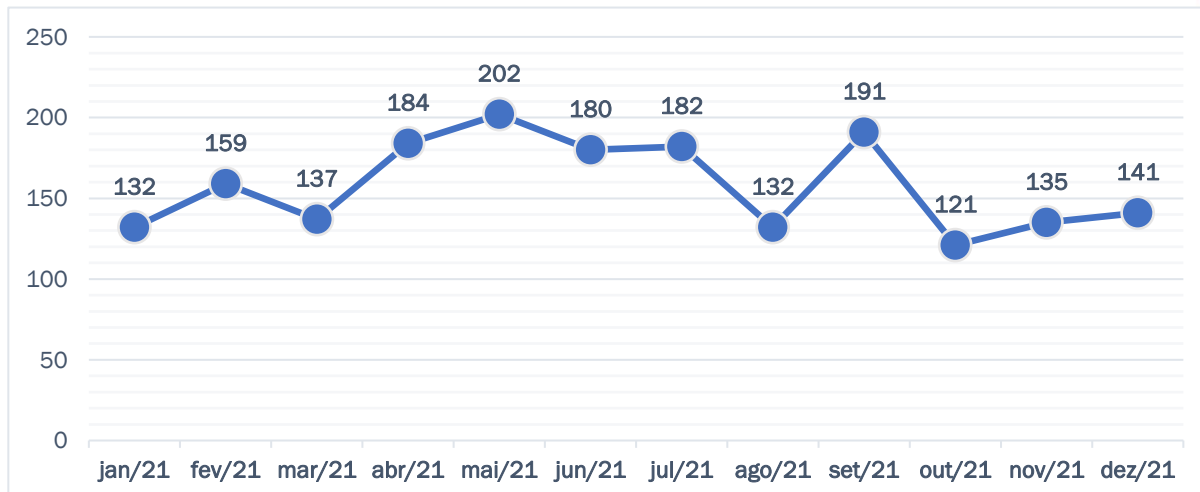
Gráfico 182 - Pessoas IRSAS Norte A



Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano

Em relação ao ano de 2021, 1.889 novas pessoas buscaram a política de assistência social, o que representa 14,53% do total de pessoas no IRSAS no ano.

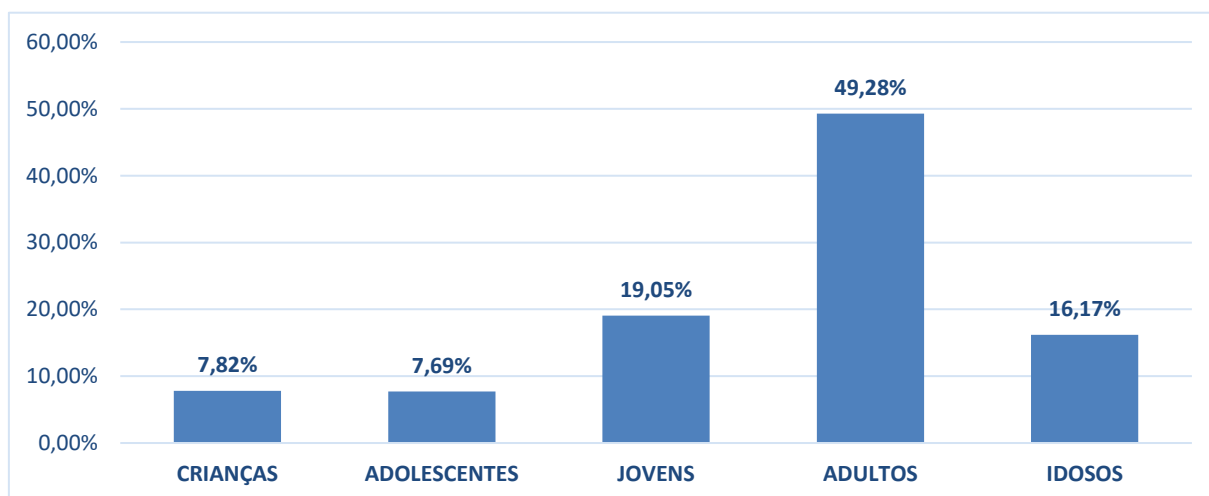
Gráfico 183 - Primeiro Cadastro IRSAS Norte A



Fonte: IRSAS

Em relação a faixa etária dessas famílias, o território apresenta a maior quantidade de adultos o que representa 49,28%, seguido dos jovens que representa 19,05%.

Gráfico 184 - Ciclo de Vida Norte A



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a escolaridade da população da Norte A, é possível verificar que a concentração está no percentual de 27,29% para pessoas com ensino fundamental incompleto. No comparativo com dados de população geral do município também temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

Tabela 46 – Escolaridade população Norte A

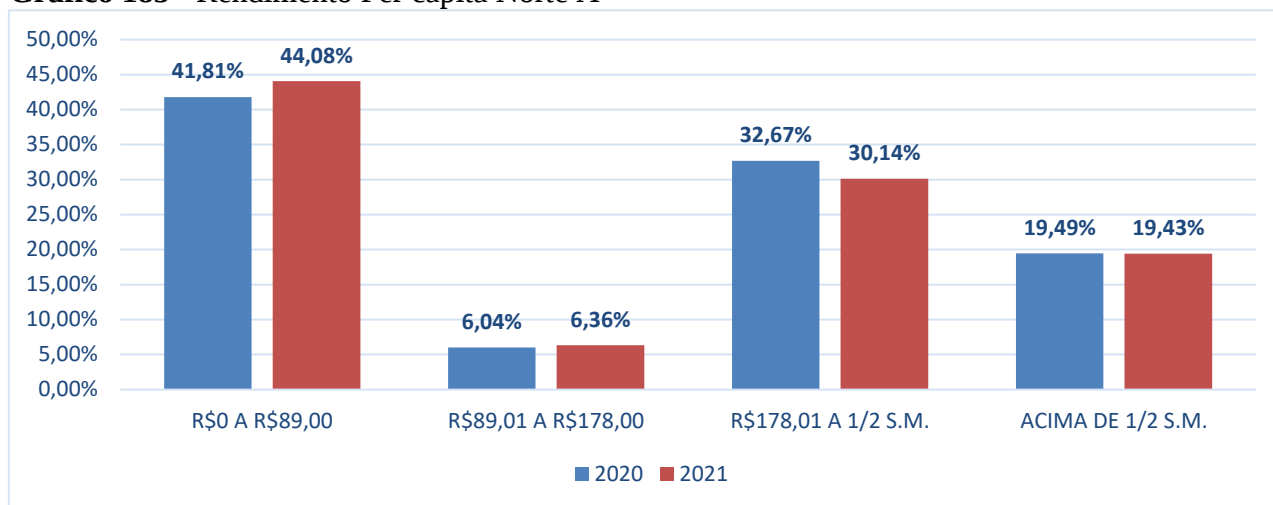
Grau de Escolaridade	Município	Norte A
Analfabeto	8,00%	7,42%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	13,93%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	7,46%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	27,29%
Fundamental completo	5,78%	6,09%
Ensino Médio incompleto	11,69%	12,35%
Ensino Médio completo	18,07%	18,75%
Superior Incompleto	3,02%	1,92%
Superior completo	2,64%	1,96%
Pós-Graduação	0,16%	0,08%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,39%
Não informado	4,69%	2,35%

Fonte: IRSAS - Consulta em 16/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

Em relação a faixa de renda é um território que apresenta a prevalência de família vivendo na extrema pobreza (44,08%). No comparativo com o ano anterior, houve o aumento de 2,27% das pessoas vivendo na extrema pobreza neste território.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Gráfico 185 - Rendimento Per capita Norte A

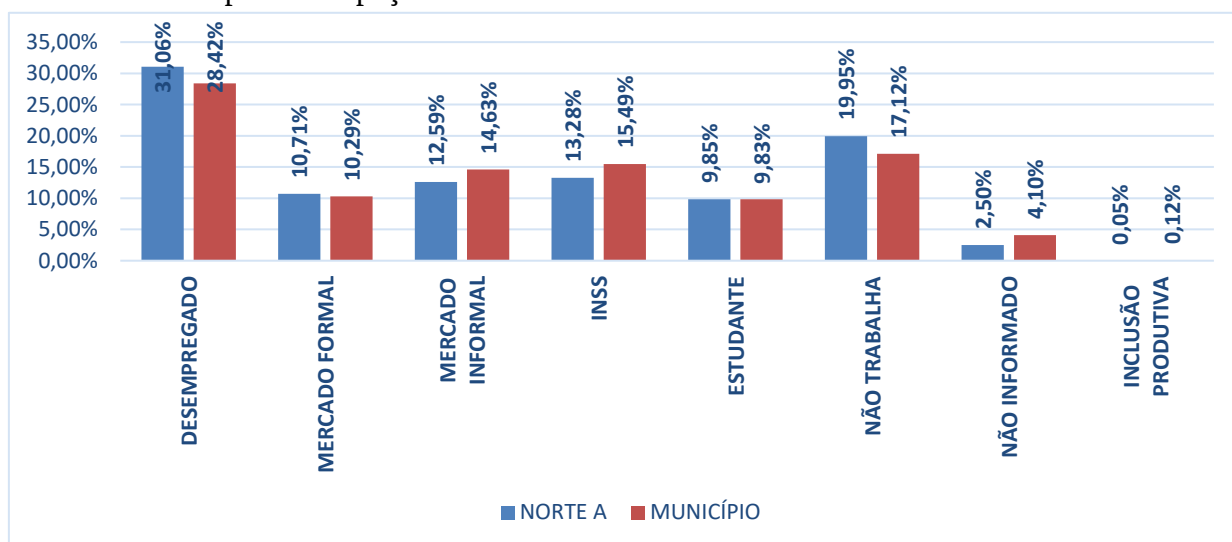


Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

Em relação ao tipo de relação que estabelecem com o mercado de trabalho, o gráfico abaixo aponta que a proporção maior está para pessoas que se encontram desempregadas e não trabalham.

O acesso ao trabalho informal é uma realidade enfrentada por homens e mulheres, com destaque para empregadas domésticas, diaristas, coletores de material reciclável, servente de pedreiro e outros trabalhos na área da construção civil.

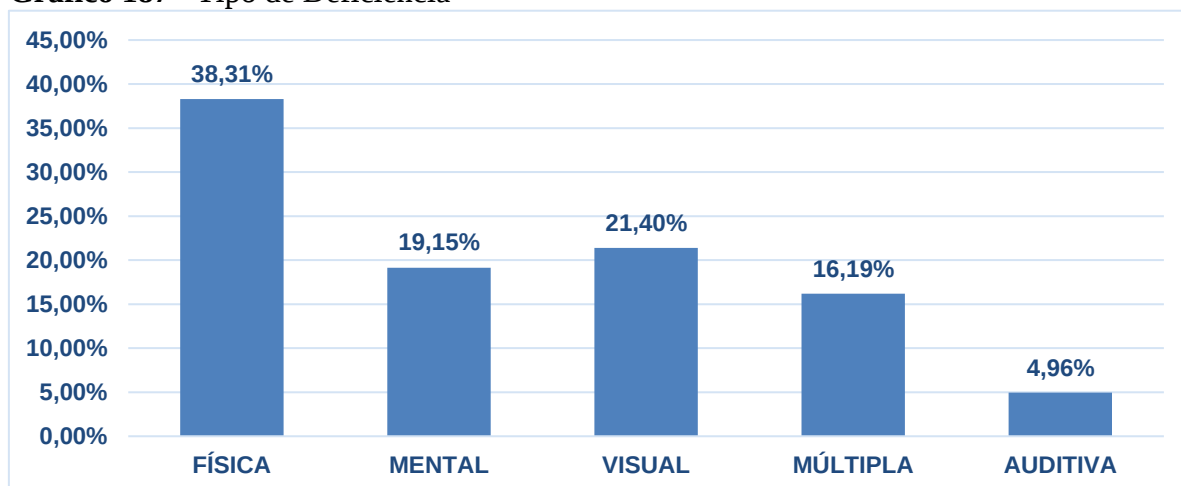
Gráfico 186 - Tipo de Ocupação Norte A



Fonte: IRSAS - Referência jan/20 a dez/21. Obs.: Pessoas acima de 14 anos

Em relação as pessoas com deficiência no território a mais incidente é a deficiência física (38,31%), seguida da deficiência visual (21,40%)

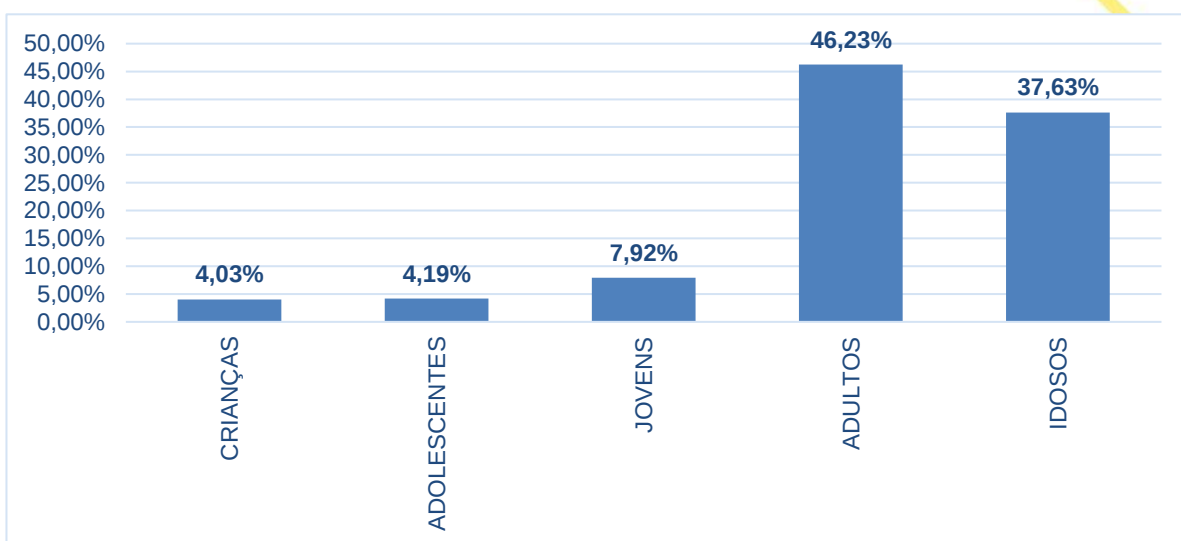
Gráfico 187 - Tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

A faixa etária predominante neste território são adultos, seguido de pessoas idosas.

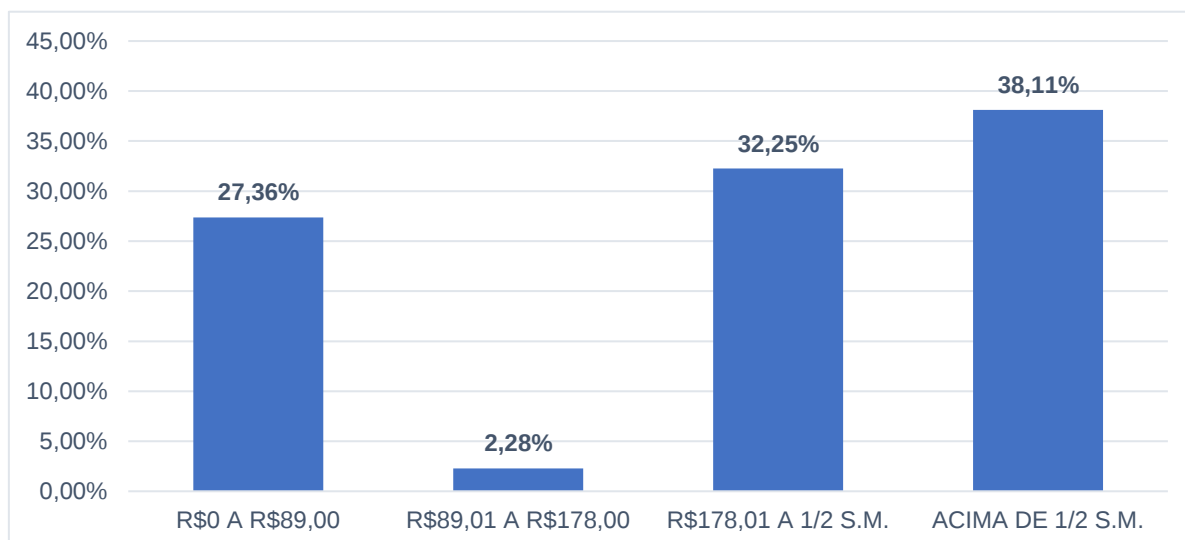
Gráfico 188 - Faixa etária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação à renda per capita das pessoas com deficiência a faixa que predomina é a de pessoas com renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

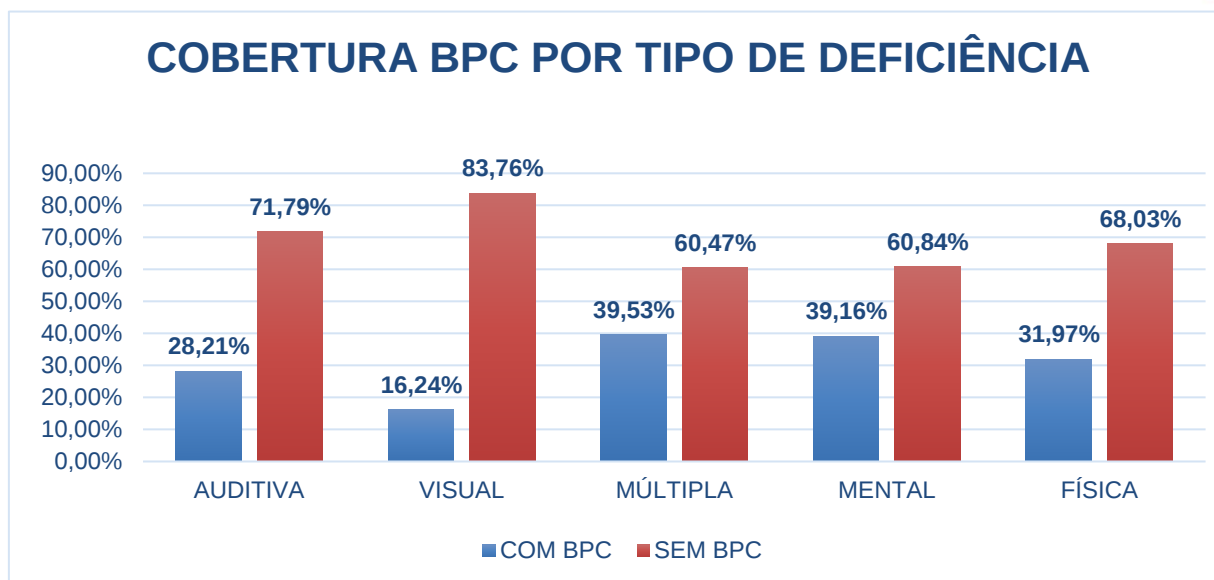
Gráfico 189 - Rendimento per capita PCD



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

No que tange a cobertura com BPC neste território o percentual que mais se aproxima é em relação a deficiência mental e o que mais se distancia é em relação a deficiência visual.

Gráfico 190 - Cobertura BPC por tipo de deficiência



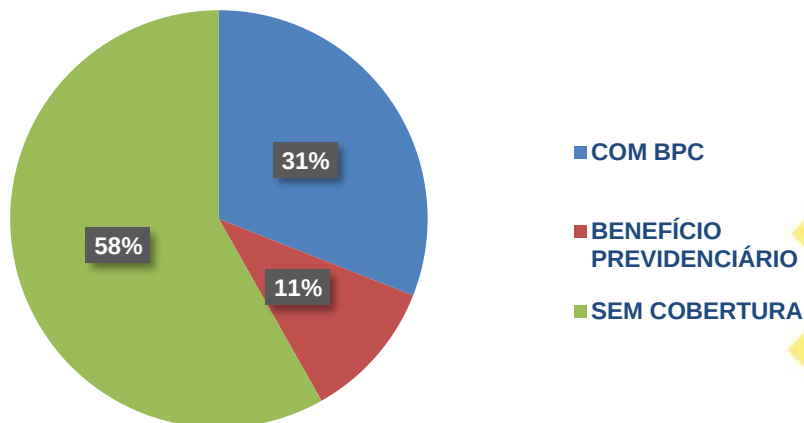
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura previdência, é possível verificar que a maior parcela das pessoas com deficiência não possuem cobertura previdenciária, ou seja, 58% , somente 11% possuem, e 31% tem cobertura de BPC.

Há no território uma escola de Educação Especial: a Associação Flávia Cristina que atende o público de todas as regiões da cidade e oferta 197 vagas na modalidade de Educação

Especial.

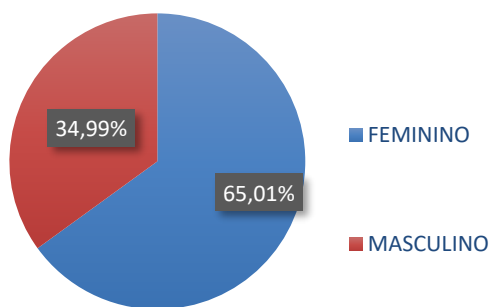
Gráfico 191 - Cobertura Assistencial ou previdenciária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

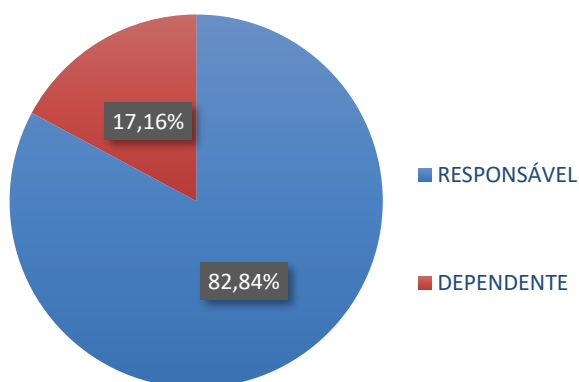
Em relação aos idosos neste território 82,84% se declaram responsável no sistema IRSAS. Destes, 65,01% são do sexo feminino e apresentam renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (56,57%). A maior incidência no campo da ocupação está para idosos com BPC, o que representa 32,20%.

Gráfico 192 – Tipo de Usuário



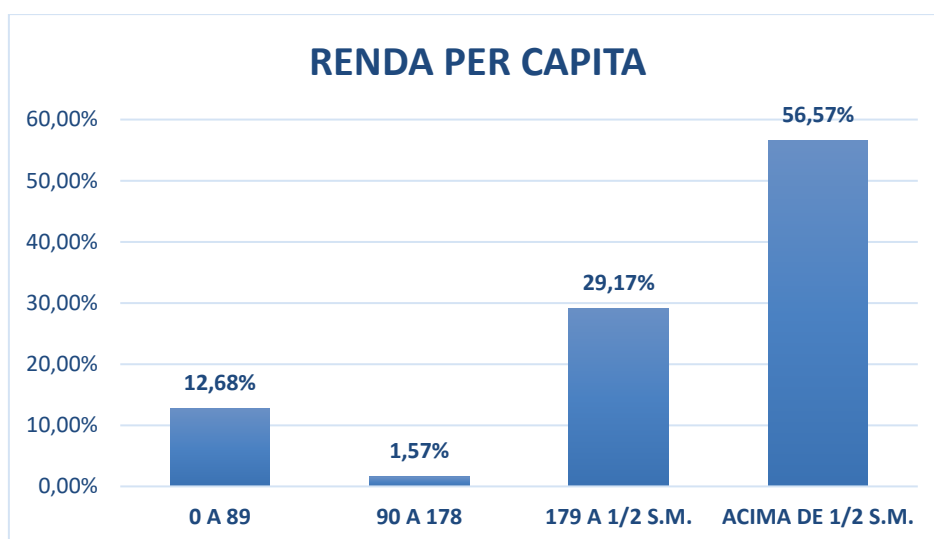
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 193 - Sexo



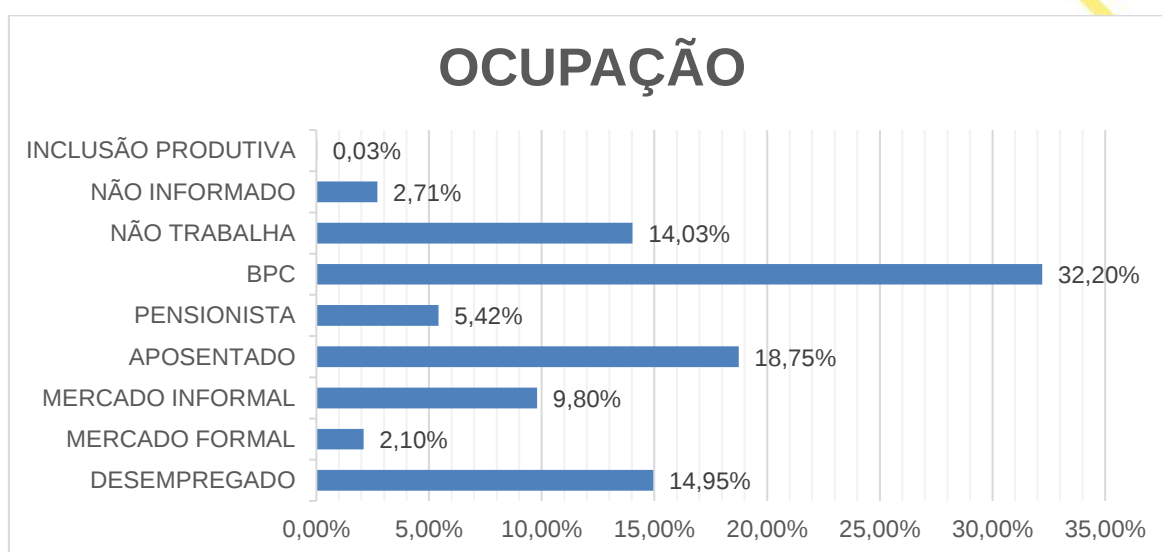
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 194 – Renda per Capita



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

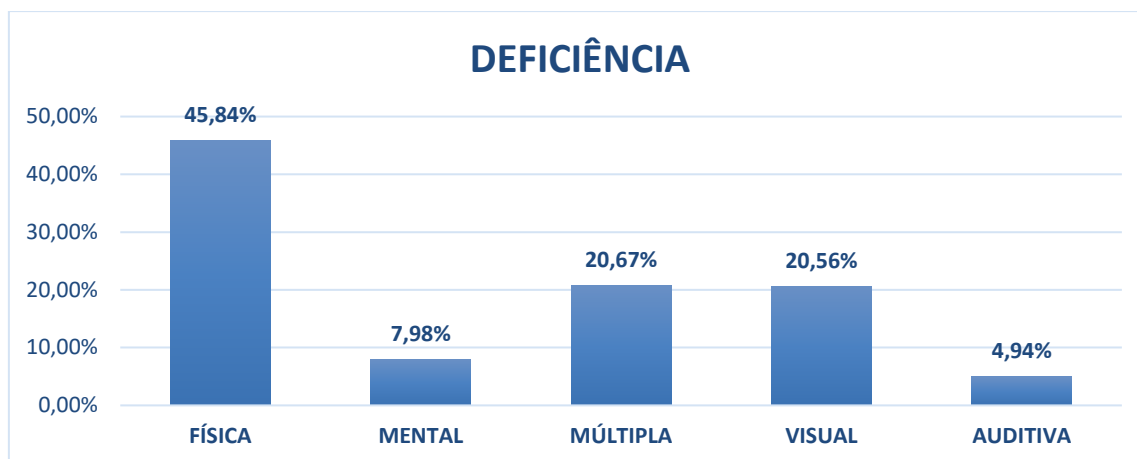
Gráfico 195 – Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação aos idosos que apresentam algum tipo de deficiência, 45,84% declararam que apresentavam deficiência física.

Gráfico 196 – Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

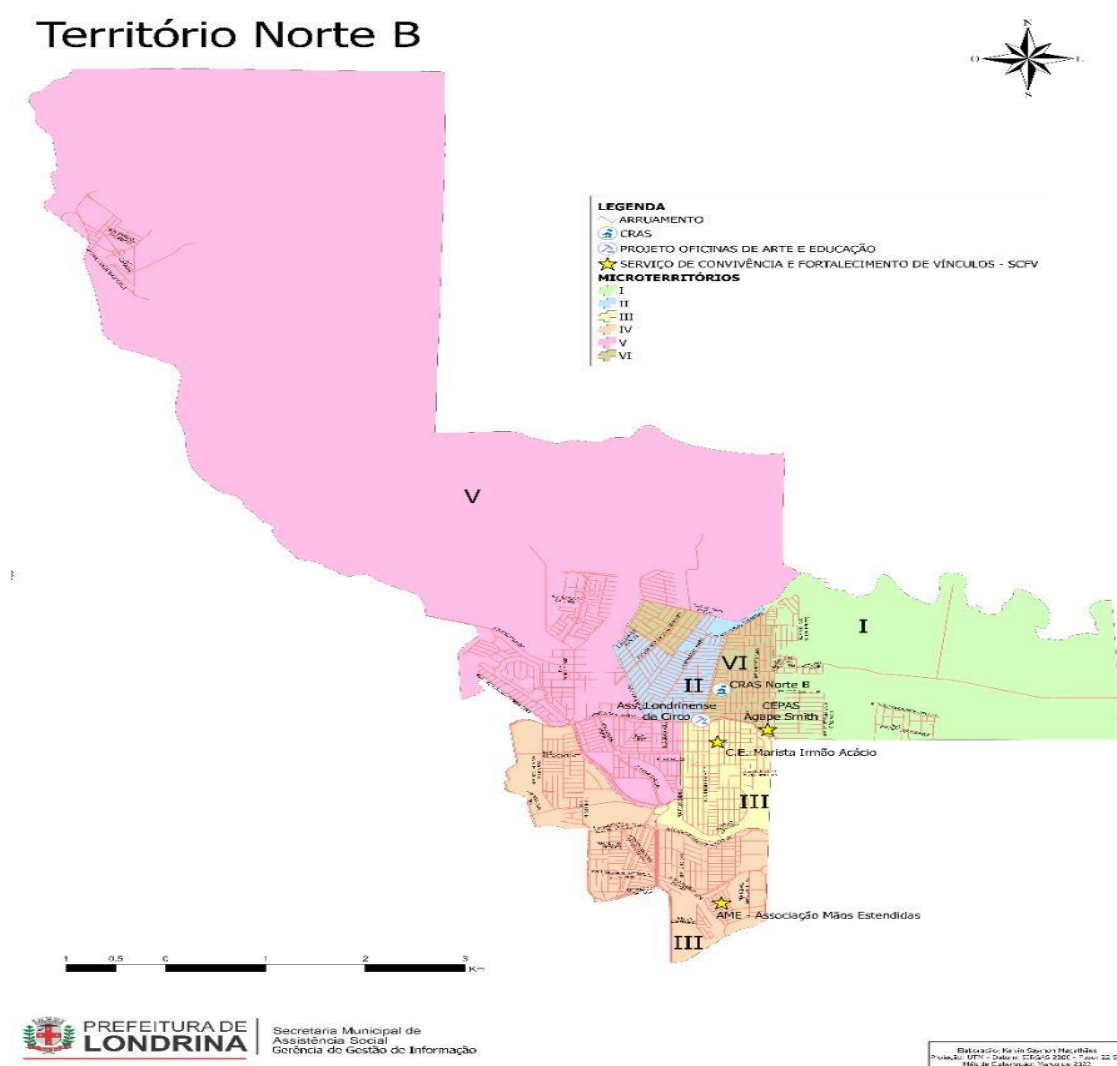
3.29.6.1 Ocupações urbanas

No território Norte A há presença de ocupações urbanas, de acordo com os dados fornecidos pela Cohab, as ocupações existentes são as que seguem abaixo:

- Fundo de Vale Vista Bela
- Fundo de Vale Rua Café Árábica
- N^a Sr^a Aparecida/Bom Jesus
- Remanescente do C.H. Vivi Xavier
- Jardim Shekinah

3.29.7 Território Norte B

Figura 13 – Mapa território Norte B



O território Norte B está subdividido em 6 microterritórios. O território V é o mais extenso no que tange a estrutura territorial. É uma região localizada na extremidade do município de Londrina, assim como o território Norte A está situado nas chamadas franjas da cidade, ou seja, nas extremidades e distante da área central. Também neste território, há muito potencial de crescimento populacional e já se verifica a expansão das moradias em diversos novos empreendimentos habitacionais, sobretudo os condomínios verticais. Há a presença de Ocupações Urbanas onde não há acesso a serviços públicos básicos como água, energia elétrica, asfalto, rede de esgoto, coleta de lixo, correios, dentre outros. Neste território também concentra a maior quantidade de migrantes conforme já indicado acima.

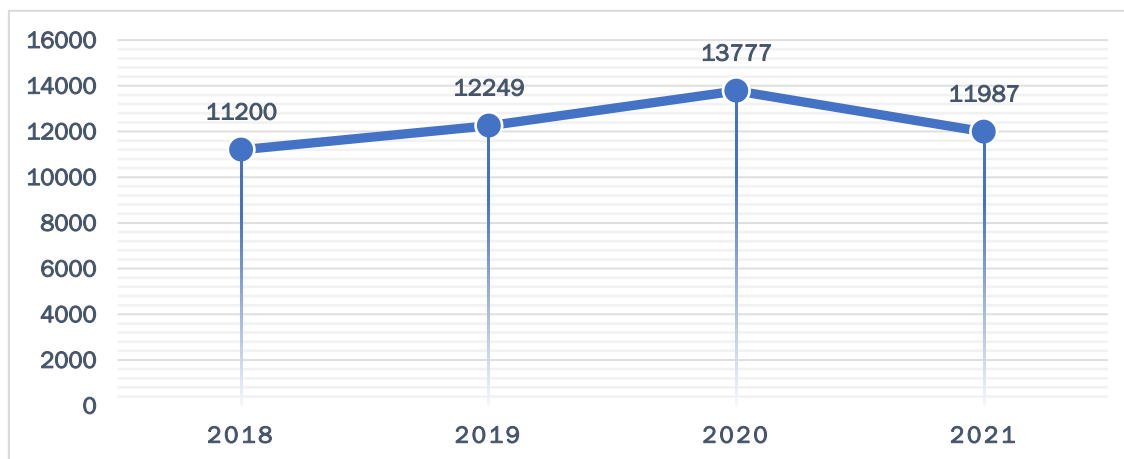
A matriz de percepção deste território aponta sobre a forte presença do tráfico e da

violência existente, inclusive a violência policial. Também pontuaram a presença acentuada de pessoas com transtorno mental, famílias com crianças com deficiência intelectual e da carência em relação ao atendimento da política de saúde mental. Incidência de exploração sexual de meninas e do crescimento dos crimes virtuais.

Entre os bairros referenciados por este CRAS, estão presentes várias ocupações, dentre elas, a ocupação do jardim Felicidade, próxima ao conjunto Novo Amparo, da Rua Ana Caputo, que se estende por vários bairros, do jardim Primavera, ocupação bastante populosa e de difícil acesso, e o bairro Flores do Campo, ocupação existente em um conjunto de casas em processo de construção, provenientes de programa habitacional, que foi abandonada pela construtora no ano de 2016 e posteriormente ocupada por aproximadamente 400 famílias. A ocupação Flores do Campo é um território onde encontra-se a maior parte da população migrante proveniente do país da Venezuela, no município de Londrina, entre outros migrantes, e caracteriza-se por ser um território muito dinâmico, com mudanças constantes da população, principalmente pela falta de infraestrutura e serviços básicos no local, o que prejudica muito as condições de moradia.

Em 2021 conforme indica o gráfico abaixo a região norte B apresentou 11.987 pessoas no IRSAS o que indica um território com uma demanda representativa para a política de assistência social.

Gráfico 197 - Pessoas no IRSAS Norte B

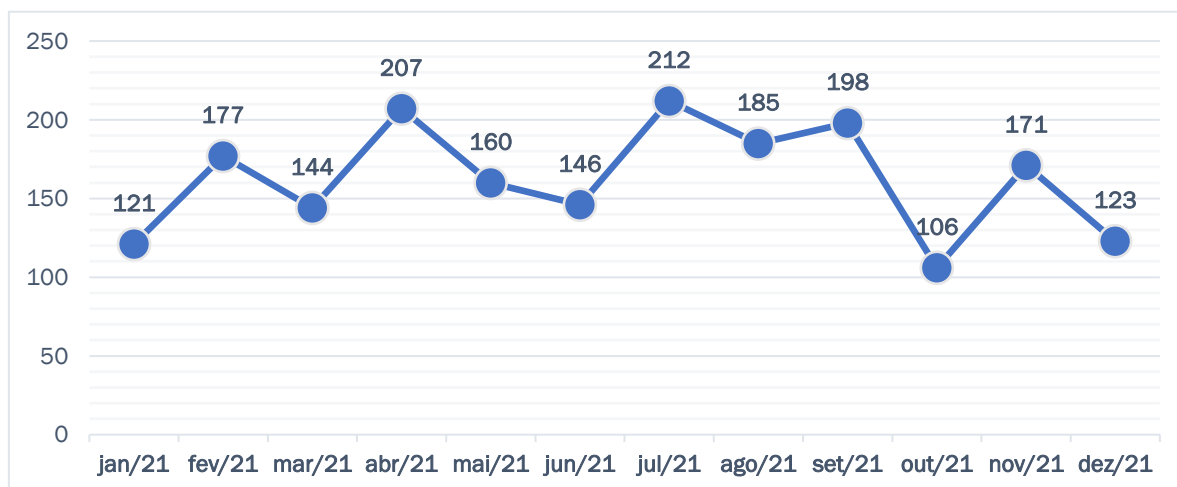


Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano

Já em relação a quantidade de pessoas que buscaram pela primeira vez o CRAS no ano de 2021 obteve-se o total de 1.950 o que representa 16,26% do total de pessoas que estiveram no CRAS no ano passado.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

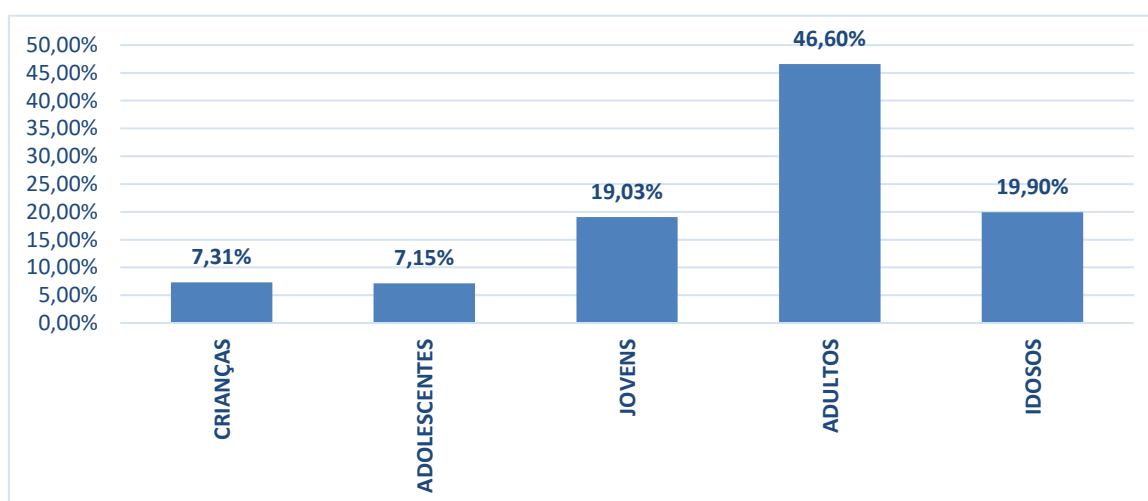
Gráfico 198 - Primeiro Cadastro no IRSAS Norte B



Fonte: IRSAS

Em relação a faixa etária predominante é a adulta (46,60%), seguida de idosos (19,90%).

Gráfico 199 - Ciclo de Vida Norte B



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a escolaridade da população do Norte B, é possível verificar que a concentração está no percentual de 26,28% para pessoas com ensino fundamental incompleto. No comparativo com dados de população geral do município também temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

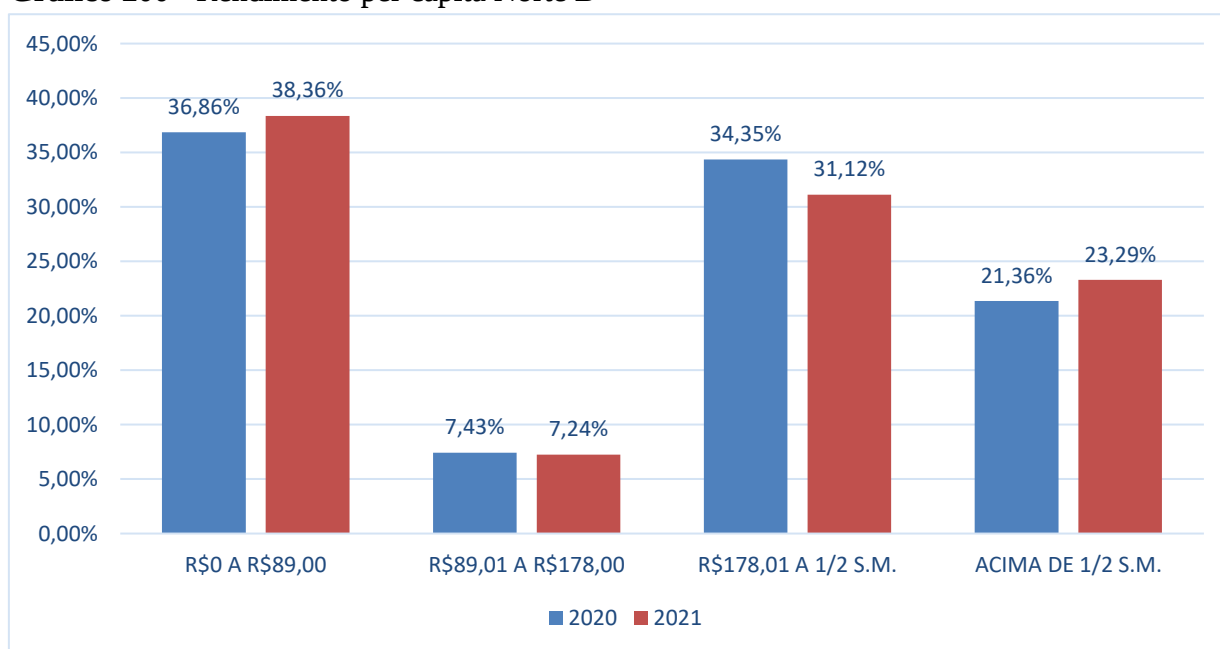
Tabela 47

Grau de Escolaridade	Município	Norte B
Analfabeto	8,00%	6,17%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	13,11%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	7,44%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	26,28%
Fundamental completo	5,78%	6,92%
Ensino Médio incompleto	11,69%	13,14%
Ensino Médio completo	18,07%	19,38%
Superior Incompleto	3,02%	2,10%
Superior completo	2,64%	1,78%
Pós-Graduação	0,16%	0,09%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,28%
Não informado	4,69%	3,31%

Fonte: IRSAS - Consulta em 16/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

Em relação a renda per capita das famílias deste território a prevalência de famílias na extrema pobreza, ou seja, aquelas com renda per capita até R\$89,00. Tendo como comparativo o ano de 2020, é possível visualizar o aumento de 1,5% de famílias na condição de extrema pobreza.

Gráfico 200 - Rendimento per capita Norte B

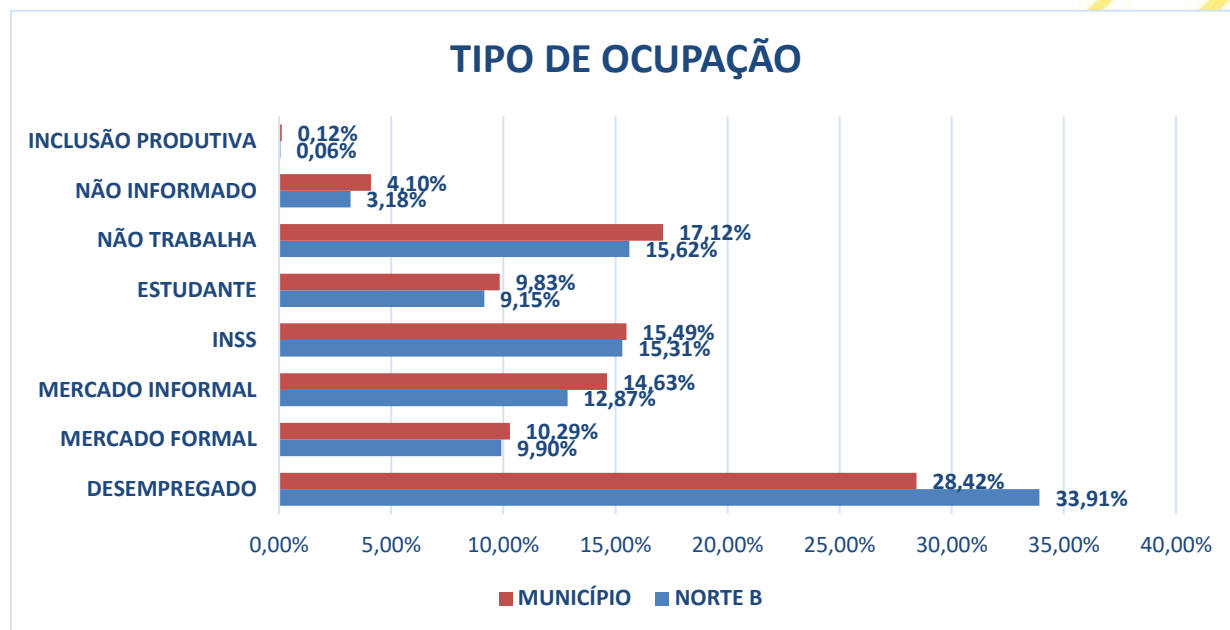


Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Em relação ao tipo de ocupação que essas pessoas estabelecem com o mercado de trabalho o predomínio são em relação as pessoas desempregadas (33,91%) e aquelas que não trabalham (15,62%)

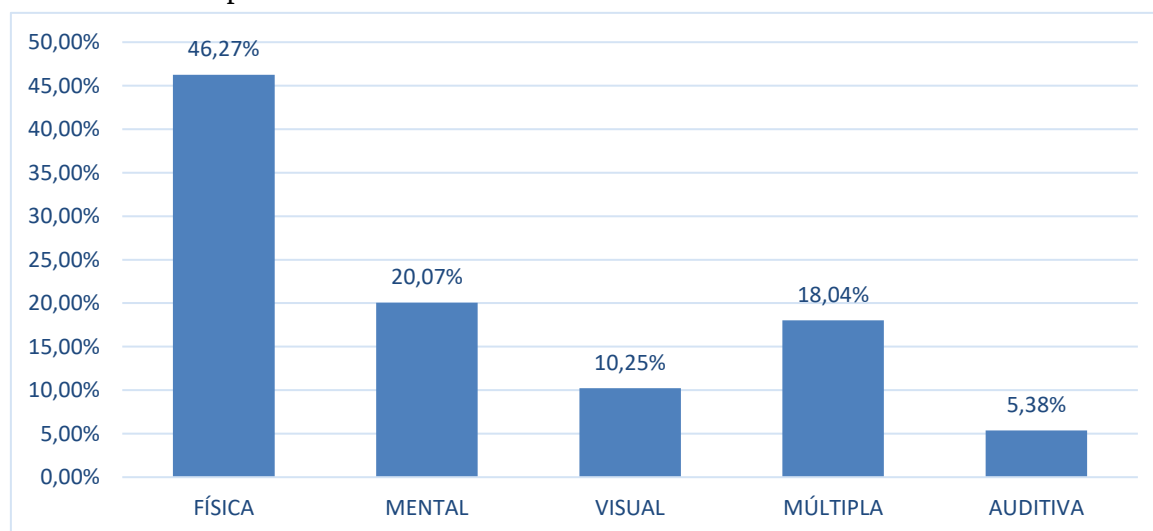
Gráfico 201 - Tipo de Ocupação Norte B



Fonte: IRSAS - Referência jan/20 a dez/21. Obs.: Pessoas acima de 14 anos

Já em relação as pessoas com deficiência, a que prevalece é a física (46,27%), seguida da deficiência mental.

Gráfico 202 - Tipo de Deficiência

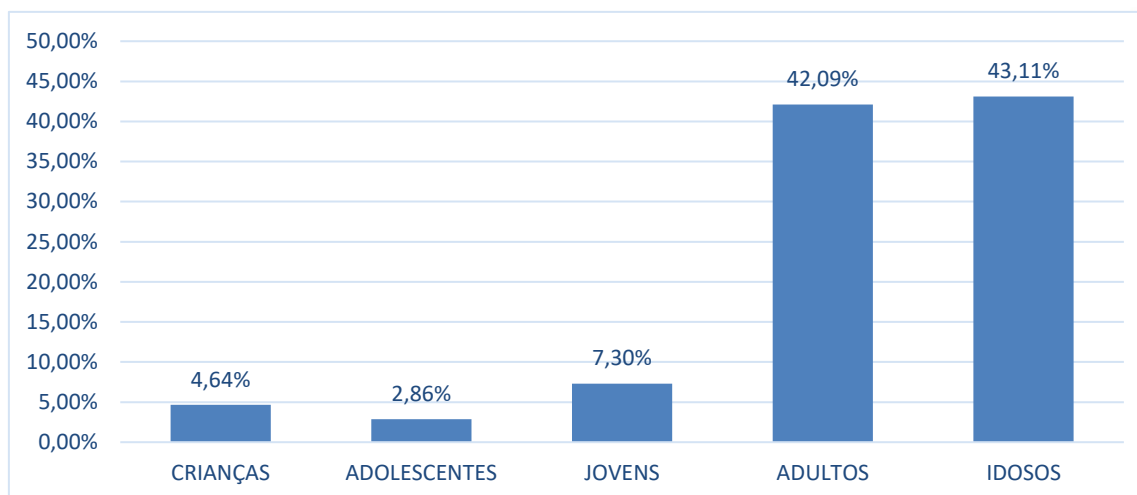


Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Já em relação a faixa etária das pessoas com deficiência a que prevalece neste território são os idosos (43,11%) seguido dos adultos (42,09%).

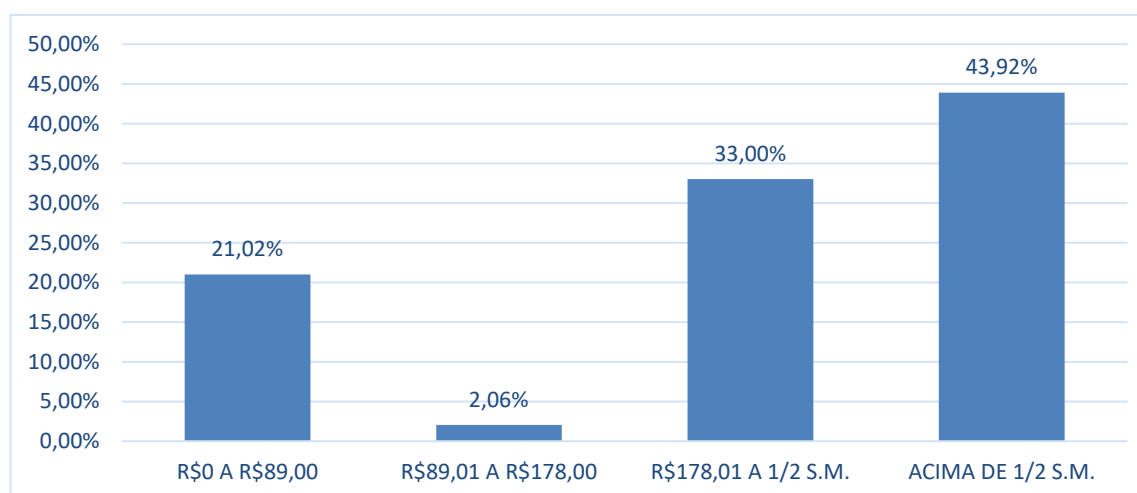
Gráfico 203 - Faixa etária PCD



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

No que tange a renda per capita, a maior parte são pessoas com renda superior a meio salário mínimo 43,92%.

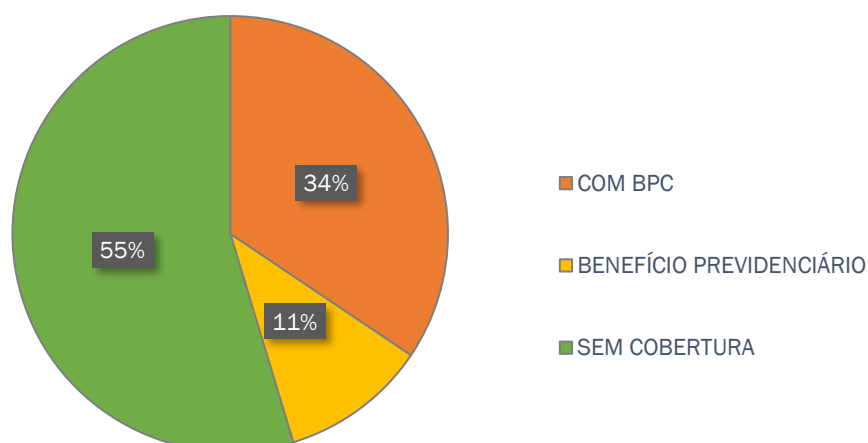
Gráfico 204 – Rendimento per capita PCD



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura previdência, é possível verificar que a maior parcela das pessoas com deficiência não possui cobertura previdenciária, ou seja, 55%, somente 11% possuem, e 34% tem cobertura de BPC.

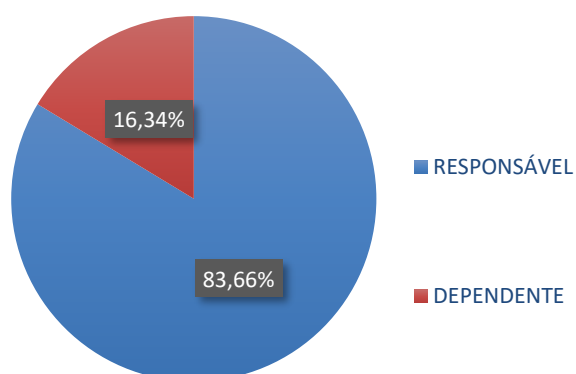
Gráfico 205 – Cobertura Assistencial ou previdenciária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

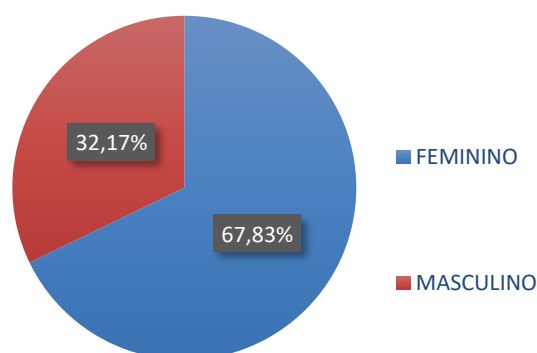
Em relação aos idosos neste território 83,66% se declaram responsável no sistema IRSAS. Destes, 67, 83% são do sexo feminino e apresentam renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (56,54%). A maior incidência no campo da ocupação está para idosos com BPC, o que representa 32,35%.

Gráfico 206 – Tipo de Usuário



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

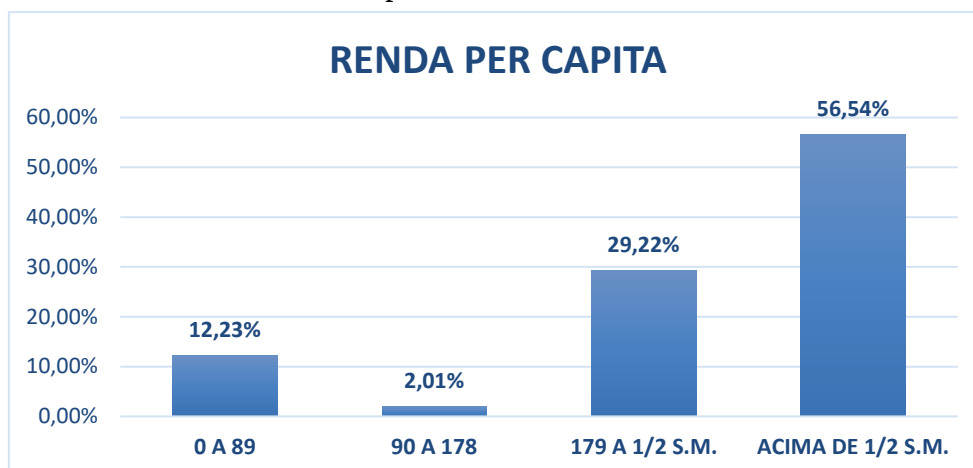
Gráfico 207 - Sexo



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

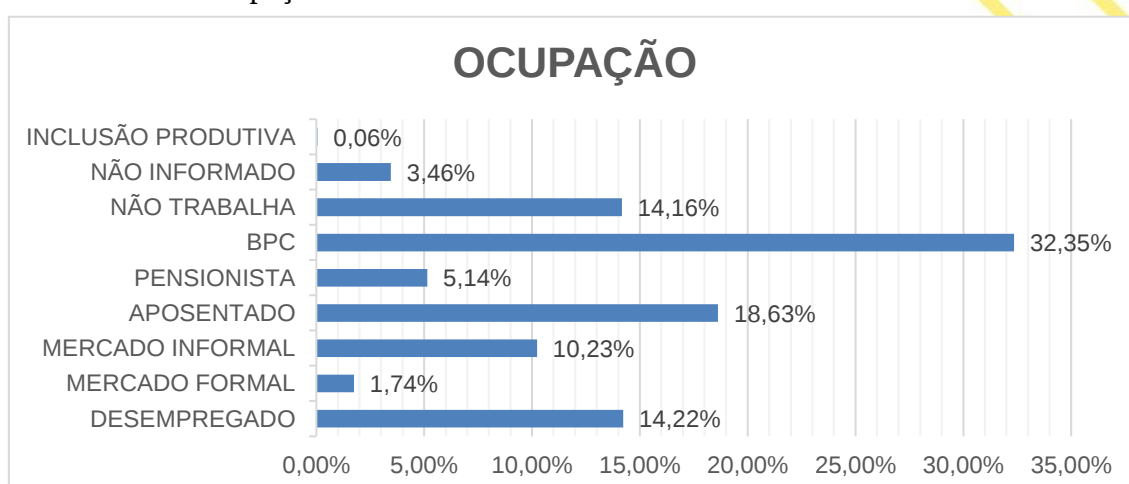
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Gráfico 208 – Renda Per Capita



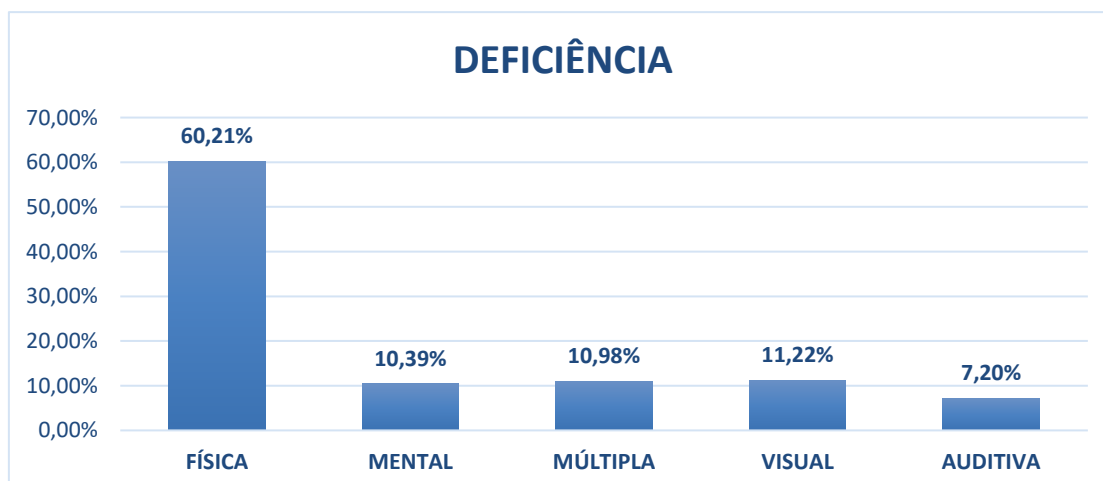
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 209 - Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 210 - Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

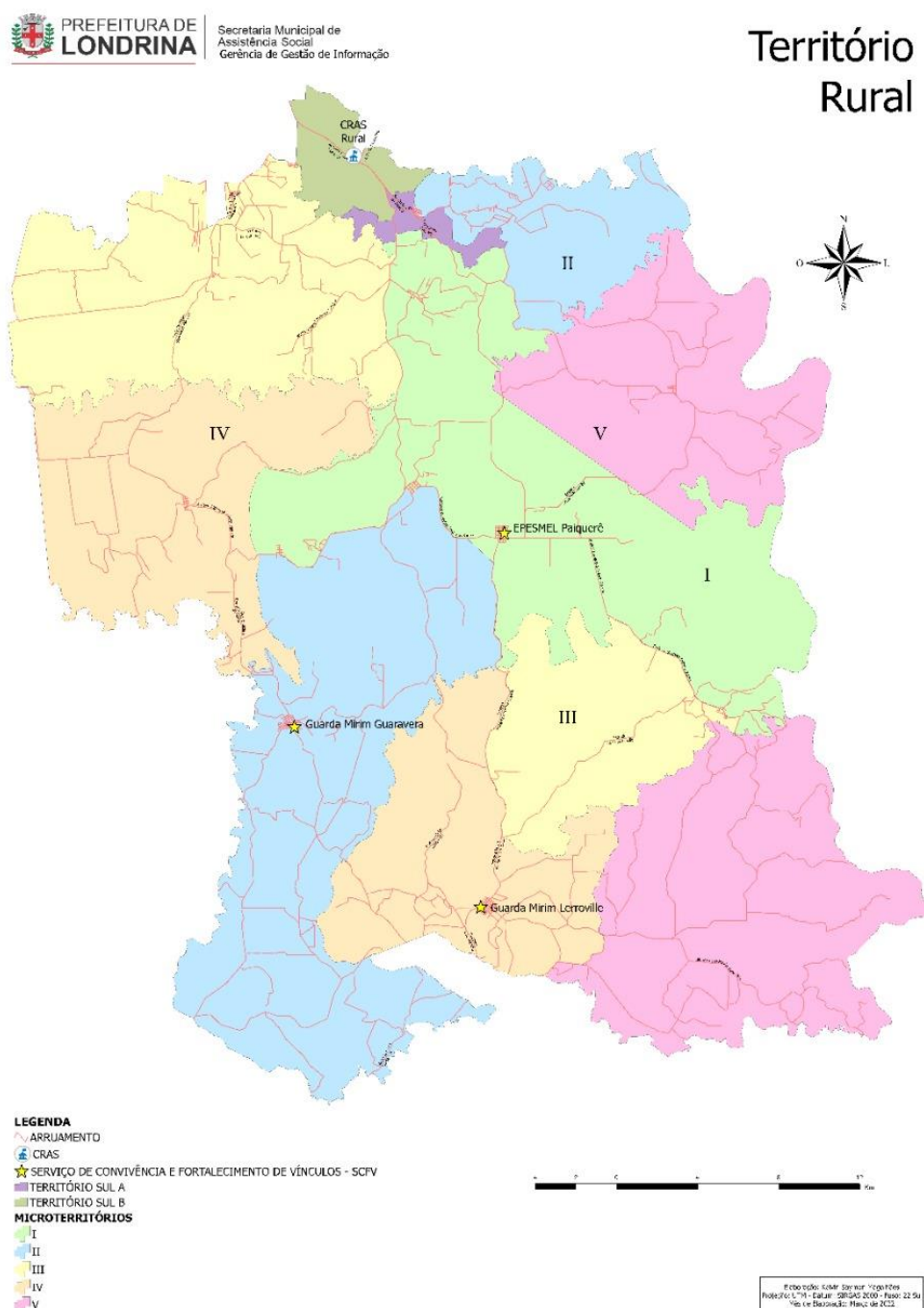
3.29.7.1 Ocupações urbanas

No território Norte B há presença de ocupações urbanas, de acordo com os dados fornecidos pela Cohab, as ocupações existentes são as que seguem abaixo:

- Fundo de Vale do Marieta
- Fundo de Vale Córrego sem Dúvidas
- Área Remanescente-praça II Jd. Primavera
- Residencial Flores do Campo
- Novo Amparo
- Fundo de Vale Jd Quadra Norte

3.29.8 Território Rural

Figura 14 – Mapa território Rural



O território Rural é formado por 06 microterritórios que divididos atendem 20 localidades descentralizadas na zona rural, incluindo um assentamento do Movimento Sem Terra (MST), 1 reserva indígena e 5 ocupações irregulares, além das vilas rurais (sítios, chácaras e fazendas), que são atendidas apenas por meio de atendimento domiciliar, devido à dificuldade de acesso. Ele apresenta uma extensão territorial abrangente, permeando uma parte significativa do município. Cada distrito/patrimônio possui uma característica específica,

possui uma história e é formada por um perfil de população. A dificuldade deste território está na distância dos serviços socioassistenciais. O CRAS que é a referência territorial para as ofertas socioassistenciais está localizado na área urbana de Londrina e presta o atendimento de modo descentralizado por escala nos diversos distritos.

A rede de serviços públicos conta com escolas municipais e estaduais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Na saúde há atendimento de unidades básicas de saúde (UBS) nos distritos com quase 100% de cobertura nestes. Todavia, o atendimento especializado da saúde pública municipal não há na zona rural, necessitando que os usuários se desloquem até a zona urbana de Londrina, neste aspecto, foi constatado uma demanda expressiva especialmente para o atendimento na área da saúde mental. Em relação a política de cultura e esporte, lazer, habitação, as ações são incipientes, quando essas existem não sendo acessível para toda população, ficando vários distritos descobertos por estas políticas.

Referente a questão habitacional, constata-se a insuficiência de investimento público para melhoria da qualidade habitacional para os moradores rurais, haja visto a quantidade de ocupações que se instalaram nos micros territórios.

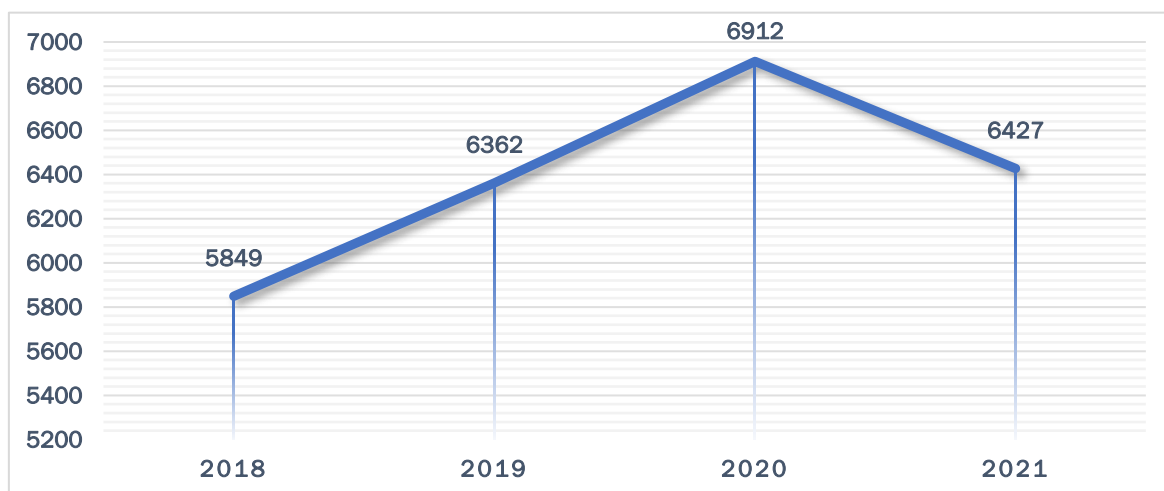
Na política de assistência social o CRAS Rural, ofertante do PAIF atende toda a extensão rural, já a proteção social especial, referenciada no CREAS Centro, ofertante do PAEFI atende toda a extensão rural, excetuando a reserva indígena.

O serviço de abordagem social se desloca algumas vezes quando solicitados. O Serviço de Proteção Social Especial para PCD e Pessoas Idosas e Suas Famílias atendem aproximadamente 100 famílias no território Rural. O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio com atendimento de até 10 famílias para todo território rural. Em relação ao SCFV tem a oferta em três distritos sendo eles: Guaravera, Paiquerê, e Lerroville e 01 oferta de Programa de Aprendizagem Profissional em Paiquerê.

O gráfico abaixo traz informações em relação a quantidade de pessoas no IRSAS, em 2021 o total de pessoas com cadastro no IRSAS era de 6427.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

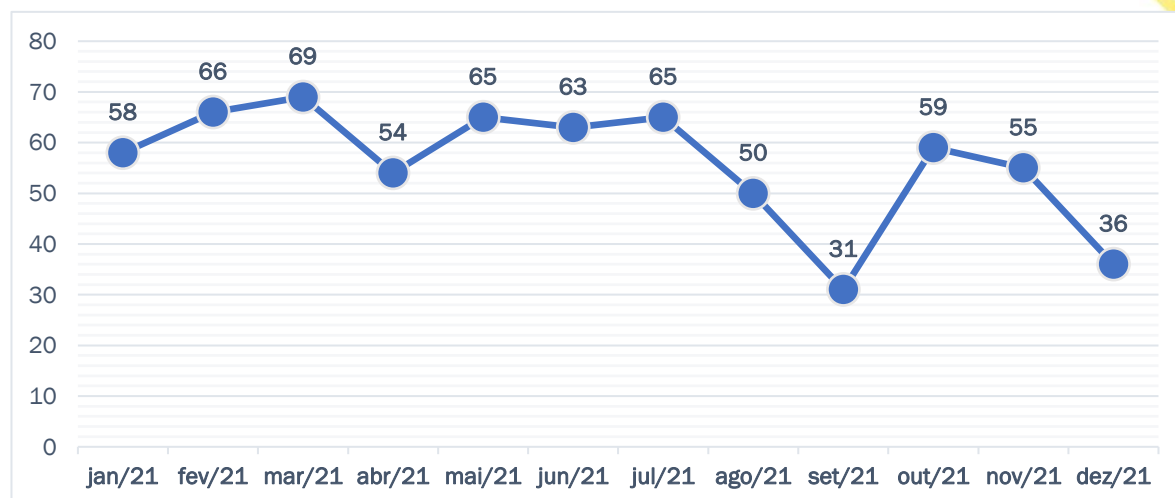
Gráfico 211 - Pessoas no IRSAS Rural



Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano

No ano de 2021, o total de 671 pessoas procuraram a política de assistência social pela primeira vez.

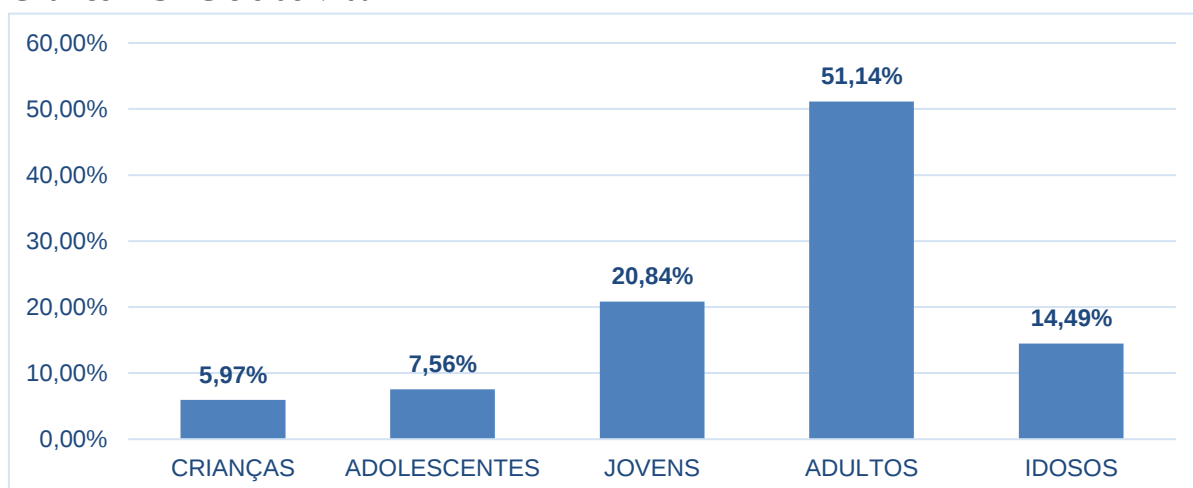
Gráfico 212 - Primeiro Cadastro IRSAS



Fonte: IRSAS

A faixa etária predominante neste território são os adultos (51,14%) seguido da população jovem.

Gráfico 213 - Ciclo de Vida



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a escolaridade da população do Rural, é possível verificar que a concentração está no percentual de 24,17% para pessoas com ensino fundamental incompleto. No comparativo com dados de população geral do município também temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

Tabela 48 – Escolaridade população Rural

Grau de Escolaridade	Município	Rural
Analfabeto	8,00%	12,55%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	15,45%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	11,16%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	24,17%
Fundamental completo	5,78%	6,75%
Ensino Médio incompleto	11,69%	10,53%
Ensino Médio completo	18,07%	15,52%
Superior Incompleto	3,02%	1,24%
Superior completo	2,64%	1,04%
Pós-Graduação	0,16%	0,14%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,55%
Não informado	4,69%	0,91%

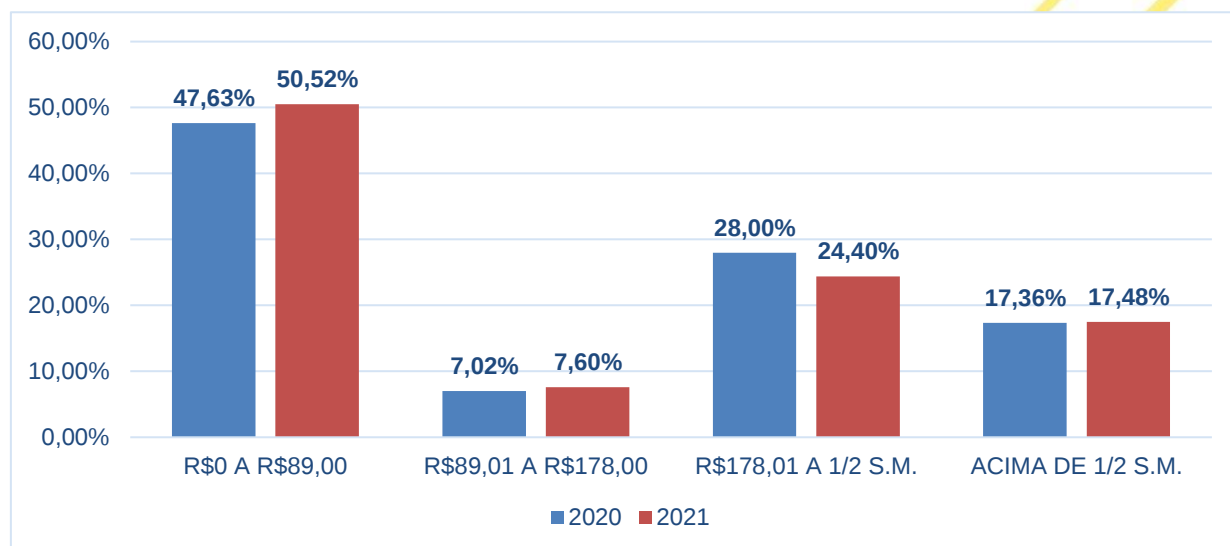
Fonte: IRSAS - Consulta em 18/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

Em relação a renda per capita das famílias neste território, a prevalência são aquelas com renda dentro da extrema pobreza, ou seja, aquelas com renda até R\$ 89,00. Em 2020, havia nesta faixa, 47,63% já em 2021 subiu para 50,52%, um aumento de 2,89%.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Há uma grande quantidade parcela dessa população que possui vínculos muito precários de trabalho uma vez que são que estes vínculos são informais, esporádicos e/ou sazonais (muitas vezes depende das condições climáticas, gerando grande insegurança e instabilidade da renda mensal;

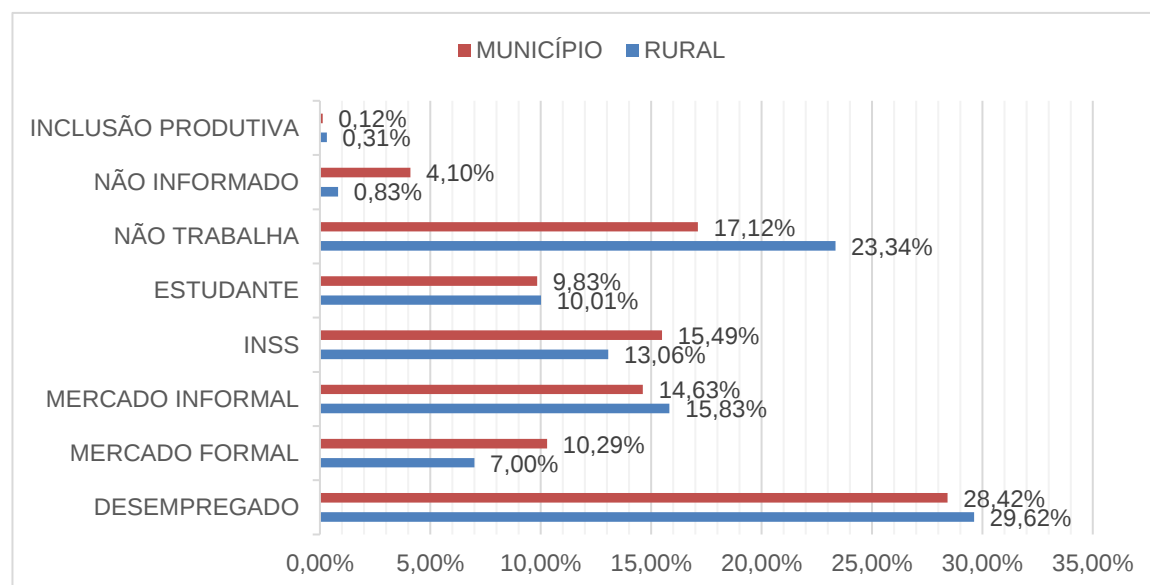
Gráfico 214 - Rendimento per capita



Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

No que tange ao tipo de relação que as pessoas estabelecem com o mercado de trabalho, a maioria encontra-se desempregada (29,62%) ou não trabalha (23,34%).

Gráfico 215 - Tipo de Ocupação

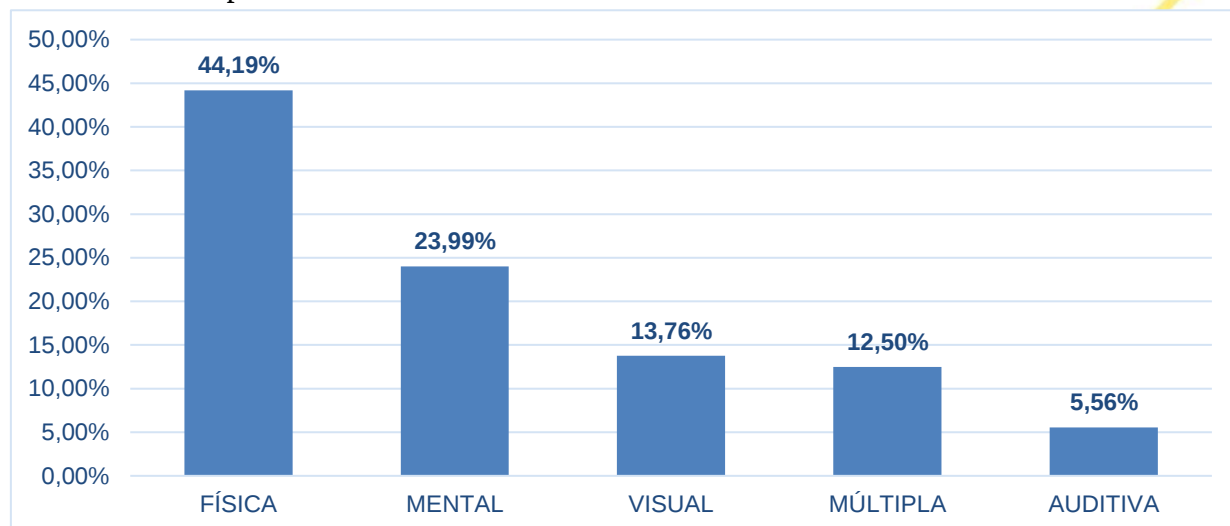


Fonte: IRSAS - Referência jan/20 a dez/21. Obs.: Pessoas acima de 14 anos

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Em relação as pessoas com deficiências o tipo que prevalece neste território é a física, seguida da mental.

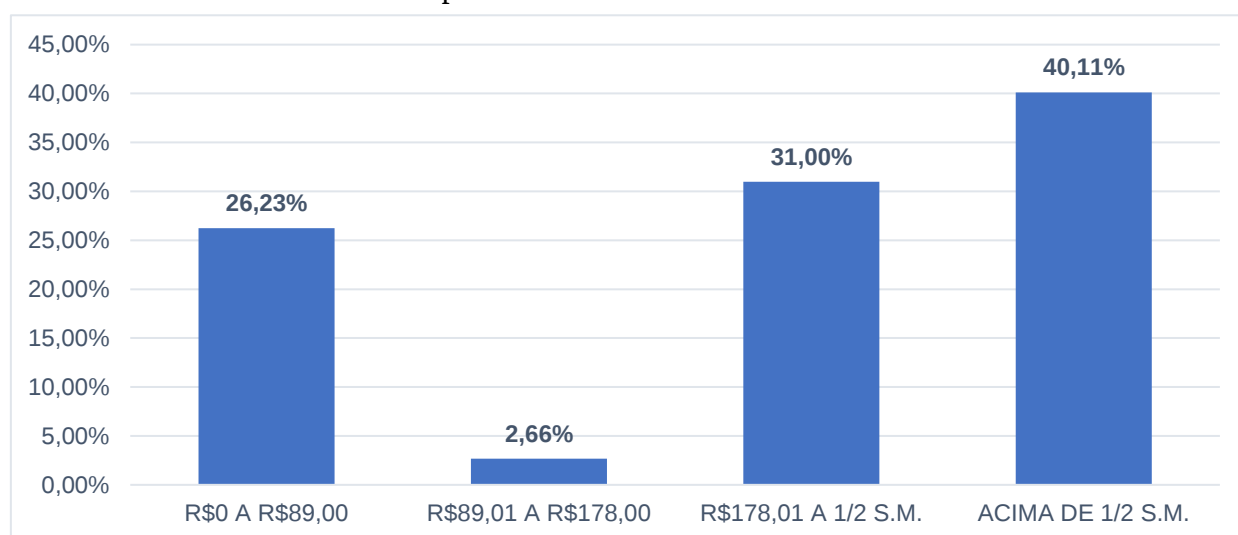
Gráfico 216 - Tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a renda per capita das pessoas com deficiência é acima de ½ salário mínimo.

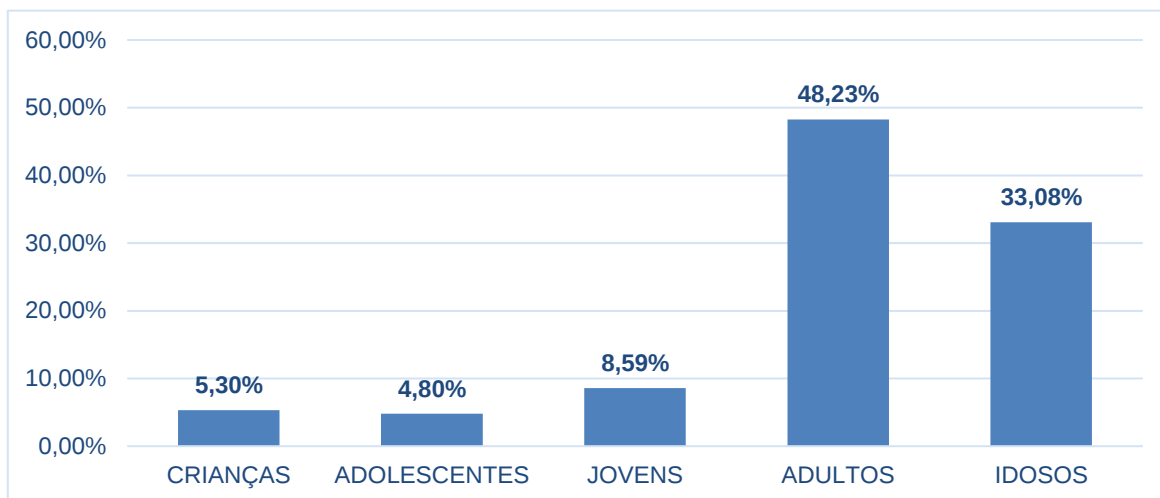
Gráfico 217 - Rendimento Per capita



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

A faixa etária predominante é adulta, seguida dos idosos e jovens.

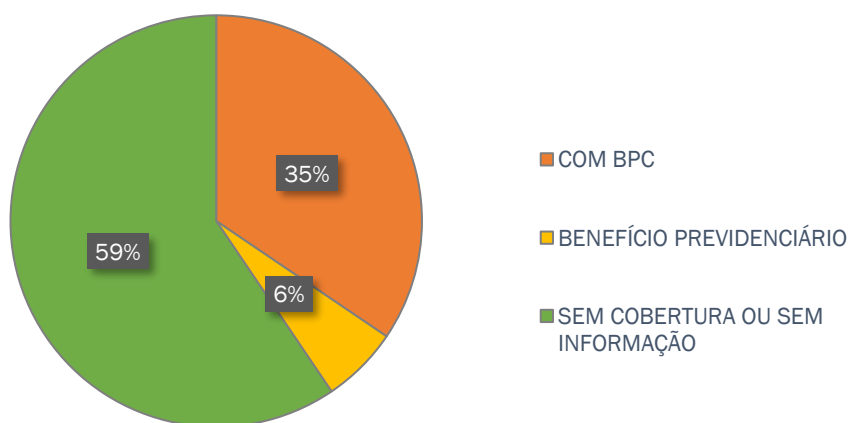
Gráfico 218 - Faixa etária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura previdência, é possível verificar que a maior parcela das pessoas com deficiência não possui cobertura previdenciária, ou seja, 59%, somente 6% possuem, e 34% tem cobertura de BPC.

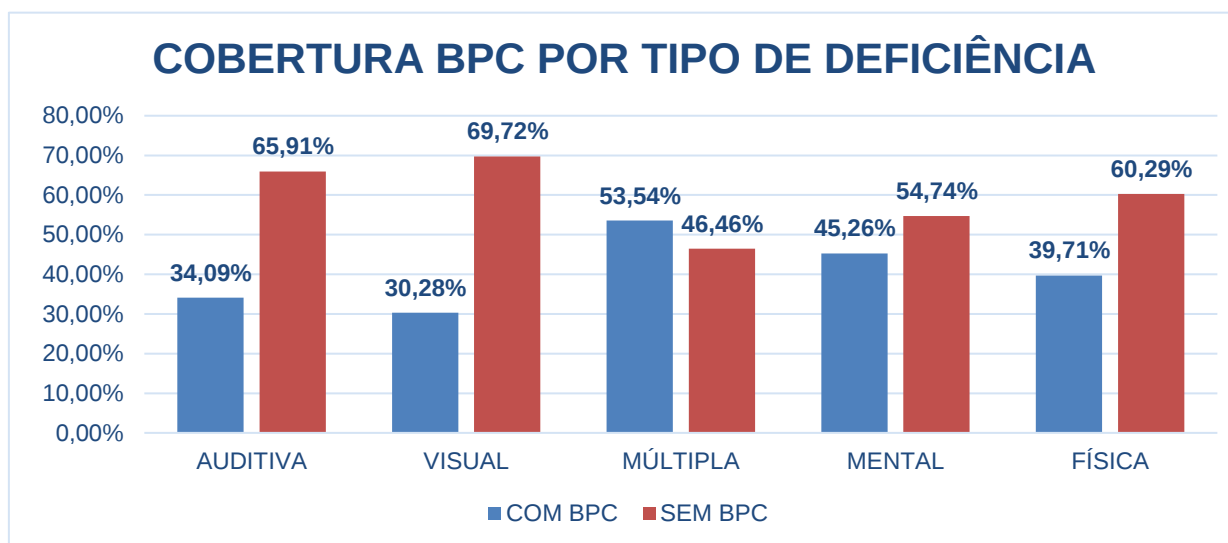
Gráfico 219 - Cobertura assistencial ou previdenciária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz um comparativo entre as pessoas com deficiência no território e aquelas que são beneficiárias do BPC. Desse modo, é possível identificar que a deficiência com maior cobertura é a deficiência múltipla que falta 7% para uma cobertura total. Já a deficiência que mais se distancia é a visual.

Gráfico 220 - Cobertura BPC por tipo de deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação aos idosos neste território 79% se declaram responsável no sistema IRSAS. Destes, 56,54% são do sexo feminino e apresentam renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (54,13%). A maior incidência no campo da ocupação está para idosos aposentados, o que representa 29,65%, seguido de idosos com BPC com 25,24%.

Gráfico 221 – Tipo de Usuário

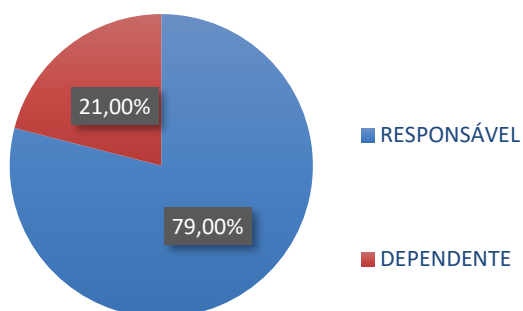
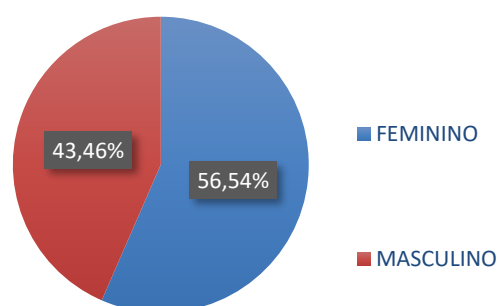


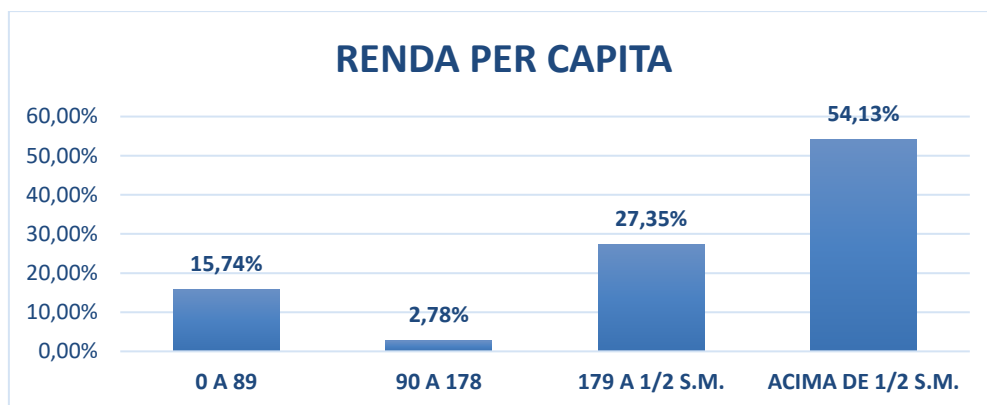
Gráfico 222 - Sexo



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21 **Fonte:** IRSAS - Período jan/20 a dez/21

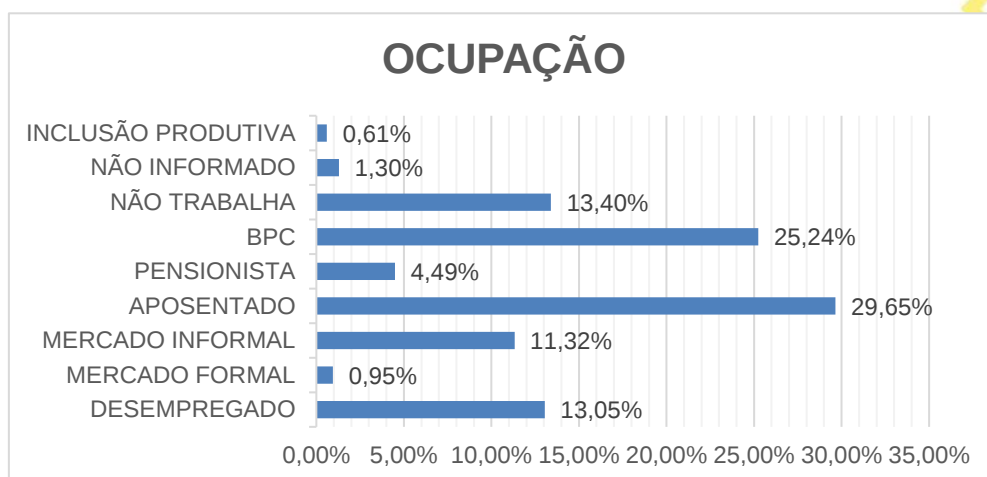
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Gráfico 223 – Renda per Capita



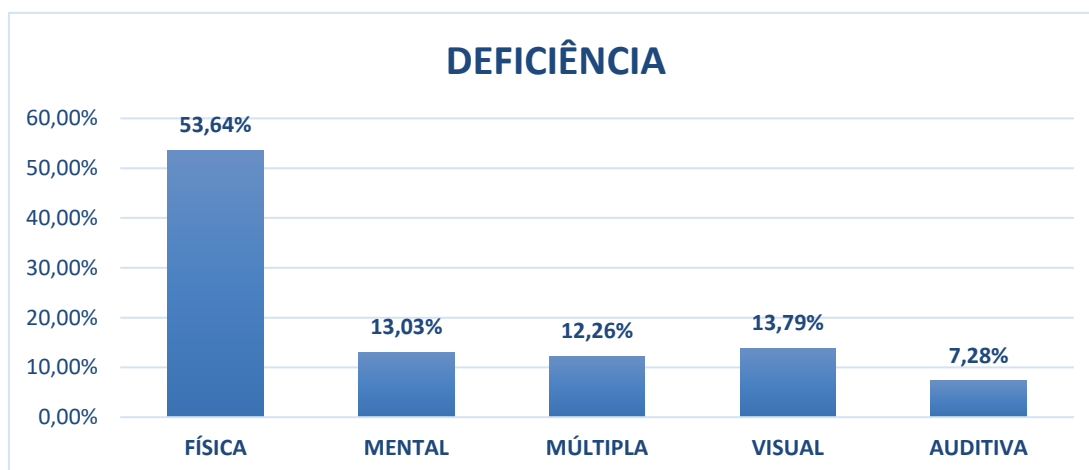
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/

Gráfico 224 – Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

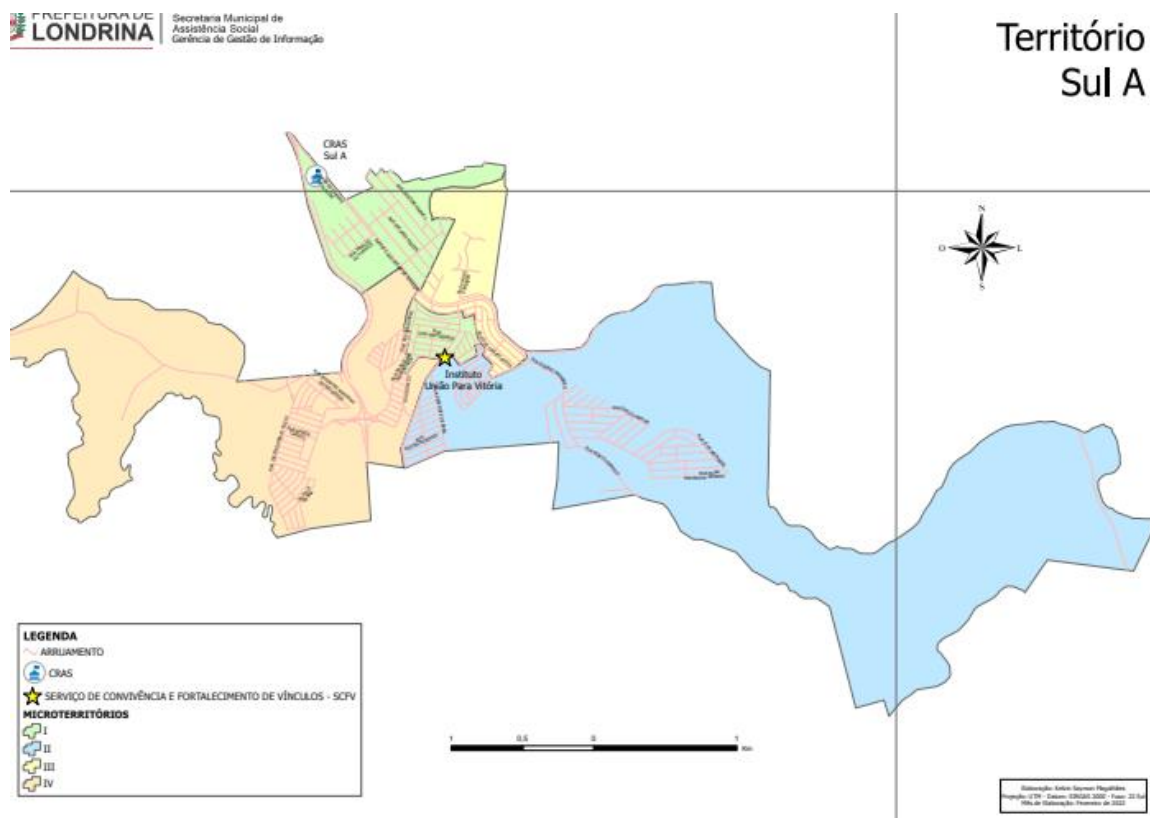
Gráfico 225 - Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

3.29.9 Território Sul A

Figura 16 – Mapa território Sul A



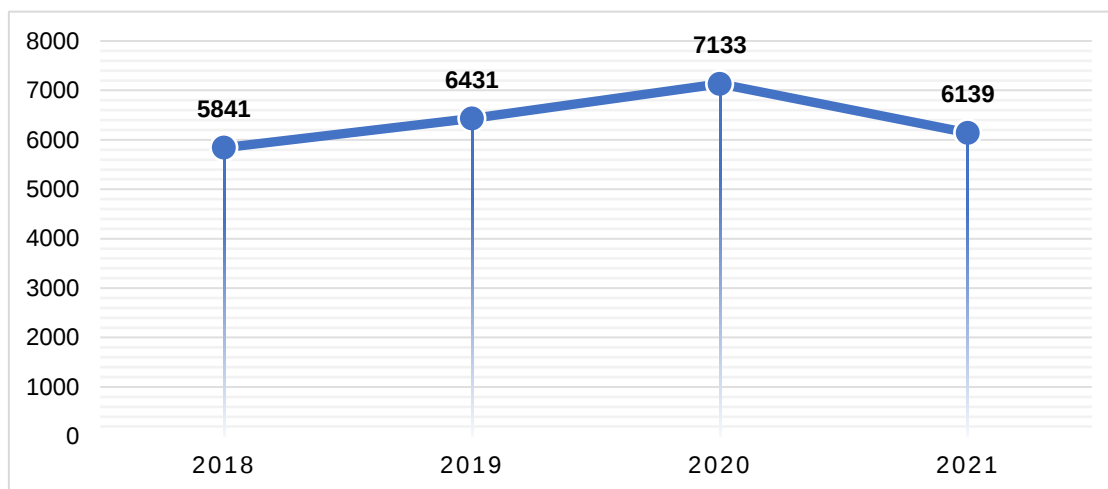
O território Sul A é composto por 4 microterritórios, com alguns bairros isolados pela presença de barreiras geográficas e arquitetônicas que não favorecem o acesso da população a maioria dos Serviços, entre eles o CRAS, que atualmente se encontra localizado dentro da área de abrangência do CRAS Sul B.

Dentro desses microterritórios, há ainda a presença de ocupações, com a formação de novo bairro no microterritório 3 (Ocupação do Jardim Maravilha).

A população da região Sul A apresenta baixo poder aquisitivo, além de outras desproteções sociais. Nesta região, observa-se a alta demanda para inclusão em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Modalidades I e II), conforme os ciclos etários, porém com a presença de apenas um equipamento, o qual não comporta nem a demanda do bairro no qual está inserido. Diante disso, aponta-se a necessidade de SCFV nos bairros Nova Esperança, Jamile Dequech e Jardim Maravilha, devido às barreiras geográficas e arquitetônicas já mencionadas. Aponta-se ainda, que existe a carência de serviços para outras faixas etárias, tais como juventude (18 a 29 anos) e idosos.

No último ano este território apresentava 6.139 pessoas inseridas no sistema IRSAS.

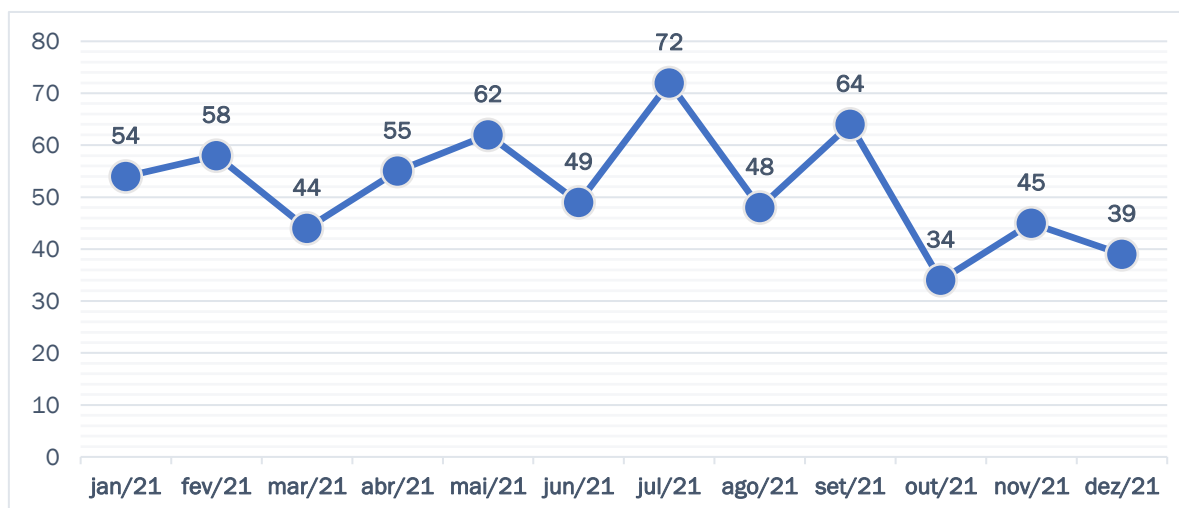
Gráfico 226 - Pessoas no IRSAS Sul A



Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano

Somente em 2021, 624 pessoas buscaram atendimento da política de assistência social e foram inseridas no sistema pela primeira vez, o que representa um total de 10,18% em relação o total de pessoas no território.

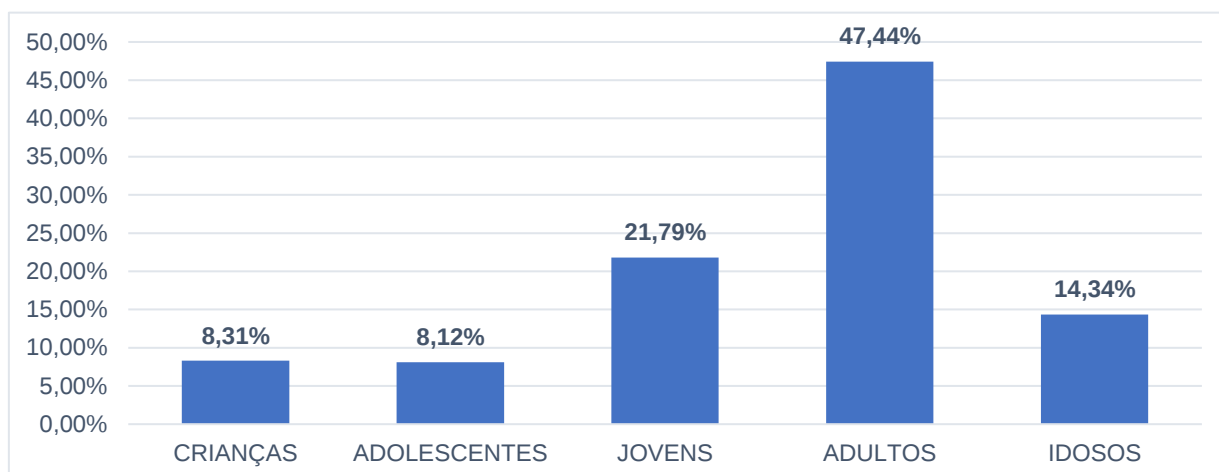
Gráfico 227 - Primeiro Cadastro no IRSAS



Fonte: IRSAS

O gráfico abaixo traz a proporção de pessoas por faixa etária, sendo que a maioria (47,44%) são adultos, seguido de (21,79%) de jovens e (14,34% de idosos).

Gráfico 228 - Ciclo de Vida Sul A



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a escolaridade da população do Sul A, é possível verificar que a concentração está no percentual de 28,75% para pessoas com ensino fundamental incompleto. No comparativo com dados de população geral do município também temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

Tabela 49 – Escolaridade população Sul A

Grau de Escolaridade	Município	Sul A
Analfabeto	8,00%	10,18%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	16,77%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	8,82%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	28,75%
Fundamental completo	5,78%	6,07%
Ensino Médio incompleto	11,69%	11,60%
Ensino Médio completo	18,07%	12,98%
Superior Incompleto	3,02%	1,20%
Superior completo	2,64%	0,69%
Pós-Graduação	0,16%	0,15%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,50%
Não informado	4,69%	2,28%

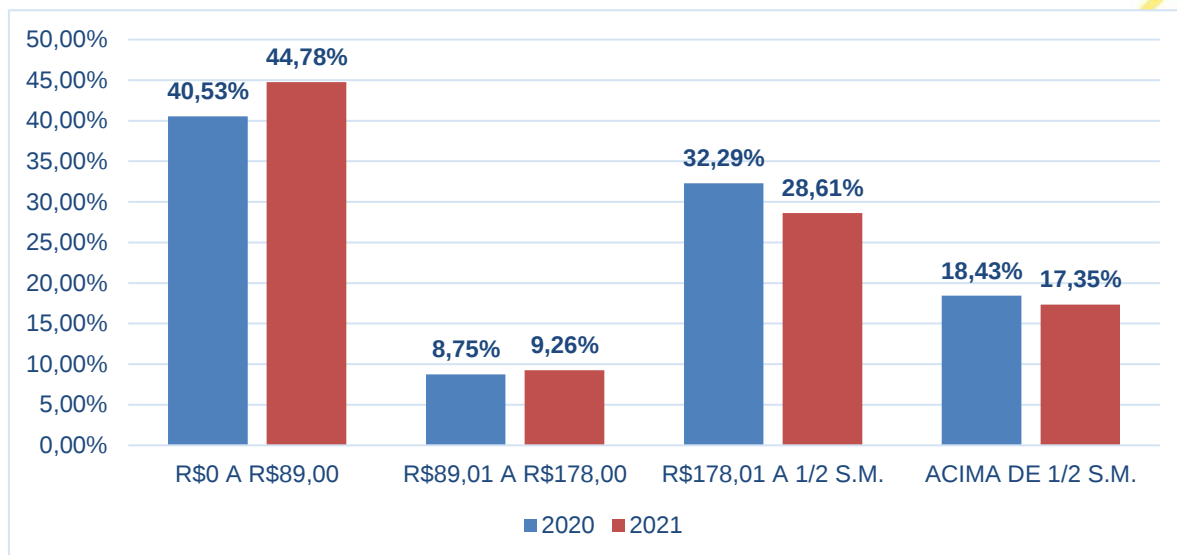
Fonte: IRSAS - Consulta em 16/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

Em relação à faixa de renda per capita das pessoas, é possível identificar uma quantidade expressiva de pessoas vivendo na extrema pobreza com renda de R\$ 00 a R\$ 89,00, ou seja, 44,78%. No comparativo do ano de 2020 a 2021, pode-se observar um aumento de

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

4,25% das pessoas em situação de extrema pobreza. O território Sul A é o que mais apresentou aumento de pessoas com renda per capita até R\$ 89,00.

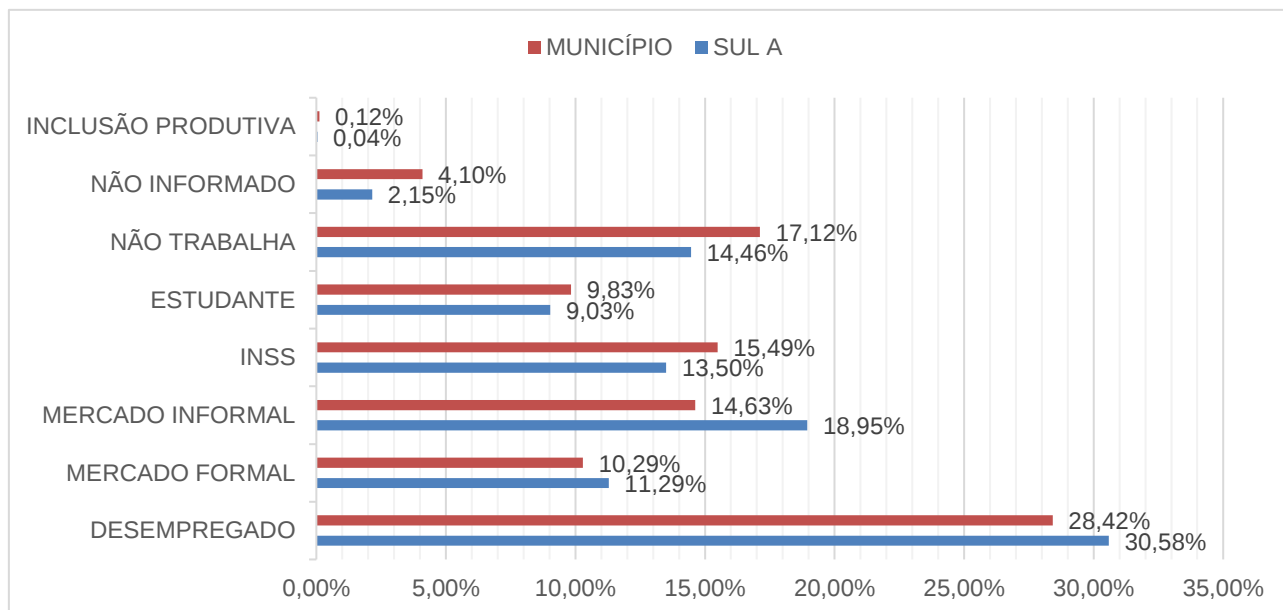
Gráfico 229 - Rendimento per capita



Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

Em relação ao tipo de ocupação que as pessoas estabelecem com o mercado de trabalho, é possível verificar que o território apresenta um número expressivo de pessoas desempregadas (30,58%), também há uma presença significativa de pessoas inseridas no mercado informal de trabalho (18,95%).

Gráfico 230 - Tipo de Ocupação Sul A

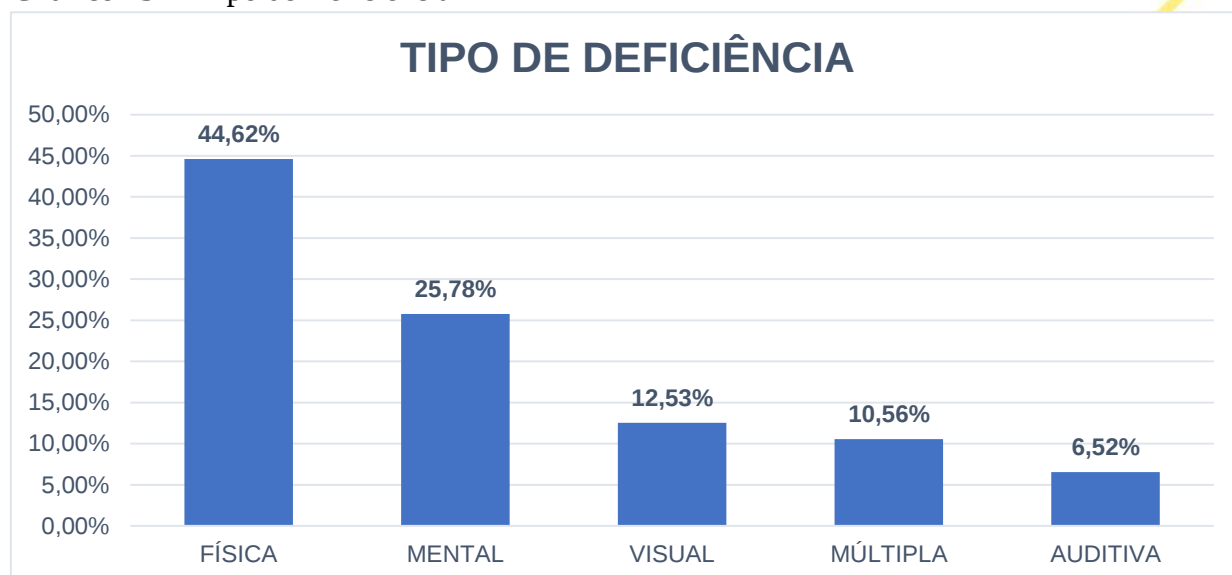


Fonte: IRSAS - Referência jan/20 a dez/21. Obs.: Pessoas acima de 14 anos

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Em relação às pessoas com deficiência neste território, a deficiência física é a mais expressiva (44,62%), seguida da deficiência mental (25,78%).

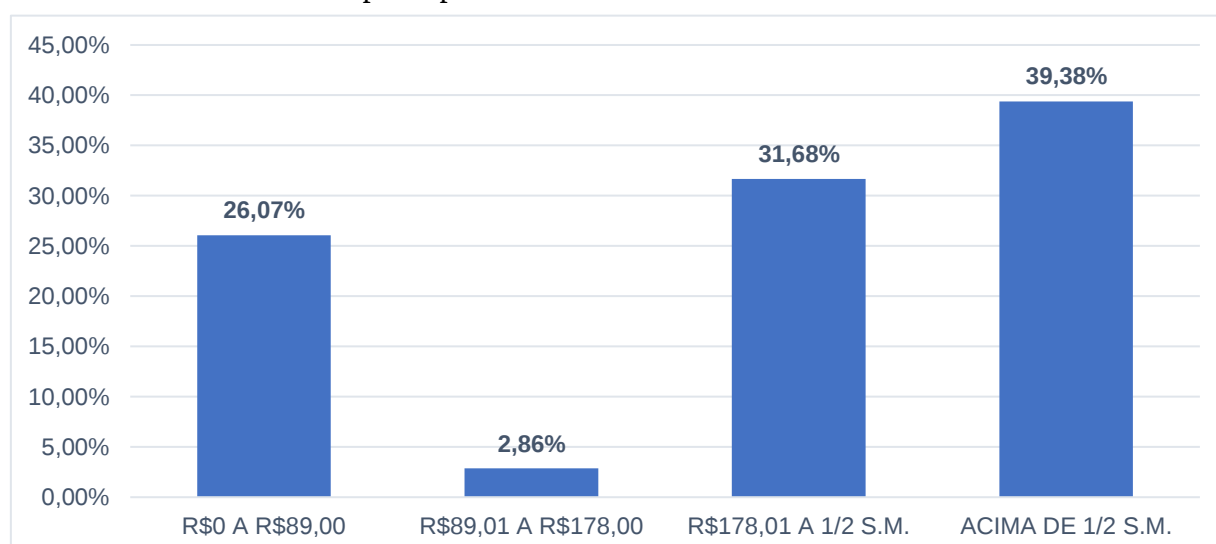
Gráfico 231 - Tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação ao rendimento per capita, a maioria apresenta renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (39,38%).

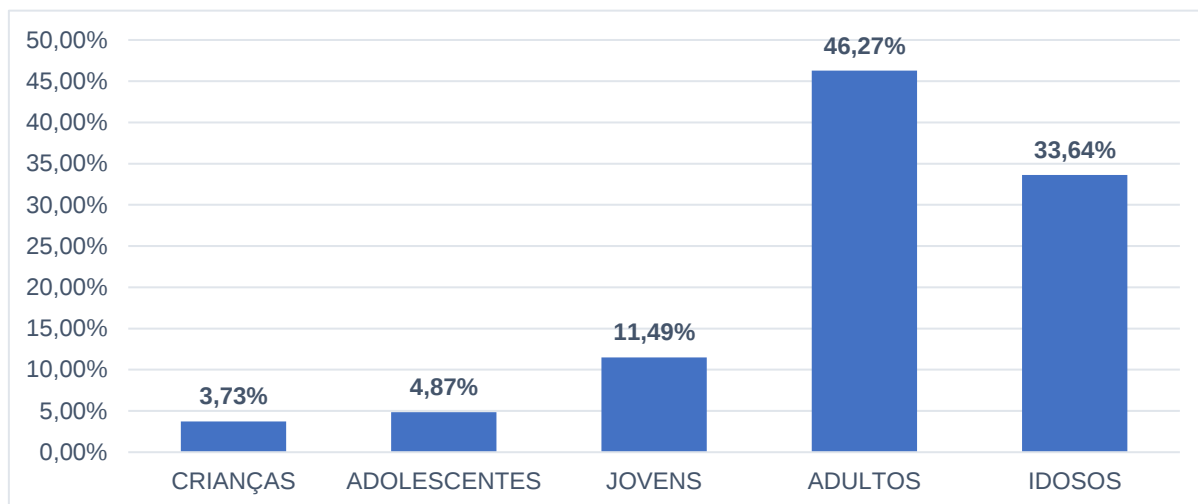
Gráfico 232 - Rendimento per capita



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a faixa etária dessas pessoas, sendo que 46,27% são adultas, seguidas de idosos 33,64%

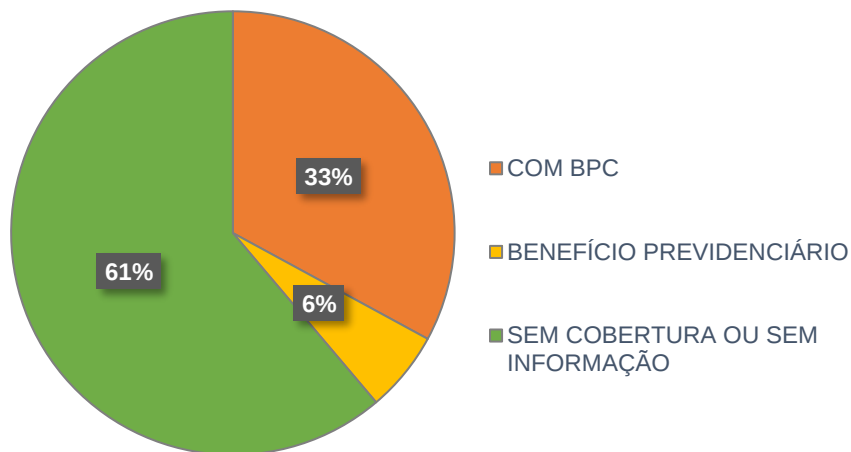
Gráfico 233 - Faixa etária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura previdência, é possível verificar que a maior parcela das pessoas com deficiência não possuem cobertura previdenciária, ou seja, 61% , somente 6% possuem, e 33% tem cobertura de BPC.

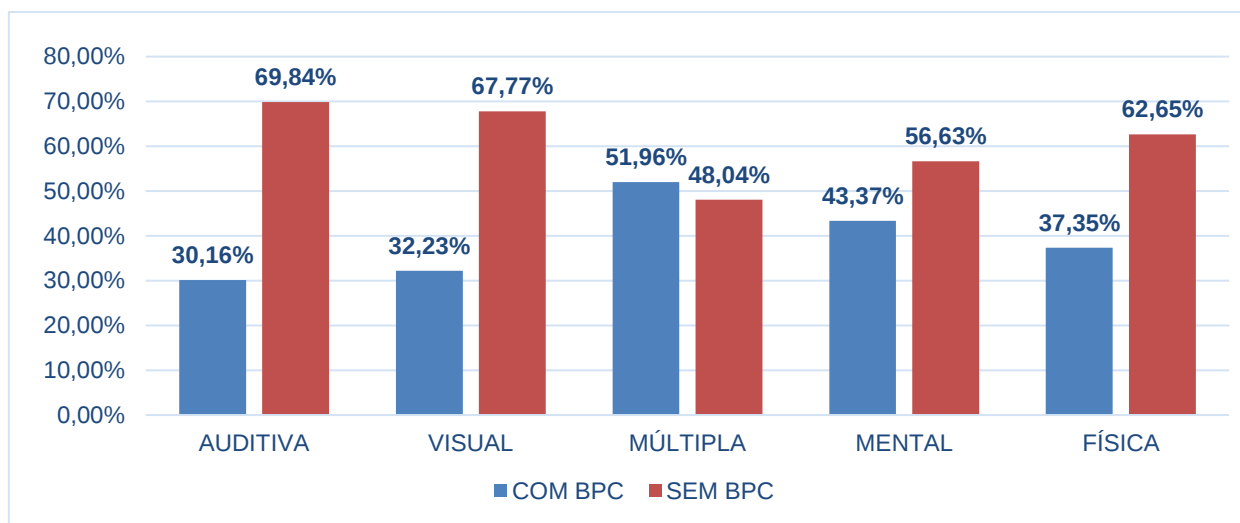
Gráfico 234 -Cobertura assistencial ou previdenciária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz um comparativo entre as pessoas com deficiência beneficiárias do BPC por deficiência apresentada. É possível verificar que a deficiência com maior cobertura é a deficiência múltipla, e a com menor é a deficiência auditiva e visual.

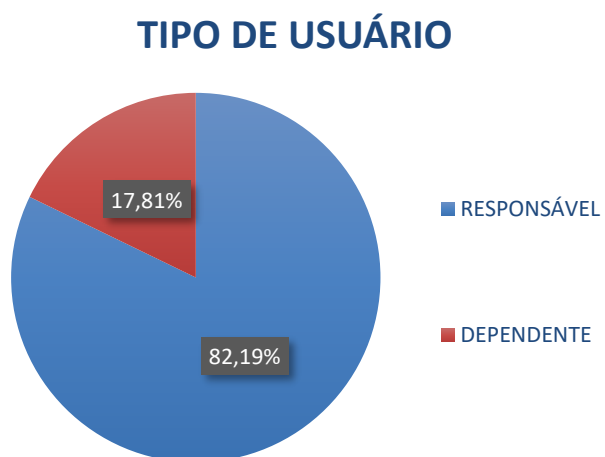
Gráfico 235 - Cobertura BPC por tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

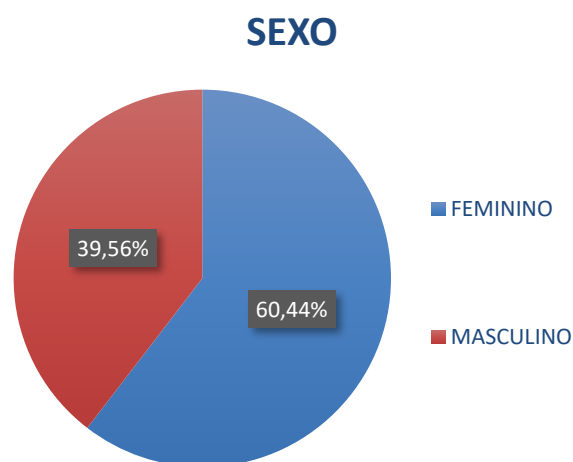
Em relação aos idosos neste território 82,19% se declaram responsável no sistema IRSAS. Destes, 60,44% são do sexo feminino e apresentam renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (54,46%). A maior incidência no campo da ocupação está para idosos com BPC, o que representa 34,63%.

Gráfico 236 – Tipo de Usuário



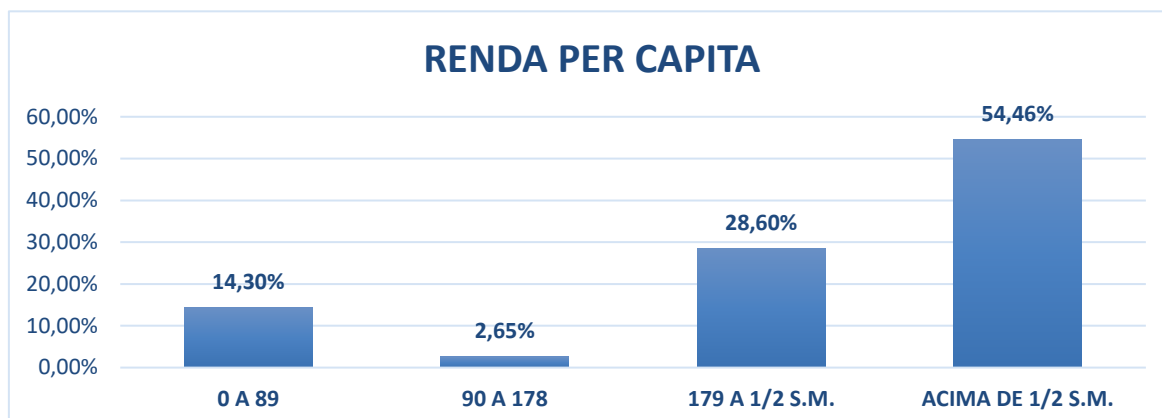
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 237 – Sexo



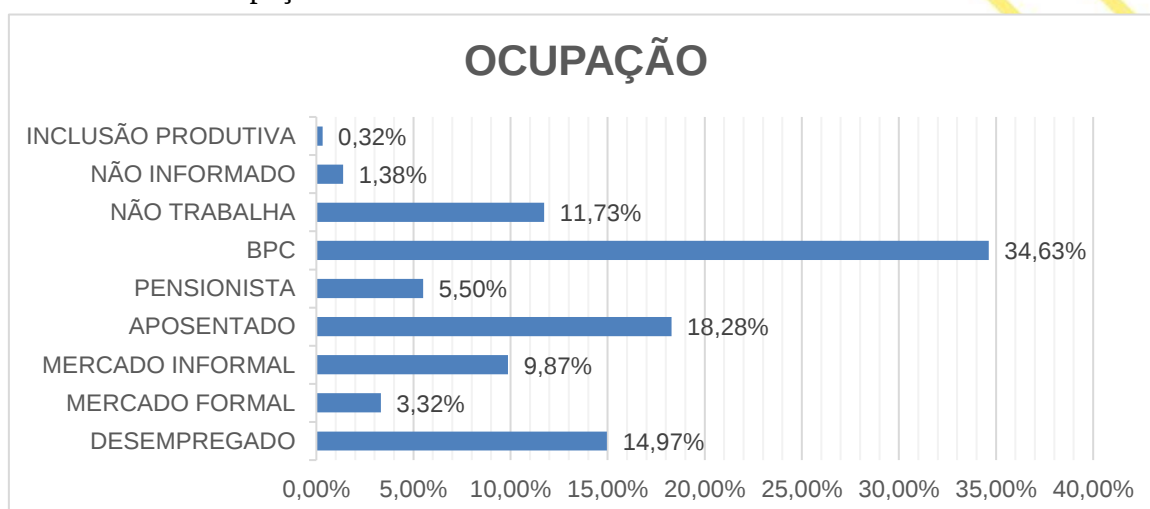
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 238 – Renda per Capita



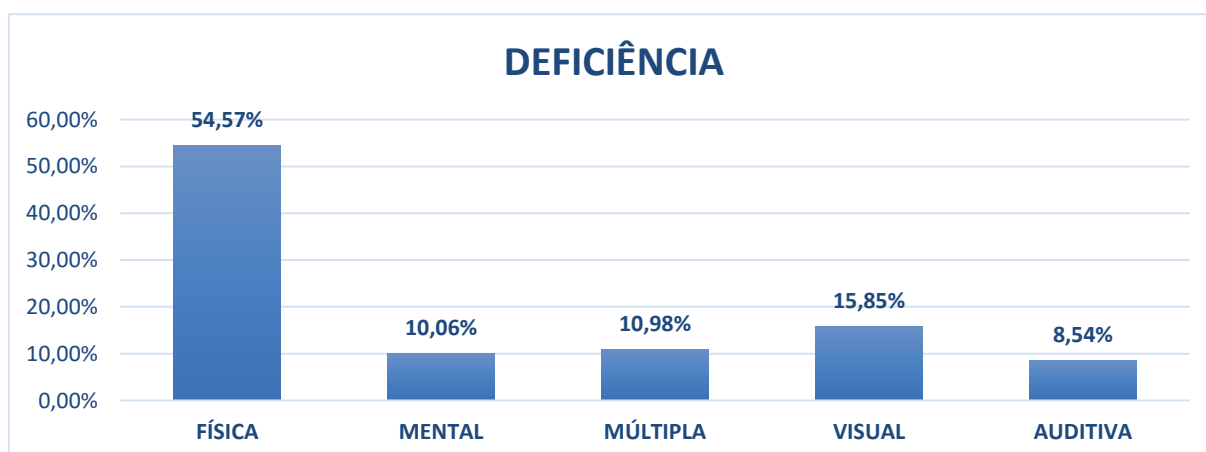
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 239 - Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 240 - Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

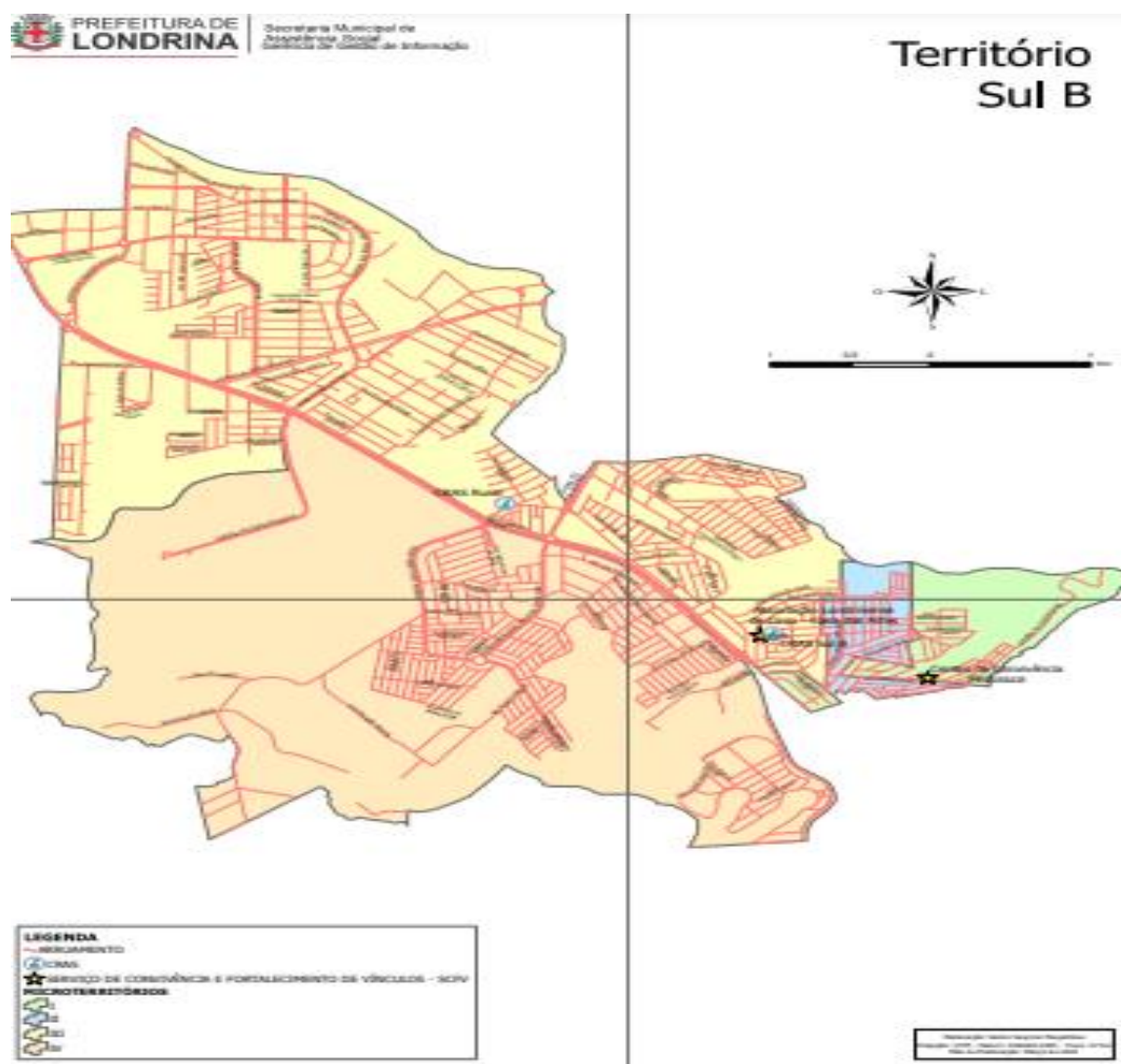
3.29.9.1 Ocupações urbanas

No território Sul A há presença de ocupações urbanas, de acordo com os dados fornecidos pela Cohab, as ocupações existentes são as que seguem abaixo:

- União da Vitória V- Rua dos Médicos
- União da Vitória VI- (Rua dos Oleiros)
- União da Vitória II-PraçaII-Praça III
- União da Vitória II - Área Verde
- Fundo de Vale Jd. Cristal
- Jardim Cristal- Quadra10
- Fundo de Vale Res. Maravilha
- Vila Feliz(Fundo de Vale Abussafe)

3.29.10 Território Sul B

Figura 17 – Mapa território Sul B

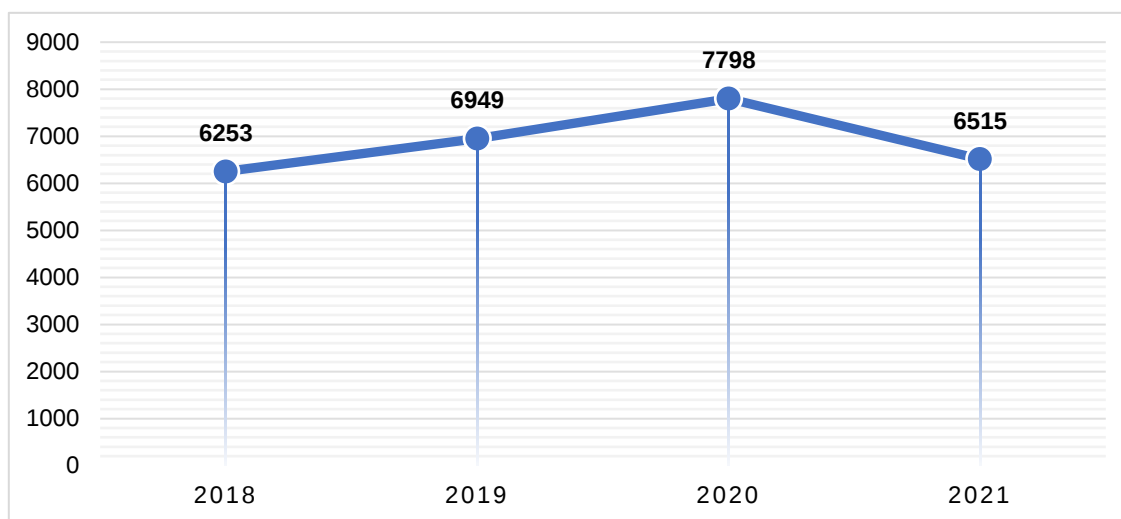


O território Sul B é formado por 4 microterritórios. É um território heterogêneo, pois há presença de bairros antigos e bairros novos, bem como, bairros com uma população com alto poder aquisitivo, e bairros onde a população encontra-se em situação de pobreza e extrema pobreza. Atualmente a rede socioassistencial é composta por 02 unidades de SCFV, e um CRAS, que oferta o PAIF. Outros serviços socioassistenciais encontra-se disponibilizado para esta população, no entanto, centralizado em outros territórios.

Na matriz de percepção do Sul B há também a dificuldade de acesso relacionada ao fato da rodovia separar alguns bairros. Foi apontando que há anos o Território IV (Acapulco e Cafezal) solicitam SCFV. Ainda no território IV identificam a concentração de idosos e a necessidade de implementação de serviços inexistentes no território como o Centro Dia.

No que tange a quantidade de pessoas no IRSAS o gráfico abaixo traz um retrato dos últimos 4 anos, sendo que em 2021 o total de pessoas no IRSAS era de 6.515

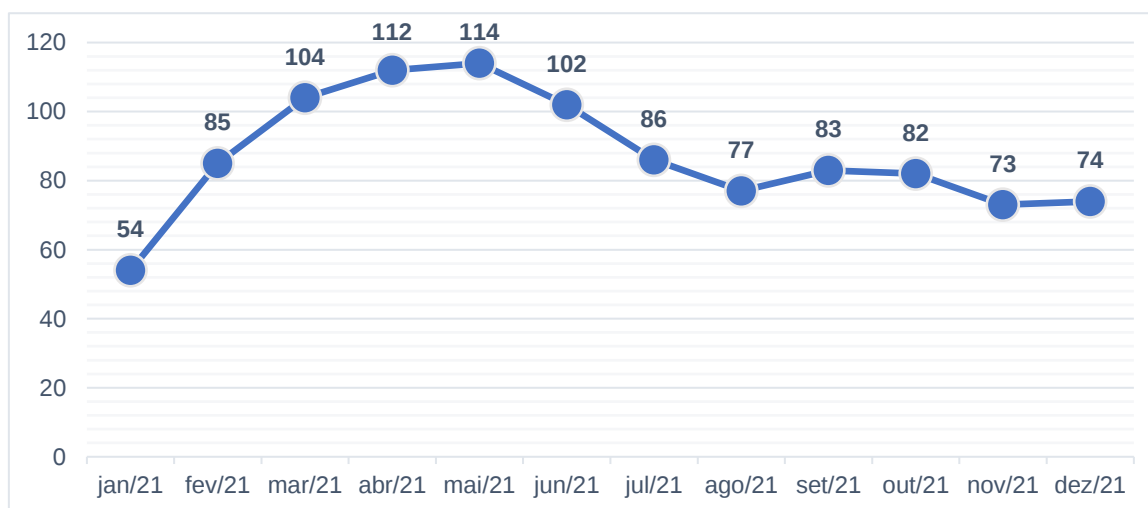
Gráfico 241 - Pessoas no IRSAS Sul B



Fonte: IRSAS - Referência dezembro de cada ano

Em relação a quantidade de pessoas que em 2021 buscaram pela primeira vez a política de assistência social, obteve-se o total de 1.046, o que representa 16,05% considerando o total de 6.515.

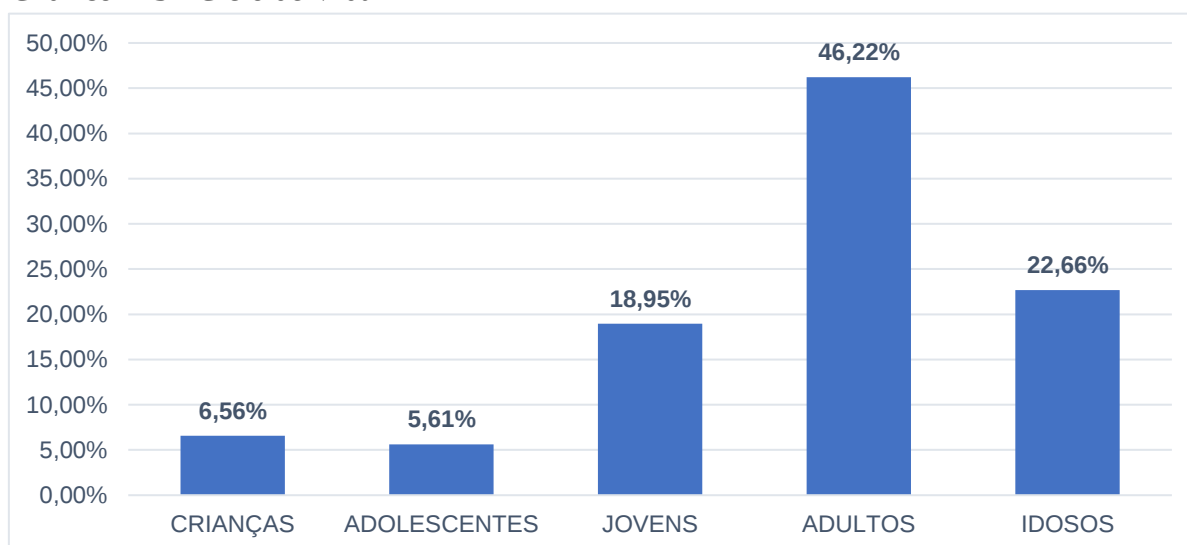
Gráfico 242 - Primeiro Cadastro no IRSAS



Fonte: IRSAS

Em relação a faixa etária das pessoas neste território a prevalência está nos adultos (46,22%), seguido dos idosos com (22,66%)

Gráfico 243 - Ciclo de Vida



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Em relação a escolaridade da população do Sul B, é possível verificar que a concentração está no percentual de 22,42% para pessoas com ensino fundamental incompleto. No comparativo com dados de população geral do município também temos a maior cobertura para a escolaridade de 5º a 8º série incompleta conforme indica o quadro abaixo.

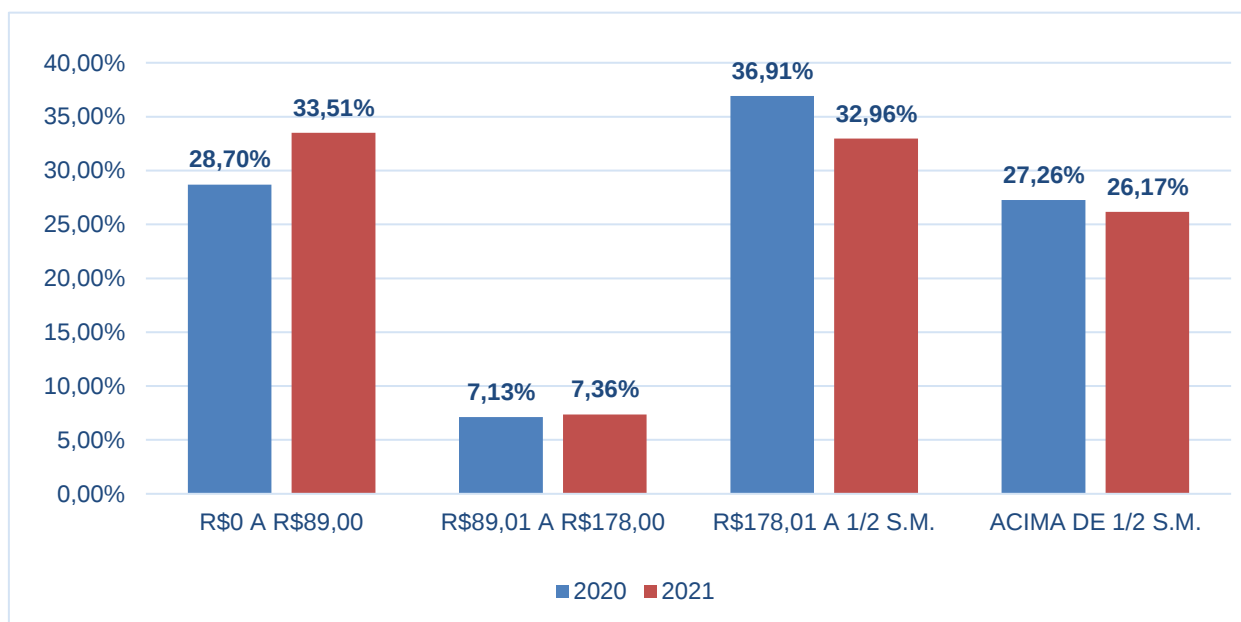
Tabela 50 – Escolaridade população Sul B

Grau de Escolaridade	Município	Sul B
Analfabeto	8,00%	8,80%
4º série incompleta do ensino fundamental	13,51%	15,99%
4º série completa do ensino fundamental	7,76%	8,44%
5º a 8º série incompleta do ensino fundamental	24,37%	22,42%
Fundamental completo	5,78%	6,34%
Ensino Médio incompleto	11,69%	11,74%
Ensino Médio completo	18,07%	18,58%
Superior Incompleto	3,02%	2,82%
Superior completo	2,64%	2,54%
Pós-Graduação	0,16%	0,19%
Alfabetização de Adultos	0,30%	0,23%
Não informado	4,69%	1,92%

Fonte: IRSAS - Consulta em 21/02/2022 - Período jan/20 a dez/21

Já em relação a faixa de renda a proporção maior está para pessoas com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

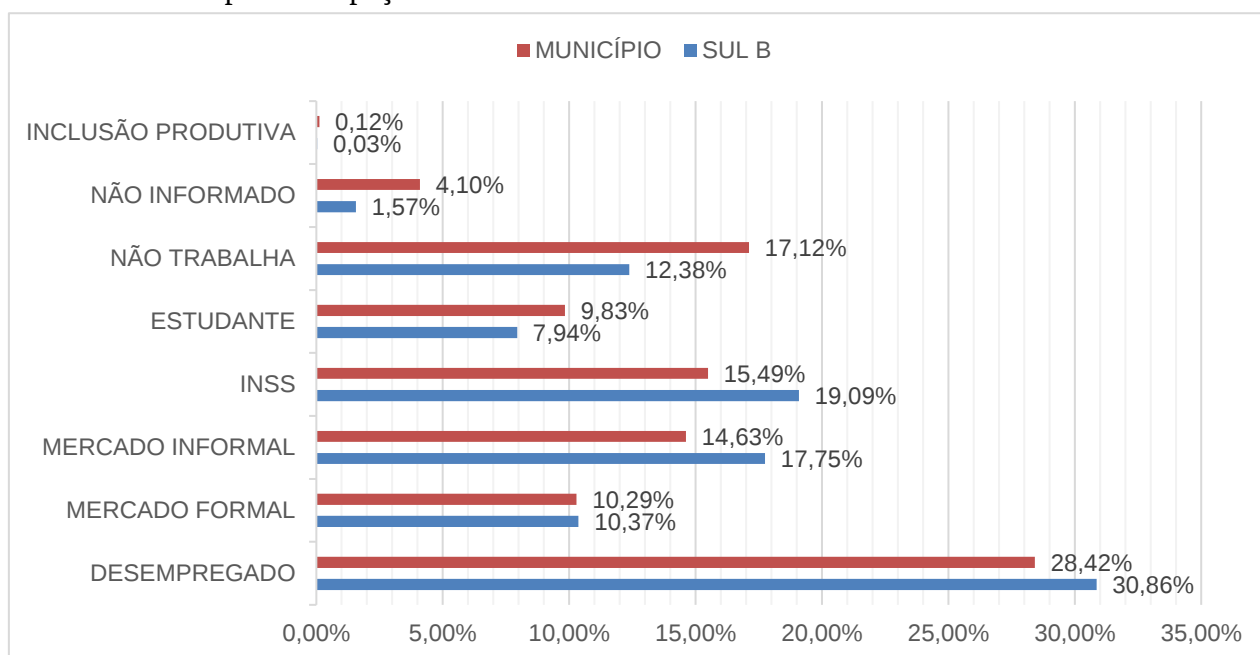
Gráfico 244 - Rendimento Per capita



Fonte: IRSAS - Período 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/12/2021

Em relação ao tipo de ocupação que estas pessoas estabelecem com o mercado de trabalho a proporção maior está para os desempregados (30,86%). Um dado interessante neste território é que tem uma parcela significativa de pessoas com benefício do INSS, ou seja, 19,09%.

Gráfico 245 - Tipo de ocupação

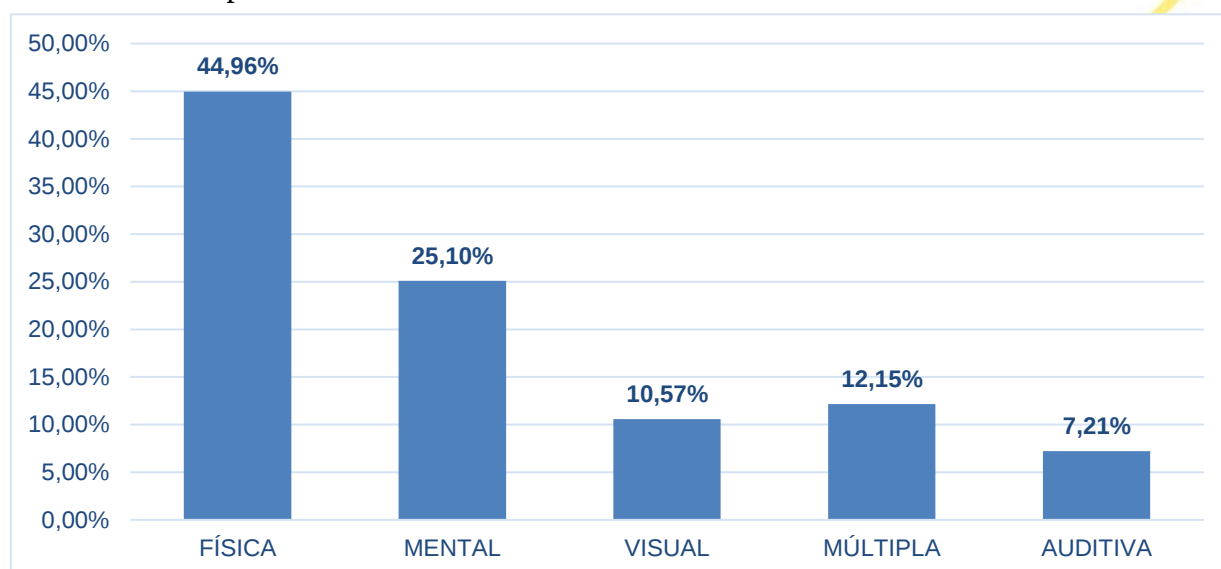


Fonte: IRSAS - Referência jan/20 a dez/21. Obs.: Pessoas acima de 14 anos

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

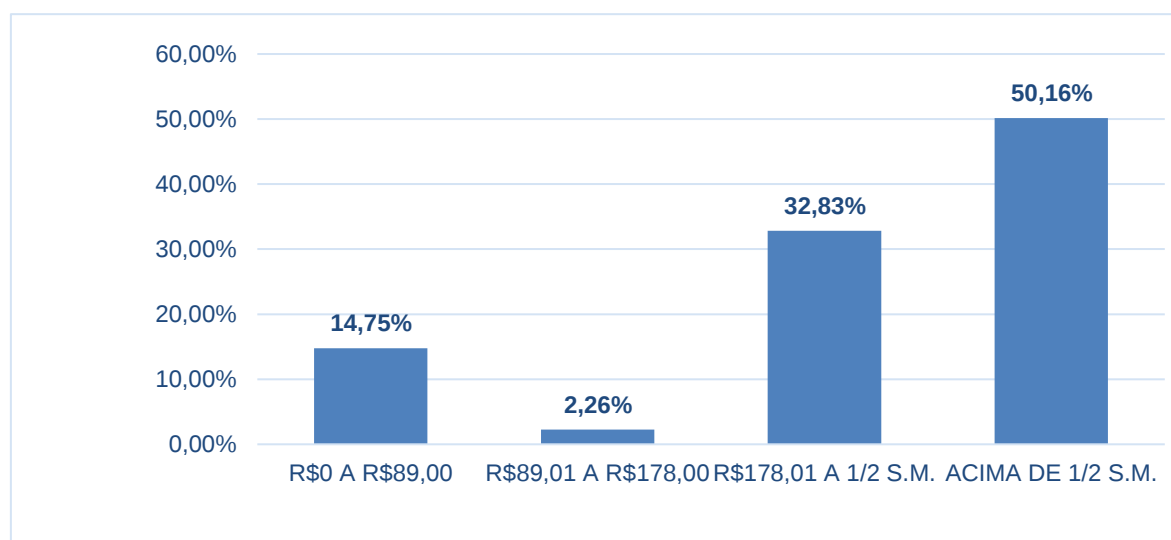
Em relação as pessoas com deficiência no território, a deficiência com prevalência é a deficiência física (44,96%), seguida da deficiência mental (25,10%).

Gráfico 246 - Tipo de Deficiência



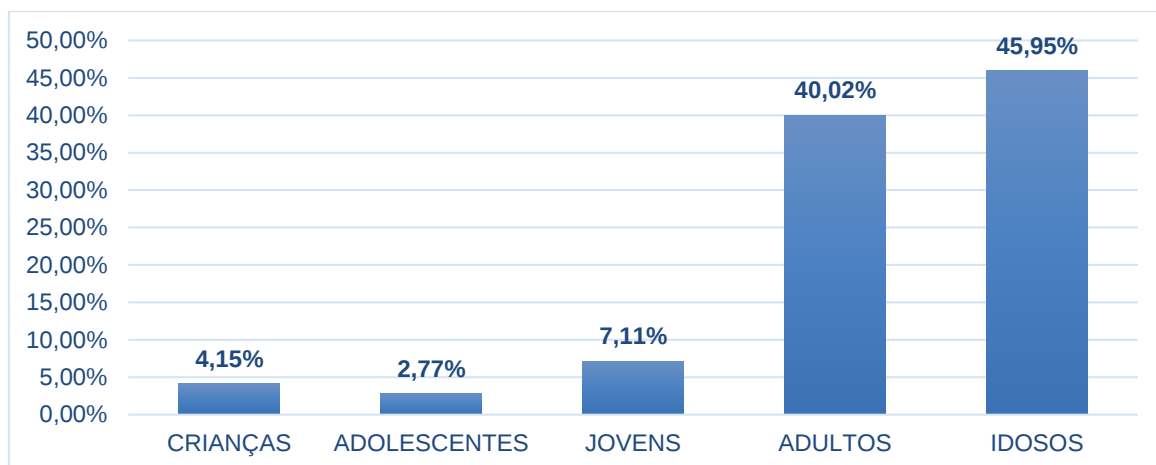
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 247 - Rendimento per capita



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

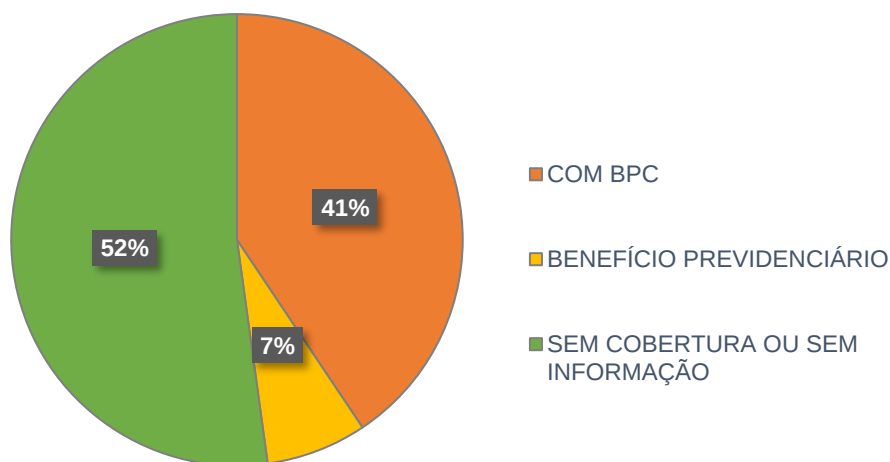
Gráfico 248 – Faixa Etária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informações em relação a cobertura previdência, é possível verificar que a maior parcela das pessoas com deficiência não possui cobertura previdenciária, ou seja, 52%, somente 7% possuem, e 41% tem cobertura de BPC.

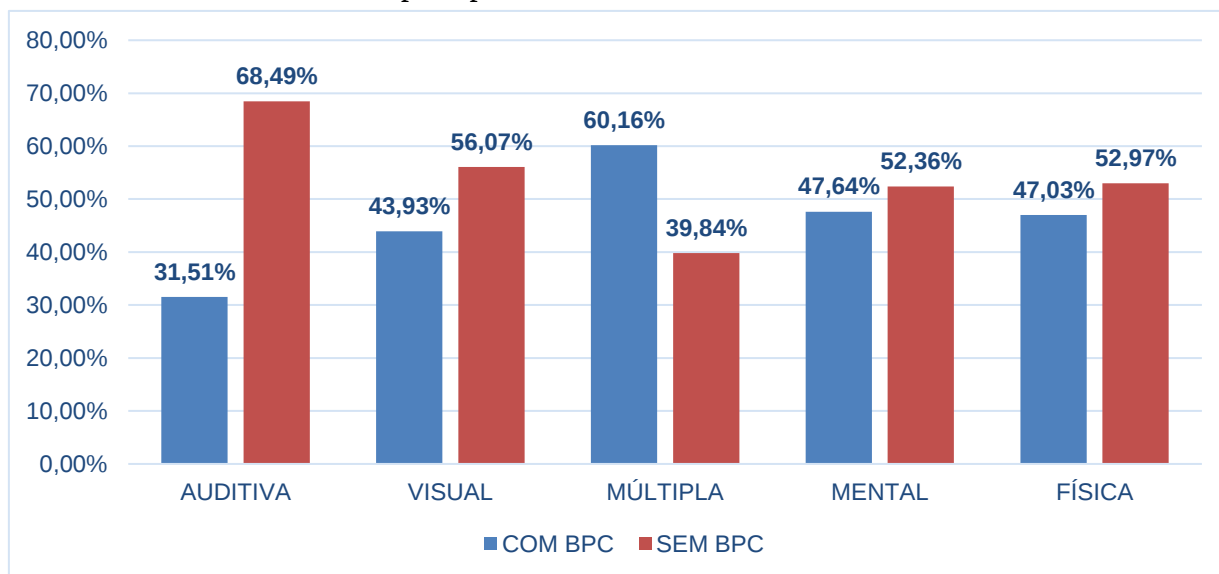
Gráfico 249 - Cobertura assistencial ou previdenciária



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

O gráfico abaixo traz informação sobre a cobertura de BPC por tipo de deficiência, neste aspecto, deficiência com maior cobertura de BPC é a visual e a com menor cobertura é a auditiva.

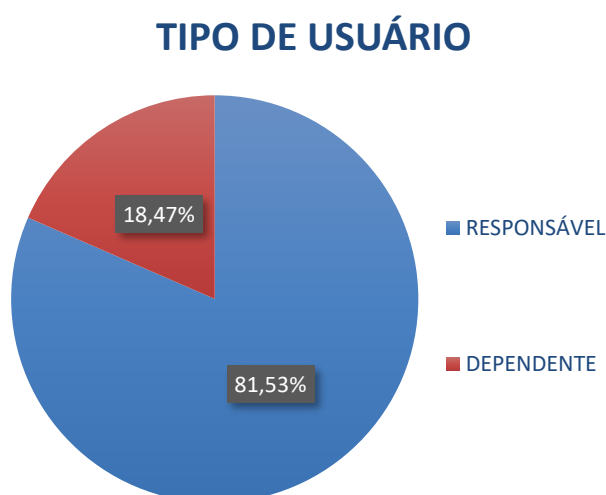
Gráfico 250 - Cobertura BPC por tipo de deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

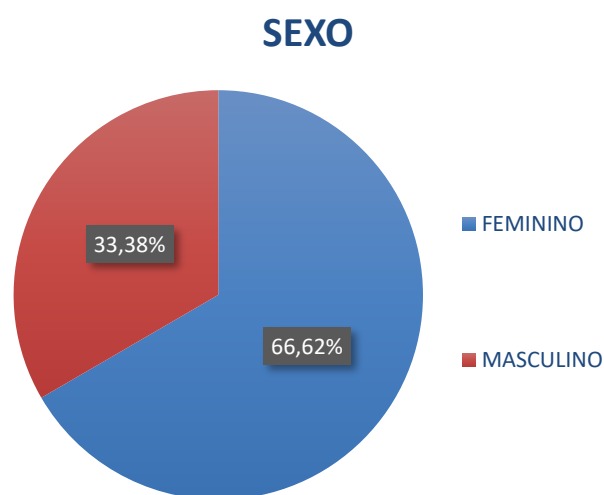
Em relação aos idosos neste território 81,53% se declaram responsável no sistema IRSAS. Destes, 66,62% são do sexo feminino e apresentam renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (64,65%). A maior incidência no campo da ocupação está para idosos com BPC, o que representa 41,42%.

Gráfico 251 – Tipo de Usuário



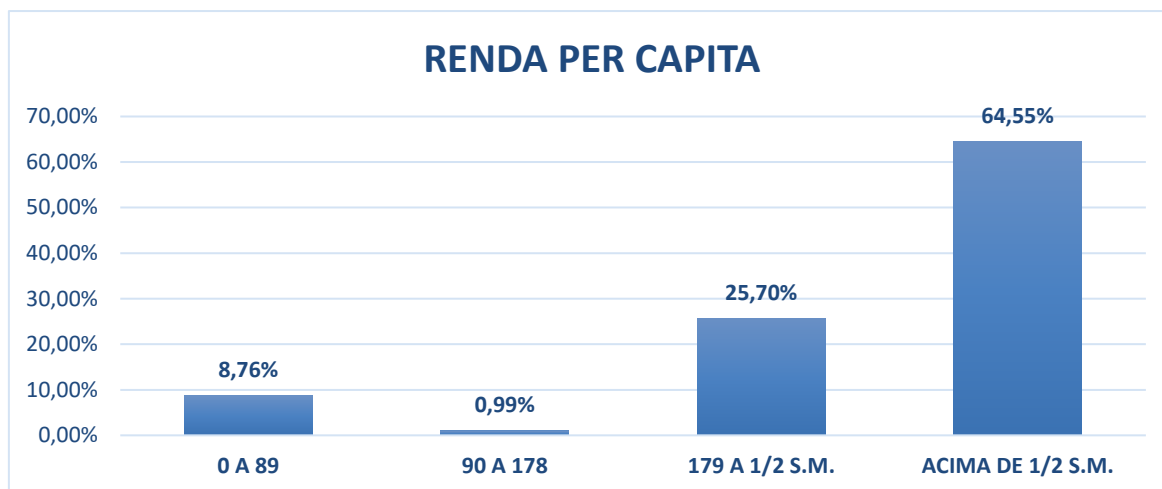
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 252 - Sexo



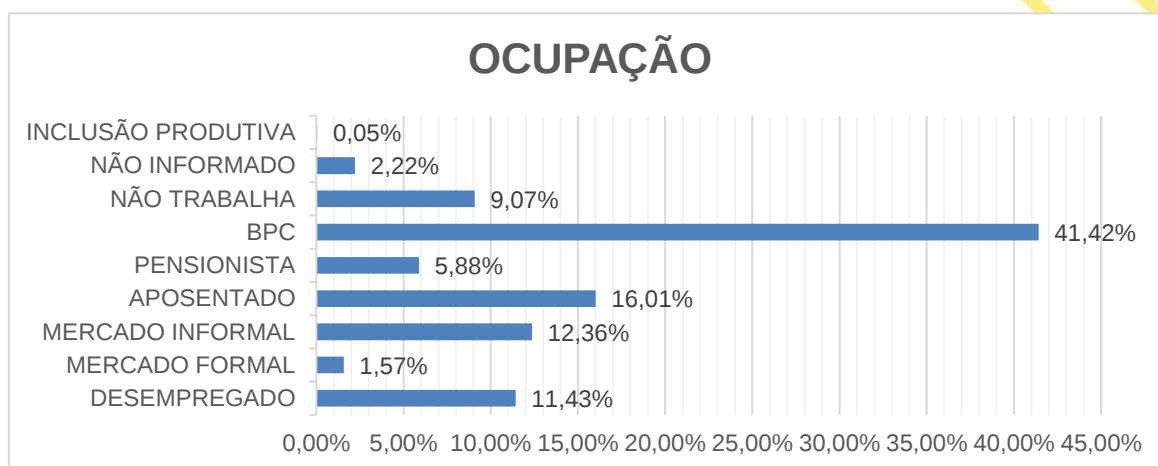
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 253 – Renda per Capita



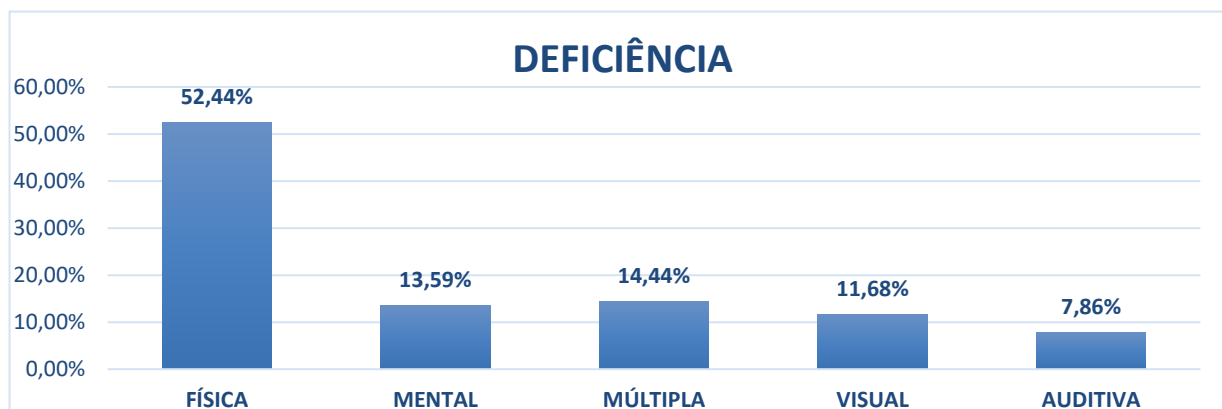
Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 254 - Ocupação



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

Gráfico 255 - Deficiência



Fonte: IRSAS - Período jan/20 a dez/21

3.29.10.1 Ocupações urbanas

No território Sul B há presença de ocupações urbanas, de acordo com os dados fornecidos pela Cohab, as ocupações existentes são as que seguem abaixo:

- SPL/Praça-Rua Diógenes de Lima Bravo
- Rua Cecílio de Oliveira
- Ocupação irregular - Jd. São Marcos
- Fundo de Vale Cafezal-Saltinho
- Ocupação irregular Saltinho – Praça
- Fundo de Vale Cafezal II-Chácaras

3.30 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O diagnóstico socioterritorial 2021 traz uma particularidade por apontar dados das famílias e ofertas socioassistenciais após o início da maior pandemia sanitária anunciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020 retratando por meio das informações o aumento da extrema pobreza e consequentemente da desigualdade social.

As demandas apresentadas neste diagnóstico trouxeram informações gerais da quantidade de pessoas no município, dados de pessoas com deficiência, de idosos, dados gerais de perfil da população atendida pela política de assistência social e dados das ofertas socioassistenciais existentes, dentre outros elementos importantes para avaliação das lacunas protetivas no campo da política de assistência social.

Diante do contexto atual desencadeado pelo próprio contexto macroestrutural que permeia a economia mundial e as desproteções geradas pelo modo de produção capitalista bem como os impactos sociais e econômicos que a pandemia pelo COVID-19 gerou principalmente para a população pobre, tem apontado um aumento significativo da demanda por ofertas da política de assistência social.

Desse modo, a partir da análise dos dados contidos no diagnóstico socioterritorial possibilita observar que há necessidade de continuar crescendo em todas as ofertas socioassistenciais existentes no município com o intuito de avançar cada vez mais na proteção social ofertada.

Os dados quantitativos e qualitativos apresentados servem para subsidiar no processo de tomada de decisão da secretaria de assistência social. Estes dados dão materialidade para o

reconhecimento das demandas e ofertas existentes e identificar em quais ofertas é necessário avançar, implementar, qualificar e outras necessárias implantar.

Em relação aos dados quantitativos que o diagnóstico apresentou é possível apontar os seguintes elementos:

De acordo com a dados do IBGE nos últimos 10 anos a população do município de Londrina vem crescendo a média de 1% ao ano. Analisando os dados do Cadastro Único nos últimos 10 anos é possível perceber uma elevação de famílias cadastradas de 49,67%.

Em 2021 foi possível observar um aumento de 20% de famílias no Cadastro Único o que indica uma alta procura pela política de assistência social pelas famílias. Em 2020 o total de pessoas no Cadastro Único era de 138.664 e passou para 155.805 em 2021. Este aumento, pode estar atrelado ao empobrecimento da população ocasionada pela crise mundial gerada pela pandemia, bem como, pelos critérios de elegibilidade do Auxílio Emergencial e do anúncio pelo governo federal Auxílio Brasil e do governo estadual do Cartão Comida Boa.

Em relação aos territórios com maior concentração populacional e concomitantemente, que concentram a maior demanda socioassistencial estão os territórios Norte A, Norte B e Leste. Em 2021, 15.890 famílias buscaram pela primeira vez a política de assistência social. Importante sinalizar que território Leste foi o que apresentou a maior quantidade de famílias novas no ano de 2021, ou seja, que não haviam antes buscado a política e que acessaram pela primeira vez no ano de 2021.

Em relação a renda per capita das famílias que buscaram a política de assistência social atualmente o território Rural concentra a maior quantidade de pessoas vivendo com renda até R\$ 89,00¹⁸ seguido do território Sul A.

Em relação as leituras territoriais de ciclo de vida, a concentração de crianças (00 a 11 anos) aparece em maior proporção no território Norte A, assim como a maior concentração de jovens também está neste território. Em relação a concentração de adolescentes (12 a 17 anos), e de idosos (acima de 60 anos) o território com maior proporção é o Leste.

No diagnóstico também foi possível visualizar o aumento no decorrer dos anos das pessoas com deficiência nos territórios considerando os últimos 07 anos (2015 a 2021), o IRSAS apontou um aumento de 6.427 pessoas e no Cadastro Único 7.441, o que indica a necessidade de implementação de ofertas para este público, como no Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e Idosas e no Serviço de Proteção Social

¹⁸ Renda per capita da extrema pobreza em 2021.

Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, bem como, Centro Dia, Residências Inclusivas, dentre outros.

Em relação a população idosa (acima de 60 anos) como já apontado o território que apresentou a maior quantidade é o Leste, em relação a renda per capita dos idosos 59,05% apresenta renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. O território que concentra a maior quantidade de idosos dentro dos critérios de renda e idade para o BPC é o Norte B.

Em relação ao território com maior concentração de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o Norte A concentra a maior quantidade com 3.737 famílias, seguido da Norte B com 3.174. Em relação as famílias com renda per capita na extrema pobreza também esta no território Norte A. Famílias monoparentais em situação de pobreza estão concentradas no território Leste.

Em relação ao atendimento pelo PAIF nos CRASs, o território que apresentou a maior quantidade de atendimentos foi o Norte A. O território Oeste A no âmbito do PAIF foi o território com maior quantidade de famílias inseridas para acompanhamento no ano de 2021. Em relação ao acompanhamento PAIF o território Leste foi o que acompanhou a maior quantidade de famílias.

Em relação ao SCFV na modalidade de 06 a 10 anos de idade a média de cobertura das ofertas existentes é de 23,75%. A menor cobertura para este público está no território Rural e a maior cobertura está para o território Oeste A. Em relação a cobertura em SCFV na modalidade de 11 a 14 anos de idade a média de cobertura está em 27,42%. O território com menor cobertura é o Sul B e o com maior cobertura é o Leste. Em relação a cobertura em SCFV na modalidade de 15 a 17 anos a média é de 17,13%. A maior cobertura nesta faixa etária está para o território Rural.

O território com maior quantidade de adolescentes na Central de Vagas SCFV na faixa etária de 15 a 17 anos é a região Norte A, seguida da Leste. O território com maior quantidade de crianças na faixa etária de 06 a 10 anos na Central de Vagas SCFV é o Norte A e Norte B. E na faixa etária de 11 a 14 anos é a Leste, seguido da Norte A, Norte B.

Em relação ao atendimento da população com Benefício Eventual – Depósito em Conta a média de cobertura tendo como base os territórios são de 22% considerando o público potencial as famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. O território com maior cobertura é o Sul A (26,70%) e o com menor é o Norte B (18,16%). Em relação ao atendimento da população com o Benefício Eventual – Cartão alimentação a média de cobertura é de 21,12% também considerando as famílias com renda per capita até meio salário mínimo. O território com uma cobertura maior é o Sul A (26,59%) e com menor o Leste (16,35%). Em relação a cobertura de

famílias beneficiárias do PMTR a média de cobertura é de 4% considerando o mesmo público potencial. O território com maior cobertura é o Rural (7,94%) e o com menor cobertura o Centro A (2,80%). Em relação aos benefícios socioassistenciais é importante sinalizar a necessidade de implementação na quantidade e no valor dos benefícios, visto que a principal demanda das famílias que buscam atendimento no CRAS/PAIF é a desproteção de renda.

Diante do perfil da população atendida pela política no que tange a sua relação com o mercado de trabalho agravada pelo cenário mundial, conforme aponta o item “ocupação” no Cadastro Único 68,18% das pessoas cadastradas não estavam trabalhando, neste sentido, o diagnóstico também aponta a necessidade de implementação de outras possibilidades de relação com o mercado de trabalho como as iniciativas de inclusão produtiva.

Em relação as situações de violência, os dados de notificação da ficha Sinan apontaram que no período correspondente a 10 anos houve um aumento no número de notificações no SINAN no município de Londrina, saindo de 952 notificações em 2012 e alcançando 1.427 em 2021, no entanto, o ano de 2020 registrou mais que o dobro de notificações, se comparado a 2012, acumulando 1.988 notificações. É possível perceber uma ascendência no quantitativo de notificações, porém 2020 para 2021 é marcado por uma queda de 28,21% nos registros. A idade das pessoas notificadas concentra a faixa de 1 a 4 anos, do sexo feminino e maior proporção. A violência física seguida da violência psicológica/moral são as que mais concentram notificações.

O diagnóstico também possibilitou uma leitura em relação ao aumento da população em situação de rua no município e assim a necessidade de implementação de ofertas para atendimento deste público como a necessidade urgente apontada de criação de Acolhimento Institucional para famílias, casais e mulheres, Centro Dia para atendimento da população em situação de rua com oferta de alimentação e higiene, criação de tridigito (Ex. Disque 100) para possibilitar melhor acesso dessa população aos serviços e implementação de um Programa de Aluguel Social.

As oficinas territoriais de alinhamento conceitual realizadas no ano de 2022 e as visitas nas unidades entre trabalhadores do PAIF e PAEFI, trouxeram algumas demandas emergenciais levantadas pelos trabalhadores dos serviços, programas e projetos socioassistenciais que devem ser consideradas e apontadas neste diagnóstico. Dentre elas estão: implementação de unidades territoriais de SCFV (Centro B nos microterritórios II, III e IV, com destaque para o Abussafe; Oeste A – SCFV para adolescentes; Oeste B, nos microterritórios I, II, IV; Norte A, nos microterritórios I, II, III para crianças e oferta para adolescentes; Rural; Sul A, nos microterritórios I e II e Sul B, microterritório IV). O território Norte A também apontou a

necessidade de uma oferta de Programa de Aprendizagem Profissional territorializada na região. O Oeste B também apontou a necessidade de mudança de sede do equipamento CRAS, para uma localização mais desprotegida e com estrutura física adequada bem como recursos humanos suficientes. O território Rural destacou a necessidade de um equipamento público institucionalizado nos distritos para o melhor atendimento à população que reside na rural. O território Sul B também destacou a necessidade de um Centro Dia no microterritório IV.

Outra demanda destacada no diagnóstico foi em relação a necessidade de estrutura básica para funcionamento das unidades socioassistenciais de atendimento e de equipe de trabalhadores em quantidade suficiente para atender as demandas territoriais. Neste mote, pelo breve levantamento de recursos humanos nas equipes de PAIF e PAEFI, ficou evidente a necessidade de aporte nas equipes por meio da contratação por concurso público visto que há um déficit já existente de recursos humanos, além de equipe contratada temporariamente.

O diagnóstico também apontou que o aumento da pobreza e a complexidade das demandas trazidas pelos usuários da política apontam a necessidade da adequação da quantidade de trabalhadores para o melhor atendimento à população combinadas por uma constante revisão das metodologias e processos de trabalho bem como educação permanente a fim de adequação as demandas específicas e complexas que a política de assistência social se depara.

4 COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

A integralidade da proteção social é um dos princípios organizativos do SUAS, constantes na Norma Operacional Básica 2012 – NOB SUAS/2012, que preconiza oferta das provisões em sua completude, por meio de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, aliada ao trabalho integrado e articulado da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais.

As principais legislações que regulamentam a rede socioassistencial para além da LOAS, são o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007 (que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da LOAS), a Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), a Lei 12.101/2009, e outras resoluções e portarias atinentes. No âmbito dos municípios há, também a possibilidade de regulações complementares, como é o caso da Resolução CMAS nº 060/2012, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação.

As ofertas da rede devem se orientar pelos tipos de proteção estabelecidas no Art. 6ºA da LOAS – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica se constitui no conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que visa a prevenir situações de desproteção social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Segundo a PNAS/2004, as ações desse nível de proteção se destinam especialmente à população que vive em situação de desproteção social decorrente da pobreza, ausência de renda, privações, acesso precário ou nulo aos serviços e fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento, tendo como objetivo primeiro a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

As ações desse nível de proteção devem ser executadas por intermédio de diferentes unidades, conforme estabelecido na Resolução CNAS nº 109/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, unidades públicas municipais, de base territorial; ou de forma indireta nas entidades e organizações não governamentais na área de abrangência dos CRAS.

A Tipificação Nacional define três tipos de serviços para no âmbito da Proteção Social Básica. São eles:

- O Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF, prestado exclusivamente nas unidades de CRAS;
- O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (para crianças, adolescentes e idosos); e o
- O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

A rede socioassistencial de Londrina conta com o desenvolvimento desses três tipos de serviço nos diversos territórios. Em relação às ações de Proteção Social Especial, o art. 6º-A da LOAS estabelece que estas têm por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

De acordo com a PNAS/2004 e a NOB/SUAS 2012 a Proteção Social Especial é desenvolvida em dois níveis – de Média e de Alta Complexidade. No grau de média complexidade, segundo a PNAS/2004, devem ser executadas ações de forma direta nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS e Centro de Referência Especializada para Atendimento à População em Situação de Rua – Centro POP, unidades públicas municipais, e também indireta, por meio da rede complementar.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define cinco tipos de serviços no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, todos presentes na rede socioassistencial de Londrina:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, cuja prestação é exclusiva das unidades públicas estatais - CREAS;

- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC; e
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias. Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a Tipificação indica que esta rede é composta pelos serviços de:
 - Acolhimento Institucional, nas modalidades: abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva;
 - Acolhimento em República;
 - Acolhimento em Família Acolhedora;
 - Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Todos esses tipos de serviços, com exceção apenas do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências¹⁹, são ofertados permanentemente no Município de Londrina.

Os serviços são atividades continuadas que visam a melhoria da vida e cujas ações são voltadas às desproteções²⁰ vivenciadas pela população, as quais estão relacionadas à ausência ou insuficiência das seguranças que devem ser afiançadas pela assistência social.

A tabela abaixo, apresenta a rede de serviços disponível no Município de Londrina:

Tabela 51 - Cobertura da Rede de Serviços de Londrina

Nível de proteção	Tipo de serviço	Número de metas (*1)
Proteção Social Básica	PAIF - Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família	10.123(*)
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes	3.645
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos*	240
	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	125
Proteção Social Especial de Mé-	PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	999
	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC – MSE LA/PSC)	71
	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	342 (**)

¹⁹ Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências deve ser ofertado para apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, quando estas ocorrerem, portanto, se trata de oferta de natureza eventual, para a qual o município deve estar preparado.

²⁰ Desproteção social, segundo Almeida (apud. Mustafa, 2018), se define pela insuficiência ou ausência de ofertas de ações públicas que visam a provisão de serviços e benefícios para enfrentar as manifestações da questão social, que se referem, não somente ao enfrentamento da pobreza, mas inclui também as violências, o desemprego, a fome, o não pertencimento, a subalternidade, dentre outras.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

dia Complexi- dade	Serviço Especializado em Abordagem Social	392(**)
	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias	743
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (incluindo abrigo, casa-lar e casa de passagem)	110
	Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas (incluindo abrigo e casa de passagem para pessoas em situação de rua e residência inclusiva)	204
	Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI	195
	Acolhimento em Família Acolhedora e Guarda Subsidiada	40
	Acolhimento em Repúblicas	84

Fontes: SMAS e SMI/Organização dos dados: GGI/DGSMAS/SMAS

(*) famílias atendidas e acompanhadas em dezembro de 2021 de acordo com RMA

(**) pessoas atendidas em dezembro de 2021 de acordo com o RMA

Além dos serviços, a LOAS define que também os programas, os projetos e os benefícios são ofertas da política de assistência social.

Os programas, tanto na Proteção Social Básica quanto na Proteção Social Especial, compreendem ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos, para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços. Já os projetos, segundo a LOAS, caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência e elevação do padrão de qualidade de vida.

Em relação aos programas, em Londrina são desenvolvidos: o Programa de Aprendizagem Profissional para adolescentes, a partir dos dispositivos da Lei Federal nº 12.101/2009; o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS/TRABALHO, voltado a promover o acesso dos usuários da Assistência Social a oportunidades no mundo do trabalho, recentemente adequado para permitir a integração com as iniciativas em curso no município no âmbito da Inclusão Produtiva; o Programa BPC na Escola, que consiste em estratégia conjunta entre a Assistência Social, a Educação e a Saúde para localização das crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada) fora da rede escolar, para identificação das eventuais barreiras a esse acesso. O Aprimora Rede, programa que prevê o cadastramento de toda a rede de serviços não governamentais da política municipal de assistência social no CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI²¹; e o

²¹ Embora o Município de Londrina não tenha aderido formalmente ao PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, inseriu suas atividades no rol das ações da política municipal de assistência social e vem atuando nessa direção.

Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas famílias..

Na classificação de projetos e, em consonância com o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação, compõe, ainda, a rede de serviços em Londrina o Projeto de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva. Esse projeto congrega duas modalidades, sendo a Modalidade I relativa à Qualificação Socioprofissional – formação e capacitação, que conta com a atuação de 01 entidade parceira que atende 250 famílias/pessoas; e a Modalidade II – Fortalecimento de Iniciativas Coletivas de Trabalho e Renda - Programa Municipal de Economia Solidária, ao qual estão vinculados 53 grupos de produção.

Tendo em vista que o capítulo seguinte abordará, especificamente, a questão dos benefícios socioassistenciais, no

Quadro 5 - Rede de serviços, programas() e projetos - Londrina, a seguir apresentaremos as referências acerca dos serviços, programas e projetos no âmbito da assistência social presentes na rede socioassistencial de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial em Londrina, cuja prestação se dá pela rede pública e/ou pela rede parceira²², conforme estabelecido na legislação:*

Quadro 5 - Rede de serviços, programas(*) e projetos - Londrina

Unidades de Atendimento		Atendimento prestado e número de unidades
Proteção Social Básica PSB	CRAS	Desenvolvem: • Serviço PAIF, articulam a rede do território: 10 unidades. • Programa BPC na Escola
	Centro Público de Economia Solidária	Desenvolve: • Programa ACESSUAS Trabalho • Projeto de Inclusão Produtiva: por meio da coordenação do Programa Municipal de Economia Solidária
		Desenvolve: • Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos: 14 entidades parceiras (26 unidades);

²² As parcerias com a rede socioassistencial privada são firmadas por meio de Termos de Colaboração, com base nos dispositivos da Lei nº 13.019/2014 e nas deliberações do CMAS. A rede parceira, além de inscrita no CMAS é cadastrada no CNEAS, o que se configura como condição para a formalização de termos de colaboração com o município no âmbito da política de assistência social.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Proteção Social Especial PSE	Rede parceira	- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos: 1 entidade parceira; - Programa de Aprendizagem Profissional para Adolescentes: 3 entidades parceiras (4 unidades). - Projeto de Promoção da Inclusão Produtiva: 2 entidades parceiras: - Modalidade I - Qualificação Socioprofissional – formação e capacitação. - Modalidade II - Fortalecimento de Iniciativas Coletivas de Trabalho e Renda, parceria no desenvolvimento do Programa Municipal de Economia Solidária.
	Centro POP	Desenvolve: - Serviço especializado em abordagem social - Serviço especializado para pessoas em situação de rua
	CREAS Centro	Desenvolve: - Serviço PAEFI - Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
	CREAS Oeste	Desenvolve o PAEFI
	CREAS Norte	Desenvolve o PAEFI
	Rede pública de acolhimento	Desenvolve: Serviço de acolhimento em família acolhedora para crianças e adolescentes;
	Rede parceira	Desenvolve: - Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias: 1 unidade parceira. - Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (casalar e casa de passagem): 3 entidades parceiras (12 unidades) - Serviço de acolhimento institucional para pessoas adultas (casa de passagem, acolhimento masculino e acolhimento feminino para pessoas em situação de rua; e residência inclusiva): 4 entidades parceiras (6 unidades). - Serviço de acolhimento em república.

Na perspectiva da Vigilância Socioassistencial, as características e distribuição da oferta da rede socioassistencial instalada, vistas na perspectiva do território, devem levar em conta a análise das informações relativas às demandas, considerando a integração entre a demanda e a oferta.

Como já mencionado, isso deve se configurar um processo componente da elaboração do diagnóstico socioterritorial que, segundo estabelecido na NOB SUAS/2012, requer a identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários.

Londrina, por ser um município de grande porte, deve ter, conforme estabelecido na NOB/SUAS 2005, uma rede socioassistencial complexa, ou seja, contar com todos os serviços considerados necessários ao atendimento da população, de acordo com os níveis de complexidade estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 –

Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. As ações desenvolvidas devem buscar a articulação da transferência de renda com os serviços socioassistenciais e, seguindo as diretrizes da descentralização e da territorialização, estarem o mais próximo possível dos locais de moradia das famílias, com facilidade de acesso, além de atenderem às especificidades dos territórios.

As unidades prestadoras dos serviços e programas socioassistenciais estão distribuídas nos territórios conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 52 – Unidades por território

Região	Centro A	Centro B	Leste	Norte A	Norte B	Oeste	Oeste B	Rural	Sul	Sul
Oferta						A			A	B
CRAS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CREAS	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-
Centro POP	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SCFV	1	2	6	2	3	2	4	3	1	2
Cça/Ad.										
SCFV Idoso	-	-	1 ^(*)	-	1 ^(*)	-	2 ^(*)	-	-	-
Aprendizagem	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-
Inclusão Pro- dutiva	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
PSB	-	-	-	1 ^(**)	-	-	-	-	-	-
Def.Idoso										
PSE	-	-	-	-	-	-	1 ^(***)	-	-	-
Def.Idoso										
Acolhimento institucional cça/ad.	-	-	4	-	2	-	4	-	-	-
Acolhimento familiar	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Acolhimento adulto	2	-	1	-	-	-	3	-	-	-
Residência Inclusiva	0	-	1	-	-	-	2	-	-	-
República	2	-	1	-	1	1	-	-	-	-
ILPI	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1

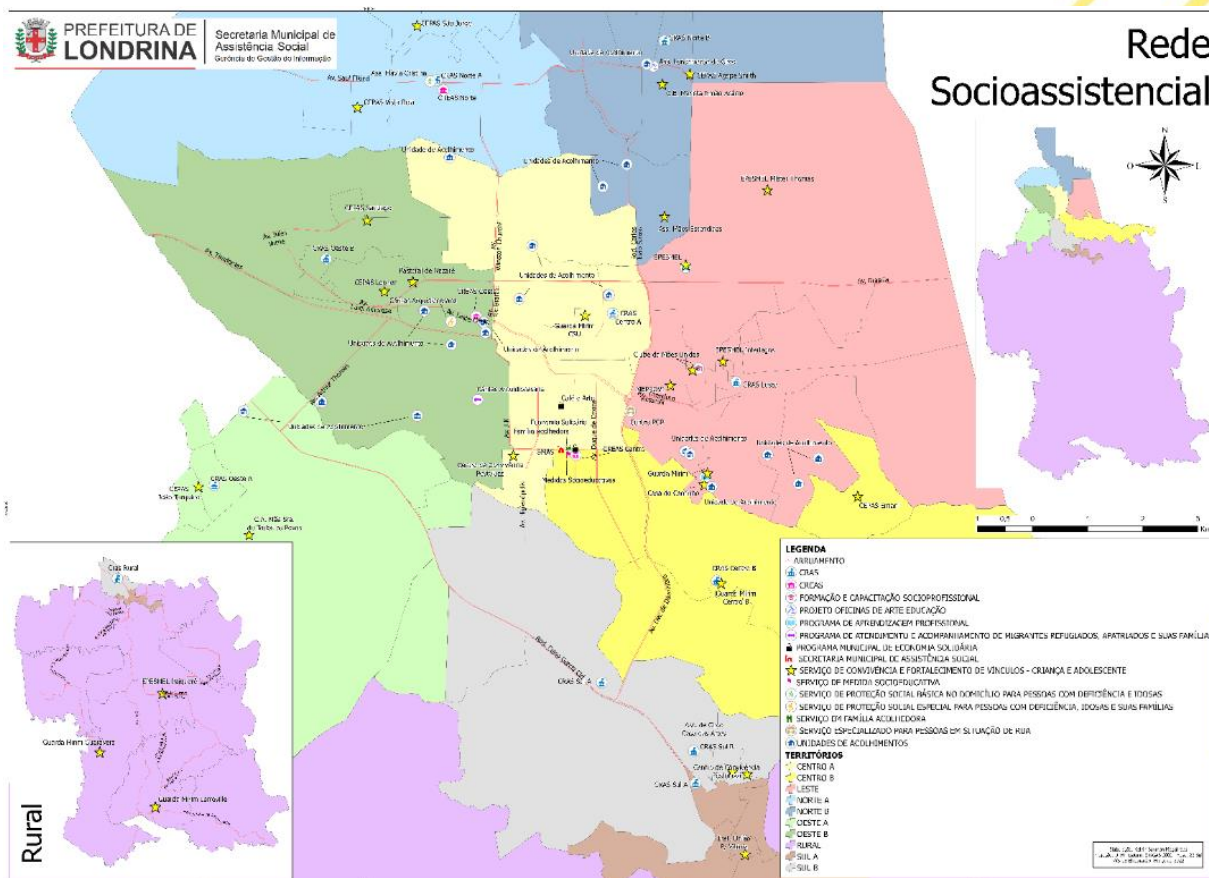
(*) Centro de Convivência do Idoso, mantido via FMDI (SMI) e subsídio do FMAS (SMAS)

(**) A entidade se localiza nesse território, mas tem atendimento em todas as regiões da cidade.

(***) A entidade se localiza nesse território, mas tem atendimento em todas as regiões da cidade.

A figura abaixo apresenta a localização espacial dessa rede²³ de serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social atualmente em desenvolvimento no Município de Londrina:

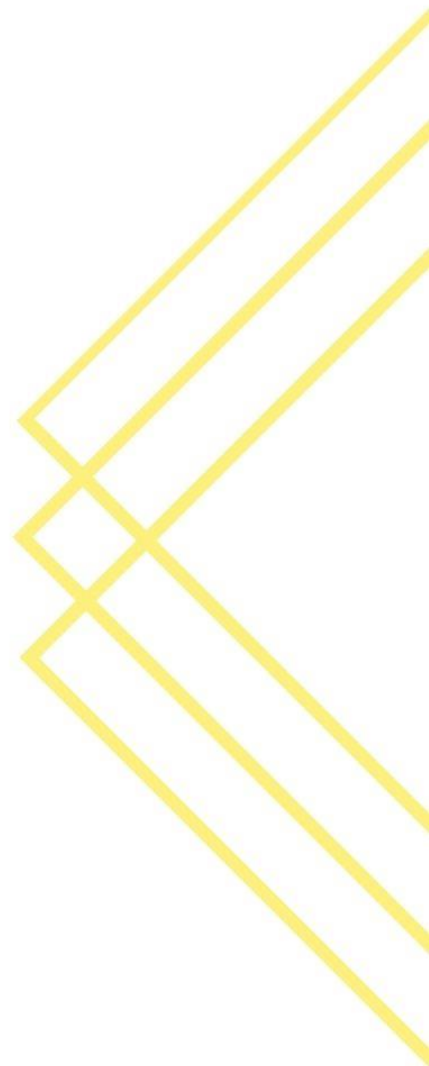
Figura 16- Localização das unidades da rede socioassistencial de Londrina



Em Londrina a ação integrada da rede é um dos principais diferenciais do trabalho, tendo destaque as redes e sub-redes, que se reúnem sistematicamente no âmbito das áreas de abrangência de CRAS, e as comissões de serviços, que se reúnem para debates metodológicos, de fluxos e procedimentos e padrões de qualidade, os diversos serviços governamentais e não governamentais, segundo a modalidade de atuação e a integração exigida no processo de atendimento. O padrão de qualidade dos serviços é regulado pelo Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação, construído à luz do estabelecido na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e aprovado mediante Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social. A integração da rede favorece a constante avaliação, revisão e

²³ Utilizou-se para a elaboração do referido mapa não apenas a rede parceira do Município, mas todas as entidades com inscrição válida no Conselho Municipal de Assistência Social, mesmo que não tenham termo firmado com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Portanto, o número de ofertas especializadas pode ser maior do que o mencionado na *Erro! Fonte de referência não encontrada..*

aperfeiçoamento desse sistema.



5 DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O QUADRIÊNIO

Considerando os desafios já estabelecidos pelo próprio modelo político econômico instituído no Brasil e no mundo e concomitante o crescente aumento da pobreza agravado pela pandemia pelo Covid 19, e consequentemente à redução do orçamento federal destinado à assistência social os desafios para a Política de Assistência Social nos próximos quatro anos, impacta determinantemente no cofinanciamento dos serviços e também na provisão dos benefícios e transferência de renda.

Neste sentido, os últimos dois anos proporcionaram um crescimento das demandas para a política municipal de assistência social, aliado ao crescimento que já se vinha observando a cada ano, diante deste contexto com o aumento do desemprego estrutural, a necessidade de garantir a segurança de sobrevivência pela via dos benefícios se torna imperativa, além das seguranças de convivência familiar e comunitária, acolhida e autonomia, que são essenciais na atual conjuntura em que o individual prevalece ao coletivo.

Diante disso, tornam-se ainda maiores os desafios da política de assistência social para o próximo quadriênio, dentre os quais destacamos:

- Implantação e ampliação de serviços, programas, projetos e benefícios a partir do diagnóstico socioterritorial e de acordo com as demandas específicas dos públicos e territórios como por exemplo em destaque: novas unidades de centro de referência de assistência social nos territórios descobertos (leste, norte, rural, entre outras); novas unidades de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (todas as regiões), programas de aprendizagem profissional descentralizado nos territórios, nova unidade de acolhimento institucional feminino, unidade de Centro dia para população em situação de rua e outros públicos.
- Viabilização de espaços de múltiplo uso para a utilização pelas equipes da política de assistência social, destacando a necessidade do território Rural
- Construção de unidades de atendimento de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, tanto para ampliação do alcance da política de assistência social, quanto para substituição de unidades com estruturas improvisadas e/ou inapropriadas e inadequadas.
- Acesso ao atendimento da política de assistência social via telefone, de forma gratuita disponibilizando a população um tridígito da assistência social ou meio alternativo.
- Aprimoramento das ofertas e adequação das metodologias de atendimento, considerando

as diferentes temáticas do SUAS, a heterogeneidade dos usuários e os públicos prioritários bem como as diferentes realidades territoriais.

- Atendimento à população indígena e de assentamentos com ofertas socioassistenciais descentralizadas nos referidos territórios, conforme suas especificidades e definição de competência municipal de referência.
- Garantia de efetivação da Política Municipal de Atenção à População em Situação de Rua, inclusive com ações descentralizadas que atendam áreas periféricas e zona rural e a criação de estruturas que possibilitem espaços de convivência, atendimento, higiene e permanência desse público durante o dia.
- Garantia do investimento em acessibilidade, tecnologia assistiva, braile, libras, como forma de tornar o atendimento da rede mais inclusivo.
- Fomento do funcionamento da rede socioassistencial como estratégia de gestão, com compartilhamento do conhecimento sobre as ofertas e mecanismos que assegurem seu fortalecimento e o desenvolvimento de ações articuladas entre as unidades da política de assistência social da proteção social básica e proteção social especial atuantes nos territórios.
- Fortalecimento da relação de referência e contrarreferência na rede socioassistencial, com ampliação da discussão sobre cada oferta, elaboração de fluxos e definição de protocolos, e com a criação de canais eficazes de comunicação e socialização dos processos vigentes, além de capacitações permanentes para o aprimoramento das relações instituídas, imprimindo maior concretude aos processos e vinculação aos territórios.
- Viabilização e manutenção de condições materiais e estruturais para o funcionamento das unidades prestadoras dos serviços de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos nas normativas da política de assistência social.
- Viabilização de condições estruturais e de recursos humanos para atendimento a demandas geradas pelas novas conjunturas instaladas (ex: por novos empreendimentos habitacionais nos territórios, ocupações de áreas irregulares, agravamento das situações de crise, entre outras).
- Ampliação das vagas em SCFV para crianças e adolescentes, com oferta descentralizada, conforme demandas das diferentes regiões do Município apontadas no diagnóstico socioterritorial e considerando a cobertura existente.
- Ampliação do alcance do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

- Ampliação do alcance do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e idosas e suas famílias.
- Flexibilização do horário de funcionamento dos serviços, proporcionando atendimentos em horários alternativos e/ou agendamentos, a fim de corresponder a demandas específicas da população usuária.
- Ampliação do número de vagas em acolhimento institucional nas diferentes modalidades (para pessoas adultas em situação de rua, mulheres, casais, famílias, pessoas com deficiência, idosos conforme indicação no diagnóstico socioterritorial).
- Manutenção da continuidade das atividades do Programa BPC na Escola.
- Ampliação do alcance e das iniciativas afetas à Inclusão Produtiva, ao Programa Municipal de Economia Solidária e à Aprendizagem Profissional de Adolescentes nos diversos territórios, com fortalecimento e ampliação das ofertas em unidades governamentais, bem como ampliação da oferta pela rede não governamental com acesso gratuito, bem como metodologia e critérios que proporcionem o acesso de adolescentes e jovens em maior desproteção, especialmente em situação de violação de direitos.
- Assegurar, minimamente, o reajuste do valor dos benefícios monetários e de transferência de renda com base na inflação anual oficial, buscando estratégias e estudos que vislumbrem a manutenção da capacidade de compra desses benefícios.
- Ampliação da cobertura dos benefícios e transferência de renda.
- Aprimoramento do Programa Municipal de Transferência de Renda – Londrina Cidadã a fim de que o mesmo se torne um programa de renda mínima universal à população em situação de pobreza de Londrina.
- Ampliação da quantidade e valor do benefício do Programa de Transferência de Renda Municipal - Londrina Cidadã para pessoas em superação da situação de rua.
- Mudança da concepção dos benefícios eventuais auxílio natalidade e funeral, de modo que se configurem realmente como provisões para as famílias que enfrentam os eventos de nascimento e morte.
- Aprimoramento na gestão do Cadastro Único, de forma que seja reduzido o tempo de espera de agendamento, que sejam asseguradas as inserções e atualizações demandadas (inclusive da população em situação de rua e dos beneficiários do BPC).
- Manutenção e aprimoramento da estrutura necessária para gestão de benefícios e do Cadastro Único e para a concessão e manutenção dos benefícios.
- Viabilização de condições de acesso dos usuários ao cadastro único e benefícios.

As situações apresentadas no diagnóstico e as acima destacadas, que também tiveram como fonte as deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social realizada em 2021, exigem o enfrentamento e a busca de alternativas a curto, médio e longo prazos, as quais, no que tange à política de assistência social, se procura expressar neste Plano Municipal. Sendo assim, os objetivos, as diretrizes e prioridades, bem como os resultados e impactos esperados, passam a ser apresentados na sequência, com a indicação de formas de financiamento e de monitoramento e avaliação quanto ao seu desenvolvimento e alcance.

As propostas e prioridades a seguir apresentadas, além de levarem em consideração o que se levantou no diagnóstico socioterritorial anteriormente exposto e no relatório da conferência municipal, corroboram com o que se propôs no Plano Plurianual e na revisão do Plano Diretor do Município de Londrina, bem como nos Planos Decenais Estadual e Nacional de Assistência Social em vigência, os quais têm o escopo de, cada vez mais, contribuir para o aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social à luz do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

6 OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

6.1 OBJETIVO GERAL

Planejar a política de assistência social do município de Londrina a partir da identificação das demandas e ofertas territoriais e da análise de cobertura, fixando diretrizes, estratégias, ações e metas para seu alcance, bem como formas de realizar o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do seu desenvolvimento, tendo em vista as seguranças de acolhida, sobrevivência/rendimentos, convivência familiar/comunitária e autonomia estabelecidas no Sistema Único de Assistência Social.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Prevenir situações de risco, atendendo famílias e indivíduos nas diferentes fases do ciclo geracional, que se encontrem em situação de desproteção social nos territórios.
- b) Ampliar a cobertura dos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, aprimorando a proteção social ofertada por esta política nos territórios do município de Londrina.
- c) Implantar e implementar serviços, programas e projetos, viabilizando estrutura necessária e adequada ao seu funcionamento, qualificação, modernização e ampliação da cobertura das unidades de atendimento.
- d) Atender famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social decorrentes da exposição a situações de extrema vulnerabilidade decorrentes da violação de direitos visando à superação das situações de desproteção social identificadas.
- e) Assegurar condições para a gestão da assistência social no município, promovendo qualificação e aperfeiçoamento para funcionamento dos serviços, programas, projetos e benefícios.
- f) Viabilizar infraestrutura necessária para que a gestão da política de assistência social atue na perspectiva da gestão democrática e participativa, com respeito às instâncias de controle social.
- g) Viabilizar condições para que a vigilância socioassistencial ocorra, de forma a

produzir, sistematizar e gerir informações úteis e necessárias à identificação das desproteções e proteções territoriais que demandem ações no campo da defesa social e institucional e no provimento da proteção social básica e/ou especial bem como a definição, monitoramento e avaliação considerando o padrão de qualidade das ofertas socioassistenciais.

- h) Aprimorar as instâncias democráticas da política de assistência social assegurando o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e a realização de conferências municipais e pré-conferências, assim como apoiar técnica e financeiramente a manutenção, estruturação e qualificação das ações do conselho.
- i) Desenvolver o Plano Municipal de Educação Permanente, que assegure formações continuadas, programadas de acordo com as demandas apresentadas pela rede governamental e não governamental.
- j) Fortalecer o trabalho em rede fomentando ações articuladas entre as unidades da política de assistência social e destas com outras políticas públicas.

Fomentar e apoiar a criação e implementação de espaços democráticos de participação dos usuários e trabalhadores da política de assistência social a fim de garantir o exercício do controle social na política de assistência social.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

7 EIXOS, DIRETRIZES, AÇÕES, ESTRATÉGIAS E METAS

A seguir serão apresentados os eixos com suas respectivas diretrizes, ações estratégias e metas correspondentes.

EIXO 1: POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	Unidade de Medida	META			
				2022	2023	2024	2025
1.1: Garantia de acesso à assistência social àqueles que dela necessitarem	1.1.1: Ampliação da cobertura descentralizada da Política Pública de Assistência Social.	a) Implantação de serviços, programas, projetos e benefícios a partir do diagnóstico socioterritorial e de acordo com as demandas específicas dos públicos e territórios como por exemplo em destaque: novas unidades de centro de referência de assistência social nos territórios descobertos (leste, norte, rural, entre outras); novas unidades de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (todas as regiões), programas de aprendizagem profissional descentralizado nos territórios, nova unidade de acolhimento institucional feminino, unidade de Centro dia para população em situação de rua e outros públicos.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Ampliação de unidades e atendimentos da PSB e PSE, com maior capacidade de atendimento nas zonas urbana e rural, assegurando ofertas ainda não disponíveis e insuficientes, como por exemplo: opção de acolhimento para famílias, mulheres e casais; maior número de residências inclusivas; repúblicas para jovens; centro-dia para população em situação de rua, e pessoas com deficiência, aprendizagem e cursos livres para adolescentes com distorção idade-série; serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; inclusão produtiva; bem como incremento daquelas já implantadas, com estruturação e ampliação de alcance.	Unidade	2	2	2	2
			Global				
		c) Viabilização de equipes volantes (composta por um ou mais profissionais) para atendimento a regiões remotas e/ou de difícil acesso à população.	Equipe	0	0	2	0
		d) Viabilização de espaços de múltiplo uso para a utilização pelas equipes da política de assistência social, destacando a necessidade do território Rural	Unidade	0	1	1	1
		e) Construção de unidades de atendimento de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, tanto para ampliação do alcance da política de assistência social, quanto para substituição de unidades com estruturas improvisadas e/ou inapropriadas e inadequadas	Unidade	0	1	1	1
1.2: Qualificação e aprimoramento das ofertas da Política de Assistência Social	1.2.1: Viabilização das condições físicas e estrutura necessária e adequada para a execução dos serviços, programas e projetos	a) Reforma/ampliação/adequação e manutenção de unidades de produção e/ou comercialização de produtos e de prestação de serviços da Inclusão Produtiva (Economia Solidária e Qualificação profissional)	Unidade	2	2	2	2
		b) Reforma/ampliação/adequação e manutenção de unidades de PSB e PSE	Unidade	10	10	10	10

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

da Política de Assistência Social em nível local.	c) Adequação das estruturas físicas e de equipamentos, conforme as normas de acessibilidade da legislação em vigor	Unidade	1	1	1	1	
	d) Viabilização dos equipamentos/ materiais permanentes necessários ao atendimento na PSB e PSE, conforme especificidade dos serviços nos territórios	Unidade	100	100	1100	100	
	e) Viabilização da estrutura necessária para a realização de atendimentos descentralizados tanto em território urbano como rural	Global	100%	100%	100%	100%	
	f) Acesso ao atendimento da política de assistência social via telefone, de forma gratuita disponibilizando a população um tridígito da assistência social ou meio alternativo.	Global	100%	100%	100%	100%	
	g) Apoio à rede socioassistencial não governamental na aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Global	100%	100%	100%	100%	
	1.2.2: Garantia do atendimento às especificidades e peculiaridades do público da Política de Assistência Social, bem como dos territórios	a) Aprimoramento das ofertas e adequação das metodologias de atendimento, considerando as diferentes temáticas do SUAS, a heterogeneidade dos usuários e os públicos prioritários bem como as diferentes realidades territoriais.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Reordenamento e aprimoramento dos serviços, programas e projetos, com base nas normativas em vigência	Global	100%	100%	100%	100%
		c) Produção de orientações técnicas, protocolos e fluxos para qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios	Unidade	2	2	2	2
		d) Atendimento à população indígena e de assentamentos com ofertas socioassistenciais descentralizadas nos referidos territórios, conforme suas especificidades e definição de competência municipal de referência.	Global	100%	100%	100%	100%
		e) Aprimoramento das ações voltadas ao atendimento à população indígena nas ruas, em razão das diversidades culturais que desafiam as equipes técnicas e continuam a indicar a necessidade de investimentos em estrutura na área urbana e capacitações para melhor atendimento na área urbana e na Terra Indígena, fortalecendo o acesso à proteção social aos povos indígenas e às comunidades tradicionais	Global	100%	100%	100%	100%
		f) Fortalecimento e aprimoramento do serviço de acolhimento familiar como alternativa ao acolhimento institucional	Total de Famílias habilitadas	12	15	18	20
		g) Garantia de efetivação da Política Municipal de Atenção à População em Situação de Rua, inclusive com ações descentralizadas que atendam áreas periféricas e zona rural e a criação de estruturas que possibilitem espaços de convivência, atendimento, higiene e permanência desse público durante o dia.	Global	100%	100%	100%	100%
		h) Promoção de maior inclusão das pessoas com deficiência e pessoas idosas nos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais	Global	100%	100%	100%	100%
		i) Garantia de estratégias para atendimento e funcionamento dos serviços localizados em áreas com a forte presença do tráfico, especialmente no tocante ao seu alcance, tendo em vista dificuldades de acesso da	Global	100%	100%	100%	100%

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

		população nas situações em que há disputa de território					
		j) Qualificação do serviço de abordagem social, com a viabilização de equipes, horários de atendimento, aprimoramento de metodologias, especialmente para identificação das situações de violação de direitos	Pessoal	2	2	2	2
		k) Aprimoramento do fluxo de identificação e cadastramento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, intensificando a gestão e as estratégias de prevenção e enfrentamento a essa questão.	Global	100%	100%	100%	100%
		l) Garantia do investimento em acessibilidade, tecnologia assistiva, braile, libras, como forma de tornar o atendimento da rede mais inclusivo	Global	100%	100%	100%	100%
		m) Habilitação dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS no desenvolvimento da função da política de assistência social voltada à Defesa e Garantia de Direitos	Global	25%	50%	75%	100%
		n) Garantia do atendimento a situações de calamidade pública e emergência	Global	100%	100%	100%	100%
	1.2.3: Fortalecimento da rede socioassistencial.	a) Fomento do funcionamento da rede socioassistencial como estratégia de gestão, com compartilhamento do conhecimento sobre as ofertas e mecanismos que assegurem seu fortalecimento e o desenvolvimento de ações articuladas entre as unidades da política de assistência social da proteção social básica e proteção social especial atuantes nos territórios.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Fortalecimento da relação de referência e contrarreferência na rede socioassistencial, com ampliação da discussão sobre cada oferta, elaboração de fluxos e definição de protocolos, e com a criação de canais eficazes de comunicação e socialização dos processos vigentes, além de capacitações permanentes para o aprimoramento das relações instituídas, imprimindo maior concretude aos processos e vinculação aos territórios.	Global	100%	100%	100%	100%
		c) Articulação do trabalho social com famílias com o processo de integração dos usuários da assistência social e estabelecimento de metodologias de trabalho democráticas para as ofertas socioassistenciais, sistematizadas e coerentes, assegurando a escuta qualificada como pré-requisito para a integralidade do atendimento.	Global	100%	100%	100%	100%
		d) Elaboração de planejamento setorial do processo de acompanhamento familiar, com a realização de constantes alinhamentos com a rede socioassistencial nos campos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.	Global	100%	100%	100%	100%
		e) Primazia do atendimento descentralizado, com a realização de ações com a comunidade primando pela participação e envolvimento dos usuários, bem como, de outras pessoas e representações dos territórios, de forma a garantir maior acesso, contato entre as áreas e partilha de informações.	Global	100%	100%	100%	100%

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

EIXO 2: SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS							
DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	Unidade de Medida	META			
				2022	2023	2024	2025
2.1: Garantia das ofertas previstas no artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social de forma continuada, visando à proteção social da população público-alvo desta política	2.1.1: Manutenção dos serviços já existentes no Município, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e legislação em vigor	a) Viabilização e manutenção de condições materiais e estruturais para o funcionamento das unidades prestadoras dos serviços de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos nas normativas da política de assistência social.	Global	100%	100%	100%	100%
	2.1.2: Ampliação e aprimoramento dos serviços de proteção social ofertada pela Política de Assistência Social, com base na territorialização.	a) Viabilização de condições estruturais e de recursos humanos para atendimento a demandas geradas pelas novas conjunturas habitacionais nos territórios, ocupações de áreas irregulares, agravamento das situações de crise, entre outras).	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Ampliação das vagas em SCFV para crianças e adolescentes, com oferta descentralizada, conforme demandas das diferentes regiões do Município apontadas no diagnóstico socioterritorial e considerando a cobertura existente.	Vaga ofertada	3.645	5.593	5.893	6.193
		c) Ampliação do alcance do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos	Total de Famílias acompanhadas	162	200	250	300
		d) Ampliação do alcance do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e idosos e suas famílias.	Total de Famílias acompanhadas	743	793	843	900
		e) Flexibilização do horário de funcionamento dos serviços, proporcionando atendimentos em horários alternativos e/ou agendamentos, a fim de corresponder as demandas específicas da população usuária.	Global	25%	50%	75%	100%
		f) Ampliação do número de vagas em acolhimento nas diferentes modalidades (para crianças e adolescentes, pessoas adultas em situação de rua, mulheres, casais, famílias, pessoas com deficiência, idosos conforme indicação no diagnóstico socioterritorial).	Vaga ofertada	346	388	400	430
		g) Desenvolvimento de iniciativas voltadas, para além da atuação protetiva, também à preventiva e proativa na política de assistência social, sobretudo no que tange à violação de direitos.	Global	100%	100%	100%	100%
		h) Ampliação do alcance das ofertas, de forma a aumentar o número de famílias em acompanhamento pelo PAIF e PAEFI, com aprimoramento metodológico do trabalho social com famílias no acompanhamento e no atendimento emergencial às famílias em	Família acompanhada	2.935	3.228	3.551	3.906

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

		situação de pobreza, considerando as especificidades dos territórios, do público e das etnias existentes.					
2.2: Garantia do desenvolvimento de programas socioassistenciais e de projetos de enfrentamento à pobreza no Município de Londrina	2.2.1: Manutenção dos programas e projetos já instalados no Município	a) Manutenção da continuidade das atividades do Programa BPC na Escola.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Ampliação do alcance e das iniciativas afetas à Inclusão Produtiva, ao Programa Municipal de Economia Solidária e à Aprendizagem Profissional e cursos livres para adolescentes nos diversos territórios, com fortalecimento e ampliação das ofertas em unidades governamentais, bem como ampliação da oferta pela rede não governamental com acesso gratuito, bem como metodologia e critérios que proporcionem o acesso de adolescentes e jovens em maior desproteção, especialmente em situação de violação de direitos.	Global	25%	50%	75%	100%
		c) Flexibilização do horário de funcionamento dos programas e projetos, proporcionando atendimentos em horários alternativos e/ou agendamentos, a fim de corresponder a demandas específicas da população usuária.	Global	25%	50%	75%	100%
		d) Desenvolvimento do ACESSUAS Trabalho enquanto vigorar esse programa em nível federal.	Global	100%	100%	100%	100%
	2.2.2: Implantação de programas complementares	a) Garantia de viabilização de programas que contribuam para o aprimoramento dos serviços e dos benefícios socioassistenciais desenvolvidos no Município à medida da identificação de necessidade.	Global	100%	100%	100%	100%
EIXO 3: TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS							
DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	Unidade de medida	META			
				2022	2023	2024	2025
3.1: Ampliação da segurança de sobrevivência e rendimento na assistência social.	3.1.1: Ampliação do acesso aos benefícios e de seu potencial de proteção social.	a) Assegurar, minimamente, o reajuste do valor dos benefícios monetários e de transferência de renda com base na inflação anual oficial, buscando estratégias e estudos que vislumbrem a manutenção da capacidade de compra desses benefícios.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Ampliação da cobertura dos benefícios e transferência de renda.	Benefício concedido	6.376	6.694	7.029	7.381
		c) Aprimoramento do Programa Municipal de Transferência de Renda – Londrina Cidadã a fim de que o mesmo se torne um programa de renda mínima universal à população em situação de pobreza de Londrina.	Global	100%	100%	100%	100%
		d) Ampliação da quantidade e valor do benefício do Programa de Transferência de Renda Municipal - Londrina Cidadã para pessoas em superação da situação de rua	Benefício concedido	90	104	110	115
		e) Mudança da concepção dos benefícios eventuais auxílio natalidade e funeral, de modo que se configurem realmente como provisões para as famílias que enfrentam os eventos de nascimento e morte.	Global	100%	100%	100%	100%

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

		f) Implantação/implementação de benefícios que contribuam para a proteção social da população, conforme normativas e doutrinas em vigor.	Global	100%	100%	100%	100%
	3.1.2: Ampliação da capacidade de gestão de benefícios socioassistenciais, bem como aprimoramento das condições para sua concessão, manutenção e custeio.	a) Aprimoramento na gestão do Cadastro Único, de forma que seja reduzido o tempo de espera de agendamento, que sejam asseguradas as inserções e atualizações demandadas (inclusive da população em situação de rua e dos beneficiários do BPC).	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Manutenção e aprimoramento da estrutura necessária para gestão de benefícios e do Cadastro Único e para a concessão e manutenção dos benefícios.	Global	100%	100%	100%	100%
		c) Viabilização de condições de acesso dos usuários ao cadastro único e benefícios.	Global	100%	100%	100%	100%
EIXO 4: CONTROLE E PARTICIPAÇÃO							
DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	Unidade de Medida	META			
				2022	2023	2024	2025
4.1: Aprimoramento da democratização da Política de Assistência Social, primando pela participação, transparência e pelo controle social, assegurando condições que o permitam, bem como a garantia do funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.	4.1.1: Fomento ao exercício do controle social e à participação na gestão da política pública de Assistência Social.	a) Reuniões descentralizadas do CMAS em áreas urbanas e rurais.	Reunião	2	2	2	2
		b) Realização de conferências municipais, pré-conferências e audiências públicas.	Unidade	1	15	1	15
		c) Ampliação da participação de usuários e trabalhadores do SUAS no CMAS.	Global	10%	15%	20%	25%
		d) Fortalecimento e ampliação de espaços democráticos de discussão e participação da população, para que possa se expressar e obter informações sobre os direitos socioassistenciais e as ofertas da política de assistência social.	Global	100%	100%	100%	100%
		e) Fortalecimento e ampliação de espaços democráticos de discussão e participação dos trabalhadores do SUAS no que tange ao planejamento dos processos de trabalho e de gestão a exemplo das Comissões existentes.	Global	100%	100%	100%	100%
		f) Garantia de espaços para articulação e exercício do controle social, em suas diversas expressões, primando pela potencialização e articulação do CMAS com sua rede, os usuários da política, outras instâncias de participação e outros conselhos setoriais e de garantia de direitos.	Global	100%	100%	100%	100%
	4.1.2: Garantia das condições necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.	a) Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social e suas atividades, com garantia de estrutura e aquisição de equipamentos e materiais necessários ao funcionamento do CMAS e para o exercício do papel dos conselheiros	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Manutenção da Secretaria Executiva do CMAS e garantia de apoio técnico às atividades do conselho.	Global	100%	100%	100%	100%
		c) Realização de processos de formação continuada para conselheiros municipais de assistência social.	Encontro	4	4	4	4
	4.1.3: Democratização da gestão da	a) Garantia da gestão democrática e participativa em todas as unidades da política de assistência social.	Global	100%	100%	100%	100%

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

	política de assistência social e implementação da participação nos processos decisórios.	b) Implementação e manutenção de espaços e canais de feedback nos serviços, para ouvir sugestões e efetuar mudanças necessárias, e criação de ouvidorias de referência para os serviços governamentais e não governamentais.	Espaço e canal	2	2	2	2
		c) Criação e implementação de espaços democráticos de participação dos usuários que viabilizem mecanismos que permitam seu envolvimento nos processos de gestão da política de assistência social, suas ofertas, suas redes e seu controle.	Espaço	1	1	1	1
EIXO 5: GESTÃO							
DIRETRIZ	AÇÃO	ESTRATÉGIA	Unidade de medida	META			
				2022	2023	2024	2025
5.1: Garantia da efetivação da gestão do SUAS no Município de Londrina e de sua constante qualificação.	5.1.1: Manutenção das condições necessárias à gestão da política de assistência social em nível local, com a viabilização de reordenamentos e aprimoramentos necessários.	a) Garantia da manutenção e aprimoramento das estruturas de gestão e de atendimento instaladas, das áreas essenciais e estratégicas ainda não formalizadas que vierem a ser implantadas, com os meios, materiais e insumos necessários ao desenvolvimento de suas competências.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Aprimoramento das parcerias com as entidades de assistência social à luz das normativas vigentes do SUAS e afins.	Global	100%	100%	100%	100%
		c) Regulação e construção de parâmetros, fluxos e protocolos unificados na rede e na gestão, inclusive na gestão de pessoas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como aprimoramento dos fluxos já existentes.	Global	100%	100%	100%	100%
		d) Aprimoramento do processo de comunicação da política de assistência social, com a implantação de um plano específico para tal, fluxos e canais diferenciados para divulgação das informações fundamentais acerca desta política, seu financiamento, ações desenvolvidas, direitos socioassistenciais e canais de denúncias, com linguagem direta, acessível e democrática, atendendo aos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da Lei de Acesso à Informação (LAI).	Global	100%	100%	100%	100%
		e) Manutenção e aprimoramento constante do sistema IRSAS e de sistemas informatizados relacionados à política de assistência social, inclusive para atendimento a questões de gestão da política de assistência social de maneira mais global.	Global	100%	100%	100%	100%
		f) Ampliação da equipe de servidores municipais atuantes na gestão e no atendimento direto à população, englobando, para além das categorias já previstas na NOB RH SUAS, outras áreas do conhecimento como cientistas sociais, geógrafos, pedagogos, advogados, estatísticos, profissionais de TI, dentre outros, conforme diagnóstico e identificação de necessidades.	Global	100%	100%	100%	100%
		g) Revisão do sistema municipal de monitoramento e avaliação e implementação do modelo de matriz.	Global	100%	100%	100%	100%

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

		h) Criação de índices de desenvolvimento municipais para as ofertas da política de assistência social.	Global	100%	100%	100%	100%
		i) Promoção de processos de qualificação constante das ofertas da política de assistência social em âmbito local.	Global	100%	100%	100%	100%
		j) Manutenção periódica do diagnóstico socioterritorial atualizado.	Global	100%	100%	100%	100%
		k) Edição/revisão/reedição de periódicos, impressos e material gráfico afetos à assistência social, com garantia de disponibilidade orçamentária, financeira e estrutural, tais como folders, boletins, guias, manuais, cartilhas etc.	Material	5	5	5	5
	5.1.2: Elaboração e execução de política de gestão do trabalho para a Política de Assistência Social	a) Desenvolvimento de Plano Municipal de Educação Permanente, que assegure formações continuadas, programadas de acordo com as demandas apresentadas pela rede governamental e não governamental, com a instituição de espaços sistemáticos de formação, estruturados à luz das diretrizes da política de assistência social, com base em matrizes pedagógicas e metodologias construídas democraticamente e a partir da utilização de estratégias diversificadas.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Habilitação do quadro de recursos humanos ao atendimento de públicos específicos e que atenda as especificidades territoriais.	Global	100%	100%	100%	100%
		c) Garantia do provimento de servidores em quantidade e diversidade suficientes aos atendimentos prestados, conforme normativas em vigor, especificidades territoriais e finalidade das ofertas, assim como para as ações voltadas à gestão e ao controle.	Servidor	0	28	45	28
		d) Implantação da supervisão técnica, orientação continuada aos trabalhadores do SUAS e suporte do trabalho técnico, como estratégia de qualificação profissional para o atendimento à população.	Global	100%	100%	100%	100%
		e) Valorização e cuidado com os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, com estabelecimento de parâmetros pelo CMAS que garantam melhores condições de trabalho, salariais e estruturais, bem como ações voltadas à identificação e prevenção de possíveis de adoecimento no trabalho.	Global	100%	100%	100%	100%
	5.1.3: Estruturação do órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social	a) Aprimoramento da estrutura da SMAS, com instituição formal na gestão da política das áreas essenciais indicadas pela NOB SUAS/2012, a exemplo da Vigilância Socioassistencial e da Educação Permanente, além da Regulação do SUAS em âmbito municipal, dotando-as das condições e recursos necessários ao alcance de seus objetivos e desenvolvimento de suas atribuições.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Garantia das condições necessárias à gestão e coordenação da política de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	Global	100%	100%	100%	100%
		c) Garantia do comando único da política de assistência social no Município de Londrina.	Global	100%	100%	100%	100%
		d) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a gestão da política e seu aprimoramento.	Unidade	50	50	50	50

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

5.2: Incremento do financiamento da política de assistência social.	5.2.1: Manutenção das condições estruturais, orçamentárias e financeiras necessárias às ofertas, gestão e controle social da política municipal de assistência social.	a) Viabilização das condições necessárias à ampliação, manutenção e pleno funcionamento das ofertas socioassistenciais no Município de Londrina.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Garantia da manutenção diária das atividades de gestão, controle e atendimento da política de assistência social.	Global	100%	100%	100%	100%
		c) Aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos à rede socioassistencial parceira.	Global	100%	100%	100%	100%
		d) Manutenção da documentação afeta ao Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo - ARCPF atualizada, de forma a possibilitar todas as formas de cofinanciamento possíveis.	Global	100%	100%	100%	100%
		e) Revisão dos valores de financiamento da rede de serviços não governamentais, com garantia de viabilização de cofinanciamento dos serviços, programas e projetos de PSB e PSE com base na aferição de custo, assegurando atualização periódica dos valores e correção inflacionária.	Global	100%	100%	100%	100%
		f) Articulação permanente com órgãos financiadores governamentais e não governamentais a fim de viabilizar a captação de recursos para a política de assistência social em nível local.	Global	100%	100%	100%	100%
5.3: Incremento das relações institucionais inerentes à Política de Assistência Social.	5.3.1: Fortalecimento do trabalho em rede, articulação intersetorial e com o Sistema de Garantia de Direitos e da integração metropolitana.	a) Desenvolvimento de ações articuladas entre as unidades da política de assistência social com as outras políticas públicas conforme realidades territoriais e especificidades das ações desenvolvidas.	Global	100%	100%	100%	100%
		b) Integração regional e desenvolvimento de processos de gestão que primem pela articulação entre as políticas públicas.	Global	100%	100%	100%	100%
		c) Elaboração de planejamento intersetorial do processo de acompanhamento familiar.	Global	100%	100%	100%	100%
		d) Articulação com órgãos e estruturas competentes para assegurar o transporte necessário ao acesso do público aos serviços, programas e projetos da assistência social, em especial os que dependem de cuidados e os que têm baixa mobilidade.	Global	100%	100%	100%	100%
		e) Articulação metropolitana para desenvolvimento de ações integradas e pactuação de fluxos, especialmente no que se refere ao atendimento ao público em trânsito, migrantes e imigrantes, em situação de rua e indígenas.	Global	100%	100%	100%	100%
		f) Instituição e regulamentação de fluxos para atendimento às demandas do sistema de justiça, bem como do Sistema de Garantia de Direitos, assegurando ao trabalhador a atuação e produção de informações exclusivamente afetas ao âmbito da assistência social, com cumprimento dos princípios éticos de cada categoria profissional.	Global	100%	100%	100%	100%

8 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

A consolidação das metas estabelecidas neste Plano impactará na efetiva garantia de direitos socioassistenciais à população atendida pela Política Municipal de Assistência Social do Município, na medida em que as ofertas socioassistenciais tem como foco a atuação voltada para a garantia das seguranças afiançadas pela política no âmbito do Sistema Único de Assistência Social que sejam: a segurança de acolhida; de sobrevivência e rendimentos; de convivência familiar e comunitária e de autonomia. O cumprimento deste planejamento da política de assistência social irá contribuir para sua consolidação como dever do Estado e direito de quem dela necessitar no Município de Londrina

As estratégias elencadas nesse Plano, considera as deliberações das conferências municipais garantindo uma construção democrática e participativa a partir dos apontamentos dos trabalhadores e população atendida. Dessa forma, sua efetivação implicará na ampliação de seu alcance e aprimoramento de suas ofertas.

Isso porque, por meio do levantamento da demanda para a proteção social, da identificação e reconhecimento do público em cada território, dos indicativos do padrão de cobertura, torna-se possível estabelecer comparativos entre o público do território e o público alcançado pela política de assistência social e, assim obter os elementos-base para o suprimento das lacunas protetivas do Município, a busca ativa e o aperfeiçoamento das ofertas. Ainda se obtém condições para a avaliação das ofertas da rede socioassistencial, no tocante à aferição de resultados, subsidiando a avaliação dos padrões de qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Sendo assim, este plano se insere no quadro mais amplo da política local de assistência social, estando conectado diretamente às suas metas e objetivos mais gerais no âmbito do SUAS, tendo em vista que se configura em fundamental instrumento para esta área, pelo diagnóstico e avaliações quanto às demandas ainda não incorporadas, o volume da oferta e seu padrão de qualidade.

Dessa forma, além de fortalecer o modelo de atenção do SUAS, e de ampliar a cobertura e o alcance das ofertas no município, oportunizará acessos da população aos direitos socioassistenciais, além de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade na gestão, tanto das ofertas, quanto da política municipal de assistência social.

9 FINANCIAMENTO

9.1 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO: RECURSO E FINANCEIROS (DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS)

É sabido que, aliado a outros aspectos também importantes, o financiamento é fundamental e essencial para que se possa imprimir à gestão e provisões projetadas para qualquer política pública as possibilidades para sua efetivação e desenvolvimento. Nesse escopo, relacionar o planejamento próprio da política aos instrumentos de planejamento público orçamentário se torna imperativo e se configura como meio imprescindível para se viabilizar as condições necessárias à concretização do identificado como demanda e prioridade na referida área em processos de diagnóstico.

A partir dessa concepção, há permanentemente a preocupação em promover a integração dos conteúdos deste plano municipal com o Plano Plurianual (PPA) para a área de modo que as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO's) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA's) se orientem por essa direção e se assegurem anualmente os recursos orçamentários compatíveis com o planejado para ocorrer na política.

Assim, foi inserido no Plano Plurianual 2022-2025 (Lei nº 13.314, de 22 de dezembro de 2021²⁴) o Programa 0009 – Londrina Mais SUAS, vinculado ao órgão 25 – Secretaria Municipal de Assistência Social e à função orçamentária 08 – Assistência Social, com o objetivo geral de *“assegurar a proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município de Londrina, como dever do Estado e direito de quem dela necessitar”*.

Por meio desse programa, o planejamento orçamentário para a área prevê a manutenção, qualificação e ampliação das ofertas de proteção social do SUAS e o atendimento a novas demandas que a dinâmica da realidade vier a apresentar; o gerenciamento da política de assistência social, com a coordenação do SUAS em âmbito municipal; e o fomento ao exercício do controle social e da participação na gestão e operacionalização do SUAS em Londrina. Essa direção corrobora com o preconizado neste plano e se comunica com o que se pretende e necessita assegurar, conforme indicações dos itens anteriormente abordados como o diagnóstico; os desafios a serem enfrentados; o quadro de eixos, diretrizes, metas e estratégias; a cobertura da rede instalada e a indicação de prioridades, devendo haver anualmente a busca

²⁴ A Lei do PPA 2022-2025 foi publicada no Jornal Oficial nº 4.519, de 29 de dezembro de 2021.

da destinação e incrementos orçamentários compatíveis com a atualização do diagnóstico socioassistencial.

Os valores totais anuais inicialmente destinados ao Programa 0009 no PPA, quando de sua elaboração, foram:

Tabela 53

Unidade Orçamentária	2022	2023	2024	2025
25.010 (Coordenação Geral - SMAS)	35.052.000,00	36.751.000,00	38.880.000,00	41.103.000,00
25.030 (Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS)	78.850.000,00	69.858.000,00	69.687.000,00	68.050.000,00
Total do Programa 0009	113.902.000,00	106.609.000,00	108.567.000,00	109.153.000,00

Os valores expressos acima se referem à expectativa de receitas relativa ao conjunto das fontes que compõem ou podem compor o cofinanciamento da política de assistência social. Assim, pode haver projeções que ainda carecem da captação dos recursos para sua viabilização ou cuja disponibilização se dê nos momentos de elaboração dos orçamentos anuais, sendo o alcance da meta condicionado à efetiva destinação orçamentária e financeira.

Portanto, quando da elaboração da proposta orçamentária de cada exercício financeiro, deve haver a busca da destinação necessária à manutenção das ofertas e ao atendimento das necessidades identificadas, com a correspondente atualização dos valores fixados para o referido exercício no planejamento inicial do PPA.

O PPA conta com um anexo que detalha as ações a serem realizadas conforme os objetivos propostos. Essas ações são desdobradas em iniciativas gerenciais, que demonstram seu conteúdo implícito e são a base para o Anexo de Metas e Prioridades das Leis de Diretrizes Orçamentais e se comunicam com as Leis Orçamentárias Anuais, uma vez que o número das ações do PPA corresponde ao número dos projetos e atividades constantes do orçamento, cuja demonstração ocorre por meio do Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), publicado no Jornal Oficial do Município anualmente²⁵.

As ações, que integram o PPA e, no QDD aparecem como projetos e/ou atividades,

25 O QDD do exercício de 2022 da Secretaria Municipal de Assistência Social e suas unidades orçamentárias foi publicado na página da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia no seguinte endereço: repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-planejamento/arquivos-diretoria-orcamento/qdd/2022-1/43501-25-assistencia-9/file (consulta em 06/06/2022)

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

vinculadas ao programa 0009 – Londrina Mais SUAS e à função orçamentária 08 – Assistência Social constantes desses instrumentos são:

I. Na unidade orçamentária 25.010 – Coordenação Geral – SMAS

Ação no PPA	Projeto ou atividade – (QDD)	Especificação	2022	2023	2024	2025
5.010	Projeto	Estruturação do Órgão Gestor do SUAS no Município	56.000,00	10.000,00	7.000,00	8.000,00
6.013	Atividade	Manutenção do Órgão Gestor do SUAS no Município	34.996.000,00	36.741.000,00	873.000,00	095.000,00
Total da unidade			35.052.000,00	36.751.000,00	38.880.000,00	41.103.000,00

II. Na unidade orçamentária 25.030 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Ação no PPA	Projeto ou atividade – (QDD)	Especificação	2022	2023	2024	2025
5.013	Projeto	Estruturação da Proteção Social e da Gestão do SUAS – FMAS	1.629.000,00	1.408.000,00	1.408.000,00	1.408.000,00
5.014	Projeto	Estruturação para o exercício do Controle Social no SUAS	23.000,00	20.000,00	20.000,00	19.000,00
6.016	Atividade	Manutenção e ampliação da Proteção Social Básica – FMAS	21.530.000,00	16.946.000,00	17.039.000,00	17.132.000,00
6.017	Atividade	Manutenção e ampliação da Proteção Social Especial – FMAS	22.165.000,00	22.740.000,00	24.853.000,00	22.173.000,00
6.018	Atividade	Manutenção e ampliação dos benefícios e transferência de renda no SUAS – FMAS	33.298.000,00	28.404.000,00	26.127.000,00	26.968.000,00
6.019	Atividade	Manutenção das atividades de gestão do SUAS – FMAS	135.000,00	149.000,00	151.000,00	153.000,00
6.020	Atividade	Fomento ao exercício do Controle Social e à participação no SUAS	70.000,00	191.000,00	89.000,00	197.000,00
Total da unidade			78.850.000,00	69.858.000,00	69.687.000,00	68.050.000,00

Os recursos para a assistência social em Londrina advêm de fontes livres (recursos próprios) e vinculadas (provenientes de outras esferas de governo). As fontes livres compõem tanto o orçamento do órgão gestor quanto do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). No orçamento do órgão gestor tais recursos, prioritariamente, se destinam ao pagamento de pessoal e às atividades de coordenação e gestão da Política Municipal. No Fundo Municipal de Assistência Social, por sua vez, a aplicação está voltada ao custeio e investimentos referentes aos serviços, programas, projetos e benefícios²⁶, sejam eles operacionalizados direta ou indiretamente por meio de parcerias com organizações da sociedade civil caracterizadas como entidades de assistência social. Além disso, também no FMAS há a destinação orçamentária para a gestão e o controle social desta política.

O Município destina à Política de Assistência Social, na função orçamentária 08, conforme estabelecido no art. 44 da Lei nº 13.240, de 26 de julho de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2022)²⁷, 6% do total das receitas correntes da Administração Direta, calculados a partir da receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro do ano anterior a sua elaboração (2020) - consideradas as receitas correntes provenientes de recursos não vinculados e excluídas as receitas do PROFIS.

Em 2022 a destinação foi de R\$ 85.446.000,00 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil reais) de fonte livre nessa função orçamentária (08 – Assistência Social), dos quais, R\$ 34.804.000,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e quatro mil reais) estão alocados no orçamento do órgão gestor e R\$ 50.642.000,00 (cinquenta milhões, seiscentos e quarenta e dois mil reais) no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e representa 16% do total das receitas correntes da Administração Direta calculadas na forma descrita acima.

As fontes vinculadas são alocadas no Fundo Municipal de Assistência Social e são provenientes de transferências do Fundo Nacional e do Fundo Estadual de Assistência Social (FNAS e FEAS), componentes do cofinanciamento atualmente praticado por essas esferas em relação a serviços, programas e benefícios da assistência social, operado pela modalidade fundo a fundo, cujo repasse deve se dar de forma regular e automática²⁸, mediante processos de adesão

²⁶ O orçamento total vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social pela Lei Orçamentária de 2022 é de R\$ 94.419.000,00, sendo R\$ 88.895.000,00 de fonte livre e R\$ 5.524.000,00 de fontes vinculadas. Nesses valores há montantes não classificados na função 08 (assistência social), tendo em vista que neste orçamento são previstas ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (classificadas na função 14 – Direitos da Cidadania), vinculadas à manutenção dos Conselhos Tutelares (R\$ 3.438.000,00 – fonte livre) e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 784.000,00, sendo R\$ 11.000,00 de fonte livre e R\$ 773.000,00 de fontes vinculadas) num total de R\$ 4.222.000,00, dos quais R\$ 3.449.000,00 de fonte livre e R\$ 773.000,00 de fonte vinculada. Assim, na função 08, ou seja, no Programa 0009, os valores totais destinados são R\$ 90.197.000,00, sendo R\$ 85.446.000,00 de fonte livre e R\$ 4.751.000,00 de fontes vinculadas.

²⁷ Esse dispositivo vem sendo mantido desde a década de 2000, com poucas alterações, e consta também no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023 (no art. 43 e seu parágrafo único).

²⁸ Embora essa seja uma premissa do financiamento do SUAS, o repasse regular e automático não tem sido cumprido por ambas

do Município, além de outras modalidades, como convênios operacionalizados via SICONV (Sistema de Convênios do Governo Federal que vem sendo utilizado com frequência para as transferências voltadas à execução de obras) e transferências voluntárias pelo SIGTV (Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias), sejam provenientes de emendas parlamentares ou processos de seleção ou incentivos.

Do total do FMAS em 2022, considerando todas as fontes, R\$ 17.297.000,00 (dezessete milhões, duzentos e noventa e sete mil reais) se destinam à Proteção Social Básica, R\$ 18.258.000,00 (dezoito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil reais) à Proteção Social Especial, R\$ 19.275.000,00 (dezenove milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais) aos benefícios e transferência de renda, R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) para atividades de gestão, R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para o fomento ao exercício do controle social e à participação no SUAS e R\$ 454.000,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais) a investimentos.

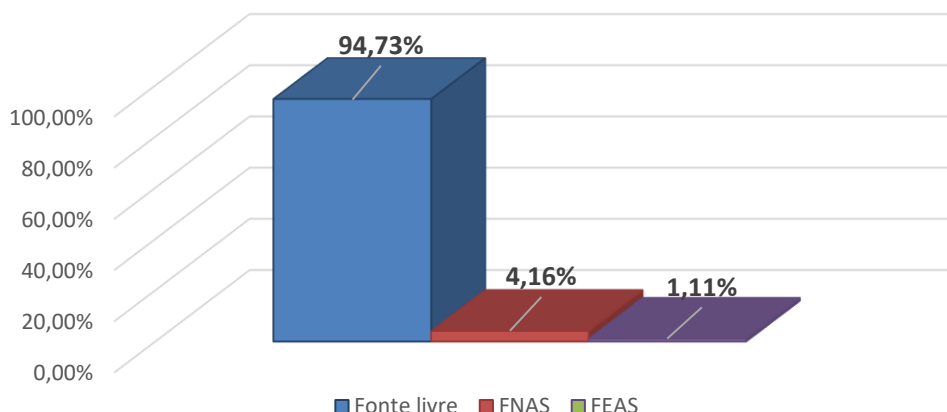
No orçamento do FMAS para o referido ano, a previsão de receitas provenientes do FNAS é de R\$ 3.752.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta e dois mil reais) e do FEAS de R\$ 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil reais).

O gráfico, abaixo, compara a participação dos fundos de assistência social das três esferas de governo em relação ao total do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Londrina:

as esferas de governo (federal e estadual). Destaque-se também que, além da falta de regularidade que é observada nos cofinanciamentos, os valores praticados pela esfera federal vêm sofrendo drástica redução nos últimos anos, verificando-se atualmente como média dos repasses cerca de 41% dos valores devidos e pactuados.

Gráfico 256 – Financiamento e esferas de governo

Participação das esferas de governo no orçamento do FMAS 2022 – Londrina



O cofinanciamento federal, que conforme exposto acima, representa cerca de 4% do orçamento do FMAS²⁹ para o ano de 2022, estando pactuados até o presente momento os seguintes montantes mensais e anuais, embora tais valores não estejam sendo praticados na íntegra, tendo em vista o disposto na Portaria MC nº 2.362, de 20 de dezembro de 2019, que *“Estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social decorrentes do monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social para promover a equalização do cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual”*³⁰.

Tabela 52 - Cofinanciamento Federal Pactuado

Bloco	Fonte	Piso	Valor/mês pactuado	Valor/ano previsto
Proteção Social Básica	934	Componente Piso Básico Fixo - PAIF	96.000,00	1.152.000,00
		Componente SCFV	67.000,00	804.000,00
		Componente PAEFI	39.000,00	468.000,00

²⁹ Não constam do orçamento recursos relativos a programas e projetos em execução, cujos repasses ocorreram em anos anteriores, assim como não estão nesse montante os valores classificados como superávit financeiro, os quais são inseridos na peça orçamentária quando dos trâmites para sua execução.

³⁰ A partir da vigência da referida portaria 2.362/2019, as transferências da esfera federal priorizam o repasse de recursos limitado ao exercício vigente e conforme disponibilidade financeira, visando promover a equalização do cofinanciamento federal do SUAS à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Proteção Social Especial	941	Componente MSE	26.400,00	316.800,00
		Componente Centro POP	23.000,00	276.000,00
		Componente Abordagem Social	20.000,00	240.000,00
		Componente Piso de Transição MC	26.788,28	321.459,36
		Componente Piso de Alta Complexidade Criança e Adolescente	65.000,00	780.000,00
		Componente Piso de Alta Complexidade I	9.000,00	108.000,00
		Componente Piso de Alta Complexidade II	40.000,00	480.000,00
Gestão do SUAS	936	IGD - SUAS	11.124,03	133.488,36
Gestão do Auxílio Brasil e Cadastro Único	940	IGD – PAB	Variável (média de R\$ 70.000,00)*	840.000,00

À luz da Portaria mencionada, os repasses pactuados não vêm sendo praticados, tendo-se verificado, como dito anteriormente, repasses que correspondem a menos de 50% dos valores devidos em todos os meses. Assim, em 2022 as transferências fundo a fundo realizadas pelo Fundo Nacional ao Fundo Municipal de Assistência Social se efetivaram nos seguintes montantes:

Tabela 55 – Financiamento e fonte

Bloco	Fonte	Piso	Valor/mês pactuado	Valores transferidos em 2022/percentual o pactuado		
Proteção Social Básica	934	Componente Piso Básico Fixo - PAIF	96.000,00	Dezembro/21:	42.987,84	44,78%
				Janeiro:	40.449,83	42,14%
				Fevereiro:	39.830,00	41,49%
				Março:	40.014,26	41,68%
				Abril:	39.847,17	41,51%
		Componente SCFV	67.000,00	Outubro/21:	10.000,64	14,93%
				Novembro/21:	10.000,64	14,93%
				Dezembro/21:	10.000,64	14,93%
				Janeiro:	28.230,61	42,14%
				Fevereiro:	28.230,61	42,14%
				Março:	28.230,61	42,14%
				Abril:	27.810,00	41,51%
				Janeiro:	16.432,75	42,14%
				Fevereiro:	16.307,96	41,82%
				Março:	16.344,96	41,91%
				Abril:	16.187,91	41,51%
				Janeiro:	11.123,70	42,14%
		Componente PAEFI	39.000,00	Janeiro:	16.432,75	42,14%
				Fevereiro:	16.307,96	41,82%
				Março:	16.344,96	41,91%
				Abril:	16.187,91	41,51%

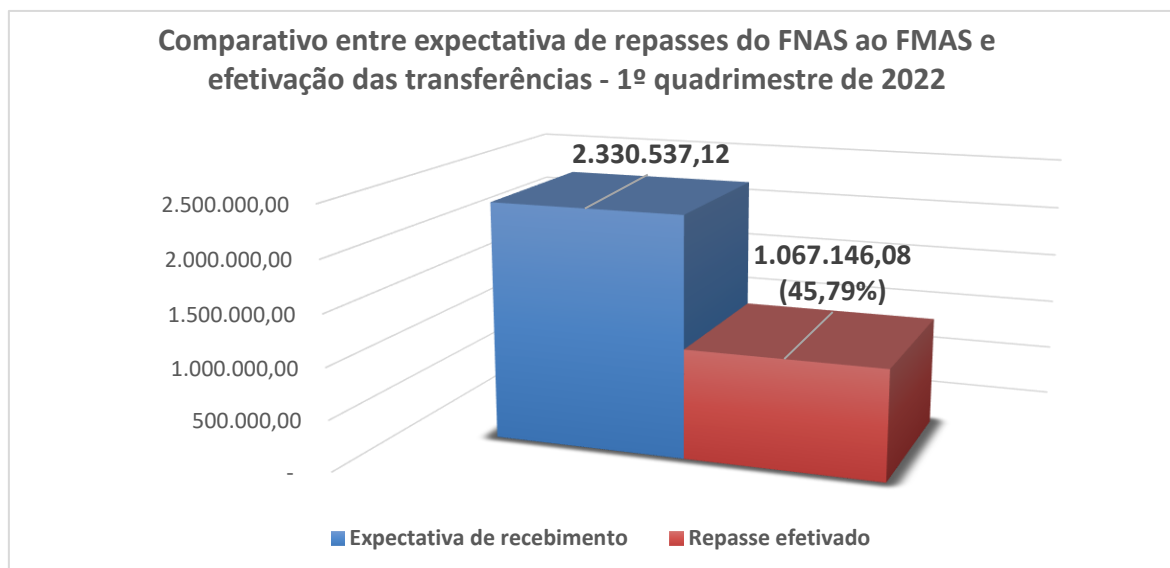
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025

Proteção Social Especial	941	Componente MSE	26.400,00	Fevereiro:	11.039,23	41,82%
				Março:	11.064,28	41,91%
				Abril:	10.957,97	41,51%
				Janeiro:	9.691,11	42,14%
		Componente Centro POP	23.000,00	Fevereiro:	9.617,51	41,82%
				Março:	9.639,33	41,91%
				Abril:	9.546,72	41,51%
				Janeiro:	8.427,05	42,14%
		Componente Abordagem Social	20.000,00	Fevereiro:	8.363,05	41,82%
				Março:	8.382,03	41,91%
				Abril:	8.301,49	41,51%
				Janeiro:	11.287,31	42,14%
		Componente Piso de Transição MC	26.788,28	Fevereiro:	11.201,59	41,82%
				Março:	11.227,01	41,91%
				Abril:	11.119,14	41,51%
				Janeiro:	27.387,91	42,14%
		Componente Piso de Alta Complexidade Criança e Adolescente	65.000,00	Fevereiro:	27.179,93	41,82%
				Março:	27.241,60	41,91%
				Abril:	26.979,85	41,51%
				Janeiro:	3.792,17	42,14%
		Componente Piso de Alta Complexidade I	9.000,00	Fevereiro:	3.763,37	41,82%
				Março:	3.771,91	41,91%
				Abril:	3.735,67	41,51%
				Janeiro:	16.854,10	42,14%
		Componente Piso de Alta Complexidade II	40.000,00	Fevereiro:	16.726,11	41,82%
				Março:	16.764,06	41,91%
				Abril:	16.602,99	41,51%
				Janeiro:	0,00	0,00%
Gestão do SUAS	936	IGD - SUAS	8.134,00*	Fevereiro:	0,00	0,00%
				Março:	0,00	0,00%
				Abril:	0,00	0,00%
				Janeiro:	0,00	0,00%
Gestão do Auxílio Brasil e Cadastro Único	940	IGD – PAB	88.062,00	Novembro/21	72.106,92	81,88%
				Dezembro/21	80.118,81	90,98%
				Janeiro	80.118,81	90,98%
				Fevereiro	72.106,92	81,88%

*No Plano anterior o valor médio pactuado deste cofinanciamento era R\$ 11.124,03 por mês

Desse modo, o FNAS transferiu, em média, no primeiro quadrimestre de 2022 45,79% dos valores pactuados, verificando-se apenas nesse quadrimestre um déficit de 54,21% dos valores esperados. Em se tratando do cofinanciamento dos serviços, a média foi de 41%. No tocante ao IGD-SUAS não houve repasses ainda em 2022. O gráfico abaixo demonstra um comparativo entre os valores esperados e os efetivados nesse período.

Gráfico 257 - Comparativo entre estimativa de repasses do FNAS ao FMAS e efetivação das transferências



Estão, ainda, em execução em 2022, também repassados pelo FNAS, recursos provenientes de convênios e contratos de repasses, bem como transferências voluntárias via fundo formalizados em anos anteriores, os quais somam R\$ 2.315.585,29 (dois milhões, trezentos e quinze mil, quinhentos e oitenta e cinco mil reais e vinte e nove centavos), voltados à estruturação da rede de serviços governamental e não governamental (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial). Destaque-se que nesses valores consta o montante a ser recebido para a construção do CRAS Sul A, cuja transferência ainda não se efetivou e aguarda liberação financeira da esfera federal. Em 2022 estão em tramitação para início da execução cerca de R\$ 953.315,00 (novecentos e cinquenta e três mil, trezentos e quinze reais) provenientes de emendas a serem transferidas via SIGTV.

O Município conta, ainda, com o financiamento do ACESSUAS Trabalho, cuja repactuação da execução, ocorrida em 2017, sem novas transferências de recursos, teve sua vigência estendida sem definição de prazo final em razão das questões identificadas na execução pelos municípios e dos impactos da situação de pandemia vivenciada a partir de 2020. A execução ora proposta para esse programa é de integração com a Promoção da Inclusão Produtiva – Modalidade I, a partir de novas possibilidades aventadas na Resolução CNAS/MC nº49, de 23 de novembro de 2021

Também o BPC na Escola vem sendo repactuado, tendo novas listagens que devem ser trabalhadas no escopo do programa, com a expectativa do recebimento dos recursos

equivalentes. O Programa Aprimora Rede, embora tenha execução constante, uma vez que se prevê a transferência de recursos a cada nova inserção de unidades da rede socioassistencial no CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, não foi incluído no Plano de Ação 2022, não tendo sido realizadas transferências financeiras nos últimos anos (desde 2015).

Pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, conforme exposto anteriormente, a previsão constante do orçamento do FMAS é da disponibilidade, em 2022 de R\$ 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil reais), considerando a expectativa de recebimento dos valores pactuados e as receitas de rendimentos das contas afetas. Entretanto, até o momento (junho de 2022) não foram efetuados repasses a título de cofinanciamento dos serviços.

O cofinanciamento estadual, que conforme apresentado anteriormente, representa cerca de 1,11% do orçamento do FMAS para o ano de 2022, e contempla as ofertas expressas na *Tabela 55 - Cofinanciamento Estadual Regular*, a seguir:

Tabela 55 - Cofinanciamento Estadual Regular

Fonte	Piso	Valor/mês	Valor/ano
812	Piso Paranaense de Assistência Social V – Acolhimento Adulto	5.000,00	60.000,00
815	Piso Paranaense de Assistência Social IV – Acolhimento Criança e Adoles- cente	32.500,00	390.000,00
823	Piso Paranaense de Assistência Social I – Abordagem Social	20.000,00	240.000,00
824	Piso Paranaense de Assistência Social I – Acolhimento Pessoa em Situação de Rua	10.000,00	120.000,00
843	Piso Paranaense de Assistência Social II – Centro POP	11.500,00	138.000,00
966	Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência		39.000,00

Ainda se encontram em execução cofinanciamentos caracterizados como Incentivos não continuados, a saber: Aprimora CRAS e CREAS; Incentivo COVID 2021e Incentivo Emergência Socioassistencial, sendo a efetivação deste último condicionada à instalação de necessidade de emergência que o justifique conforme critérios estabelecidos.

A esfera estadual participa também do financiamento da política com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA que, eventualmente, tem subsidiado serviços e programas voltados ao atendimento de crianças e adolescentes da rede da assistência social pública e privada.

Ambos os fundos operam seus repasses de forma automática, pela via fundo-a-fundo, mediante processos de adesão.

O cenário político e econômico atual, a vigência da Emenda Constitucional nº 95, que congelou os gastos públicos primários até 2.036, e os efeitos da pandemia COVID 19 imprimiram inúmeros desafios ao financiamento da política de assistência social. Verifica-se a redução gradual da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros ordinários, especialmente da esfera federal, aos fundos municipais de assistência social, trazendo de volta a dependência de aportes pontuais e extraordinários, muitas vezes pela destinação de emendas parlamentares que, via de regra, são desconectadas dos debates e da identificação de prioridades em âmbito local.

Nessa realidade a esfera municipal tem sido cada vez mais onerada no que se refere às provisões orçamentárias e financeiras para fazer frente às demandas da realidade. Exemplo disso é a ampliação exponencial anual, que se vem verificando, da necessidade de destinação de fontes livres no orçamento do município frente à redução gradual da expectativa de receitas federais.

Outro elemento é a ausência do cofinanciamento estadual continuado ao município de Londrina para a Proteção Social Básica e os Benefícios Eventuais.

O orçamento do município para a assistência social é debatido, deliberado e fiscalizado no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tanto no que se refere aos recursos próprios quanto aos advindos de outras esferas de governo.

No controle social do financiamento da assistência social em nível local, o CMAS acompanha todo o processo de execução orçamentária e financeira, por meio de exposição quadrimestral do órgão gestor, bem como delibera sobre a reprogramação dos recursos em conta resultantes de transferências de outras esferas de governo, sobre os critérios de partilha de recursos destinados ao financiamento da rede socioassistencial não governamental parceira, entre outras matérias afetas.

As questões relativas à configuração atual do financiamento da política têm sido objeto constante de debates no âmbito do conselho municipal e das conferências municipais de assistência social, com o intuito de melhor compreensão, problematizações e busca das articulações e das mobilizações necessárias ao enfrentamento e à denúncia das questões postas quanto à crescente redução do cofinanciamento desta política, o que segue caminho inversamente proporcional à ampliação das demandas e necessidades de seu público alvo.

10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento na assistência social, conforme a NOB/SUAS/2012, é um componente da função de Vigilância Socioassistencial, e consiste em:

Uma função inerente à gestão, devendo ser capaz de prover informações que permitam a adoção de medidas corretivas para melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços, programas e benefícios. É realizado por meio da captura de informações e produção regular de indicadores. Pode estar baseado na captura de informações in loco, em dados coletados por sistema de informações gerenciais, ou ainda, em sistemas que coletam informações específicas para os objetivos do monitoramento. (NOB SUAS/2012)

Seguindo essa premissa, o monitoramento deste plano se configura a partir do acompanhamento contínuo, com base nas normativas existentes, no diálogo com as demais áreas técnicas, realização de trocas avaliativas e escutas qualificadas com os usuários, análise sistemática dos indicadores de proteção e desproteção social, isto é, análise da oferta em relação à demanda (alcance e cobertura), bem como a qualidade desta prestação, com padrões de referência para avaliação do alcance e cobertura da política e para avaliação da qualidade de suas ofertas, e ocorrerá em todo o período de sua execução para verificação do processo, formação de painéis avaliativos que subsidiem a tomada de decisão pelos gestores quanto à necessidade da adoção de providências.

Para tanto, o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação, o Sistema IRSAS, Sistemas componentes da Rede SUAS e demais sistemas do MDS, o CAD Único, os Sistemas da SEDS, entre outros, serão utilizados como fonte de aferição de resultados, classificados como fontes de verificação nos documentos.

O monitoramento e a avaliação serão efetuados a partir da análise das metas estabelecidas no item 4 “Eixos, diretrizes, ações, estratégias e metas correspondentes”, além do conteúdo elencado nos itens “Desafios da Política de Assistência Social para o quadriênio”; “Objetivos do Plano Municipal de Assistência Social” e “Resultados e impactos esperados” como indicadores para esse movimento, que poderá agregar outros indicadores que contribuam para a análise acerca da proteção social desenvolvida no município.

Além de subsidiar processos de avaliação a serem desencadeados pela equipe da gestão da política, este monitoramento também servirá de parâmetro para o acompanhamento e a fiscalização exercidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social acerca do cumprimento dos dispositivos deste plano.

A avaliação se constitui em processo de análise do alcance das metas propostas no

Plano Municipal de Assistência Social frente aos objetivos definidos. Esta será realizada a partir dos indicadores estabelecidos na planilha, verificando quais foram os avanços e resultados alcançados, as dificuldades e desafios encontrados, bem como propostas de solução.

Esse processo deve se dar com base nos dados obtidos no monitoramento sistemático que gerará relatórios e orientações técnicas das metas acompanhadas, constituindo-se em elemento fundamental para instrumentalizar as decisões do gestor quanto às intervenções e medidas necessárias.

A avaliação será periódica, feita ao final de cada exercício, analisando o cumprimento das metas estabelecidas e (caso necessário) promovendo a revisão de conteúdo do plano para o exercício seguinte. As metas inseridas ano a ano na referida planilha, correspondem aos indicadores que se busca monitorar em cada período. Portanto, os indicadores de avaliação estão expressos juntamente com a apresentação das diretrizes, ações e estratégias.

Como forma de melhor desenvolver essa dinâmica de monitoramento e avaliação, será proposta a constituição de um processo participativo de avaliação do Plano, através da composição de comissão de acompanhamento que contemple representação dos diversos segmentos envolvidos na política, tais como: trabalhadores, gestores, prestadores de serviços e usuários, garantindo representatividade do Conselho Municipal de Assistência Social; comissão esta que deverá unificar os indicadores, apontar as fontes de dados e manter padrão contínuo na coleta dos dados.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 08 de dezembro de 1993, com alterações da Lei nº 12.435, de 2011.

_____. Londrina. Relatórios de Informações Sociais/RI Bolsa Família e Cadastro Único. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>

_____. Londrina. Relatórios de Informações Sociais/Relatório de Programas e Ações MDS. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica do SUAS — NOB/SUAS. MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-emgrafica/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nob-suas>

KOGA, Dirce Harue Ueno. Relatório de Consultoria para a Implantação do Sistema Municipal de Assistência Social em Londrina/PR. 2016.

LONDRINA. Prefeitura do Município de Londrina/Secretaria Municipal de Planejamento. Perfil do Município de Londrina. Disponível em http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=546&Itemid=560

PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Perfil do Município de Londrina.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

12 ANEXOS

- a) Resolução nº – CMAS, de 2022 – Aprova o Plano Municipal de Assistência Social 2022/2025 do Município de Londrina (arquivo pdf).